

BANCO DO BRASIL.

CRISE DE UMA EMPRESA ESTATAL DO SETOR FINANCEIRO

(1964-1992).

*Este exemplar
corresponde ao original
da tese defendida por
Carlos Augusto Vidotto em
13/12/95 e enviada pelo autor
para o arquivo do CPGE/FE, 13/12/95*

Carlos Augusto Vidotto

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP**

ORIENTADOR

Prof. Dr. Paulo Davidoff Cruz

Campinas (SP), 1995

UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP		
	V669b		
V.	E.		
TIPO DE	26834		
PROC.	667190		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$. 11,00.		
DATA	05/03/96		
N.º CPD			

CM-00084809-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CEDOC/IE DA UNICAMP**

Vidotto, Carlos Augusto
V669b Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal do setor financeiro
(1964-1992) / Carlos Augusto Vidotto. - Campinas : [s.n.], 1995.

Orientador : Paulo Roberto Davidoff das Chagas Cruz
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Banco do Brasil. 2. Empresas Estatais. 3. Economia - Brasil.
I. Cruz, Paulo Davidoff das Chagas. II. Universidade Estadual de
de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que ao longo de mais de três anos contribuíram de alguma forma para que esta reflexão chegasse a um termo provisório, na forma desta dissertação algo "tardia". A elas quero expressar meu agradecimento, embora nem todas estejam citadas nominalmente.

A cada um dos responsáveis pela Secretaria da Pós-graduação do Instituto e também do Cedoc, pela postura profissional e pela ajuda informal. Aliás, nas bibliotecas e centros de documentação que frequentei, incluindo o do Centro Cultural BB e do DESED, do SEEB-SP, do IBCB-FEBRABAN e de várias Universidades e ministérios, encontrei pessoas de boa-vontade incomum diante das circunstâncias a que a preservação da *memória* tem sido muitas vezes submetida.

Dentro do Banco do Brasil, recebi apoio e estímulo de diversas pessoas motivadas pela reflexão a respeito do banco e do país, embora seja necessário dizer que nem tudo foram rosas. Em reconhecimento desse apoio quero registrar a disposição encontrada no GAREF.

Agradeço à Confederação Nacional dos Bancários e ao SEEB-SP pela compreensão que significou na prática efetivo apoio a este trabalho. À CAPES pela bolsa do mestrado, e, sim, também à FECAMP, por alguns empréstimos-ponte que permitiram a nossa turma alcançar à outra margem.

Aos professores e colegas do mestrado. Aos colegas da área de políticas financeiras do IESP/FUNDAP, onde de um relatório de pesquisa originou-se parte da dissertação. Ao amigo André Marques Rebelo pelas leituras e discussões. Em especial, agradeço aos professores Alejandra Madi e Walter Belik, que se depararam na banca de qualificação com um projeto já desenvolvido. Ao professor Paulo Davidoff Cruz, orientador deste trabalho, a dívida maior.

Às pessoas com as quais o tempo de convívio estreitou-se à medida que cresciam as neuras e penitências da "síndrome da tese", minha mãe, observadora a meia-distância, e Ana Cláudia, vítima *in loco*, que encontrou reservas de paciência no seu coração - dedico a elas a contraparte dessas ausências.

A Neide Monteiro, minha mãe,

A Ana Cláudia,
pelo que vivemos e o que virá.

INDICE

INTRODUÇÃO	1
<hr/>	
I. O BANCO DO BRASIL AO LONGO DO CICLO, E NA FASE DO AJUSTE MONETARISTA (1964-85)	15
<hr/>	
A. Restrição ao BB no quadro das Finanças Públicas.	16
1. <i>Autoridade Monetária Unica, até 1964.</i>	18
2. <i>Sistema "híbrido", até as Reformas de 1986-88.</i>	19
B. Financiamento rural e gestação da crise do BB.	23
1. <i>BB como principal agente do SNCR (1965-80).</i>	23
2. <i>Impactos da reforma do SNCR sobre o BB.</i>	28
C. Apoio ao comércio exterior e internacionalização.	33
1. <i>Financiamento do Comércio Exterior e CACEX.</i>	34
2. <i>A Internacionalização do Banco do Brasil.</i>	37
D. Contingenciamento sob monetarismo, e situação patrimonial (1979/1985).	43
1. <i>Contingenciamento do crédito do BB.</i>	44
2. <i>Significado da elevada rentabilidade.</i>	49
II. PRIMEIRA ETAPA DA CRISE (1985-89)	52
<hr/>	
A. Perda da capacidade emissora e do papel de "caixa" do Tesouro.	54
B. Crédito Rural e BB sob instabilidade crescente.	63
1. <i>Endividamento rural durante a estabilização.</i>	64
2. <i>A crise financeira de 1987.</i>	67
3. <i>Ainda os impactos da reversão.</i>	74
C. Comércio exterior e renegociação da dívida externa.	80
D. "Ciclo do crédito" do BB na segunda metade dos 80.	93
E. Crise e respostas: diversificação e conglomeração.	106
1. <i>Fragilização e desempenho em queda.</i>	107
2. <i>A implementação do conglomerado BB.</i>	119

III. SEGUNDA ETAPA DA CRISE (1990-92) _____	136
A. Planos econômicos e passivos do Tesouro.	137
1. <i>Plano Brasil Novo.</i>	137
2. <i>Plano Collor II.</i>	141
3. <i>A ortodoxia liberal e o BB.</i>	144
4. <i>Passivos do Tesouro acumulados junto ao BB.</i>	147
B. Política Agrícola Neoliberal e o BB.	151
1. <i>Crise de liquidez e "pacote" agrícola.</i>	153
2. <i>Reversão da política neoliberal.</i>	160
3. <i>Crédito rural em ano de crise política.</i>	164
C. Abertura financeira, e deterioração externa do BB.	169
D. Regressão do crédito do BB nos anos 90.	180
E. Crise e respostas nos anos 90.	186
1. <i>Fragilização e resultados precários.</i>	186
2. <i>Diversificação sem conglomeração.</i>	198
CONCLUSÕES _____	206
TABELAS _____	216
BIBLIOGRAFIA _____	258

A ESFINGE QUE FALA

"Mas o Banco do Brasil vence. Aqueles que estouraram champanhe quando o Banco do Brasil deixou de ser Banco Central, pensando com isso que o Banco do Brasil acabaria, enganaram-se. Ele não acabou. Aqueles outros que também estouraram champanhe quando foi extinta a conta-movimento, pensando novamente que o Banco do Brasil iria acabar, também ficaram decepcionados. Mais uma vez, passados esses dois furacões, o Banco do Brasil voltará a ser o grande banco."

CAMILLO CALAZANS DE MAGALHÃES. Presidente do BB, 1985-88. (Depoimento ao Congresso Nacional, 1991).

"O Banco do Brasil pode, independentemente do governo, ter um planejamento estratégico que o transforme em um conglomerado financeiro múltiplo, cumprindo, mesmo que o governo não queira, um importante papel para o país em termos de desenvolvimento regional e tecnológico. Com isso ele ganha a concorrência com o setor privado. Portanto, o banco tem grau de liberdade suficiente para agir. Não tem agido por incompetência."

CÉSAR MANOEL DE MEDEIROS. Superintendente do BB-BI, 1988-1990. (idem).

"A crise do Brasil tem muito a ver com a crise do Banco do Brasil e vice-versa... Estamos assistindo neste país... algo simplesmente estranho: o governo abandona os seus instrumentos e chega a dizer - como assisti a um ministro dizer numa palestra dentro do plenário do Banco do Brasil, para nós, diretores, que se o Banco do Brasil não for capaz de buscar logo uma missão, ele vai ter problemas no futuro. Como se fosse possível a cada um dos instrumentos do governo procurar uma missão por conta própria. Essa é a própria definição de que o governo não tem política, porque seus instrumentos são para sustentar as políticas de governo."

ALCIR AGÜSTINHO CALLIARI. Presidente do BB, 1992-95. (idem)

"O papel social do Banco do Brasil é dar lucro."

PAULO CÉSAR XIMENES (presidente do BB, 1995-).

INTRODUÇÃO.

Esta dissertação trata da empresa estatal Banco do Brasil S.A. no período que se estende de 1964 a 1992, concentrando-se na etapa iniciada em meados da década de oitenta. A análise desenvolvida focaliza o BB em duas dimensões fundamentais. Primeiro, enquanto instrumento e agente de políticas públicas voltadas para o fomento de determinados setores produtivos, basicamente agropecuária, agroindústria e complexos exportadores, dentro de uma ação governamental mais ampla. Segundo, em sua dimensão de grande empresa financeira, cuja atuação depende de seus resultados e do fortalecimento de sua posição no mercado, sob condições concorrenciais específicas.

O objetivo do trabalho é demonstrar que ao longo de uma trajetória de progressiva perda de funções no arcabouço das finanças públicas e conseqüente redução de seu alcance como instrumento de política econômica, o BB ingressou numa situação de crise estrutural que atingiu as duas dimensões referidas. Mais ainda, que a tentativa de resposta empreendida pela instituição, através da diversificação e penetração concorrencial em diversos subsegmentos do mercado financeiro - vale dizer, sua constituição na forma de conglomerado - teve alcance limitado, não conduzindo à reversão de sua crise em nenhuma daquelas dimensões.

Uma perspectiva histórica mais distanciada torna visível a transferência de funções do Banco do Brasil para novos entes estatais. O BB deixou de ser o principal financiador do investimento industrial do país; deixou de desempenhar as funções de autoridade monetária, o que se completou com a perda da capacidade emissora que deteve através da contagem; mais recentemente, perdeu também o monopólio do financiamento e o papel de órgão executor da política de comércio exterior brasileiro.

A materialização da crise do Banco do Brasil enquanto agente de políticas financeiras desenvolvidas em apoio a amplos setores privados, por sua vez, pode ser vislumbrada analisando-se o comportamento da oferta e demanda de crédito da instituição. O caso do crédito rural é emblemático.

Quanto à oferta de recursos, a restrição ao alcance do BB foi determinada pela crise fiscal-financeira do Estado e pelo colapso do financiamento externo voluntário aos países da América Latina. Em outras palavras, as contradições próprias da trajetória de crescimento da economia brasileira, combinadas com a reversão das condições internacionais, reduziram a capacidade do banco enquanto agente financiador das empresas domésticas e atingiram sua atuação como agente captador no mercado internacional.

Constituíram o resultado dessas transformações, enquanto momentos específicos imediatamente relacionados com o banco, a reforma do sistema de crédito rural e a progressiva extinção dos subsídios creditícios, inclusive das linhas de financiamento ao comércio exterior. Da mesma forma, pelo lado de sua estrutura de passivos, o fim do acesso direto a recursos do orçamento monetário e o declínio dos demais fluxos que lastreavam suas operações ativas incluíram-se entre as decorrências daqueles processos mais gerais.

Quanto aos determinantes da demanda do crédito rural, a gestação da crise do BB relacionou-se a distintos fatores. A diferenciação estrutural no campo, marcada pela emergência de complexos agro-industriais, trouxe consequências aos mecanismos de financiamento das atividades do setor. Além disso, o agravamento da instabilidade geral da economia atuou no sentido de elevar o risco da atividade, diminuindo a propensão ao endividamento dos agentes envolvidos. Ambos contribuíram para o crescimento de mecanismos de financiamento ao largo do crédito bancário: seja pela ampliação da capacidade de autofinanciamento dos produtores,

seja pelos novos mecanismos de crédito no espaço econômico articulado por esses complexos.

Cabe adiantar que esta dissertação propõe-se a tratar mais aprofundadamente o aspecto relativo à oferta de recursos, assumindo a discussão sobre a demanda um caráter subsidiário em seu desenvolvimento.

A crise do BB enquanto agente de políticas públicas teve consequências decisivas sobre seus resultados empresariais, ou seja, desdobrou-se na progressiva fragilização de sua condição patrimonial e de liquidez, refletida em resultados declinantes e outras evidências. Tendencialmente, observou-se um encarecimento de sua estrutura de passivos sem correspondente ampliação das receitas, combinado com a deterioração da qualidade de seus ativos e, ainda, um maior descasamento de prazos entre suas operações passivas e ativas.

Entre os determinantes imediatos dessa deterioração salientam-se o fim do acesso diferenciado a recursos baratos, que o banco dispunha até 1986 através da conta-movimento, e a queda dos repasses do Tesouro. Mas o processo de fragilização não se resumiu às consequências imediatas das mudanças institucionais de 1986-88. Na segunda metade da década e início dos anos noventa o BB ainda absorveu por meio de refinanciamentos e anistias as dificuldades de muitos segmentos beneficiários do crédito da instituição, comprometendo sua própria situação empresarial.

Como maior parte dessas operações de anistias e refinanciamentos foram realizadas à ordem do Tesouro, em princípio os custos e riscos correram por conta do mesmo. Entretanto, não apenas a contabilização permaneceu no balanço do BB, como ainda a sistemática de aportes não garantiu o automático provimento de recursos. Nesse sentido, o banco cumpriu também o papel de embutir na sua fragilização uma

parcela do déficit público, evitando que ele se explicitasse por inteiro nas contas do Tesouro.

Para contrabalançar a crescente restrição de recursos dirigidos ao financiamento de sua clientela tradicional, e frente à perspectiva de deterioração patrimonial associadas ao fim da conta-movimento e à diminuição dos repasses orçamentários, o BB deu início a sua conglomeração no mercado financeiro doméstico. Esta dissertação mostra que a restrição de recursos e a deterioração empresarial estiveram longe de ser revertidos: as questões críticas afloradas na década passada estão presentes e agravadas no contexto atual.

Vamos tornar a discutí-las ao final do trabalho; entretanto, antes cumprimos um roteiro de análise cuja estruturação está exposta abaixo.

* * *

2. A dissertação desenvolve-se em três capítulos, além da Introdução e Conclusões, que correspondem aos períodos em que se organiza o trabalho; a estrutura geral dos mesmos procurou obedecer tanto quanto possível à aproximação analítica do objeto.

De um lado, examinam-se as políticas macroeconômicas e as de caráter setorial, sob o ângulo de interesse específico da dissertação. Primeiro, a relação entre as políticas fiscal e financeiras e o BB, seja de instrumentalidade, seja definindo seu horizonte de atuação e expansão; segundo, no mesmo sentido, as políticas setoriais, especialmente a do crédito rural e o financiamento às exportações, o que converge, em seguida, para uma análise descritiva e caracterização do comportamento do crédito do BB. Este constitui o que se revela o pólo dominante da dinâmica contraditória do BB enquanto empresa estatal.

No outro pólo, analisa-se a dimensão empresarial do BB, abordando-se em primeiro lugar sua estrutura patrimonial e de resultados. A seguir, enfoca-se seu comportamento nos mercados financeiros, em termos de expansão e diferenciação.

Dissemos que se procurou obedecer o referencial "tanto quanto possível" porque a própria transformação da agenda de reformas ou planos econômicos e da trajetória da economia brasileira dificulta uma sistematização ou abordagem idêntica no interior de cada um dos períodos.

O *Capítulo I* cobre o período entre as reformas financeiras de 1964 até imediatamente antes das reformas iniciadas em 1986. Objetiva resgatar o conteúdo de seus papéis ao longo de décadas em que o caráter público praticamente resume seu movimento e onde, além disso, encontram-se as raízes de sua crise mais recente, a partir da crise fiscal e financeira do setor público.

O *Capítulo II* cobre a segunda metade da década anterior, e corresponde à primeira etapa da crise do banco. Discutem-se os rumos e consequências da reforma das finanças públicas iniciada em 1986 e da reforma do crédito rural sobre o BB, que lhe atribuem a substituição dos fundos orçamentários por recursos mobilizados no mercado financeiro. Após o fim dos subsídios e da conta-movimento, o BB é orientado para a diversificação no interior do mercado financeiro, reforçando-se sua dimensão empresarial.

Por sua vez, o *Capítulo III* cobre o triênio que se estende até 1992, correspondendo ao período em que a crise do banco se manifesta em sua estrutura de resultados. Discutem-se os impactos associados aos planos econômicos e o passivo acumulado pelo Tesouro junto ao banco. Nesse período, a mudança institucional mais relevante para o BB foi a perda da função de órgão executor das políticas do comércio exterior. Também examina-se nesse capítulo a relação entre o

comportamento recente do crédito do BB e a nova etapa de endividamento externo então delineada.

Encerra-se a dissertação com as *Conclusões*, que retomam questões levantadas na *Introdução*.

* * *

Exposta a temática desta dissertação e passado em revista seu plano de vôo, é oportuno recolocar seu objeto em termos conceitualmente mais explícitos - esclarecendo desde logo que estas "notas" não aspiram ao *status* de um capítulo teórico e não apresentam o fôlego de uma resenha crítica, apenas buscam delinear melhor o quadro de referências em que se situa aquele objeto e o princípio que conduz sua problematização.

As questões passíveis de uma abordagem prévia ao corpo do trabalho são, em primeiro lugar, o caráter público e a dupla natureza de uma empresa estatal, e, em segundo, sua dimensão de grande empresa, e portanto o mercado em que atua. A discussão dessas questões também permitirá embasar algumas conclusões sobre a crise do Banco do Brasil, ao final da dissertação.

Claro, há um primeiro e grande tema de fundo, que diz respeito ao Estado - ou às relações contidas no binômio Estado-sociedade, ao qual se prestam as devidas honras, embora o simples ingresso em seu debate exceda o escopo destas notas ¹.

¹ - Ao longo deste trabalho, pretende-se manter presente o teor da seguinte citação: "A história de um aparelho de Estado... não se esgota nos aspectos contingenciais de adequação ou desempenho em contextos específicos de uma formação econômico-social. Na pauta de uma investigação desse tipo, o tema de fundo - e que informa a própria escolha do objeto - consiste na relação Estado/classes sociais, esteja ele explícito ou não". VIANNA (1987:11). Encontra-se nos capítulos 1 e 2 dessa obra uma abrangente resenha (e discussão teórica) da literatura acerca da ação reguladora do Estado brasileiro no campo econômico, e das agências incumbidas dessa ação - no pré e pós-64, à qual remete-se o leitor. Além da ação reguladora, uma discussão do setor público

A. A primeira questão consiste em estabelecer referências para a análise do que surge como existência da "função social", ou ainda "oposição entre função social e banco comercial" no discurso político e no tratamento de imprensa sobre o tema dos bancos estatais. Para abordá-la, elegeu-se como ponto de partida as reflexões de Sulamis Dain² sobre a natureza e dinâmica da empresa estatal (EE), que adequam-se à colocação do objeto em outro plano que não apenas o empírico e permitem introduzir elementos para a discussão específica de uma estatal inserida no sistema financeiro. Um breve desenvolvimento dessa base conceitual também permitirá ressaltar que o BB não se resume à condição de um "caso" difícil de enquadrar.

Registrando a ênfase atribuída à ambiguidade estrutural dessas entidades presente em diversos estudos, a autora afirma que *"...nem todos os movimentos das empresas estatais estavam contidos nos limites da política econômica..."*. Ao invés de resumir-se a esse determinante, esses movimentos também *"dependiam claramente de outros elementos explicativos... (que) tinham a ver com a gênese das empresas estatais, por um lado, e com sua existência como grande empresa capitalista a partir dos quais se explicavam seus determinantes estruturais."* (DAIN, pg. 16).

Desse ângulo, uma das tarefas da dissertação consiste em identificar os determinantes estruturais do movimento do Banco do Brasil nos períodos em exame. Também daí surge um "princípio de problematização" do objeto: qual o peso das diretrizes de política econômica frente à especificidade de sua gênese e a suas determinações enquanto grande empresa capitalista? Entre essa interrogação a ser reiterada e sua

descentralizado pós-30 pode ser vista em PRADO (1985). Sobre o mesmo tema, veja-se mais recentemente PRADO (1993).

² - DAIN (1986), especialmente a Introdução e o Capítulo I.

resposta, interpõe-se uma investigação da trajetória econômica brasileira, assim como do processo pelo qual avança a constituição do BB enquanto grande empresa financeira. Nesse programa envolve-se o corpo da dissertação.

E é justamente a relação entre as determinações associadas ao BB enquanto instrumento e agente de políticas públicas e aquelas associadas ao banco enquanto grande empresa - tenha essa relação o caráter de subordinação instrumental ou ainda outro - que prescinde de uma rápida discussão analítica.

Refutando o enfoque da visão econômica convencional sobre empresas estatais, DAIN ressalta seu viés normativo e, no fundo, a própria elusão do problema enquanto objeto de análise³. Por outro lado, na crítica a uma visão alternativa, que identifica como as "teses do Capitalismo Monopolista de Estado" (CME)⁴, a autora volta-se inicialmente contra o que seriam suas interpretações equivocadas "...entre as quais a de que o Estado (político) seria um mero reflexo do capital (econômico), e a idéia do Estado subordinado (ou como instrumento passivo) aos monopólios" (DAIN, 1986:43).

Não obstante, na leitura que faz dessa posição, ela incorpora que a concretização do Estado em setor público no capitalismo monopolista cumpre o duplo papel de "assegurar a produção nos setores onde o impulso de investimento privado é baixo ou inexistente", sustentando a taxa média de lucro do sistema e não apenas dos grandes grupos, assim como lhe cabe "financiar

³ - Que fica clara na citação escolhida pela autora: "Porque é pública, o que nos interessa a respeito da empresa estatal é como ela deve se comportar. Assim, não estamos tão preocupados em entender seu comportamento". R. Turvey, *Public Enterprise*, Penguin Books, Inglaterra, 1968, pg. 7, apud DAIN (1986:36).

⁴ - A principal referência da autora para colocar o objeto da crítica é P. Boccara, *Le Capitalisme Monopoliste d'Etat, Traité d'Economie Politique*, Paris, 1971. Ver DAIN (1986:27), nota de rodapé no. 6.

diretamente a produção privada e o lucro das frações de capital, notadamente do capital monopolista" (DAIN, 1986:45).

Entre outras críticas que desenvolve a vertentes da visão marxista ⁵, interessa mais de perto a de que a ambiguidade contida nas EE teria sido tratada em plano excessivamente abstrato, impondo-se atribuir a necessária ênfase ao nível histórico concreto. Em consequência, o estudo dos padrões de intervenção estatal na economia deveria conduzir ao esboço de uma tipologia, remetendo o esforço de investigação no rumo das características da organização industrial. A síntese dessa discussão merece ser reproduzida:

"Como forma transfigurada do Estado na esfera da produção, a empresa estatal partilha das características da grande empresa. Como grande empresa, é tanto uma estrutura de produção ou de organização e expansão do capital como uma estrutura de poder. Como manifestação do Estado no capitalismo contemporâneo é ainda um instrumento de valorização do capital como um todo. Nela se fundem e se contraditam duas lógicas: uma lógica particular de grande empresa e de fração de capital, e outra, a lógica do capital geral, do qual é instrumento e manifestação concreta" (DAIN, 1987:53).

Antes de prosseguir, convém registrar *en passant* as orientações algo distintas que presidem o trabalho de VIANNA (1987) e principalmente o de MARTINS (1985).

VIANNA, na crítica ao que classifica de "politicismo" que contaminou a maioria dos estudos de caso sobre "aparelhos de Estado" no Brasil pré e pós-64 ⁶, postula e procura

⁵ - Aqui a autora se refere à escola marxista alemã (DAIN, 1986:52).

⁶ - Em seus termos, esses estudos "dão maior ênfase aos aspectos da mediação de interesses e absorção dos conflitos cuja realização se faz no

demonstrar a existência de um projeto de modernização capitalista cuja vigência orientou hierarquicamente as ações dessas agências - em particular, neste último período, submetidas à proeminência do Conselho Monetário Nacional.

MARTINS, por sua vez, discute o "modo de expansão" do Estado nas circunstâncias do desenvolvimento brasileiro, através da expansão e multiplicação fragmentária de suas agências, assim como suas consequências nas relações entre burocracia estatal e estrutura de classes. Por oposição à validade explicativa ou mesmo à existência de um projeto nacional de desenvolvimento, parte relevante do que considera um desvio "economicista", sua tese central minimiza a identificação entre caráter estatal e articulação sistêmica⁷.

Antecipando que esta dissertação é antes informada pela primeira das duas orientações, cabe voltar a DAIN. Da síntese anteriormente ressaltada, além de um princípio de

interior desses aparelhos, do que ao conteúdo substantivo das políticas por eles implementadas. Com isso, 'politizam' a análise ... incidindo no erro de descuidar a importância real que tais órgãos tiveram na implantação do capitalismo nacional" (VIANNA, 1987:52). Mais adiante: "O postulado da ausência de um projeto articulado de longo prazo - recorrente em grande parte dos autores referidos - denota a pouca atenção dada ao problema. O projeto existe e é o da modernização capitalista, embora o consenso sobre o papel dos atores concorrentes para sua consecução não esteja dado." (idem, p. 53). E, no que nos interessa mais de perto: "Equivale dizer, não há que perder de vista o caráter hierarquizado dos aparelhos do Estado (ainda que este caráter possa se ocultar sob uma capa de fragmentação)". (VIANNA, 1987:58, grifo da autora). Registre-se uma primeira diferença - de objeto - entre VIANNA (1987) e DAIN (1986), uma vez que o foco da segunda centra-se na discussão da empresa estatal no contexto do capitalismo brasileiro e internacional, enquanto VIANNA não trata esse objeto de forma específica.

⁷ - Por exemplo, ao assumir que a expansão do Estado brasileiro materializa-se em atividades e agências que "...se relacionam mais ao Estado, enquanto conceito, do que se articulam entre si, e nele concretamente se integram para formarem um sistema." (MARTINS, 1985:11). O autor denuncia como economicista a dissociação Estado-classe identificada no predomínio explicativo de um suposto projeto nacional capitalista, e como visão de um relacionamento abstrato entre aquelas categorias a proposição de uma subordinação instrumental do Estado à burguesia e suas frações de classe (MARTINS, 1985:26).

problematização para abordar os movimentos do Banco do Brasil decorre também a necessidade de discutir a estrutura de mercado em que a estatal está inserida. Assim, para atingir maior concretude na análise da dualidade estrutural das EE, desdobram-se novas exigências:

"...a partir do momento em que se aceita a tese central do CME sobre o papel do Estado na valorização do capital como um todo, e de que as estatais internalizam a contradição entre o público e o privado, tratar-se-á de explicitar as manifestações desta contradição, a nível dos vários segmentos da produção estatal, bem como analisar o impacto de seu movimento contraditório, em termos de sua própria dinâmica de expansão e da dinâmica de expansão da indústria como um todo." (DAIN, 1986:55).

Com base nessa reflexão, o presente trabalho procura explicitar as manifestações dessa contradição nos momentos em que, eventualmente, a dimensão estatal do BB interdita a efetivação de sua dinâmica expansiva, assim como evidenciar o sentido de convergência entre interesses gerais de valorização - assumindo-se aqui a expressão concreta desses interesses através da política econômica - com interesses particulares da estatal.

Quanto à análise do movimento contraditório da estatal Banco do Brasil, desenvolver o aspecto que se refere à dinâmica de sua diversificação e expansão no mercado constitui em parte a própria matéria da dissertação. Quanto à expansão da "indústria", por outro lado, parece lícito tratar algumas possibilidades de análise apenas sumariamente, dada a necessidade de estabelecer um propósito factível no âmbito de uma dissertação de mestrado.

Apesar dessa limitação, cabe abordar também brevemente o segundo problema conceitual apontado no início destas notas, referente à estrutura do(s) mercado(s) onde o Banco do Brasil está inserido e os marcos de sua evolução estrutural. Trataremos apenas da primeira parte, remetendo a segunda aos capítulos centrais do trabalho.

B. Na tipologia adotada por DAIN, os blocos de capital estatal integram-se em setores de monopólio natural ou estatutário, oligopólio puro ou concentrado e oligopólio diferenciado. Várias ordens de racionalidade presidem a dinâmica expansiva das EE no interior dessa classificação; em sua análise, a autora propõe considerar uma lógica desdobrável em racionalidade técnica, racionalidade de mercado (papel das barreiras à entrada, etc.) e racionalidade de capital (papel na centralização e modificação das formas de capital, ou seja, no processo de conglomeração) (DAIN, 1987:58).

Quanto à correspondência com setores econômicos, o monopólio relaciona-se, primeiro, à produção do capital social básico, cuja expansão não está subordinada à lógica de mercado mas a critérios sociais. O oligopólio puro ou concentrado envolve as EE de insumos básicos e da indústria pesada; aqui a racionalidade de mercado assume relevância em sua dinâmica expansiva. Por fim, uma EE pode inserir-se em uma estrutura de oligopólio diferenciado, onde, além das características distintas dos mercados anteriores, essa empresa pode incorporar uma função reguladora apoiada essencialmente em sua ação sobre as regras concorrenciais que conformam o mercado ⁸.

⁸ - A autora estabelece uma tipologia que procura não se limitar aos padrões competitivos, para poder incorporar a estrutura dos monopólios estatais.

Para efeito da dissertação, cabe considerar desde logo que o "mercado financeiro", onde se insere o BB, seja em âmbito doméstico ou não, tem características qualitativamente distintas daqueles que têm sido objeto dos estudos de organização industrial, tanto pelos "produtos" com que opera, como o crédito, ativos e serviços financeiros, como ainda pela centralidade de sua inserção na teia de relações interempresariais, daí resultando o impacto que os movimentos desse mercado tem sobre as condições gerais do funcionamento econômico⁹. Os bancos enquanto principais agentes desse mercado têm a faculdade de criar moeda endogenamente, alterando os níveis de liquidez e daí as condições gerais da economia.

Devido ao caráter mencionado, o grau em que se materializa a presença regulatória do Estado constitui o traço mais saliente desse mercado. Sua presença se expressa em primeiro lugar na definição do formato institucional, ou no funcionamento das condições de entrada e saída dos agentes, operado tanto pela autoridade monetária como determinado por circunstâncias de mercado¹⁰. Além disso, uma das principais interfaces de seu processo concorrencial corresponde à linha demarcada entre os blocos de capital públicos e privados, onde, não raro, requer-se uma arbitragem materializada no poder discricionário da autoridade econômica, como será visto quando tratarmos da diversificação e conglomeração do BB pós 1986.

⁹ - Os estudos originados de "Organização Industrial" aplicados às condições específicas do sistema/mercado financeiro têm se concentrado na discussão das "inovações financeiras". Veja-se, por exemplo, a coletânea de artigos de raiz neo-schumpeteriana contidos em HEERTJE (1988).

¹⁰ - O Banco Central estabelece requerimentos formais (capacidade financeira, técnica e "idoneidade") para a constituição de uma instituição financeira, assim como define através de normatização prudencial as condições de intervenção e liquidação desses agentes.

Não obstante essas especificidades do sistema/mercado financeiro, o conceito de estruturas de mercado e correspondente tipologia constituem uma mediação útil, por informar teoricamente uma abordagem das relações de rivalidade e cooperação entre agentes econômicos. Em POSSAS (1984), as condições de concorrência que conformam uma estrutura de mercado sintetizam-se nas barreiras à entrada, que aparecem como determinante principal das margens de lucro - esta a variável mais geral - tendo nas transformações estruturais do mercado a principal preocupação teórica. Nesse enfoque, o conceito de mercado ganha maior amplitude, devendo ser entendido como "*locus da concorrência capitalista...em qualquer dos seus níveis de abrangência*" (POSSAS, 1984:164).

Porém, vale alertar que apesar da abrangência pretendida pelo conceito, certas questões cruciais colocam dificuldades ou eventuais limites a seu alcance, como o caráter da moeda e do crédito numa economia capitalista, a intensidade da regulação estatal e a definição institucional das barreiras à entrada, assim como, em outro nível, o fato de que uma das principais fronteiras concorrenciais no mercado financeiro brasileiro corresponde justamente à interface entre instituições públicas e privadas. Portanto, fica em aberto nestas notas precisar até que ponto a dinâmica dos mercados financeiros e sua mudanças estruturais seriam teorizáveis.

Foi nesse sentido que se disse que o BB seria algo mais do que um "caso difícil". Para o propósito destas notas, não se trata propriamente de enquadrar a estatal em algum tipo de mercado mas principalmente apontar, desde logo, algumas características essenciais do(s) mercado(s) em que o BB se insere de forma crescentemente competitiva. Nesse processo, a estatal e seus mercados poderão ter transitado entre distintas formas tipológicas, cumprindo uma trajetória cujo sentido será discutido rapidamente nos capítulos centrais e retomado nas Conclusões da dissertação.

CAPITULO I

O BANCO DO BRASIL AO LONGO DO CICLO, E NA FASE DO AJUSTE MONETARISTA (1964-85).

Para sumarizar a trajetória em que se insere a atuação da empresa estatal Banco do Brasil, convém recordar inicialmente que a economia brasileira atravessou nas últimas décadas várias etapas de profunda diferenciação em sua estrutura produtiva. Nesse período, enquanto pode manter um ritmo de crescimento acelerado, o processo de acumulação esteve assentado no dinamismo industrial. Entretanto, com a desarticulação dos fatores dinâmicos da economia no início da década passada, o produto agrícola tem crescido a taxas médias superiores às da indústria ¹¹.

Os mecanismos de financiamento da acumulação vigentes nos sucessivos períodos preservaram grande regularidade em seus traços essenciais. Além da relevância do autofinanciamento das empresas através da retenção de lucros, determinada divisão de papéis entre os agentes financeiros foi uma notável constante. Incumbiram-se os bancos comerciais privados de financiar o capital de trabalho das empresas não-financeiras, enquanto a quase totalidade do crédito de longo prazo foi atendido seja pelo mercado externo como através das instituições financeiras sob controle estatal ¹².

¹¹ - Análises das mudanças estruturais e do padrão de acumulação da economia brasileira, no pós guerra, encontram-se em SERRA (1982) e TAVARES (1986), entre outros. Um estudo que analisa especificamente a evolução do complexo rural até os complexos agroindustriais da atualidade encontra-se em KAGEYAMA (1990).

¹² - "Quase totalidade" porque houve a importante excessão do financiamento habitacional. Sobre o sistema financeiro, ver ainda TAVARES (1983) e ZINI Jr. (1982).

O caráter estruturante da ação desse agente, por sua vez, materializou-se na constituição do capital social básico e de um vasto setor produtor de bens intermediários. No plano da coordenação das decisões dos agentes privados, o Estado comandou a articulação dos interesses vinculados aos grandes blocos de capital estrangeiro e ao capital nacional. Ao mesmo tempo viabilizou a acumulação capitalista pela definição dos marcos institucionais e financeiros desse processo e, ainda, através da centralização e repasses de recursos aos setores produtivos.

Neste capítulo, apresentam-se os antecedentes históricos da atuação do Banco do Brasil no interior desse movimento mais geral, cobrindo um período no qual emergem as crises latentes no "modelo de desenvolvimento". Crises essas que se manifestam com particular intensidade no âmbito fiscal e financeiro do setor público e daí se propagam às relações que o Estado manteve durante as últimas décadas com setores econômicos relevantes.

Analisa-se a inserção do BB no interior das finanças públicas enquanto ostentou a condição de Autoridade Monetária, sua ação como principal instrumento do Sistema Nacional de Crédito Rural associado às transformações estruturais do setor agropecuário brasileiro e, ainda, seu papel no financiamento ao comércio exterior e aspectos centrais de sua atuação internacional. Por fim, após um exame de seu comportamento no início da década passada, faz-se uma avaliação sucinta de sua evolução patrimonial e de resultados.

A. Restrição ao BB no quadro das finanças públicas.

A evolução institucional do Banco do Brasil revelou-se marcada por momentos de abrupta redução de suas atribuições como parte integrante do Estado, que passaram a ser desempenhadas por outras entidades específicas. Essas

restrições à diversidade de papéis do BB constituíram a contraface do processo de diversificação do aparato estatal como um todo, de que são exemplos conspícuos a criação do BNDE na década de 50 e do Banco Central na década de 60 ¹³. A essas transformações, associou-se, por outro lado, uma crescente projeção de sua presença comercial no mercado financeiro internacional e doméstico.

Os principais períodos nos quais podemos estruturar a evolução, ou, sob outro ângulo, a "involução" do *status* institucional do BB são a) até as reformas financeiras de 1964/65 b) de 1965 até as reformas das finanças públicas de 1986/88, e c) após as reformas de 1986/88. Trataremos neste capítulo principalmente do segundo item.

Ressalte-se que essa periodização obedece às duas últimas grandes reformas no aparato institucional e nos instrumentos de política econômica do Estado brasileiro. Num primeiro momento, quando iniciou-se o ciclo autoritário, em 1964, as reformas financeiras constituíram o núcleo central da modernização do Estado ¹⁴, que precedeu e impulsionou o segundo ciclo de mudanças estruturais da economia brasileira no pós-guerra. Num segundo, face à emergência de um governo democratizante e do processo Constituinte, em 1985/88, a estrutura de finanças do Estado foi novamente submetida a profundas mudanças, que deveriam descentralizá-la, dar-lhe

¹³ - A discussão específica sobre a forma de expansão do Estado brasileiro ensejou um extenso capítulo da literatura econômica, do qual PRADO (1985) constitui um bom exemplo. Aqui, referimo-nos à trajetória de restrição ao BB e não "esvaziamento" ou "perda de funções", como é corrente tratar o processo em algumas análises políticas - na medida em que sua atuação foi substituída por outros órgãos ou empresas de governo especializadas, indicando que o movimento dominante foi o de diversificação e não o de estreitamento das funções do Estado.

¹⁴ - Ver avaliação em ALMEIDA (1985). Houve ainda uma "reforma tributária", em 1966, uma "reforma administrativa", em 1967, além de outras e da própria "reforma política" consubstanciada no golpe militar e seus desdobramentos.

transparência e recuperar algumas das prerrogativas do Poder Legislativo sobre matéria econômica. Esses marcos estabelecem momentos de descontinuidade em que a gama de papéis e instrumentos operados pelo Banco do Brasil, como já foi dito, experimenta abrupto estreitamento.

1. Autoridade monetária única (até 1964).

Antes de 1965, com um sistema financeiro ainda pouco desenvolvido no Brasil, o BB detinha uma participação central nas tarefas de formulação e normatização da política econômica, exercendo ainda funções regulatórias, fiscalizatórias e operacionais de autoridade econômica na área monetária, creditícia e cambial. À época, de acordo com OLIVEIRA (1985:08):

"a) o poder de emissão era conferido ao Tesouro, através da Caixa de Amortização, que supria de papel moeda, exclusivamente, a Carteira de Redescontos - CARED e a Carteira de Mobilização Bancária - CAMOB, visto serem estas as duas únicas entidades que podiam colocar tal ativo em circulação;

b) competia à Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, criada em 1945, realizar quase todas as tarefas pertinentes a um Banco Central, tais como: determinar as taxas de juros bancárias, estabelecer as taxas de redesconto e seus limites; implementar a política de câmbio; definir os depósitos compulsórios, etc.;

c) Ao Conselho da SUMOC (majoritariamente composto por funcionários do BB), cabia determinar as principais linhas da política monetária e creditícia; e por fim

d) Ao Banco do Brasil cabia operar, enquanto entidade com funções de Banco Central, a CARED e a CAMOB; esta destinava-se a socorrer os bancos em situação ilíquida, enquanto a primeira fornecia redescontos seletivos e de liquidez; suas carteiras de câmbio - CAMIO, e de comércio exterior - CACEX, cumpriam a política da SUMOC. Ademais, competia ao Banco do Brasil não só a guarda das reservas voluntárias dos demais bancos, mas também a realização da compensação de cheques. Por fim, enquanto agente financeiro do Tesouro, tal instituição, além de realizar as cobranças e pagamentos em seu nome, abria linhas de crédito ao Governo Federal na forma de antecipação de suas receitas.¹⁵

Além do enorme alcance que detinha o BB como instrumento de política econômica, merece ser salientado que o Tesouro Nacional carregava junto ao BB um volumoso *deficit*, superior ao conjunto das demais aplicações do Banco, enquanto fornecia ao setor privado subsídios creditícios daquela mesma magnitude. É importante notar que esse mecanismo de financiamento, apoiado na emissão monetária, não conduzia à fragilização patrimonial do Banco do Brasil, uma vez que os *déficits* apareciam de forma plena nas contas do Tesouro¹⁶.

2. Um sistema "híbrido", até as reformas de 1986/88.

As mudanças no arcabouço normativo da economia brasileira, em meados dos anos 60, fundaram as bases institucionais dos

¹⁵ - OLIVEIRA (1985:8).

¹⁶ - A estimativa do *deficit* e subsídios é de SOCHACZEWSKI, A.C., *Financial and economic development of Brasil, 1952-1968*, London, London School of Economics, 1980, Tese de Doutorado, pp. 176-178, *apud* OLIVEIRA (1985:27). Para um detalhamento técnico do processo de emissão associado aos *déficits* do Tesouro, ver OLIVEIRA (1985:9-10).

mecanismos de financiamento público e privado das décadas seguintes e, embora tenham se projetado além do sistema financeiro estritamente falando, estiveram centradas nas reformas financeiras ¹⁷. A Lei 4595/64 criou o Conselho Monetário Nacional a partir do Conselho da SUMOC; como órgão máximo do sistema, detinha a prerrogativa de dispor sobre política monetária, creditícia e cambial, além de comércio exterior e capital estrangeiro. Ao longo das décadas de 60 e 70, o CMN hipertrofiou-se, tornando-se de fato o comitê de comando da política econômica nas mais importantes dimensões ¹⁸. A partir da SUMOC, criou-se o Banco Central do Brasil, executor e fiscalizador das deliberações do CMN; constituído na forma de Autarquia Federal, passou a carregar as funções de banco emissor e banco dos bancos, anteriormente atribuídas à CARED e CAMOB, do Banco do Brasil.

O BB, por sua vez, manteve as atribuições, primeiro, de agente financeiro do Tesouro Nacional, arrecadador e pagador, e, enquanto principal instrumento executor da política creditícia/financeira do governo, encarregado dos programas oficiais de crédito, assim como da política de estoques governamentais, executando os serviços relacionados com a compra e venda de produtos agropecuários.

Na condição de caixa do Tesouro Nacional, ficou com as disponibilidades do Tesouro de origem orçamentária, cabendo-lhe receber com exclusividade as disponibilidades das

¹⁷ - Alguns dos principais instrumentos normativos que compuseram esse novo marco foram a Lei 4595, 31.12.64, que redesenhou o funcionamento das instituições financeiras, aí incluídas as autoridades monetárias, a Lei 4357, pondo fim à antiga Lei da Usura e criando as ORTN, a Lei 4380/64, criando o Sistema Financeiro da Habitação, a Lei 4728, de 14.07.65, que dispôs sobre o Mercado de Capitais, além da 4829 que instituiu o SNCR em 1965 e, ainda, as mudanças na regulamentação cambial, em agosto de 1968, criando as ORTN cambiais e introduzindo a regra de minidesvalorizações.

¹⁸ - Para uma análise do Conselho Monetário Nacional e suas funções, ver VIANNA (1987), além da bibliografia já mencionada sobre as reformas financeiras.

entidades federais. Além disso, continuou prestando um conjunto de serviços ao Tesouro relativos a sua execução orçamentária e financeira, o que foi facilitado pela preservação de sua estrutura operacional e administrativa ¹⁹.

Preservou ainda funções exercidas em nome do Banco Central, tais como receber os depósitos voluntários das instituições financeiras, uma vez que ficou encarregado da execução dos serviços de compensação de cheques, sem prejuízo de sua condição de banco comercial - até pelo contrário ²⁰. Em vista dessa relação com o Bacen, e ainda para permitir que o BB realizasse adiantamentos a operações de interesse do Tesouro, instituiu-se a "conta movimento". Com isso o BB ficou desobrigado, na prática, do recolhimento compulsório sobre seus depósitos, uma vez que sua conta de reservas bancárias no Bacen desfrutava de um nivelamento automático através daquele mecanismo. A conta-movimento passou a ter importante relação com a capacidade do Banco desenvolver suas operações ativas, expandindo seus empréstimos sem as restrições típicas às demais instituições.

Em decorrência dessas atribuições e prerrogativas, e, ademais, da preservação da função de câmara única de compensação, acrescido da incumbência de supridor do meio circulante em todo o país, o Banco do Brasil manteve seu status de Autoridade Monetária, em companhia do Banco Central, ainda que em papel secundário.

¹⁹ - Uma descrição mais detalhada dessas funções encontra-se em CONGRESSO NACIONAL (1984), *"Relações Institucionais entre o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Banco do Brasil"*, a propósito do voto CMN 283, de 21.08.84, editado para reformar a institucionalidade das finanças públicas.

²⁰ - Deve-se registrar, por outro lado, o fato de que os depósitos do público e dos bancos comerciais no BB, nessa estrutura de dupla Autoridade Monetária, estarem incluídos na base monetária, pesou negativamente para o banco na controvérsia sobre o controle da base e seus possíveis impactos inflacionários.

A lei 4595 dispôs ainda sobre outros aspectos decisivos das finanças públicas, como por exemplo ao proibir as Autoridades Monetárias de emprestar ao Tesouro. Este deveria passar a financiar-se através de mecanismo não monetário, ficando os créditos do BB ao TN com seu saldo congelado àquela data.

Ademais, foi decisiva para a gestão das finanças públicas a instituição do orçamento monetário (OM), que constituía simples programação monetário-creditícia definida pelo CMN na qual se incluía a previsão do crédito das instituições oficiais. Progressivamente, porém, grande volume de despesas que deveriam transitar pelo orçamento fiscal (Orçamento Geral da União, votado *in totum* pelo Legislativo), eram cursadas ao amparo do Orçamento Monetário, cujas metas podiam sofrer revisões mensais a cada exercício (quase sempre para maior, devido à subestimação da inflação). Era o caso de expressiva parcela das operações do BB. Nessas condições, o Poder Executivo pode concentrar a exclusividade decisória sobre grande parte de gastos essencialmente fiscais, porém registrados no OM, para o que a manutenção do canal financeiro entre o Bacen e o BB, através da conta-movimento, revelou-se extremamente funcional.

Outra peculiaridade relevante das Autoridades Monetárias, nessa etapa pós-64, foi a preservação da gestão de fundos e programas de fomento no Bacen, cujos recursos em grande medida transitaram pelo BB, a quem competiu também gerir alguns deles ²¹.

Um último elemento essencial do funcionamento das Autoridades Monetárias, que merece menção, foi o fato da gestão da dívida pública mobiliária ter ficado sob a responsabilidade do Bacen, e não do Tesouro Nacional ²².

²¹ - Sobre os Fundos e Programas associados, ver BELIK (1992:86-102).

²² - O Decreto-Lei no. 263, de 21.02.67 transferiu a administração da dívida pública para o Bacen, o Decreto-Lei 1079, de 24.01.70 criou as

Resultou dessa configuração das Autoridades Monetárias, até as reformas de 1986/88, um mascaramento da verdadeira situação fiscal e das contas públicas do país, consolidando o amplo grau de liberdade que dispôs a Autoridade Econômica para formular e implementar políticas. Sob aspecto específico, o Banco do Brasil, mesmo incumbido de um rol de atribuições menos extenso que em época anterior, manteve-se como um dos mais poderosos instrumentos de política econômica à disposição do governo, ao mesmo tempo em que, apoiado na nova estruturação das finanças públicas, pode expandir-se aceleradamente no mercado financeiro doméstico e internacional. É o que se vê nas seções seguintes.

B. Financiamento rural e gestão da crise do BB.

1. O BB como principal agente do SNCR (1965/80).

Quando iniciou-se a reforma das finanças públicas, em 1964, os débitos do Tesouro Nacional com o BB alcançavam 55% do total do crédito da instituição, proibindo-se a partir daí que as autoridades monetárias concedessem novos empréstimos ao Tesouro. Com isso, o crescimento marginal dos créditos do banco direcionou-se ao setor privado e às sociedades de economia mista, sendo que os vetores de expansão do BB passaram a apontar em dois sentidos: a) para o setor rural e os ramos industriais com ele relacionados, e b) para o financiamento do comércio exterior brasileiro e, de forma combinada, para a internacionalização de sua atuação. Ademais, aprofundou seu papel de agente financeiro voltado também para as pequenas e médias empresas ²³.

Letras do Tesouro como instrumento de controle da liquidez frente à ampliação de reservas, e a Lei Complementar no. 12, de 08.11.71, complementou esse processo permitindo ao Bacen emitir títulos (ORTN e LTN) por conta do Tesouro Nacional.

²³ - Em 1974, esse papel viria ser reforçado quando o BB tornou-se gestor do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), dirigindo a aplicação desses recursos às pequenas e médias empresas.

Nesse redirecionamento, o Banco do Brasil adequou-se tanto às reformas financeiras e à orientação da política macroeconômica quanto ao programa de modernização capitalista do campo, cuja prioridade era subordinar a própria atividade produtiva de abastecimento de alimentos e produtos primários destinados ao setor urbano-industrial através da crescente absorção de insumos industriais ²⁴.

A adequação significou nesse novo contexto assumir a condição de principal agente financeiro e bancário do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ²⁵. Embora em princípio tenha deixado de ser responsável pela formulação da política de financiamento agropecuário, formalmente transferida da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do BB para o CMN e o Bacen, manteve razoável influência nesse processo, seja porque os quadros do Bacen saíram do próprio banco, que preservou sua capacidade técnica, como também por sua ampla estrutura e articulação com os interesses setoriais.

²⁴ - Uma resenha das teses teóricas sobre a modernização da agricultura brasileira, particularmente aquelas dominantes na formulação de políticas pós-64, encontra-se em SANTOS (1988).

²⁵ - A Lei 4829, de 05.11.65, regulamentada pelo Decreto 58.380, de 10.05.66, instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural, no bojo das reformas financeiras do período. De acordo com PINTO (1980:119), onde encontra-se uma análise dos principais aspectos da política de crédito rural até a década de 80, essa Lei

"...atribui ao Conselho Monetário Nacional a função de disciplinar o crédito rural no País e estabelecer, com exclusividade, as respectivas normas operativas, cabendo ao Banco Central do Brasil a responsabilidade de dirigir, coordenar e fiscalizar o cumprimento daquelas deliberações."

e ainda definiu os componentes do SNCR,

"...que são basicamente os seguintes: Banco Central do Brasil, com as funções acima especificadas, Banco do Brasil, bancos regionais de desenvolvimento, bancos estaduais, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Outros aspectos importantes desta Lei são a caracterização dos créditos segundo a finalidade e a modalidade, e a definição das origens dos recursos necessários à operação do Sistema."

Com a possibilidade de acessar os recursos prioritariamente do orçamento monetário, não estando limitado a sua capacidade de intermediação no sistema financeiro, o BB foi na prática a instituição implementadora daquela política. De imediato, consolidou-se como a estrutura vertebral de um subsistema de crédito apartado das condições vigentes para o restante da economia, no interior do qual o custo do capital apresentava taxas negativas, bancadas pelo setor público, como aponta KAGEYAMA (1990). Pelo volume atingido, o crédito subsidiado tornou-se o instrumento principal da política agropecuária, e, nesse novo contexto, o BB manteve-se historicamente responsável por dois terços ou mais do fluxo de crédito rural.

A constituição do SNCR também pode ter tido outro sentido, compatível com o anterior. PINTO (1980:116) afirma que

"Até 1965 a quase totalidade dos contratos e dos recursos do crédito rural foram provenientes do Banco do Brasil. Houve uma pequena participação de outros bancos oficiais (regionais e estaduais) e uma presença praticamente nula dos bancos particulares".

Desse ângulo, a criação do SNCR pode ser interpretada como a primeira tentativa abrangente de privatizar as fontes de recursos para o financiamento da atividade rural, envolvendo as instituições financeiras privadas através aplicação compulsória de parte dos recursos mobilizados. Essa diretriz foi razoavelmente bem sucedida pelo menos na segunda metade da década dos sessenta; na década seguinte, entretanto, o BB passou a expandir o crédito rural a taxas superiores aos demais participantes do sistema, estatizando crescentemente o

SNCR pelo lado das fontes, ou re-estatizando o crédito rural, caso se considere o período pré-1964 ²⁶.

A fonte fundamental dos recursos para o SNCR nas duas décadas iniciais de sua existência encontrava-se no orçamento monetário - os fundos, aos quais associavam-se um ou mais programas - à margem do orçamento fiscal, entre os quais sobressaía o Fundo Nacional da Agricultura e Indústria - FUNAGRI, por sua vez desdobrado em um conjunto de outros subfundos ²⁷. As aplicações compulsórias apareciam como fonte complementar, a partir das exigibilidades incidentes sobre os depósitos à vista das instituições bancárias ²⁸.

Adicionalmente, havia recursos do mercado financeiro externo, em geral associados a programas de investimento.

Os efeitos da atuação do BB no SNCR extravasaram o setor estritamente agropecuário, uma vez que a disponibilidade de recursos e a diversidade de linhas do crédito rural permitiram que o financiamento ao investimento agrícola sustentasse a expansão do setor automotivo e de implementos, e que o financiamento ao custeio fizesse o mesmo com a indústria de fertilizantes e defensivos.

Como resultado dessa política e desse arranjo institucional, o desempenho do setor primário tornou-se profundamente

²⁶ - Em 1969, a participação dos bancos federais correspondia a 53% do crédito rural do sistema, em 1975 a 64% e essa participação alcançou 69%, segundo o Banco Central, *apud* OLIVEIRA (1995:35).

²⁷ - O FUNAGRI foi criado pela Lei 4728, de 14.07.65, e regulamentado pelo Dec.Lei no.56.835 do mesmo ano, dispondo de recursos de entidades financeiras nacionais e internacionais, recursos mobilizados no mercado e repassados pelo Bacen, e saldos remanescentes de contas anteriores. Em 1967 deu-se a vinculação da conta FUNAGRI, das Autoridades Monetárias, ao SNCR, tendo início a fragmentação associada aos particularismos de subsetores privados, dando origem ao grande número de "fundos e programas". Para maiores detalhes, ver BELIK (1992:86-102).

²⁸ - Inicialmente normatizadas pela Resolução 69 do Bacen, de 22.09.87, a partir dos artigos 4o. e 21o. da Lei 4829/65 e da própria Lei 4595.

vinculado ao comportamento do sistema financeiro e à evolução do SNCR, vale dizer, em grande medida, ao Banco do Brasil. A outra face da modernização da agricultura significou que os ramos fornecedores de insumos industriais à agricultura (defensivos agrícolas, fertilizantes, tratores, máquinas e implementos, etc) tornaram-se por sua vez também dependentes, indiretamente, desses mesmos mecanismos, como conclui OLIVEIRA (1985:60).

Mas não só. Também à jusante da produção rural, a emergência de importantes segmentos da agroindústria processadora esteve amparada por políticas públicas, especialmente o crédito subsidiado do BB e do BNDE, além dos incentivos fiscais e à exportação. Foi a partir de uma combinação dessas políticas que se consolidou o moderno complexo agro-industrial brasileiro ²⁹. Também para esse fim o Banco Central desenvolveu um conjunto diversificado de programas associados a fundos, em grande parte operados pelo Banco do Brasil, sendo o principal o já citado FUNAGRI.

Em resumo, após as reformas de 1964/65, a especificidade da inserção do BB no financiamento rural tanto decorreu da prioridade assumida por esse setor no perfil de crédito do banco, quanto associou-se ao contexto representado pelo SNCR e seu lugar nas políticas públicas do período. O alcance e a intensidade que adquiriu o apoio financeiro do Estado à expansão territorial da atividade agropecuária, à industrialização do campo e à absorção de inovações por parte dos produtores foi essencial à manutenção das taxas de crescimento da produção e produtividade desse setor ³⁰. Para

²⁹ - BELIX (1992) desenvolve essa hipótese central em sua tese de doutoramento.

³⁰ - Entretanto, até a década de 70, o padrão de crescimento da produção agropecuária brasileira teve um caráter predominante expansivo. Antes dos anos 60, a principal responsável pelo aumento produtivo havia sido a crescente absorção da mão de obra rural. Nas décadas de 60 e 70, a expansão da área plantada, associada à incorporação das terras de fronteira tornou-se a determinante principal, ainda que a década de 70 já

isso, criou-se um sistema de financiamento específico, que teve no crédito subsidiado seu principal instrumento e no Banco do Brasil seu agente dominante.

2. Impactos da reforma do SNCR sobre o BB (1980/85).

As políticas públicas dirigidas ao setor agropecuário passaram por uma profunda reforma entre fins da década de 70 e primeira metade dos anos 80. A sustentação da renda agrícola havia sido relativamente favorecida enquanto o conjunto da economia crescia a taxas satisfatórias; no mesmo sentido, a manutenção dos subsídios creditícios não foi seriamente questionada enquanto o setor público não estava financeiramente fragilizado e tampouco havia estancado o crédito externo.

Entretanto, no início dos anos 80 as condições macroeconômicas já eram outras e as bases do SNCR foram postas em causa. Algumas das críticas fundamentais levantadas contra sua forma de funcionamento, nesse contexto, podem ser elencadas ³¹:

a) ineficiência, na medida em que a relação volume de crédito/volume de produção crescia ano a ano ³²,

tenha representado uma transição. Sobre os fatores determinantes do aumento de produção, vide GASQUES & VILLA VERDE (1990:8-11).

³¹ - Aqui expostas sumariamente, sem desenvolver discussão sobre seu conteúdo. Pode-se ver, a respeito, SAYAD (1984, cap. 2 e segtes). Outras críticas relevantes também foram levantadas, como a concentração do crédito nos grandes produtores, inflação dos custos de produção, elevação do preço da terra, inadequação da tecnologia, além do notório vazamento de recursos subsidiados para a órbita especulativa. Ver a este respeito PINTO (1980:261 e segtes.).

³² - OLIVEIRA (1985:56) mostra que a relação entre os empréstimos rurais do BB e a renda agrícola, a cada ano, passou de 17,5% em 1967 para 55,0% em 1979. PINTO (1980:127) mostra que em 1975 o volume de crédito do SNCR ultrapassou o produto interno do setor primário. Este mesmo autor, discutindo a relação entre volume de crédito, produção e produtividade na década de 70 conclui que "seguramente...o crédito não está sendo um instrumento para introdução de tecnologia, o que, certamente, acarretaria

b) impactos macroeconômicos negativos, ao provocar a expansão descontrolada da base monetária e a elevação do nível de preços,

c) caráter socialmente injusto, pelo critério distributivo, contribuindo para a concentração da renda e da riqueza, particularmente da propriedade da terra.

Menos pelas críticas, e mais pela crise financeira do Estado, a política econômica monetarista do início da década encaminhou a reforma do crédito rural, que consistiu num decréscimo significativo dos fluxos de crédito concedidos, especialmente aqueles dirigidos ao investimento, e na ampliação da correção nominal dos valores contratados, além da tentativa então frustrada de privatizar o crédito, substituindo suas fontes tradicionais por recursos mobilizados pelos bancos privados.

Como resultado dessa política, a partir de 1984/85 a maioria dos contratos de crédito rural estava plenamente indexada. Por outro lado, o volume anual do crédito rural concedido pelo BB estava reduzido, no triênio 1983/85 a cerca de 50% daquele observado nos anos anteriores. Registre-se que essas transformações no SNCR não significaram que a proteção ao setor rural tenha sido suspensa em seu conjunto, uma vez que na segunda metade da década as transferências ao setor privado foram mantidas por outros mecanismos.

Além da evolução da política agrícola, focalizada na oferta de crédito, cabe tratar qualitativa e sumariamente a

um aumento de produtividade", e mais adiante "...tudo indica que os recursos destinados ao financiamento agropecuário estão substituindo os recursos próprios dos produtores ou, o que é pior, estão sendo parcialmente desviados para aplicações em outros setores da economia" (PINTO, 1980:223-225). Sua hipótese para explicar esse possível sobreendividamento remete ao papel de sustentação política do governo desempenhado pela burguesia agrária, articulada com os bancos e a burguesia industrial articulada à frente e atrás do setor agropecuário.

trajetória do setor agropecuário enquanto demandante do crédito rural. Apesar da profunda reforma na política de crédito rural e da perda de dinamismo do sistema econômico, traduzida na queda das taxas de crescimento e investimento, o desempenho do setor agropecuário foi bastante razoável ao longo da década passada. Esse aparente paradoxo estaria significando que a suposta dependência do setor rural frente ao SNCR na década de 70 ou já era muito menor do que se supunha e foi conduzida a sua verdadeira dimensão, ou a dependência efetivamente existia e reduziu-se em grande medida nos anos oitenta, uma vez concluídas as transformações estruturais do setor primário ³³.

Ao iniciarem-se os anos oitenta, a industrialização da agricultura brasileira já havia gerado um conjunto de complexos agro-industriais (CAIs) individualizados por produtos (lácteo, soja, trigo, carnes, etc), dando à dinâmica da produção agrícola um caráter que não existia há duas décadas atrás ³⁴. De forma correspondente, o padrão de expansão produtiva na agropecuária brasileira, antes extensivo, deu lugar a um padrão de caráter intensivo, figurando como fator predominante do crescimento da produção a produtividade física da terra e a produtividade do trabalho. Além disso, consolidou-se uma nova e específica inserção dessa produção no mercado internacional, ganhando maior peso na pauta os semielaborados, em detrimento de

³³ - Na década de 80 a tendência anterior se inverteu. A relação (volume de crédito no ano t) / (PIB agrícola no ano t+1) passou a cair a partir de 1982, exceto para t = 1987, e pós 90, conforme aponta SILVA (1993:196).

³⁴ - Esse processo de segmentação estrutural, embora longe de ser exaustivo ou completo, é atualmente dominante, tornando a rigor inadequado conceber o setor primário como um todo homogêneo. Para um detalhamento dos conceitos de complexo rural, modernização agrícola, industrialização da agricultura e complexos agroindustriais, bem como da periodização pertinente, ver KAGEYAMA (1990:113-223).

produtos *in natura*; esta, a rigor, era uma tendência pré-configurada na década dos setenta.

A taxa de crescimento da produção física da agropecuária, ainda que tenha sido menor que em anos anteriores, manteve-se em níveis positivos ao longo da década de oitenta ³⁵. Por um lado, a taxa média de crescimento evidencia o desempenho favorável do setor, em contraste com o desempenho industrial no mesmo período ³⁶. Por outro - e esse fato merece destaque, pois encontra-se na raiz da crise do BB - tal crescimento apresentou uma correlação negativa com o volume de crédito bancário disponível para o setor.

Em resumo, dois processos que amadureceram na primeira metade da década de 80 convergem para explicar o início da crise do Banco do Brasil como instrumento de política de crédito agropecuário.

Pelo lado da política econômica, a reforma do SNCR significou em certa medida a supressão de um subsistema de financiamento rural apartado do restante da economia; a partir dessa mudança, como regra, passaram a vigorar condições semelhantes àquelas que regem a valorização para o conjunto do sistema econômico, como apontou KAGEYAMA (1990) ³⁷. Ainda que em si

³⁵ - Embora tenha havido redução dos preços reais para quase todos os produtos, decorrente dos ganhos de produtividade, o PIB do setor apresentou taxas de crescimento positivas: média de 2,3% a.a., acumulando 28% na década, para lavouras, e respectivamente 3,5% e 50% para a pecuária (GASQUES & VILLA VERDE, 1990).

³⁶ - Caberia acrescentar uma mudança no caráter da expansão da agricultura nos anos 80, decorrente de uma nova relação desse setor com o ciclo industrial. Conforme apontado por RESENDE (1989), tanto pelo lado de insumos fundamentais à produção agrícola, em particular petróleo, como na sua realização, a rentabilidade do setor vinculou-se complementarmente aos mercados externos; assim, com uma associação mais débil com as flutuações do nível interno de atividade, a produção agrícola pode crescer quando a renda nacional praticamente estagnou.

³⁷ - Seria conveniente frisar que ainda há uma considerável distância entre ambos, porque a rigor o SNCR continuou como um subsistema

essa mudança pudesse significar melhores resultados e, através dos retornos, mais recursos para o cumprimento de seu papel na política econômica, a implantação da reforma não ocorreu sem efetivas reações do segmento beneficiado. Sendo o BB de longe a instituição com maior grau de exposição junto a esse setor, ele viria a ser atingido na segunda metade da década, como se discutirá no capítulo seguinte.

Também foi relevante, por outro lado, o fato de que os mercados agropecuários e agroindustriais já revelavam uma nova estrutura dominante; esses espaços de produção e comercialização aparecem desde então articulados em complexos agroindustriais, onde o autofinanciamento e os mecanismos de crédito à margem do sistema bancário passaram a ganhar importância ³⁸.

Aí radica o que se poderia individualizar como processo determinante da crise do Banco do Brasil enquanto empresa estatal. Até então o banco, sob as condições específicas de operação do SNCR, fora extremamente funcional ao amplo

específico com taxas bastante favorecidas no conjunto das linhas do sistema financeiro, e mesmo entre as linhas oficiais de fomento.

³⁸ - O fato de a produção aumentar enquanto o crédito bancário diminui (sob a hipótese de que a produtividade não se altera muito significativamente) é indicação suficiente desse fenômeno. O autofinanciamento sustenta-se na retenção dos lucros, e sua elevação pode ter sido consequência da redução da oferta de crédito subsidiado. O financiamento à margem do crédito bancário refere-se àquele que a agroindústria processadora concede aos produtores que são seus fornecedores, e dirige-se à aquisição de insumos (e controle de qualidade) sob orientação da empresa industrial, ou à compra antecipada da safra. Sobre a dimensão e grau de generalidade deste mecanismo de crédito, supõe-se que só possam ter se desenvolvido no espaço econômico articulado pelos "complexos agroindustriais completos" ou naqueles "segmentos plenamente integrados para a frente". Encontra-se a respeito uma tipologia em KAGEYAMA (1990:186 e segtes). Entrevistas com técnicos do setor e fontes da imprensa especializada apontam para a expansão de esquemas tipo "40-30-30" em várias culturas e regiões importantes na segunda metade da década passada, números correspondentes aos percentuais de capital próprio, adiantamento da indústria processadora e capital bancário presentes no perfil de financiamento do produtor.

suporte financeiro proporcionado pelo Estado ao setor rural. Após aproximar-se das condições gerais de operação do sistema financeiro, a estabilidade de sua transição dependeria da capacidade dos agentes privados de absorver essa transformação - ou, contrariamente, reagir contra ela. No capítulo seguinte também veremos como quase a seguir, fazendo parte de um mesmo movimento, essa equalização de condições financeiras processou-se também pelo lado das operações passivas do Banco do Brasil, unindo as pinças que o capturariam na crise.

C. Apoio ao comércio exterior e internacionalização.

A atuação do Banco do Brasil durante os anos sessenta e setenta teve no financiamento do comércio exterior brasileiro e na internacionalização um de seus dois principais eixos de expansão, ao lado do crédito agropecuário. E, da mesma forma que naquele caso, sua ação pautou-se por diretrizes mais gerais de política econômica, às quais também adequaram-se seus interesses expansivos enquanto grande empresa.

O BB atuou no sentido de apoiar a política de industrialização por substituição de importações, fomentando atividades que contribuíram para diversificar a pauta de exportações na perspectiva de melhorar o resultado da balança comercial brasileira. A partir do descenso cíclico, o banco ingressou no mercado de euromoedas, tornando-se o principal agente financeiro do país na captação de recursos externos. Por essas duas vias que deram conteúdo à internacionalização de sua estrutura operacional, constituiu-se em instrumento decisivo para fazer frente aos constrangimentos cambiais que determinaram a crise brasileira do balanço de pagamentos. Em função desse envolvimento, no início da década passada o BB sofreu diretamente o impacto fragilizador da suspensão dos empréstimos voluntários ao país.

1. Financiamento do comércio exterior e CACEX.

Coube à CACEX, Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, assumir as incumbências de administrar, controlar e contabilizar o comércio exterior brasileiro, e ao sistema CACEX/BB o financiamento direto de grande parte das atividades abrangidas por esse conjunto heterogêneo³⁹. Apesar de a política geral de comércio exterior brasileiro ser formulada e normatizada, até 1990, pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), foi sua secretaria executiva, a CACEX, que assumiu posição historicamente dominante, por incumbir-se da implementação dessa política e por administrar na prática o FINEX, Fundo de Financiamento à Exportação⁴⁰, como aponta MARTINS (1985:158-159).

³⁹ - Optou-se aqui por tratar CACEX e Banco do Brasil como um único sistema, sem desconhecer que essa tenha sido uma das mais especializadas estruturas internas do banco. MARTINS (1985:159) afirma que "...seria falso buscar caracterizar a CACEX apenas a partir de suas relações com o Banco do Brasil..." apontando a relevância da carteira na condução da política setorial, da nomeação direta do chefe pelo presidente da República e na disponibilidade de recursos específicos. Por razões semelhantes, poderíamos então dizer que a Diretoria Internacional, talvez a mais especializada em termos de funções e pessoal, constitui um outro banco, e a Diretoria de Crédito Rural idem. Nessa linha, o autor mergulha na diferenciação dos departamentos da própria CACEX, chegando a afirmar que a "...GEFIN (Gerência de Financiamentos da CACEX)... é um banco dentro de um banco, operando com recursos do FINEX... atua como uma espécie de banco de fomento às exportações." (idem, p. 169), o que se explica pela seguinte passagem:

"...nossa hipótese é que a expansão recente do Estado se realiza através de um movimento integrado tanto por forças centrípetas ... Seguramente esse movimento contraditório não é típico apenas do caso brasileiro. Além disso, ele tende a ganhar maior relevo para o observador ... sempre que se deixa de ver o Estado como um ator unitário face à sociedade, para percebê-lo pelo prisma de suas relações internas" (idem, p. 43).

⁴⁰ - A Lei 5.025, de 10.06.1966, constituiu até 1990 o normativo básico do sistema de financiamento às exportações, no Brasil: criou o CONCEX, um órgão colegiado interministerial presidido pelo Min. da Fazenda, o FINEX, e regulamentou o campo de atuação da CACEX; o financiamento operado pela CACEX, com recursos do FINEX, foi regulado pela Resolução 68/71, do CONCEX. Sobre o FINEX, ver por exemplo BELIK (1992:102-106). Falaremos nesta seção apenas do financiamento às exportações. A respeito das

Criado no âmbito do Bacen e administrado pela CACEX, o FINEX destinou-se ao financiamento do setor exportador de bens de capital, bens de consumo duráveis e serviços de engenharia, sendo a maioria de seus recursos originados do Orçamento Monetário. Suas linhas cobriam desde a provisão de capital de giro, que manteve uma participação predominante até os anos iniciais da década de 80, até o pós-embarque, envolvendo ainda um conjunto variado de outras modalidades. A maior parte das aplicações desses recursos dirigiu-se às operações de prazos superiores a 6 meses, uma vez que para prazos inferiores a rede privada já prestava atendimento ⁴¹.

A operacionalização dos recursos desse Fundo deu-se sob formas diversificadas. Basicamente, a partir da década de 80, adiantavam-se receitas de vendas aos exportadores, equalizando as taxas junto aos bancos financiadores do exportador brasileiro ⁴². O sistema financiador incluía o

importações, o encaminhamento da política de substituição de importações pautou-se pelo emprego de um instrumento especial, o exame de similaridade. A implementação dos grandes projetos da década de 70, mais precisamente no que se refere aos bens de capital, transitou por espaços de negociação institucionalizados na prática pelos "acordos de participação nacional", envolvendo interesses estatais e privados, de produtores locais e externos, em que a CACEX aparecia como árbitro e garantidor da execução dos acordos firmados; ver a propósito MARTINS (1985), capítulo II.

⁴¹ - BELIK (1992) aponta que até 1978, o FINEX chegou a representar um máximo de 7% dos recursos líquidos aplicados pelos fundos administrados pelo Bacen (entre os quais se destacava até início dos anos 80 o FUNAGRI). Em função principalmente do recuo dos outros fundos, a partir de então e ao longo da década seguinte ganhou participação relativa naquele conjunto.

⁴² - Até 1979 era a CACEX/BB, isoladamente, que vinha conduzindo as operações de financiamento de pós-embarque, com recursos do FINEX. Na virada da década, com base nas resoluções 509/79 e 637/80, do Bacen, foi introduzido o Sistema de Equalização de Taxas de Juros. Essas medidas visaram integrar as instituições financeiras privadas ao sistema; com recursos do FINEX era feita a transferência de recursos correspondentes à diferença entre as taxas de juros flutuantes internacionais - onde os bancos eram estimulados a captar - e as taxas das linhas subsidiadas ao importador estrangeiro ou ao produtor brasileiro, estas em torno de 8% a.a. sobre a correção cambial, mais a diferença da correção monetária frente à cambial. Essas linhas tinham prazo entre 180 dias e 8 anos, ou

próprio BB, que centralizava na CACEX o controle das operações, além dos bancos privados e oficiais.

Além da gestão do FINEX, a CACEX desenvolveu ao longo das décadas de setenta e oitenta um diversificado e numeroso sistema de apoio à atividade exportadora, transcendendo o financiamento propriamente dito e assumindo na prática o comando da política global de fomento às exportações. Um amplo conjunto de incentivos creditícios - e inclusive fiscais - encontrava-se naquele período sob sua administração, referentes a isenções e reduções do IPI, IR, Imposto sobre Importações, IOF e o ICM, além do "crédito fiscal", incidente sobre o IPI e o ICM ⁴³.

Essencialmente orientada ao estímulo da exportação de manufaturados, essa política conduziu de fato a uma profunda modificação na composição da pauta de exportações brasileira, com o declínio da participação do setor primário e da agroindústria em correspondência à ascensão dos complexos da metalmeccânica e química ⁴⁴

mais, excepcionalmente. Quanto ao financiamento para pré-embarque, a substituição dos recursos orçamentários do FINEX por recursos mobilizados no mercado interno, através da rede dos bancos domésticos e utilizando o mesmo sistema de equalização, veio a ser implementada ao final de 1984, de acordo com a Res. 950 do Bacen.

⁴³ - Além do descompasso entre a dupla proteção representada pelo sistema tributário e os incentivos às exportações frente às condições de concorrência internacional, MARTINS (1985:190-191) aponta outros problemas na forma de operar desses mecanismos: um seria a forte concentração (mais de 60%) da base dos incentivos em tributos de competência estadual, drenando as receitas dessa instância de governo; outro, seria que a política governamental em termos globais, "ao mesmo tempo em que promove o incremento das exportações, induz à elevação dos índices de importação". Finalmente, verificava-se uma concentração dos financiamentos em poucas empresas (em 73/75 só a Volks, a Mercedes e a Chrysler absorveram mais de um terço do total).

⁴⁴ - Entre 1974 e 1985, a participação relativa do setor primário regrediu de 24,9% para 13,0% e a agroindústria de 45,6% para 31,2%. A participação da metalmeccânica, nesses mesmos anos, evoluiu de 11,3% para 28,1%, e da química de 4,0% para 14,3% (PINHEIRO, 1992:5).

Além das transformações estruturais na economia, os mecanismos de financiamento às exportações também foram reestruturados em simultâneo à reforma do crédito rural, no início dos anos oitenta. A composição dos fundos para o financiamento do comércio exterior sofreu uma progressiva modificação, quando os recursos orçamentários do FINEX passaram a ser substituídos por recursos captados no mercado externo (pós-embarque) ou interno (capital de giro). Mas não só. A partir de 1984 grande parte dos subsídios creditícios embutidos no financiamento do comércio exterior brasileiro já havia sido extinta ⁴⁵. Mais tarde, ao longo da segunda metade da década de 80, as operações relacionadas com esse setor tenderiam a perder importância relativa no conjunto das operações ativas do Banco do Brasil, como se verá no capítulo seguinte.

Como o sistema CACEX/BB era o principal instrumento de política econômica orientado para o financiamento do comércio exterior, a retração dos recursos de origem externa e principalmente a redução da capacidade do Estado amparar crediticiamente a atividade exportadora com recursos orçamentários, ao que correspondeu o crescente predomínio de uma política cambial ativa como opção para enfrentar o constrangimento externo, também contribuiu para preparar o quadro de crise em que o Banco do Brasil ingressaria mais tarde. O espaço aberto por esse recuo viria a ser em parte preenchido pela crescente importância dos repasses parafiscais através do BNDES, no fim dos anos oitenta e na década atual.

2. A internacionalização do Banco do Brasil.

Pelo caráter combinado e complementar do fomento às atividades de comércio exterior e dos aspectos centrais da atuação internacional do BB, cabe analisar a expansão e

⁴⁵ - Para maiores detalhes, ver BAUMANN & MOREIRA (1987).

mobilização de recursos financeiros pelo banco no mercado externo, inclusive ao longo dos primeiros anos das renegociações compulsórias da dívida externa do país.

A diversificação do BB para o exterior ⁴⁶, até a primeira metade da década de 70, significou a descoberta do mercado internacional como outra fronteira de expansão, auxiliada pelo fato desse mercado constituir durante certo tempo uma área de reduzido interesse para outras instituições financeiras nacionais, especialmente as de capital privado.

Até fins da década de 60 a extensão de sua rede internacional de dependências cobria exclusivamente a AL. Na etapa em que intensificou essa projeção para o exterior, o Banco do Brasil teria agido prioritariamente de acordo com critérios privados, preenchendo espaços abertos pelos fluxos comerciais internacionais, mais do que na qualidade de agente do governo ⁴⁷. De 69 a 73 o Banco expandiu-se para EUA, Japão e Europa, foi co-fundador de vários consórcios bancários e inaugurou várias subsidiárias, instalando-se ainda em paraísos fiscais. Se, em sentido geral, a expansão nesses últimos anos ainda ocorria à sombra das oportunidades de negócios proporcionadas pela pré-existência de intenso fluxo de comércio, por outro lado ela é coetânea ao primeiro impulso de endividamento

⁴⁶ - Algumas "reflexões teórico-metodológicas" sobre os conceitos de internacionalização bancária, espaço interbancário, espaço bancário multinacional e transnacional encontram-se em MINELLA (1988:223), nota IV.1. Para contemplar também uma análise histórica, ver FREITAS (1989), capítulo 1. Ressalte-se, no que diz respeito especificamente ao processo de internacionalização financeira da economia brasileira, que houve uma opção da autoridade econômica pela manutenção da estrutura de propriedade do sistema financeiro predominantemente "nacionalizada", enquanto, ao mesmo tempo, institucionalizou a articulação das empresas de capital nacional com o mercado externo, visando garantir o acesso aos recursos dessa origem, sendo essa uma das principais determinantes da projeção dos bancos brasileiros ao exterior. Sobre o tema, ver BAER (1986).

⁴⁷ - Neste sentido convergem OLIVEIRA (1985:49-51) e a análise de FREITAS (1989).

externo do país, nos anos iniciais da década de 70, quando ocorre expressivo aumento das reservas internacionais.

De 74 a 78 o BB intensificou suas atividades e ampliou sua rede nos continentes onde já estava presente, estendeu-se à África, aumentou sua presença nos centros *off-shore*, nos consórcios e subsidiárias, passando a abranger 51 dependências. Aqui, "a expansão externa do Banco teve o objetivo de financiar o déficit em transações correntes", ao mesmo tempo que "teve como 'leitmotiv' as lucrativas operações financeiras no mercado internacional de crédito"⁴⁸, conciliando suas lógicas pública e privada. A última fase de expansão vai de 1979 a 1982, com excessão da maior penetração no continente africano, que se projeta além dessa data, e provavelmente guardou menos relação com fluxos comerciais que com orientação da política externa.

Ao longo dessa trajetória expansiva no mercado internacional, foram transpostos os limites da atuação estritamente bancária. O Banco do Brasil iniciou sua diversificação para os segmentos não monetários do sistema financeiro a partir de 1980, com a constituição de uma empresa de arrendamento comercial (*leasing*) nos EUA. Até então sua atuação resumira-se à abertura de dependências e participações acionárias em organismos multinacionais de crédito (fornecimento de capital de risco ou empréstimos, o que não se distinguia em essência do papel de fomento e banco comercial do BB no Brasil). No passo seguinte, na perspectiva de apoiar as atividades de *leasing* e captação externa - vale dizer, explorar oportunidades de negócios conexos - o BB iria procurar abrir uma companhia de seguros em Cayman⁴⁹.

⁴⁸ - FREITAS (1989:131-132).

⁴⁹ - Note-se que a diversificação externa antecede em meia década o processo análogo no mercado interno, o que reforça a hipótese de haver sido a restrição imposta pela Autoridade Econômica o principal

Quanto ao papel de agente captador no mercado internacional, que imprimiu novo conteúdo a sua internacionalização, o BB tornou-se em 1974/75 o maior repassador de recursos através da Resolução 63 do Bacen, respondendo por um quarto dos empréstimos através desse mecanismo. Ficou visível desde logo o comportamento "anticíclico" do banco, aumentando sua participação na captação quando restringiam-se as condições de liquidez internacional, tanto nas operações sob a Res. 63 quanto ao amparo da Lei 4131. Em 1980, o BB chegou a responder isoladamente por 19,5% das captações do país via Resolução 63 e a 14,2% dos empréstimos em moeda via Lei 4131, atingindo um valor internalizado de quase US\$ 1,4 bilhão. A esse respeito, conclui Davidoff Cruz ⁵⁰:

"...o Banco do Brasil - através de suas agências em vários países do mundo, captando recursos de curto prazo no mercado internacional, e ofertando empréstimos de longo prazo ao Brasil - respondeu, no decorrer do período estudado, a determinações de política econômica cuja diretriz principal foi a de enfrentar as dificuldades manifestas no balanço de pagamentos através de medidas acionadas num contexto de permanente aprofundamento do próprio endividamento externo .

determinante da tardia diversificação de suas operações, neste último caso, ficando por discutir as causas dessa decisão.

⁵⁰ - CRUZ (1984) periodiza o endividamento externo da economia brasileira na década de setenta segundo quatro etapas: a) 1969/73, expansão do euromercado e primeira etapa do endividamento, com acúmulo de reservas, b) 74/76, surgimento do "hiato de recursos", c) 77/78, predomínio do caráter financeiro da dívida, e d) 79/80, após a explosão das taxas internacionais. Poderíamos acrescentar, tentativamente, o colapso do endividamento voluntário pós-82, a etapa de renegociações até a moratória de 87, as tentativas frustradas de renegociação até 1991, e, por fim, a retomada das negociações e o reingresso no mercado internacional de crédito. É sobre esse pano de fundo - combinado mais recentemente com o processo de regionalização - que se desenha o movimento da internacionalização do Banco do Brasil. Os dados deste parágrafo bem como a citação (pp. 133-137) são desse autor.

O mesmo autor acrescenta, diante da necessidade de fechamento do Balanço de Pagamentos no início da década de 80, e dada a ausência de tomadores privados no mercado interno que resultou no processo de "estatização" da dívida, que

"Esse movimento, que explica o ganho de importância experimentado, ao final do período, pelo Banco do Brasil no conjunto das operações internas de repasse, deu origem a um elemento adicional de vulnerabilidade ao processo de endividamento externo recente, dada a forte assimetria temporal das estruturas ativas e passivas observadas nas operações bancárias internacionais" CRUZ (1984:137).

Ressalte-se que essa fragilização, associada ao descasamento de prazos, situou-se em primeiro lugar nas contas do próprio agente financeiro do governo, o que viria a ter consequências para o Banco no momento em que se reverteram as condições financeiras internacionais. Em 1982 o BB foi atingido pela crise deflagrada com a moratória mexicana, e a principal agência externa, em Nova York, teve de ser socorrida por uma rede de proteção montada pelos principais credores do país. O banco tornou-se daí em diante muito dependente no exterior das novas condições de refinanciamento das linhas interbancárias ⁵¹.

⁵¹ - Sobre as consequências imediatas da suspensão dos créditos voluntários e a etapa inicial da renegociação da dívida externa, veja-se LANGONI (1985) particularmente o cap. 2: A Renegociação e os Bancos. Sobre as linhas interbancárias, o autor afirma (pp.56-57):

" Nos primeiros quatro meses imediatamente após a crise mexicana, os bancos brasileiros perderam cerca de US\$ 4 bilhões em depósitos interbancários. É impossível reduzir os ativos na mesma proporção e com a mesma velocidade. Isto é particularmente verdadeiro para alguns dos maiores bancos estatais, cujas atividades estavam, em grande parte, dirigidas para financiamentos de longo prazo. ... O problema tornou-se ainda mais sério devido à enorme concentração das operações desses bancos na América Latina. Consequentemente, ao mesmo tempo em que os bancos

Desde então, boa parte da atuação e desempenho internacionais do BB tornaram-se condicionados pelas fases e projetos da renegociação da dívida externa brasileira, envolvendo as amortizações, juros, linhas comerciais e interbancárias. Estas últimas constituíam a área mais sensível no que tocava aos bancos brasileiros, pois constituíam seu *funding*; assim, em 1983 houve acordo para congelar essas linhas, que de US\$ 10 bi em 1982 estabilizaram-se em US\$ 6 bi em 1984 ⁵².

No plano interno, a crise da dívida significou o desaparecimento dos recursos com que o setor público vinha sustentando suas necessidades de financiamento. Quando as entidades do setor público deixaram de honrar elas próprias o pagamento dos empréstimos junto às instituições internacionais, obrigaram o Tesouro enquanto avalista a cumpri-lo, acionando o BB na qualidade de seu agente financeiro. Através dos Avisos GB-588, no primeiro momento, e em seguida dos Avisos MF-30 - que vieram constituir o núcleo das "Operações Especiais" exibidas em suas contas - o banco passou a cobrir os débitos das entidades públicas inadimplentes. Até o início das reformas de 1986, os recursos para esse fim apareciam como despesas do Orçamento Monetário, de forma que o BB não incorria em qualquer risco ou custo particular para cumprir esse papel, exceto de natureza administrativa ⁵³.

brasileiros perdiam depósitos, parcela significativa de seus ativos se tornava ilíquida e, na realidade, não mais gerava renda".

⁵² - A Fase I do Plano Brasileiro de Financiamento (Res. 813, de 06.04.83) referiu-se ao Projeto 1: *amortizações do principal da dívida contraída até 1982 (objeto de reescalonamento)*, Projeto 2: *os juros, i.e., o serviço da dívida (portanto, envolvia dinheiro novo para seu financiamento)*, Projeto 3: *linhas comerciais de curto prazo, que estabilizaram-se em US\$ 10 bi, a partir de 1984, quando eram de US\$ 13 bi em 1982*, Projeto 4: *linhas interbancárias de agências de bancos brasileiros no exterior. Vide Relatório Anual do Bacen, vários números, e LANGONI (1985).*

⁵³ - No capítulo seguinte, esse tema será retomado sob outro contexto. Para uma análise mais circunstanciada da rolagem da dívida do setor

Na área externa, entretanto, o impacto do colapso do financiamento externo sobre o BB teve outro sentido. Note-se que, entre 1982 e 1984, enquanto a dívida externa total do país cresceu 20% e a dívida registrada com bancos estrangeiros ampliou-se 10%, a dívida registrada com bancos brasileiros, da qual o Banco do Brasil era o maior participante, chegou mesmo a decrescer⁵⁴. Observando o recuo das linhas interbancárias e que os bancos privados ofereciam internamente linhas de prazos de até 6 meses, enquanto o BB carregava um portfólio de prazos mais longos, identifica-se que essa instituição concentrou a fragilização decorrente da crise da dívida externa, em função dos riscos associados à assimetria das estruturas de captação e de crédito.

Além de encontrar-se mais exposto, o BB ainda incorreu no custo de oportunidade associado ao carregamento daquele portfólio, que, embora de difícil quantificação, não deve ter sido pequeno, considerando-se o volume dos empréstimos e as condições financeiras deterioradas do setor público, o principal devedor.

D. Contingenciamento sob a política monetarista e situação patrimonial (1979-1985).

Na primeira metade dos anos oitenta a atuação do BB deu-se sobre bases muito diferentes das que vigoraram durante certo período após as reformas 1964/65. Na fase ascensional do ciclo de crescimento iniciado ainda nos anos 60, as políticas setoriais a que o BB foi instrumental, especialmente o financiamento agropecuário e ao comércio exterior, encontraram condições favoráveis a sua implementação junto às políticas públicas voltadas para o perfil de desenvolvimento então adotado.

público e o papel dos "avisos", ver BIASOTO Jr., PASSANEZI Fo. & GUARDIA (1992).

⁵⁴ - Conforme o Bacen, *apud* LANGONI (1985:56). O autor menciona ainda que nesse período as linhas interbancárias caíram de US\$ 10 bilhões para US\$ 6 bilhões.

Uma década mais tarde desarticularam-se os fatores de dinamismo, a economia passou a apresentar crescentes desequilíbrios e o Estado perdeu sua capacidade de promover transformações na base produtiva na escala antes verificada. Nesse contexto, quando as políticas macroeconômicas abdicaram de um caráter expansivo, deixaram de convergir com as políticas de âmbito setorial, ou, melhor dizendo, passaram a subordiná-las aos chamados programas de ajuste, com importantes efeitos sobre a atuação do BB.

Nesse momento, particularmente na primeira metade da década de 80, a política econômica perseguiu uma solução para a crise do balanço de pagamentos através do rebaixamento do nível de atividade econômica e das desvalorizações cambiais, apoiando-se num diagnóstico de cunho monetarista⁵⁵. Sob a orientação imediata de implementar cortes na demanda agregada a partir da contenção fiscal e monetária, o governo empreendeu uma reforma do SNCR, materializada basicamente no contingenciamento do crédito do BB ao setor agropecuário, como antecipado no item B.

Especificamente no plano institucional, não houve nesse período qualquer mudança fundamental nas relações entre o Banco do Brasil e o Banco Central, ou entre as autoridades monetárias e o Tesouro Nacional. Por outro lado, ao analisarem-se as políticas financeiras aí implementadas, verifica-se que a oferta global de crédito foi duramente atingida pelos cortes promovidos no orçamento monetário, que continha as contas ativas do BB e Bacen.

1. Contingenciamento do crédito do BB.

Após um breve interregno expansionista, em abril de 1980 foi retomada a política do "ajuste voluntário" do balanço de

⁵⁵ - Para um aprofundamento da condução da política econômica e da trajetória da economia brasileira nesse período, ver CRUZ (1984) e BIASOTO Jr. (1988), entre outros.

pagamentos, a partir da qual a expansão da base monetária iria situar-se sempre abaixo do patamar inflacionário. Nessas circunstâncias, as maiores restrições recaíram sobre o crédito do BB, especificamente, com decréscimos reais cumulativos ano a ano ⁵⁶.

Em 1981 esse processo foi agravado por uma tentativa de reformar o crédito rural mais ampla que as medidas efetivadas em 1979 e 1980 ⁵⁷. Desta vez, além da elevação do nível dos encargos financeiros dos contratos, a autoridade econômica pretendeu substituir o provisionamento do crédito, isto é, aumentar as aplicações compulsórias dos demais bancos comerciais elevando o percentual das chamadas exigibilidades. Essa tentativa de substituir o *funding* do crédito rural não alcançou êxito, uma vez que o processo de desmonetização significava a queda dos depósitos à vista, justamente a base de incidência das exigibilidades ⁵⁸.

Durante o ano eleitoral de 1982, o contingenciamento das instituições oficiais de crédito e outras medidas de restrição monetária foram levemente atenuados. A contração

⁵⁶ - Nesse contexto, parte importante da literatura econômica dirigiu-se à controvérsia sobre os possíveis impactos inflacionários do crédito rural, e dos subsídios, em particular. Sobre os subsídios, ver por exemplo MATA (1982), MUNHOZ, (1982), SAYAD (1984) E REZENDE (1985). Para uma síntese dos argumentos veja-se FAGUNDES (1987).

⁵⁷ - De 1972 a 1978, a taxa nominal máxima do crédito rural foi de 15% (PINTO, 1980:125). Em 1979/80, vigorou a correção monetária parcial, acrescida de um percentual de 5% a título de juros. Em 1981/82 o encargo total foi prefixado em 45%. Note-se que no triênio 1980/82, descontando a inflação pelo IGP-DI, os juros reais do crédito rural situaram-se entre -32% e -26% (OLIVEIRA, 1995:66).

⁵⁸ - Os demais bancos estavam sujeitos a exigibilidades de aplicação incidentes na forma de percentual mínimo sobre seus depósitos à vista: à medida que a desmonetização reduzia a base de incidência, aumentava-se esse percentual. Supondo que em decorrência dessa medida, em 1982 o declínio experimentado pelos financiamentos rurais através dos bancos comerciais (onde predominam os bancos privados) foi revertido, mas tornaram a cair em 1983, sendo que em 1984 houve um recuo brutal da ordem de 50% no volume desses recursos.

récorde no crédito do BB verificou-se em 1983, após o acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, no fim do ano anterior ⁵⁹. Nesse momento

"Foram inúmeras as medidas, no sentido de elevar os encargos do crédito rural... do crédito às micro, pequenas e médias empresas...e do crédito à produção para exportação... o que culminou com a fixação de taxas reais de juros para todas essas linhas, a vigorar já em 1984" (FUNDAP, 1988b:61) ⁶⁰.

A bem da verdade, em algumas linhas e no crédito para regiões menos desenvolvidas manteve-se ainda um abatimento da correção monetária, além de transferências por mecanismos não creditícios, no âmbito das políticas agrícolas.

Para 1984 a estratégia monetarista previa uma meta de expansão de apenas 50% dos meios de pagamento e base monetária, frente a uma inflação que já estava na casa dos 200% ao ano. Essa estratégia envolvia o BB tanto no que se refere ao contingenciamento de suas aplicações quanto sua utilização para captação de depósitos a prazo, relacionados com a gestão de uma carteira de títulos do governo, além de outras medidas como o aprofundamento de cortes nos subsídios do açúcar e do trigo. Assim, a contração do crédito do BB alcançou nesse ano 26,2% reais, conforme TABELA 3A.

Como resultado dessa política restritiva, entre 1979 e 1984 o volume de crédito rural contratado através do BB caiu 64,8%, e nos demais bancos 59,6%, reduzindo um pouco a participação

⁵⁹ - Como mostra a TABELA 3A, o fluxo de crédito total concedido pelo BB (frise-se que não é o fluxo líquido) caiu 8,5% em 1982. Em 1983 essa queda atingiu de 35,8%.

⁶⁰ - OLIVEIRA (1995:66) mostra que a partir de 1983 os encargos do crédito rural tornaram-se pós-fixados, envolvendo 85% da correção monetária (95%, em 1984) mais 3% a título de juros. Com isso, de -26,2% em 1982, os juros subiram para -5,65% em 1983 e em 1984 foram praticamente nulos.

relativa dessa instituição no sistema. Note-se que, em termos de política econômica, o recuo do BB foi um objetivo conscientemente perseguido, enquanto a queda dos demais bancos ocorreu a despeito das medidas adotadas. Em ambos os sentidos, portanto, pode-se afirmar que o ajuste do conjunto do crédito rural realizou-se fundamentalmente a partir do contingenciamento do crédito do BB.

Em termos globais, como o crédito rural do BB até a primeira metade da década passada correspondia a mais de dois terços do crédito total da instituição, seu contingenciamento conduziu a que a participação do crédito total do banco no conjunto do sistema financeiro também tenha declinado expressivamente. A TABELA 2E mostra que essa participação caiu de 14,2% em 1981 para 6,5% em 1984, expondo com clareza a perda de importância do BB no mercado financeiro ao longo da primeira metade dos anos oitenta.

Finalmente, entre outras mudanças no perfil do crédito do BB além do processo geral de contenção, cabe notar que, como os cortes incidiram mais fortemente nos empréstimos dirigidos ao setor público, verificou-se um crescimento relativo das operações destinadas ao setor privado durante a primeira metade da década. Isto é, o crédito dessa instituição, ao longo do refluxo determinado pela política econômica, comportou-se em sentido contrário ao dos bancos comerciais privados, onde houve um processo de "estatização" ⁶¹.

Todo esse ajuste do crédito rural e da perda de posição do BB no sistema financeiro, além dos efeitos de outras políticas adotadas face ao agravamento do ambiente macroeconômico, significaram uma recomposição mais ampla da estrutura patrimonial do banco. A contrapartida desse movimento pelo

⁶¹ - Ver FUNDAP (1988b:161). Por sua vez, CRUZ (1984:121-123) quando aponta o processo de estatização da dívida externa, no sentido de predomínio do setor público como tomador, refere-se mais precisamente aos recursos externos nos anos iniciais da década.

lado dos passivos permite ver a alternativa adotada pela autoridade econômica para implementar o ajuste anteriormente mencionado; seu comportamento mostra de imediato que, apesar de pouco diversificado, o *funding* do BB já na primeira metade da década deslocou-se no sentido de uma elevação dos encargos.

De 1979 a 1984, os depósitos perderam participação no passivo. Além disso alteraram sua composição, pois os depósitos a prazo elevaram-se para 12% do total a partir de 1981, o que refletia não uma estratégia de captação para expansão dos empréstimos, e sim uma orientação da política de dívida pública no sentido que o BB passasse a manter uma carteira de títulos federais ⁶².

As obrigações relativas a repasses internos e externos, por sua vez, não contribuíram para a queda do passivo, antes o contrário. A rigor, as de origem interna - por conta do Bacen e do Tesouro - apresentaram valor quase estável após 1978, chegando mesmo a elevar-se em 1984. As obrigações de origem externa ampliaram-se expressivamente, tanto em termos relativos quanto em valor absoluto, atingindo um máximo (em moeda nacional) de 20% do passivo após a maxidesvalorização de 1983, num contexto em que o BB era um dos principais agentes de captação externa do país.

Como alvo preferencial da política econômica para promover o contingenciamento do crédito do BB, a conta-movimento liderou a queda global do passivo. Representava em 1978 um quarto do passivo, tendo sua participação sido reduzida para em torno de 3,2% do passivo em 1984 e 8,9% no ano seguinte. Para compensar esse expressivo recuo, os suprimentos específicos

⁶² - Determinação suspensa através da Res. 916, de 14.05.84, cfe. FUNDAP (1988b:166). Sobre o comportamento dos depósitos, nesse período, note-se além do mais que cerca de 50% dos depósitos à vista eram do governo. O saldo dos depósitos do público, por sua vez, diminuiu a uma taxa maior que o dos depósitos totais, cfe. TABELA 1A.

do Tesouro para lastrear operações de interesse do governo federal elevaram-se no mesmo período ⁶³.

Aponta-se que, como um problema de ordem profunda subjacente ao comportamento do crédito do BB estaria

"a rapidíssima desmonetização da economia e a não diversificação de suas formas de captação... (que) impunham limites estreitos ao crescimento de seus empréstimos" (FUNDAP, 1988b:70).

Esse seria o problema fundamental apenas se a política econômica como um todo reduzisse seus objetivos aos da política monetária - evitar a expansão do crédito com recursos que significassem expansão monetária. Ocorria que a política monetária, ela própria, estava a serviço de uma concepção que ia além do controle dos agregados monetários para manter a estabilidade do nível de preços: visava-se a redução da demanda agregada tendo em perspectiva o desequilíbrio das contas externas do país. Assim, é lícito supor que se o BB dispusesse de fontes alternativas de recursos, naquelas circunstâncias, elas também seriam contingenciadas pela autoridade econômica.

2. Significado da elevada rentabilidade.

Mesmo sujeito ao forte contingenciamento de sua atuação e perdendo posição no sistema, como analisado anteriormente, o Banco do Brasil exibiu ao longo da primeira metade da década de 80 altos lucros e um elevado nível de rentabilidade.

Esses resultados estavam associados, antes de mais nada, ao *funding* representado pela conta-movimento, a um custo praticamente nulo, ao expressivo volume de depósitos à vista, dos quais mais da metade eram de governos, além de repasses

⁶³ - As obrigações por conta do Tesouro, ao elevarem-se para 10% do passivo, ainda ficaram longe de compensar aquele recuo (vide TABELA 1B).

internos e externos a taxas muito abaixo das que vigoravam nos segmentos livres do mercado financeiro brasileiro.

Quanto a suas operações ativas, ainda que na sua maior parte praticadas a taxas subsidiadas, gozavam de correção monetária no mínimo parcial, além de um acréscimo a título de juros; ou tinham correção prefixada. Tome-se em conta ainda o cenário de inflação ascendente, e as aplicações remuneradas em títulos da dívida federal.

Ou seja, sua rentabilidade decorria da complementaridade de seus papéis de autoridade monetária e principal agente de captação externa, por um lado, e por outro, de agente público voltado ao fomento de setores agropecuários e industriais. Esse arranjo manteve-se até mesmo num período que o Estado não mais reunia os requisitos para sustentar uma ação desenvolvimentista, isto é, quando o setor público fragilizou-se do ponto de vista fiscal e financeiro, como se passava na primeira metade dos anos 80.

Aqui merece ser analisada uma crítica feita ao simultâneo exercício de uma face pública e outra privada, pelo BB. O fato dessa estatal acumular a condição de autoridade monetária, através da conta movimento, e constituir-se na forma de uma sociedade de economia mista - isto é, uma sociedade anônima sob controle do Tesouro, com participação privada em seu capital - ensejou a observação de que estaria privatizando recursos públicos através da distribuição de dividendos.

Em si correta, a observação também é aplicável à constituição das principais estatais brasileiras, como a Petrobrás S.A. e o monopólio estatal do petróleo, a Vale do Rio Doce S.A., a Telebrás, e as empresas de energia elétrica; em cada caso há o respectivo monopólio estatal, onde o resultado econômico de sua exploração por companhias abertas é parcialmente privatizado através de dividendos. Por outro ângulo, convém

lembrar que essas são as empresas responsáveis pela maioria absoluta do movimento das principais bolsas de valores do país. Se considerarmos a importância decisiva dos títulos das sociedades de economia mista na sustentação do mercado de capitais brasileiro, e da centralidade que a política econômica procurou atribuir a essa reforma no sentido da modernização do capitalismo brasileiro, pode-se encontrar aí a função pública da abertura de capital das empresas estatais que aquela crítica não chega a alcançar ⁶⁴.

Voltando à constatação dos elevados resultados do BB até meados dos anos oitenta, cabe ressaltar a aparentemente contradição presente no fato de que a dinâmica expansiva do BB no mercado financeiro doméstico tenha sido menos determinada por uma lógica, onde, nos termos das Notas conceituais, a racionalidade de mercado e de capital tivessem relevância; em seu lugar, a expansão subordinou-se integralmente a critérios "sociais". Na segunda metade da década, quando o BB, ao lado das mudanças das políticas substantivas que implementava, perdeu a condição de autoridade monetária e ocorreram grandes alterações em sua estrutura de passivos, esse tema - a relação entre sua face pública e a dimensão de grande empresa capitalista, pela qual aquela se realiza - ganhou um caráter diferente da que teve até então. Sua análise pertence aos capítulos seguintes.

⁶⁴ - "Público", nesta acepção, refere-se ao interesse geral de acumulação, por oposição ao interesse particular. Diante do projeto de constituir um mercado de capitais forte na economia brasileira, a crítica à distribuição de dividendos por uma empresa estatal estatutariamente monopolista adquire caráter algo principista. Note-se, por fim, que o número de empresas de capital aberto registradas na CVM vem diminuindo em anos recentes, o que talvez revele mais uma limitação do capitalismo brasileiro.

CAPITULO II

PRIMEIRA ETAPA DA CRISE (1985-89).

No capítulo anterior foi visto que em meados da década de 80 o BB apresentava resultados correntes elevados, embora sua estrutura patrimonial registrasse as alterações associadas à retração da conta-movimento e das operações de crédito. Esse aspecto coexistiu com o fato de que os principais determinantes de sua crise já se encontravam maduros, como as mudanças estruturais na agricultura e, mais importante, o agravamento da situação fiscal e financeira do setor público, que levou em primeiro lugar a uma reforma do SNCR.

A própria mudança do SNCR e a extinção dos subsídios creditícios em geral, por sua vez, articularam-se com uma reforma mais ampla das finanças públicas, que restringiu significativamente os recursos disponíveis ao BB. Considerando que essa instituição preservou o papel de principal agente bancário e financeiro do Tesouro ao mesmo tempo que o Estado manteve o financiamento dos setores já anteriormente beneficiados com suas políticas, tal reforma teve consequências definitivas sobre sua condição empresarial.

Neste capítulo, analisa-se a trajetória do BB na segunda metade da década de 80 para mostrar como a um novo estreitamento de seu alcance institucional no âmbito das finanças públicas, completando o movimento iniciado com a extinção dos subsídios do crédito em geral, correspondeu um progressivo alargamento de sua presença no mercado financeiro. Mostra-se ainda como esses aspectos combinaram-se para determinar o processo de fragilização bancária - patrimonial e financeira - do banco.

O ponto de partida dessa etapa foi a possibilidade de grandes alterações no conjunto das políticas públicas, em meados da década passada ⁶⁵. A partir do último trimestre de 1985 a importância do Banco do Brasil como agente creditício voltou a ser enfatizada através de uma significativa expansão de suas operações. A compatibilização da política de governo com a estratégica concorrencial do banco, explicitamente orientada para a retomada de espaço de mercado, transparece através desse movimento; ademais, evidencia ainda que pontualmente o sentido de subordinação do segundo aspecto ao primeiro, uma vez que a retomada somente efetivou-se com a substituição da equipe econômica ⁶⁶.

Essa expansão teve continuidade no ano seguinte, que singularizou-se tanto pelos efeitos da estabilização sobre o comportamento dos agentes econômicos, especificamente as instituições financeiras e suas estratégias, quanto pela importância das reformas na órbita das finanças públicas. O BB, profundamente envolvido em ambos os processos, deu início nesse momento a sua conglomeração no sistema financeiro. Após o esgotamento do Plano Cruzado, coube ao banco como agente financeiro do Tesouro Nacional viabilizar um conjunto de medidas com que o governo procurou, em 1987, preservar alguns segmentos dos efeitos mais graves dessa crise.

No biênio 1988/89 a instabilidade da economia brasileira agravou-se, a partir da deterioração ainda maior das finanças públicas. À melhora da situação dos produtores e à elevada

⁶⁵ - Para um acompanhamento detalhado da economia brasileira na segunda metade da década passada, através da análise de políticas e desempenhos setoriais, ver os trabalhos do Centro de Conjuntura (CECON) do IE-UNICAMP. Publicou-se inicialmente CARNEIRO (1986); abordando os anos posteriores, foram publicados CARNEIRO (s/d), BUAINAIN & CARNEIRO (1989), BIASOTO Jr. & OLIVEIRA (1990), OLIVEIRA (1991) e OLIVEIRA & BIASOTO Jr. (1992).

⁶⁶ - Francisco Dornelles foi substituído por Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, e houve um fortalecimento de João Sayad no Planejamento. No BB, manteve-se o mesmo presidente, Camillo Calazans de Magalhães.

produção de grãos, com duas supersafras consecutivas correspondeu, em aparente paradoxo, um maior comprometimento da situação patrimonial e financeira do Banco do Brasil. Paralelamente, estreitou-se seu alcance como instrumento de política creditícia, conforme revela o exame do "ciclo de crédito" da instituição na segunda metade da década.

Além desses pontos, trata-se neste capítulo do papel que o BB desempenhou no refinanciamento da dívida externa do setor público, assim como seu recuo relativo e absoluto no financiamento ao comércio exterior, a despeito dos *megasuperavits* do período.

No final desse período, ao longo do qual o BB prosseguiu sua diversificação e a direção da estatal procurou sem êxito imprimir novo rumo estratégico à sua conglomeração, a fragilização de suas contas, estampada numa performance muito fraca, deixou transparente também nesta dimensão a crise em que a instituição se encontrava.

A. Perda da capacidade emissora e do papel de "caixa" do Tesouro.

As reformas empreendidas nas relações entre o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional e o Banco Central, durante o triênio 1986/88 - redefinindo o lugar do BB na política monetária e fiscal - ainda que tenham preservado seu caráter de instrumento financeiro do Governo, foram decisivas para conduzir o banco a uma situação de crise que transpareceu mais tarde em sua situação patrimonial e financeira.

A reestruturação das finanças públicas foi o pilar das medidas preparatórias do Plano Cruzado, ao mesmo tempo convergentes para o processo de unificação orçamentária ⁶⁷. A

⁶⁷ - Além da bibliografia já citada, DIAS (1990) trata do papel das autoridades monetárias, desde as reformas de 1964/65 até as reformas de

rigor concebida para ser implementada em sincronia com a reforma do SNCR em 1984 ⁶⁸, a reestruturação inaugurou-se de fato com o orçamento de 1986, que passou a incorporar, além dos encargos da dívida interna mobiliária federal, um conjunto de desembolsos realizados pelo BB no âmbito do orçamento monetário ⁶⁹.

Como passo seguinte, o governo implementou a medida de maior consequência sobre a condição do BB enquanto empresa estatal, ao congelar o saldo da conta-movimento, pela qual o banco executava com liberdade operações no âmbito do antigo

1986/88, e TEIXEIRA (1990) aborda mais amplamente a organização das finanças públicas.

⁶⁸ - Trata-se da "reforma bancária" pretendida através do voto 283 do Conselho Monetário Nacional, de 21.08.84 - a rigor, uma reformulação do arranjo institucional entre o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Banco do Brasil, cujo conteúdo antecipou a reforma que veio a ser implementada - deu origem a vários Grupos de Trabalho técnicos cujas propostas não chegaram a ser concretizadas, à época. Mesmo antes, ao final década 70, houve tentativa semelhante esboçada por Simonsen e Brandão, então ministro da Fazenda e presidente do Bacen, respectivamente. Ressalte-se que a tentativa empreendida em 1984, já num quadro de ampla deterioração das finanças públicas, fez cristalizar-se na direção da empresa a percepção da iminência das reformas. Em resposta, ela atuou junto ao Congresso Nacional visando aprovar Lei que, substituindo o mecanismo da conta-movimento, garantisse em diploma legal as prerrogativas já inscritas na Lei 4595, e ademais a exclusividade na operação de novos instrumentos a serem criados, para dar tranquilidade à fase de transição. Não obstante, essas modificações foram implantadas através de Decreto-Lei, sem as garantias. Neste particular, os esforços do governo e da direção da estatal não eram coincidentes - o que não impediu, novamente, que a definição governamental prevalecesse.

⁶⁹ - Compras de trigo, aquisição de produtos agrícolas (AGF) e manutenção dos estoques reguladores, gastos associados ao programa de preços mínimos e alguns subsídios dirigidos aos setores agropecuário e exportador, além dos encargos da dívida mobiliária federal. Ficaram de fora, porém, os dispêndios referentes a fundos e programas, dívida externa de estatais e outros. Entretanto, no ano seguinte, os gastos com produtos agrícolas retornaram ao orçamento monetário, por serem reembolsáveis, ficando como gastos fiscais apenas os custos e subsídios associados a esses programas. Alguns desses gastos receberam recursos que transitaram pelos dois orçamentos. Para maiores detalhes, ver TEIXEIRA (1990) e GUARDIA (1993).

orçamento monetário ⁷⁰. Até então, o BB dispunha de certa autonomia operacional para avançar recursos creditícios efetuando-se *a posteriori*, sob seu controle, o nivelamento automático de suas reservas bancárias no Bacen, sem que os registros contábeis espelhassem com transparência a que operações ativas correspondiam.

Como observaram vários analistas, o antigo arcabouço institucional proporcionou ao governo uma ampla liberdade de manipulação orçamentária na condução da política econômica, tendo no Banco do Brasil um de seus mais poderosos instrumentos. Inclusive porque, para as contas nacionais, a vigência do orçamento monetário e da conta-movimento permitia que a execução monetária não guardasse qualquer relação com as previsões orçamentárias, além de obscurecer irremediavelmente seu significado.

Para o Banco do Brasil, aquele arranjo, mesmo após as reformas de 1964/65, representou a preservação de uma virtual capacidade de emissão monetária. Com isso, proporcionou-lhe uma condição na qual era impossível a ocorrência de problemas de liquidez, inclusive porque operacionalizava o provimento de meio circulante em nome do Bacen, fazendo desnecessário o conhecimento preciso da posição global do banco para o fechamento diário e, em consequência, dispensando a adoção de mecanismos adequados de gestão financeira.

Ao mesmo tempo que suprimiu a operação da conta-movimento, o governo determinou a transferência dos saldos mantidos voluntariamente pelos bancos comerciais e caixas econômicas no BB para o Bacen, estreitando o conjunto de funções exercidas por aquele banco em nome do Banco Central ⁷¹. Nessas

⁷⁰ - O Voto CMN no. 045, de 30.01.86 eliminou o mecanismo de nivelamento automático das reservas do BB no Bacen; o congelamento dos saldos da c.m. viria a ocorrer em 28.02.86, quando do lançamento do Plano Cruzado.

⁷¹ - Res. 1091 do Bacen, de 20.02.86.

novas circunstâncias, o crédito do BB, cuja expansão até então estava sujeita somente às decisões da empresa, autonomamente ou sob diretriz da autoridade econômica, passou a submeter-se a regras de funcionamento que o aproximaram dos demais bancos comerciais. Encerrou-se nesse momento o período em que ostentou a condição já caracterizada como a de uma "autarquia de crédito".

Suprimida sua capacidade emissora, o Banco do Brasil perdeu a condição de autoridade monetária. Seu alcance enquanto instrumento de política creditícia passou desde então a depender crescentemente da conta "suprimentos específicos", sob controle do Ministério da Fazenda, com que o BB continuou a efetivar operações em nome do Tesouro. Em seguida, a liberação dos recursos para o BB fazer frente a compromissos enquanto agente do Tesouro Nacional foi transferida para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ⁷², o que não significou que não tenha comprometido recursos próprios e mobilizados no mercado para esse fim, como se discutirá adiante .

A transparência e o comando sobre o crédito do Banco do Brasil serviram de motivo para uma controvérsia central no encaminhamento da política econômica, posta na questão da controlabilidade dos agregados monetários e sua relação com o nível de preços. Convém abordá-la, ainda que sucintamente, dada a importância que essa polêmica assumiu ao contrapor distintas correntes teóricas e respectivas recomendações de política monetária.

A visão de inspiração monetarista ⁷³ atribuiu à virtual capacidade emissora do BB, materializada na conta movimento,

⁷² - A STN foi criada pelo Decreto no. 92.452, de 10.03.86, e encarregada da execução do Orçamento Geral da União e outras atribuições.

⁷³ - Há uma extensa bibliografia - e um ainda mais numeroso conjunto de matérias jornalísticas - sob essa diretriz. Uma citação ilustra essa posição no debate:

boa dose da responsabilidade pela instabilidade do sistema de preços na economia brasileira. Além da relação causal da expansão monetária sobre a elevação dos preços, a visão ortodoxa assumia no contexto brasileiro que a adequada condução da política monetária, quanto ao controle dos agregados, pressupunha a unicidade das funções de banco central.

Com isso, independente da natureza da inflação brasileira e questões teóricas associadas, a parte do argumento referente ao aspecto institucional desconsiderava a eficácia do contingenciamento do crédito exercido pela autoridade econômica sobre o banco, desde fins dos anos 70 até os primeiros meses do novo governo.

Em FUNDAP (1988a:77) desenvolve-se argumentação em sentido diferente, ressaltando, ao colocar em foco o período que sucede a unificação da autoridade monetária, que o fim da conta movimento não conduziu a um maior controle da evolução do níveis inflacionários, nem sequer dos agregados monetários, nem mesmo do crédito em particular ⁷⁴. Para o BB,

"Chegamos assim ao ponto central de nossa discussão: como resolver os conflitos entre a política monetária e de incentivo à agricultura. No esquema atual esse conflitos se tornam cada vez mais agudos, porque o crédito agrícola, contrariamente ao que acontecia há dez anos atrás, tornou-se a principal componente do ativo das Autoridades Monetárias. É impossível controlar meios de pagamento sem controlar esse ativo, e é muito difícil mantê-lo sob controle, deixando em conta aberta sua principal componente." (SIMONSEN, 1982).

⁷⁴ - Até ao contrário, o descontrole ampliou-se, mesmo sob uma autoridade monetária unificada. Entretanto, no contexto de um BB destituído de poder emissor, com a remonetização da economia e política monetária expansionista, a questão da necessidade de controle das operações ativas do BB reapareceu sob novo ângulo. Surgiu a interpretação, exposta também em FUNDAP (1988b:124) e (1988a:169-171), de que sob o plano Cruzado a expansão da liquidez primária - a partir do aumento do crédito do BB no primeiro semestre, proporcionado por recursos oriundos da intensa monetização e captados por sua rede física capilarizada - gerou, via multiplicador bancário, uma ampliação do crédito geral do sistema no segundo semestre, redundando na impossibilidade de controle do crédito e da demanda na economia e conduzindo ao colapso do plano.

entretanto, o fim da conta movimento trouxe consequências profundas, tanto em seu alcance enquanto instrumento de política econômica quanto em sua dimensão de grande empresa:

"o congelamento dos saldos da conta-movimento, decidida pelo Conselho Monetário Nacional em 30.01.86, significou mais do que a perda da "posição" como autoridade monetária; representou o fim do acesso do Banco do Brasil a uma importante fonte de recursos a custo zero... A conta movimento constituiu-se em base de grande elasticidade no manejo e manipulação monetária, bem como de fonte para a rentabilidade elevadíssima do Banco do Brasil no período de alta inflação, sobretudo nos anos 80" ⁷⁵.

A partir do início das reformas das finanças públicas, portanto, instalou-se para o Banco do Brasil uma nova realidade ⁷⁶. No arranjo institucional que substituiu o mecanismo da conta-movimento passaria a adquirir grande importância a sistemática de aporte de recursos do Tesouro, seja pela ótica da rentabilidade da empresa como da estabilidade de fundos para o financiamento da agricultura.

⁷⁵ - FUNDAP (1988a:77). Na perspectiva desse trabalho, as consequências negativas da existência da conta-movimento para o BB foram atrair a atenção da política monetária contracionista, e, além disso, fornecer um argumento contrário à diversificação do banco baseado na "vantagem concorrencial". Neste último aspecto, adota-se na dissertação uma perspectiva distinta daquele trabalho: ocorreu que não havia necessidade de diversificação do BB enquanto existiu a conta-movimento, do ponto de vista da implementação das políticas de financiamento do governo. O impulso rumo à diversificação e conglomeração, associado a sua condição de grande banco, não encontrava correspondência no interesse "geral" que aquelas políticas abrigaram, além de - secundariamente - representar um elemento de concorrência potencial face aos outros conglomerados, suscitando, portanto, obstáculos provavelmente incorporados à posição da autoridade econômica diante da questão.

⁷⁶ - Ou se poderia dizer que aí surgiu um novo Banco do Brasil; o sentido microeconômico dessa transformação foi captado por VILLALOBOS & KULIKOVSKY (1994).

No primeiro momento da reforma definiu-se aportar suprimentos previamente que, entretanto, não foram efetivados conforme anunciado, tendo a STN optado por aportes passo-a-passo com a realização de operações de interesse do governo. Como, ao contrário disso, acumularam-se atrasos - aqueles cobertos no interior de cada exercício, mais frequentes, e alguns de prazos mais longos - o impacto dessa decisão transformou-se num elemento relevante para explicar a situação financeira e o desempenho do BB ⁷⁷.

Pela ótica da execução financeira do orçamento, essa prática de atrasos tornou-se conveniente ao proporcionar elasticidade à administração do caixa do Tesouro, crônica e crescentemente agravada à medida que avançava a década. Assim, os atrasos caracterizavam um artifício de financiamento do Tesouro, uma vez que o BB passou a operar a maior parte do tempo na condição de credor dessa entidade, frequentemente avançando recursos de terceiros em operações de interesse do governo ⁷⁸.

Porém, quanto ao agente financeiro - no quadro gerado a partir da supressão da conta movimento - essa nova sistemática da relação entre o Tesouro e o BB materializou uma vertente que concorreu para sua fragilização. Os atrasos, e posterior cobertura inclusive com títulos da dívida pública, viriam ganhar importância entre os determinantes da rentabilidade decrescente da empresa em alguns dos exercícios seguintes, e o pagamento com recursos não monetários, adicionalmente, incidiria de forma negativa em seu nível de liquidez. No capítulo seguinte serão vistos em conjunto, ao

⁷⁷ - Uma discussão dos efeitos contábeis associados à relação BB-Tesouro na década de 80, apesar dos poucos registros disponíveis, será feita no item E.1. deste capítulo.

⁷⁸ - Parte da crise fiscal, ou melhor, da camuflagem dos *déficits* públicos, embute-se na fragilização das instituições financeiras estatais. Para a discussão desse assunto em instância subnacional, vide LOPREATO (1992).

longo do período pós-1986, os principais contenciosos decorrentes dessa situação entre o BB e o Tesouro ⁷⁹.

As mudanças institucionais relativas ao processo orçamentário e fiscal, envolvendo as entidades relacionadas com a execução desse processo, tiveram continuidade em 1988, a partir das deliberações da Assembléia Nacional Constituinte. À primeira vista, esta nova etapa das reformas das finanças públicas não produziria sobre o BB maiores efeitos, porém um exame mais detido revela que ocorreu um impacto quase comparável ao fim da conta-movimento.

A nova configuração das finanças públicas, no que diz respeito às relações BB-BC-TN, completou seu desenho com o aperfeiçoamento da estrutura orçamentária associado à criação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, vinculado ao Orçamento Geral da União, incorporando um amplo conjunto de atividades financeiras do BB ⁸⁰.

⁷⁹ - Sobre os débitos de maior prazo que o Tesouro Nacional acumulou junto ao BB, até o final da década de 80, não se encontrou documento público que registrasse a ordem de grandeza e discriminasse seus componentes. Há uma indicação disso no depoimento do então Diretor de Finanças do BB, Paulo de Tarso Medeiros, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Brasil, do Congresso Nacional:

"O banco detém, junto ao órgão do Governo Federal, crédito da ordem de US\$ 8,3 bilhões... provenientes de operações externas e internas já vencidas e não pagas, operações essas realizadas com base em votos do Conselho Monetário Nacional e autorizados por ministros de Estado. O não retorno desses capitais afeta evidentemente a capacidade negocial da empresa e compromete os resultados financeiros, com reflexos altamente danosos para o banco e para o país." (CPI DO BANCO DO BRASIL, 1991)

⁸⁰ - O OOC (3OC, ou Orçamento das Operações de Crédito, ou 2OC, após a Constituição de 1988) abrangeu as operações de crédito de interesse do Tesouro Nacional (crédito rural, fundos e programas, etc) bem como a compra de produtos agrícolas - recursos reembolsáveis, porém temporariamente imobilizados. Os programas nele incluídos foram "Financiamento do Custeio Pecuário", "Financiamento do Custeio Agrícola", "Financiamento da Comercialização de Produtos Agrícolas (AGF, EGF, trigo e café)", "Financiamento da Comercialização de Produtos Agrícolas (Açúcar)", "Estoques Reguladores" e "Financiamento das Exportações". Para detalhamento, ver TEIXEIRA (1990) e GUARDIA (1993).

A gestão dos fundos e programas, até então exercida pelo Bacen, foi transferida para a Secretaria do Tesouro, uma vez que o governo pretendeu eliminar o aporte de recursos monetários para esse fim. Ao reservar a contratação de novas operações com esses recursos como exclusividade do Banco do Brasil e instituições financeiras federais, abriu-se um novo conflito concorrencial no plano da regulamentação do sistema, opondo os interesses das instituições privadas ao das públicas, de forma análoga à normatização da caderneta de poupança rural, ocorrida no ano anterior. Esta disputa encerrou-se com o setor financeiro privado registrando publicamente seus protestos ⁸¹.

Nesse contexto, ainda que não fosse um efeito destacado no perfil do reordenamento institucional, houve uma mudança relevante na relação financeira das entidades públicas, determinada pela Constituição Federal, pela qual o BB perdeu em grande parte sua função de "caixa" do Tesouro, experimentando uma expressiva perda de recursos não remunerados ⁸². Assim, já em 1988 os depósitos à vista de governos, que representavam a metade dos depósitos totais do banco, recuaram para um décimo desse agregado. Em termos reais, significou uma perda próxima a US\$ 7 bilhões em

⁸¹ - A exclusividade consta do art. 2o. do Dec. 94.444, de 12.07.87. A FEBRABAN enviou carta de protesto ao Ministro da Fazenda (GAZETA MERCANTIL, 17.11.87). Por outro lado, a aplicação obrigatória das disponibilidades das entidades da administração federal direta e indireta, ministérios, autarquias, estatais, etc, em instituições financeiras públicas, prevista no artigo 163 da Constituição Federal, acabou não sendo observada por todo o conjunto da administração indireta.

⁸² - Em seu art. 164, par. 3o., a Constituição Federal estabeleceu que "As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei." No ano seguinte, veio a ser regulamentada a remuneração dessas disponibilidades de caixa do Tesouro, junto com outros assuntos, pela lei 7862/89.

recursos não remunerados - quase comparável à própria perda decorrente do fim da conta movimento.

Portanto, no que diz respeito ao BB é necessário salientar que esta etapa reforçou o caráter inicial das reformas institucionais, fragilizando-o ainda mais do ponto de vista financeiro ao promover o encarecimento médio de seu *funding*. Sem desconsiderar que o vetor desse impacto foi concebido na perspectiva do aperfeiçoamento fiscal, frise-se que, da mesma forma que em 1986, não se definiram fontes de recursos baratos para o financiamento da atividade agropecuária e pouco se acrescentou quanto à estabilização dos fundos para o crédito rural, exceção parcial feita à caderneta de poupança, que será discutida adiante ⁸³.

Ou supunha-se que a questão seria resolvida *ad hoc*, ou, conforme será desenvolvido no item seguinte, é provável que tenha predominado na formulação da política econômica a perspectiva o setor público superaria esse obstáculo, por um lado, afastando-se desse papel, e por outro aprofundando a inserção do BB no mercado financeiro.

B. Crédito rural e BB sob instabilidade crescente.

Como se viu no capítulo anterior, após um período de expansão e auge que prolongou-se até o início dos anos oitenta, o SNCR passou por importantes reformas que se traduziram na que do volume de recursos e na crescente indexação do crédito. Essas mudanças tiveram na retração dos ativos do BB e de sua

⁸³ - Sem discutir se esse assunto é ou não matéria constitucional, o fato é que apesar do peso da chamada bancada ruralista a garantia de fontes estáveis de recursos para financiamento da agropecuária passou ao largo das deliberações dos constituintes. O mesmo não ocorreu quanto ao financiamento industrial. A Constituição de 1988 representa um marco para o BNDES, ao acrescentar a seu *funding* 40% do fluxo de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a taxas reduzidas e sem necessidade de retorno do principal.

presença no mercado de crédito alguns de seus efeitos mais salientes. Já na segunda metade da década, as transformações na relação institucional entre o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional e o Banco Central determinaram uma profunda alteração nas condições sob as quais papel BB no financiamento das atividades agropecuárias era exercido, pelo lado de sua estrutura de passivos.

Neste item, focaliza-se o Banco do Brasil enquanto instrumento da política de crédito rural do governo. Destacam-se as consequências de o BB ocupar uma posição central na operação do SNCR num contexto em que, diante da crise fiscal e financeira do setor público, a política econômica traduziu-se em sucessivas medidas de choque que não contiveram o agravamento da instabilidade. Por outro lado, quanto à demanda do crédito, verificaram-se reações setoriais às mudanças mencionadas anteriormente ⁸⁴.

1. Endividamento rural durante a estabilização.

A alteração no conteúdo da política econômica sob o novo governo conduziu a uma importante recomposição das operações ativas do Banco do Brasil, em 1986, elevando substancialmente seu volume de empréstimos ⁸⁵. As novas diretrizes da política

⁸⁴ - Como o recorte deste trabalho implica manter o foco da análise prioritariamente voltado para o SNCR, convém antecipar que, apesar da trajetória do crédito rural e dos subsídios creditícios ter sido declinante, as transferências de renda do setor público ao privado agropecuário não caíram na mesma proporção dos subsídios creditícios. Elas mantiveram-se na segunda metade da década por outros mecanismos, de forma seletiva, por região, cultura e produtor, beneficiando culturas e agroindústrias específicas, como trigo e sucro-alcooleiro, e os produtores de fronteira. E, ainda, se pelo lado do crédito a política agrícola foi contencionista, pelo lado dos preços passou a ser mais atuante, só que protegendo o setor agropecuário de forma menos homogênea e mais discriminada. Em especial, a política de desvalorizações cambiais representou uma proteção decisiva à rentabilidade dos produtos de exportação. Os mecanismos mais importantes foram a política de compras do governo, a unificação dos preços mínimos, a uniformização do preço do diesel, além de outros (GASQUES & VILLA VERDE, 1990:12-13).

⁸⁵ - Em continuidade ao comportamento do último trimestre de 1985, o saldo das operações de crédito saltou para 25,3% do ativo em 1986,

agropecuária envolveram direta e indiretamente o BB, melhorando as condições e aumentando o volume de crédito ofertado, tendo como contraface a ampliação do endividamento rural.

No plano institucional, criou-se o Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial (CCRA), integrado entre outros órgãos pelo BB e destinado a assessorar o Conselho Monetário Nacional quanto ao orçamento do crédito rural. Constituiu-se também o Fundo de Desenvolvimento Rural sob gestão e execução do BB, cuja fonte de recursos foram os retornos dos empréstimos rurais realizadas pelo banco, por conta do Tesouro, até o congelamento da conta-movimento ⁸⁶.

Quanto às condições do crédito, a própria ausência de inflação, independente da eliminação da correção monetária cujos rebates conduziam os juros totais a valores negativos, fez com que os subsídios que ainda restavam no crédito rural se tornassem residuais ⁸⁷. Assim, com a estabilização e as novas regras para contratação de crédito, aumentou a propensão ao endividamento por parte dos agricultores; a percepção interna, dos agricultores, e externa, dos bancos

contra 15,9% no ano anterior (saldos em final de semestre). As disponibilidades ampliaram-se para 8,3%, quando vinham mantendo-se próximas a 1% do ativo. Em termos reais, o ativo ampliou-se 23,8% em 1985, e 17,5% em 1986 (TABELA 1B).

⁸⁶ - Conforme Decreto 93.115, de 14.08.86.

⁸⁷ - As taxas para custeio e investimento foram fixadas até fevereiro de 1987 em 10% reais ao ano (um pouco menor para regiões menos desenvolvidas ou incentivadas - Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha e Espírito Santo); para a comercialização em 10% para produtos *in natura*, e 15% para os beneficiados e industrializados, cfe. Resolução 1.131, de 15.05.86. Subsídio, no texto, está sendo utilizado em sentido estrito, quando o abatimento da correção monetária fazia com que as taxas nominais globais incidentes sobre os compromissos (correção parcial mais taxas de juros) ficassem abaixo da correção plena. Em sentido amplo, as linhas do SNCR continuaram sendo subsidiadas uma vez que continuaram compulsoriamente mais baratas que as taxas livres de mercado, como mostra OLIVEIRA (1995:66-71) para a década de 80.

privados e estatais, apontou no sentido de uma diminuição do risco de inadimplência e exclusão do mercado no setor ⁸⁸. Combinada com o aumento do volume de crédito disponível, verificou-se um expressivo endividamento dos produtores rurais, magnificando as consequências sobre os tomadores e os agentes bancários quando houve a reversão da estabilidade, pouco tempo depois .

A ampliação do volume de recursos disponíveis para o crédito rural, por sua vez, foi proporcionada pela expansão dos depósitos à vista. Precisamente essa circunstância possibilitou que o fim da conta-movimento não trouxesse maiores consequências ao financiamento do setor agropecuário e geral no ano de 1986, permitindo ainda que os novos percentuais de exigibilidade incidentes sobre aqueles depósitos fossem diminuídos ⁸⁹.

Esse aumento do volume de crédito rural em 1986 pode ser visto na TABELA 3A. Note-se que a liderança dessa expansão ao longo do ano coube não ao BB, e sim ao conjunto dos demais

⁸⁸ - Para uma discussão sobre efeito do risco e taxa de retorno na agricultura, ver REZENDE (1985). Adicionalmente, REZENDE (1989:1740) apresenta a interpretação que a fuga do mercado financeiro para ativos de risco - com destaque para o rebanho bovino e a terra - aumentou a rentabilidade da atividade rural, e a riqueza do produtor, deslocando a restrição financeira pelo lado da demanda e oferta de crédito.

⁸⁹ - O saldo em final de período dos DV no BB passaram de US\$ 5,5 em 1975 bilhões para US\$ 14,7 bilhões em 1986, crescendo os do público e do governo em igual proporção (TABELA 1A); os percentuais de exigibilidade puderam ser diminuídos para 10%, 20% e 30% respectivamente para pequenos, médios e grandes bancos, conforme Circular 1.030, de 16.05.86, do Bacen. Portanto GASQUES & VILLA VERDE (1990:11) cometem uma imprecisão ao afirmar que

"Outras alterações referiram-se...também, à criação, no ano de 1986, da caderneta de poupança rural. A introdução desse novo mecanismo possibilitou que, em 1986 e 1987, os recursos aplicados pelo crédito rural equivalessem aos montantes de 1979/80 (IEA)".

Aliás, a caderneta de poupança rural começou a operar no segundo semestre de 1987.

bancos comerciais, que ampliaram seus recursos em quase dois terços. A evolução do fluxo global de crédito do banco foi da ordem de 41% em 1986, a partir do crédito ao setor rural - cujos possíveis efeitos sobre o programa de estabilização já foram mencionados.

2. A crise financeira de 1987.

No primeiro semestre de 1987, a reaceleração inflacionária que marcou o colapso do plano Cruzado e induziu à reindexação dos contratos de crédito gerou uma conjuntura extremamente adversa aos devedores. Nesse contexto, coube ao BB, na qualidade de banco público e agente financeiro do Tesouro, ser o principal instrumento refinanciador das dívidas do setor privado, rural e micro-pequenas-médias empresas urbanas, assim como das dívidas do setor público em instância subnacional.

Porém, esse papel foi desempenhado às custas de um maior comprometimento de sua condição financeira, seja porque o volume de refinanciamentos efetivados foi muito expressivo, excedendo as deliberações do CMN - quando o banco não mais dispunha de capacidade emissora para evitar problemas de liquidez -, seja porque o exercício dessa função, poder-se-ia dizer, de "emprestador de penúltima instância", passou a alimentar mais à frente a perspectiva de novas facilidades para os devedores inadimplentes.

Em grande medida, a política de crédito em 1987 consistiu na administração da crise de liquidez de produtores rurais e das pequenas e médias empresas. Esses agentes encontraram-se em situação financeira deteriorada, em primeiro lugar, devido ao grau de endividamento herdado do período de estabilidade combinado com a reintrodução da correção monetária via reenquadramento dos contratos, numa conjuntura de retomada da

inflação ⁹⁰. Além disso, ao mesmo tempo que se elevaram os encargos do crédito e se manifestava um processo de desaquecimento econômico, foi mantido o tabelamento de preços e liberados estoques governamentais de alguns produtos, subordinando a política agrícola à de estabilização ⁹¹.

⁹⁰ - Após sucessivas deliberações do CMN, os encargos do crédito rural situaram-se na faixa entre 3% a 15% reais ao ano, chegando, com a atualização monetária a taxas até de 215% nominais a.a., conforme Res. 1266, de 27.02.87, 1311 de 24.04.87 e 1327 de 28.05.87., do Bacen.

⁹¹ - Sobre essa situação, afirma REZENDE (1989:1735):

"Quanto à crise financeira de 1987 - produto da derrocada dos preços agrícolas, das elevações inesperadas das taxas de juros dentro e fora do sistema de crédito rural, e também da derrocada dos preços da terra - as anistias creditícias promovidas pelo Governo foram a solução, como se sabe."

Excetuando essa conjuntura, e aquela do final de 1985, o mesmo autor afirma sobre a década de 80: *"Em retrospecto, contudo, pode-se dizer que o desempenho da agricultura, no conjunto do período, não foi prejudicado por problemas financeiros"* (idem:1734).

GASQUES E VILLA VERDE (1990:11-12) parecem desconsiderar a importância do ano de 1987:

"Não há evidências de que o setor tenha se ressentido da falta de liquidez. Pesquisa feita no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo indicou que os agricultores fizeram uso intensivo do crédito para custeio, poupando o seu capital próprio (Liebhardt, 1988). Os resultados dessa pesquisa mostraram, também, que o nível de liquidez dos agricultores permitiria atender, além dos desembolsos referentes à produção, às inversões efetuadas na propriedade sem terem que recorrer a recursos externos."

Essa generalização é no mínimo temerária. A pesquisa citada abrangeu apenas o ano de 1984, envolvendo 306 questionários numa abordagem de cross-section, e seu autor adverte sobre o caráter pontual do trabalho. Tanto mais que, alguns parágrafos antes, os próprios autores afirmam, sobre os preços agrícolas: *"...como observa Rezende (1989), um dos melhores anos foi 1984."* (idem:11).

Nesta dissertação, onde se incorpora a evidência de que a reforma do crédito rural (e nem mesmo a queda dos preços agrícolas) não impediu o crescimento da produção na década de 80, interessa chamar a atenção para a hipótese de que o comprometimento financeiro e patrimonial do BB deu importante contribuição para que a situação financeira dos produtores não se deteriorasse.

Essa hierarquização de políticas, entretanto, obrigou a Autoridade Econômica a adotar um conjunto de medidas compensatórias. Assim, através de medidas específicas foram permitidos refinanciamentos, reintroduzidos subsídios na forma limitação à correção monetária e prazos de carência e, ainda, alongamento de prazos dos contratos de crédito rural⁹². Da mesma forma, abriram-se novas linhas com recursos repassados pelo Bacen também para as pequenas e médias empresas urbanas⁹³, inclusive com aportes de recursos do FND e complementação do próprio BB com fundos mobilizados no mercado⁹⁴. Além das normas específicas de assistência, o banco implementou prorrogações de prazos de financiamento por sua conta⁹⁵.

⁹² - Entre outras medidas, para uma parte do crédito de investimento anteriormente contratado, ficaram estabelecidos tetos à correção, além de possibilitados refinanciamentos (Res.1311); definiram-se condições para a renegociação das dívidas de pequenos e mini-produtores anteriores ao Cruzado, por mais quatro anos, enquanto para as regiões menos desenvolvidas essas dívidas ficaram sem correção monetária até o final do ano, cfe. Res. 1306, de 10.04.87., e 1350, de 01.07.87; esta última caracterizando subsídio em sentido estrito. Deliberou-se, ainda, a duplicação dos prazos para crédito ao Investimento rural (Res. 1353). O BB tornou-se, ainda, o principal agente renegociador das dívidas do setor sucro-alcooleiro, cfe. Res. 1403 do Bacen, de 02.10.87.

⁹³ - Os recursos do Bacen foram repassados nos meses de março e abril, ao amparo da Res. 1.274 e 1.308.

⁹⁴ - Vide Relatório Anual do Bacen, 1987.

⁹⁵ - Este, em volume não dimensionável. Segundo o Bacen, diante da inadimplência

"As normas do crédito rural determinam prorrogação de dívida nos casos de falta de pagamento decorrente de problemas na atividade financiada, independente de consulta ao Banco Central do Brasil. As prorrogações devem ser concedidas aos mesmos encargos financeiros previstos no instrumento original do crédito..." (CPI do Endividamento Agrícola, 1993, Ofício Presi/BC-93/02847, p. 2).

Na CPI do BB, o titular da Diretoria Financeira do Banco, Paulo de Tarso Medeiros, declarou que

" As LDOs de ordinário vedam a prorrogação de financiamentos rurais concedidos com recursos do Tesouro Nacional, salvo se prevista em

A orientação da política oficial de crédito, nessas circunstâncias, objetivou não apenas contornar a crise de liquidez do setor privado. Criaram-se facilidades para que os mutuários se reenquadrassem nas novas condições de financiamento rural, procurando com isso propiciar condições para a vigência de taxas reais positivas em todas as operações de crédito rural e reduzir a um mínimo a diferenciação regional dos encargos ⁹⁶. Não obstante, esses objetivos encontravam-se crescentemente limitados pela crise financeira do Estado e escassez de fundos orçamentários para financiamento da agricultura e de outras atividades. O grau em que essa restrição manifestou-se implicou o amadurecimento das condições que permitiram a diversificação e conglomeração do BB enquanto interesse geral expresso na orientação de política econômica, como será visto à frente, no item E.2.

Não dispondo mais da conta-movimento, as prorrogações e refinanciamentos por sua própria conta representaram para o Banco do Brasil uma diminuição de sua liquidez, deterioração no perfil temporal de suas aplicações e sua estrutura de taxas, independente de serem ou não operações originalmente financiadas pelo Tesouro ⁹⁷.

legislação específica. Ocorre que, com certa frequência, o Governo determina prorrogações de financiamentos rurais, tendo em vista a proibição citada, ocorre que o banco se vê obrigado a prorrogar com recursos próprios, captados no mercado, financiamentos lastreados com recursos oficiais já devolvidos ao Tesouro Nacional. Este fato, evidentemente, ocasiona enormes perdas para o banco, além de dificultar a melhor distribuição do crédito, uma vez que os recursos já se encontram comprometidos." (CPI DO BANCO DO BRASIL, 1991).

⁹⁶ - OLIVEIRA (1995:66-71) mostra que, frente ao indexador oficial (OTN), os juros foram de -2,2% a.a., e comparada ao IGP-DI foi de -33,3%; em 1987 seria de 9,0% e -3,0%, respectivamente.

⁹⁷ - Qualitativamente, é possível diferenciar os impactos dos refinanciamentos de acordo com a origem dos recursos. A parcela apoiada em novos repasses não apresenta impactos; os refinanciamentos de operações anteriormente efetivadas com repasses provocam diminuição de liquidez e piora na estrutura de prazos; e a parcela de refinanciamentos lastreados em recurso próprios ou captados no mercado, além dos efeitos

Nesse momento, todavia, a fragilização financeira decorrente da reaceleração inflacionária e da reindexação ainda encontrava-se predominantemente no setor não-financeiro, e embora inscritos numa tendência de queda, os resultados do BB em 1987 foram contabilmente elevados, enquanto os níveis de inadimplência mantiveram-se reduzidos. As dificuldades decorrentes do fim da conta-movimento, atrasos na efetivação de repasses da STN para as operações desenvolvidas em nome do Tesouro, e outros elementos presentes na recomposição de seu *funding*, apontando no sentido da elevação de seus custos

anteriores, implicam em deterioração da estrutura de taxas, na medida em que no contexto de inflação ascendente a composição do *funding* do banco altera-se em favor de recursos remunerados, representando a pior alternativa. Em qualquer uma das alternativas, todavia, há uma tendência à degradação da qualidade das garantias.

Embora não dispondo de evidências para quantificar cada opção, pode-se fazer um exercício sob várias considerações e algumas hipóteses:

a) o produto real do setor lavouras manteve-se em 1988 praticamente no mesmo nível que em 1987 (cfe. Relatório Anual do BC, 1989), o que permite considerar por hipótese tratar-se do mesmo universo de produtores.

b) enquanto o volume de crédito rural através do BB manteve-se no mesmo nível, o restante do sistema, onde predominam os bancos privados, caiu 60% (no conjunto, 21%), comparando-se 1987 com 1986 (TABELA 3A).

Quanto aos produtores do "restante" (em volume de crédito):

c) 60% saíram do sistema, após saldar seus compromissos, seja por terem sido expulsos ou por aversão ao risco

d) dentro dos 40% que permaneceram, já se incluem os refinanciamentos compulsórios.

Supondo que metade do crédito do BB (ou seja, 40% do sistema) corresponderam de fato a refinanciamentos - o que parece aceitável, naquela conjuntura, e ainda considerando que a participação dos recursos do Tesouro no total do crédito caiu de 65% em 1986 para 37% em 1987, enquanto os da Poupança, exclusivos do BB, atingiram 22% em 1987 (TABELA 3E), concluímos que o BB estaria cobrindo a ordem de 10% de seus refinanciamentos com recursos mobilizados por ele próprio - mesmo se adotássemos a hipótese desfavorável de que a totalidade dos recursos do Tesouro estivesse relacionada com operações refinanciadas.

É provável, porém, que o percentual real tenha sido várias vezes maior do que esse.

financeiros, só mais à frente iriam manifestar-se plenamente nas contas do BB (conforme análise desenvolvida no item E1).

Ainda em 1987, para deter a queda dos recursos disponíveis ao financiamento rural, o governo adotou outras medidas que envolveram modificações no sistema financeiro. Foi criada a caderneta de poupança rural, cuja captação cresceu a taxas expressivas, tornando-se a mais significativa alteração na estrutura passiva do banco, depois do fim da conta movimento, ao mesmo tempo em que tornou-se a inovação de mais longo alcance com que a política econômica procurou contornar a retração de fundos orçamentários para o financiamento rural⁹⁸. Além disso, a diminuição dos depósitos à vista em consequência da reaceleração inflacionária fez com que o governo voltasse a aumentar os percentuais das exigibilidades⁹⁹. Ainda assim, o volume global de crédito alocado no setor rural recuou 20%, refletindo a grande retração das instituições privadas. O volume contratado através do BB, especificamente, manteve-se nos patamares de 1986 ampliando sua participação no sistema de 62% para 81%, cfe. TABELA 3A.

Essas mudanças evidenciam, novamente, que a lógica do Banco do Brasil enquanto empresa estatal diferencia-se daquela que

⁹⁸ - A captação da poupança representou ao final do ano 18% dos depósitos totais do BB e 22% dos fundos globais do crédito rural (vide TABELAS 1A e 3E). A Poupança Rural do BB foi disciplinada pela Res. 1188, de 05.09.1986 e Circular 1130, de 12.02.87, do BC, e pela Circ. 1255, de 17.11.87 para o BASA, BNCC e BNB. Sua característica original, além de ser exclusividade desses bancos públicos, está em direcionar 60% da captação para o crédito agropecuário, 20% de reserva em títulos públicos federais, e no caso da Circ.1255, 10% para projetos de irrigação. Além da poupança, o Governo tentou, sem êxito, criar em 1987 um mecanismo de financiamento privado da comercialização rural, através de um programa apoiado em recursos do BIRD (Res. 1398, de 22.09.87, do BC, mais tarde abordado pela Res. 1502, Circ. 1336 e Carta-Circ. 1817, de 28.07.88), que correspondeu ao "Programa de Aceites Bancários".

⁹⁹ - No BB a queda dos DV foi de 23%, comparando-se os saldos em fim de período (a partir da TABELA 1A). Quanto ao aumento das exigibilidades sobre os DV, elevaram-se para para 20%, 30% e 40%, respectivamente para pequenos, médios e grandes bancos.

preside o comportamento dos agentes do setor financeiro privado, no crédito rural ou nas linhas em geral. Enquanto estes agem priorizando a percepção da crescente fragilização dos mutuários potenciais e os riscos advindos dessa conjuntura, que se combinam com o risco naturalmente mais elevado no caso da atividade rural, o agente financeiro estatal, diferentemente, age sobrepondo à percepção do risco a orientação contracíclica da Autoridade Econômica, voltada para a sustentação da renda e condições de operação do setor não financeiro.

Embora o volume de crédito especificamente rural concedido pelo BB não tenha aumentado, seu fluxo global de crédito aumentou 30% em 1987. Além do refinanciamento do setor privado, houve nesse ano um aumento significativo do crédito dirigido ao setor público, associado à negociação de dívidas públicas estaduais e municipais. A TABELA 2A mostra que daí para a frente, até o final da década, as operações ao setor público ampliaram sua participação nos empréstimos globais do banco, destacando-se as operações junto ao setor público estadual ¹⁰⁰.

Essas mudanças associam-se ao fato de que durante o biênio 1987/88 o Banco do Brasil conduziu em nome do Tesouro Nacional algumas grandes operações de saneamento dirigidas ao refinanciamento do setor público. Por um lado, foram negociadas as dívidas dos Estados e municípios acumuladas junto ao sistema bancário. De outro, as dívidas dos bancos

¹⁰⁰ - O saldo do crédito ao setor público passou de 6,1% para 27,9% do total dos empréstimos do banco, representando em termos reais um acréscimo de 37% (TABELA 2A). As operações junto aos governos estaduais, em particular, dobraram sua participação entre junho e dezembro de 1988, passando de 10% para 20% de todas as operações de crédito do banco (2B). Na composição das "aplicações em títulos e valores mobiliários" (1D) também é visível esse movimento de crescimento da participação da dívida mobiliária estadual e municipal junto ao BB. Mais adiante, fora deste período, verifica-se um processo de "limpeza" dos títulos estaduais da carteira do BB.

estaduais sob regime de administração especial do Bacen, que converteram-se em dívidas dos respectivos Estados controladores ¹⁰¹.

Como pano de fundo desses movimentos encontrava-se o estreitamento fiscal que, ao gerar conflitos pela distribuição de recursos orçamentários entre instâncias de governo, na década de 80, contrapôs à centralização fiscal no âmbito federal reações "monetárias" ao nível dos Estados. Estes, além de contraírem dívidas diretamente, utilizaram as instituições financeiras sob seu controle, através de insuficiências de reservas e recurso aos empréstimos de liquidez para superar as restrições fiscais. A solução adotada foi federalizar essa fragilização, transferindo-a através do Bacen como prestador final, e do BB como agente financeiro, para o Tesouro Nacional.

3. Ainda os efeitos da reversão.

Se até 1987, como se afirmou, a fragilidade financeira estava concentrada num ampla gama de devedores privados, ao longo do ano e principalmente de 1988 em diante os desequilíbrios foram transferidos para o Tesouro Nacional e para o BB, reforçando as tendências históricas da economia brasileira de concentrar em entidades públicas o custo dos ajustes financeiros dos agentes privados. Na conjuntura específica de 1988, a substancial melhora das condições financeiras dos produtores rurais, quanto à situação de capitalização e liquidez, também recebeu importante contribuição da política

¹⁰¹ - Um exame mais detalhado processo de refinanciamento dos Estados encontra-se em FUNDAP (1989:240-259). Quanto às dívidas dos bancos estaduais, as condições foram fixadas em 15 anos com 1,5 ano de carência, com taxa mínima da dívida pública federal mais *spread* de 2% a.a. Os bancos estaduais submetidos a intervenção do Bacen, determinado pelo Dec. Lei 23, de 25.02.87, eram dos Estados RJ, CE, SC, MT e MA; incluindo posteriormente BA, PA, AC, além da CEE e o Credireal de MG; vide a respeito VASCONCELOS & OGASAWARA (1992). Sobre participação dos bancos estaduais no endividamento dos Estados, ver LOPRETO (1992:122-150).

oficial de crédito, além do efeito do comportamento dos preços agrícolas internos e especialmente das *commodities* ¹⁰².

Primeiro, como desdobramento tardio das dificuldades de liquidez anteriormente enfrentadas por vários setores produtivos, foi deliberada no âmbito da Constituinte a concessão de uma anistia da correção monetária dos contratos de crédito dos míni, pequenos e médios produtores rurais, e dos pequenos e médios empresários, referentes a débitos contraídos no ano do Cruzado (correspondente à parcela que já fora refinanciada em 1987).

Recorde-se que desde a crise de 1987 o BB passou a responder por mais de 80% do crédito rural do sistema, e a clientela beneficiada pela anistia constituía-se de segmento tradicionalmente atendido pelos bancos oficiais. Assim, excetuando as aplicações compulsórias de outros bancos dirigidas a esses tomadores, a anistia incidiu majoritariamente sobre essa instituição, representando despesa superior a US\$ 100 milhões (operações atendidas através das exigibilidades e recursos próprios do BB), ainda que a maior parte do ônus tenha recaído sobre as fontes de origem orçamentária ¹⁰³.

¹⁰² - Vide CARNEIRO & BUAINAIN (1989), ítem 2.2. Por sua vez, REZENDE (1989:1735) afirma

"Nos anos agrícolas 1987-88 e 1988-89, em que de novo se praticou uma política de taxas de juros reais positivas no sistema de crédito rural, o excepcional desempenho da produção agrícola é prova de que não houve qualquer restrição de cunho financeiro - o que, provavelmente, se explica por níveis adequados de rentabilidade agrícola..."

É necessário levar em conta, além da questão das taxas, também a estrutura de prazos do endividamento agrícola. E, além da rentabilidade, o papel do Estado, através do BB, para contornar a restrição financeiro dos produtores no ano 1987-88, como foi visto, e em 1988/89, sob exame.

¹⁰³ - Decorrente de aprovação de emenda do dep. Roberto Freire, do PCB-PE, a anistia foi incluída nas Disposições Transitórias da Constituição Federal, art. 47. Em documento enviado à Câmara Federal em janeiro de 1994, quando tramitava o Projeto Legislativo 383/93, o banco estimou seu

Entretanto, o caráter negativo dessa medida ficou por conta da restrição do universo de beneficiários aos que não tivessem quitado seus débitos, traduzindo-se num prêmio à inadimplência ou discriminação dos adimplentes ¹⁰⁴.

Em segundo lugar, a abrangência do apoio financeiro oficial proporcionado também em 1988 aos produtores em dificuldades por razões climáticas ou mercadológicas, que alcançou um diferenciado leque de produtores e regiões, envolveu mais uma vez o abrandamento das condições originais dos contratos ¹⁰⁵. Se, junto com isso, considerar-se a ampla participação do BB na oferta de crédito rural também nesse ano - enquanto os bancos privados, controlando sua exposição ao risco, recuaram sua participação no sistema para 8% - torna-se possível delimitar para onde transferiu-se o processo de fragilização resultante da instabilidade subsequente ao colapso do Cruzado.

valor US\$ 193,9 milhões até dezembro de 1988, e o restante, até abril de 1989, em US\$ 81,3 milhões. Porém, pelo BALANÇO ANUAL do BB (1988), Nota Explicativa no. 20, a despesa com a anistia correspondeu a US\$ 283,6 milhões, dos quais US\$ 105,9 foram despesa líquida do BB (valores pela Correção Integral, corrigidos pelo IGP-DI centrado e convertidos em dólar em dez.90). A maior parte do restante foi atribuída ao Tesouro, além do Bacen e, residualmente, outras entidades, cfe. o par. 7o., inc. IV art. 47 das D.T. da C.F. "No caso de repasse a agentes financeiros oficiais ou cooperativas de crédito, o ônus recairá sobre a fonte de recursos originária". No ano seguinte, as despesas correspondentes a essa anistia (pelo mesmo método) totalizaram US\$ 11 milhões (Nota Explicativa no. 23, BALANÇO ANUAL DO BB, 1989).

¹⁰⁴ - "Os benefícios de que trata este artigo não se estendem aos débitos já quitados...", par. 4o., *idem, ibidem*. A anistia significou o cancelamento definitivo de parte das dívidas que vinham sendo roladas através de sucessivas prorrogações dos prazos dos contratos beneficiados pelas Res. 1352, 1367 e 1383, cfe. "Ajuste de Prazo do Crédito Agrícola" (GAZETA MERCANTIL, 29.03.88).

¹⁰⁵ - Os produtores de milho, soja e outras culturas do sul do país, tiveram apoio para o replantio; mini e pequenos produtores prorrogaram seus débitos; o setor sucro-alcooleiro (produtores, fornecedores, usinas/destilarias) obtiveram repactuações de prazos e encargos; avicultura e suinocultura também foram contemplados com reescalonamento dos débitos, de acordo com as Res. 1459, de 29.01.88, 1480, de 10.05, 1488, de 26.05, 1468 e 1504, respectivamente de 17.03 e 03.08.88.

Uma das principais consequências que se desdobraram dos atrasos, seguidos das prorrogações, refinanciamentos e da anistia - bem como do estímulo aberto à inadimplência dado pelo ministro da Agricultura e líderes de classe - foi a percepção dos produtores acerca da vulnerabilidade do agente financeiro oficial quanto à execução das garantias, bem como outras formas de fazer valer seu direito contratual sobre o retorno das operações. Nesse contexto - e face à perspectiva de limitação de recursos para o crédito da safra seguinte - tornou-se "racional" para uma parcela crescente dos agentes privados simplesmente não retornar os recursos devidos, e aguardar as prováveis medidas oficiais de acomodação ¹⁰⁶.

A ampliação desse comportamento não transpareceu de imediato nos balanços na forma de inadimplência, seja porque sucessivos refinanciamentos foram oficialmente efetivados com a cobertura de resoluções do CMN e do Bacen, seja pela adoção da prática bancária de reter uma parcela dos novos recursos para liquidar operações anteriores. Conhecida como operação "mata-mata", é impossível quantificar a extensão dessa prática por ela ser ilegal, mas seguramente foi de aplicação muito comum em todo o período ¹⁰⁷.

¹⁰⁶ - Segundo o então Dir. de Crédito Rural do BB, Sebastião Rodrigues,

"a média nacional de inadimplência, que se encontrava em 3,5%, elevou-se para 13% desde que a emenda da anistia começou a ser discutida no Congresso" (GAZETA MERCANTIL, 30.09.88).

¹⁰⁷ - Conforme indicam entrevistas com administradores e técnicos da área rural do banco. Ademais, a generalidade da prática foi confirmada por um ex-presidente do BB em depoimento à CPMI do Endividamento Agrícola (1993). Consta ainda dos documentos da CPMI pergunta de parlamentar e resposta do presidente do Banco Central (BCB, ofício Presi-93/02847):

"Confessou o Sr. Alcir Calliari que é prática comum do Banco a utilização de novas verbas para o custeio das lavouras, para o pagamento de contas antigas, os chamados 'mata-mata'"....Resposta: "A utilização de recursos do crédito rural para pagamento de dívidas é expressamente vedada pelo art. 14, par.único, alínea 'b', do regulamento aprovado pelo Decreto 58.380/66."

Entre seus efeitos no desempenho do banco, o conjunto crescente das operações de repactuações envolvendo amenização dos encargos, dilatação das carências e alongamento dos prazos dos contratos, além dos refinanciamentos, impactou negativamente as receitas correntes e a liquidez da empresa, independente da fonte de recursos. Como agravante, os resultados assim obtidos - apropriação contábil de receitas sem o efetivo ingresso de recursos - implicaram em distribuição de dividendos e pagamentos de impostos, gerando um segundo impacto nos níveis de liquidez do BB, que a partir de 1988 tornou-se predominante tomador no interfinanceiro ¹⁰⁸.

Além de atingir as bases contratuais do crédito rural e suas condições de demanda, o agravamento da instabilidade macroeconômica nesse período também resultou no encurtamento do volume de recursos para esse fim. O fluxo de crédito global do BB teve em 1988 uma queda expressiva, de quase 40% reais, ainda que o crédito especificamente rural tenha diminuído 28%. Parte dessa diminuição remete à política agrícola, que também limitou o alcance de outros instrumentos. Convergente com o mecanismo de substituição de fundos "públicos" por recursos privados no financiamento rural, já mencionado - a caderneta de poupança rural - implementou-se um processo de liberalização da comercialização. Definiram-se regras restritivas para a venda dos estoques governamentais de produtos agrícolas, através dos chamados preços de intervenção, estimulando a participação dos agentes privados no carregamento de estoques e na assunção dos custos financeiros associados.

Ao final de 1988, o agravamento da instabilidade tornou patente a ineficácia da política de estabilização ortodoxa, levando à adoção em 1989 de um novo plano heterodoxo em pouco tempo limitado à manutenção de elevadas taxas de juros. Nesse

¹⁰⁸ - Ver TABELA 5B. O item E.1. desenvolve essa discussão.

contexto, a crescente incerteza macroeconômica atingiu o BB não só a partir das decisões dos mutuários do crédito rural e das oportunidades de aplicação financeira, geradas pela política de altos juros. O conjunto de medidas adotadas em janeiro de 89, chamado de Plano Verão, incidiu diretamente o Banco do Brasil; a mudança de indexador das aplicações financeiras foi o mecanismo de maior impacto sobre sua situação empresarial, como se verá no item E1. Com isso, o próprio governo atingiu o principal mecanismo que estava viabilizando a substituição de recursos orçamentários para o financiamento rural, e fragilizou ainda mais o agente financeiro encarregado desse processo.

Em resumo, as mudanças nas políticas dirigidas ao setor rural na segunda metade da década passada não tornaram o SNCR secundário no apoio às atividades agropecuárias. Não obstante, todas essas políticas ressentiram-se do impacto da crise fiscal, que traduziu-se entre outras consequências na queda do volume de crédito e na elevação das taxas. O BB preservou sua posição central na operação SNCR, mas com modificações cruciais nas condições em que desempenhava esse papel. Embora mantido como principal instrumento de governo para o financiamento rural, passou a apoiar-se prioritariamente em recursos mobilizados no mercado, tendo sido também atingido pela reação dos setores alvos daquela política. Assim, o estreitamento do SNCR identificou-se em grande medida com o próprio encurtamento do alcance do BB na política de crédito rural, ao mesmo tempo que sua manutenção como estrutura central do sistema representou o fracasso, nos anos oitenta, das políticas que pretendiam retirar do Estado essa atribuição.

Antes de desenvolver a análise da fragilização do BB em seu aspecto patrimonial e de resultados (item E), os itens C e D seguintes concluem o exame dos papéis do Banco do Brasil enquanto instrumento de políticas de crédito.

C. Comércio exterior e renegociação da dívida externa.

As relações financeiras e comerciais da economia brasileira como o exterior passaram por modificações profundas na década passada. Em decorrência disso e ainda de fatores internos, as funções do Banco do Brasil associadas a essas relações também sofreram significativas mudanças, tanto em seu caráter como nas condições sob as quais eram exercidas, cabendo examinar qual o resultado desse processo sobre seu alcance enquanto instrumento de política econômica.

Com esse objetivo, analisa-se neste item a trajetória do BB no financiamento das relações comerciais do país com o exterior, no financiamento compulsório da dívida externa brasileira e no refinanciamento da dívida externa em atraso do setor público, no período que se estende de 1985 a 1989.

Recorde-se inicialmente que da década de setenta para a de oitenta a composição da pauta de exportações brasileira revela o declínio dos complexos do setor primário e da agroindústria, justamente os tomadores da maior parte do crédito do BB, e a correspondente ascensão do complexo metalmeccânico, além do químico e indústria do papel. Essa tendência acentuou-se ainda mais no período em exame, quando estes últimos grupos alcançaram o predomínio absoluto entre os produtos exportados ¹⁰⁹.

Por outro lado, o financiamento dessas atividades, ao longo dos anos oitenta, não permaneceu imune a tais mudanças estruturais, bem como à crise fiscal/financeiro do setor público e ao colapso do crédito externo ao país. O Banco do

¹⁰⁹ - Entre 1985 e 1989, os complexos agroindustriais e do setor primário passaram de 31,2% e 13,0% para 22,2% e 12,6% da pauta, respectivamente, enquanto os complexos metal-mecânico, químico e papel e gráfica passaram de 28,1%, 3,1% e 5,4% para 39,2%, 9,8% e 5,4%, respectivamente (PINHEIRO, 1993:5).

Brasil, no início da década, sustentava isoladamente no mercado doméstico as linhas de médio e longo prazo de financiamento do comércio exterior, operando com recursos orçamentários e externos. Dessa situação transitou para um comportamento inserido num ambiente mais comercial ou competitivo, passando a operar principalmente com recursos mobilizados no mercado financeiro, do que resultou - em contraste com o ocorrido no caso do financiamento rural - uma progressiva perda de posição para os demais agentes do mercado cambial, na segunda metade da década.

Entre os antecedentes da situação configurada neste segundo momento, estiveram a extinção da exclusividade que o sistema CACEX/BB manteve sobre os recursos do FINEX para os financiamentos pós-embarque e pré-embarque, respectivamente em 1979 e em 1984, com a crescente participação dos bancos privados no sistema, assim como a extinção dos subsídios embutidos no crédito (BAUMANN & MOREIRA, 1987).

A aplicação dessa nova política produziu uma tendência à diminuição da participação do BB no mercado de câmbio, sobrepondo-se ou contrariando a lógica expansiva do banco enquanto grande empresa. Note-se que já em 1986 a participação do BB no sistema - 30% nas compras e 40% nas vendas de câmbio no sistema financeiro do país - e dos recursos do FINEX, reduzidos a 7,5% do conjunto CACEX/BB, evidenciam que a substituição do *funding* para financiamento dessas atividades havia avançado significativamente. Apesar disso pode-se afirmar que o BB seguia ocupando uma posição central no financiamento ao comércio exterior, dados essa expressiva participação relativa e o poder regulador da CACEX

¹¹⁰.

¹¹⁰ - Em 1986 as compras foram de US\$ 6,124 bilhões para o BB, US\$ 0,461 bilhão com recursos específicos do FINEX/BB e US\$ 22,393 bilhões para o total do país (TABELA 6A). Recorde-se porém que, se a política foi exitosa em substituir em grande parte o Estado por agentes financeiros privados, o declínio do saldo da balança comercial e a crise cambial em

Derrotada a perspectiva de uma renegociação soberana da dívida externa após o colapso do plano Cruzado, a política econômicaperseguiu de 1987 em diante a geração de crescentes *superavits* comerciais, apoiados no aumento das exportações. Não obstante, os dois lados da balança comercial apresentaram sucessivos incrementos. Nessas circunstâncias, o BB reforçou o financiamento às exportações, ampliando os recursos disponíveis embora em ritmo ligeiramente menor que o do total do sistema. Algo diferente ocorreu com sua participação no financiamento às importações - frente ao substancial crescimento das vendas de câmbio pelo sistema financeiro, o BB apresentou um decréscimo relativo e absoluto nesse segmento ¹¹¹.

Para realçar o significado desse comportamento assimétrico é oportuno focalizar o biênio 1988/89, quando a balança comercial brasileira apresentou dois *megasuperavits* e o BB retomou espaço no financiamento às exportações, ao mesmo tempo que experimentou um significativo recuo no financiamento às importações. Neste último ano, num contexto de ruptura das relações do país com os credores e de centralização cambial, o papel do BB no financiamento às exportações foi de certa forma redescoberto pelos condutores

fins de 1986 servem para expor os limites dessa política sob crescimento da absorção interna do produto.

¹¹¹ - Exceto em 1986, a política de geração de *superavits* comerciais foi a resposta adotada aos compromissos que emergiram do refinanciamento da dívida externa, e teve como um de seus resultados o aumento no grau de abertura da economia brasileira liderado pelas exportações. A TABELA 6A mostra que entre 1986 e 1989 elas cresceram 54%, enquanto as importações cresceram 30%. Por sua vez, as compras de câmbio através do BB, incluindo recursos do Finex, cresceram 44%, enquanto o financiamento às importações recuaram 9,4%. Em decorrência, a participação do BB no financiamento às exportações caiu de 29,4% para 27,6%, e no financiamento às importações de 40,8% para 28,4%.

da política econômica, contrariando a tendência que vinha em curso ¹¹².

No mesmo contexto, entretanto, ocorria um sensível aumento das importações, associado à reação preventiva dos agentes econômicos na iminência do processo hiperinflacionário, que anulava os resultados do outro lado da balança; coube ao BB "segurar" um pouco esse movimento diminuindo recursos destinados para esse fim, em sequência a comportamento semelhante adotado em anos anteriores. O restante do sistema, ao contrário, aumentou expressivamente o volume de câmbio vendido nesse ano, ocupando a fronteira de negócios em expansão ¹¹³.

Ou seja, no período de 1985 a 1989 o BB contribuiu para o aumento do financiamento às exportações, embora com perda de posição relativa para outras instituições do sistema, e reduziu o apoio financeiro dado às importações, com o objetivo mais imediato de abrir o *superavit* comercial e sob a orientação mais geral de contrarrestar a deterioração do balanço de pagamentos. Portanto, mesmo atuando neste período sob regras competitivas na mobilização de recursos, a atuação do BB no financiamento do comércio exterior foi determinada em primeiro lugar por diretrizes de política econômica voltadas para enfrentar a restrição cambial.

Porém, as condições para o exercício desse papel público deuse sob outras condições, bem menos favoráveis se comparadas às que vigoraram até a primeira metade da década. Agora

¹¹² - O BB aumentou 10,9% os recursos, enquanto o restante do sistema chegou a apresentar um pequeno recuo, da ordem de 1,3%, cfe. a mesma tabela.

¹¹³ - Pela TABELA 6A pode-se ver que nas vendas de câmbio (para importação), a um recuo de 4% do BB entre 1988 e 89 correspondeu uma queda na sua participação global de 37% para 28%. Por sua vez, o aumento das demais instituições no mesmo período foi de 42%, alcançando uma participação de 72%.

defrontava-se com uma participação concorrencial das instituições privadas significativamente ampliada, o que foi proporcionado pelo sistema de equalização de taxas, não dispunha mais da conta-movimento e, além disso, os recursos do FINEX encontravam-se em progressiva extinção.

O avanço das demais instituições, por sua vez, revela a intensificação da concorrência no mercado cambial ¹¹⁴. A forma assimétrica e o próprio recuo da participação do BB no mercado cambial ao final da década resultou da condução da política econômica, o que ocorreu de forma direta quanto ao declínio das vendas, pois como se disse a orientação governamental era conter as importações.

No que se refere às compras cambiais, a condução da política econômica e os interesses concorrenciais da estatal em princípio coincidiram na orientação expansiva. Não obstante, essa orientação não alcançou maior resultado, uma vez que o setor público não tinha mais condições financeiras de apoiar o esforço com que a empresa estatal tentava expandir as exportações e sustentar sua posição relativa no mercado; destituída da maior parte dos recursos e exclusividades que constituíam sua diferenciação no período anterior, esse esforço logrou êxito apenas parcial.

Importa salientar que os resultados das políticas de financiamento ao comércio exterior adotados na primeira e segunda metades da década de 80, além de limitações de natureza competitiva, se não chegaram a destituir o BB de sua liderança quantitativa no mercado cambial, no mínimo tornaram clara ao final do período a perda da centralidade na

¹¹⁴ - Segundo entrevistas com administradores da área cambial, a concorrência nesse mercado acirrou-se após 1988, facilitada pela nova legislação sobre bancos múltiplos (Res. 1523 e 1524 de 21.09.1988), seja pela maior atuação de carteiras de instituições pré-existentes, seja pelo ingresso de instituições especializadas nos segmentos do mercado cambial.

implementação dessas políticas, posição que o BB ostentou durante todo o pós-guerra e até meados dos anos 80.

Além das operações financeiras do BB no mercado doméstico diretamente associadas ao fluxo comercial com o exterior, cabe examinar a atuação internacional do banco naquilo que constituiu sua parte na herança do endividamento externo brasileiro, vale dizer, no carregamento de um elevado *portfólio* de longo prazo originado da securitização dos créditos contra entidades privadas e públicas, no país.

Após os desdobramentos imediatos da crise mexicana, vistos no capítulo anterior, as sucessivas fases de renegociação da dívida externa brasileira condicionaram o comportamento e resultados das instituições financeiras brasileiras no exterior. A principal dessas instituições era e continuou sendo o BB, seja primeiro por ser o agente financeiro do governo brasileiro, encarregado dos recebimentos e pagamentos internacionais, seja pelo volume de seus créditos, por concentrar em torno de dois terços da dívida externa do país com bancos brasileiros, assim como pela abrangência de sua ação internacional e diversidade de operações.

A não disponibilização de dados anualizados para o BB prejudica uma quantificação precisa da evolução de seu *portfólio* no exterior; no capítulo seguinte será visto o resultado de eventos que se acumularam nos anos oitenta e noventa conforme posição em 1991. Aqui, discute-se qualitativamente alguns impactos das renegociações compulsórias da dívida sobre o BB e o conjunto dos bancos brasileiros.

Antes da moratória unilateral decretada pelo Brasil em fevereiro de 1987, sucessivas tentativas de um acordo amplo do governo brasileiro com os credores externos e agências multilaterais foram cedendo lugar a metas negociais menos ambiciosas, até chegar-se ao final de 1986 a um acordo com os

bancos privados envolvendo amortizações, linhas comerciais e interbancárias, e no início de 1987 a um acordo com os credores governamentais, de imediato descumprido ¹¹⁵.

Neste ano, 1987, o volume de crédito do BB com devedores domésticos era da ordem de US\$ 4,7 bilhões em dívida registrada, o que representava 63,6% do crédito das instituições financeiras brasileiras - embora já não fosse mais o maior credor externo individual do país ¹¹⁶.

Até então, ainda que o *portfolio* de longo prazo dos bancos brasileiros apresentasse um montante de valor estável, sua composição mudou sensivelmente. Ganharam espaço as operações feitas sob a Lei 4131 (tomadas diretas) em detrimento das operações ao amparo da Resolução 63 do Bacen (repasses), que caíram 50% entre 1983/87. É plausível que estas últimas operações tenham caído mais rapidamente por apresentar um prazo médio menor que as primeiras, as quais, por sua vez, acusaram um crescimento absoluto de caráter eminentemente

¹¹⁵ - As fases de renegociação envolveram, em 03.84, a FASE II da renegociação (RES 899, de 29.03.84), que introduziu a possibilidade de reempréstimos dos recursos depositos no Bacen (*relending*). Em 1985, os recursos dos Projetos 3 e 4, da ordem de US\$ 16 bi, foram renovados seguidas vezes, na expectativa de acordo do governo brasileiro como o FMI, que não ocorreu. Em 09.86 regulamentou-se a FASE III (RES. 1189, de 08.09.86), envolvendo um acordo para renegociação das amortizações de 1985/86, da ordem de US\$ 6,7 bi, e a prorrogação das linhas comerciais e interbancárias, com os bancos privados, deixando em atraso US\$ 0,7 bi sobre juros das linhas comerciais. Em 01.87 materializou-se o 2o. acordo formal com credores governamentais (Clube de Paris), com o refinanciamento de principal e juros de 1985/86, e do principal a vencer no 1o. semestre de 87, montando a US\$ 3,8 bilhões (cfe. RELATÓRIO ANUAL do BC, vários anos).

¹¹⁶ - "A partir de 1985, o BIRD se constituiu no maior credor individual do país, em termos de empréstimos de longo prazo, atingindo, em setembro de 1986, o montante de US\$ 5,7 bilhões de créditos desembolsados" cfe. RELATÓRIO ANUAL do BC (1986:92). Aquele registro do volume de crédito do BB constitui a única e sumária referência dos Relatórios feita ao Banco do Brasil, associada ao tema da dívida externa, ao longo de pelo menos 13 edições anuais.

financeiro, através da capitalização de parcelas não pagas dos serviços da dívida ¹¹⁷.

Quanto a prazos, esse processo indica uma deterioração na condição financeira das instituições brasileiras no exterior, ao qual o BB, concentrando a maioria absoluta da dívida registrada no interior desse conjunto, não ficou imune. Além disso, as intermitentes interrupções no cumprimento das obrigações externas, como a moratória de 1987 e a de 89, obrigaram as instituições a constituir substanciais reservas que no caso do BB alcançaram uma proporção expressiva dos ativos, como se verá abaixo.

Em termos patrimoniais, o elevado deságio que o mercado secundário praticava sobre o valor de face dos títulos da dívida brasileira constituía uma medida da desvalorização desses ativos. Mas o BB, como se sabe, não se desfez deles. Seja por interesse de governo, a fim de preservar as prerrogativas jurídicas de ser o maior credor entre os bancos na renegociação, entre outras razões, seja também por condicionamentos do mercado, dados o volume e as condições adversas de venda, o Banco do Brasil não realizou a perda sinalizada pelo mercado optando por carregar os títulos até seu vencimento, o que ainda lhe permitiu manter em seus registros contábeis o valor de face daquele estoque. Ou seja, a desvalorização no mercado secundário em princípio não implicou em perda de capital para o banco.

Quanto aos retornos proporcionados por essa carteira, entrevistas com alguns técnicos da área internacional do BB e depoimento de sua diretoria apontam que os custos das linhas

¹¹⁷ - O crescimento das operações dos bancos brasileiros ao amparo da Lei 4131 foi de US\$ 2,1 bilhões, ou 53%, entre 1982 e 1987, enquanto o montante das operações de repasses caiu US\$ 1,6 bilhão, ou 54%, no mesmo período, cfe. TABELA 6B. O predomínio do caráter financeiro na dinâmica de crescimento da dívida ficou patente no contexto em que os aportes de dinheiro novo foram minimizados.

interbancárias identificadas seu *funding* em geral eram superiores ao rendimento auferido com os mesmos, nas condições da segunda metade da década dos oitenta ¹¹⁸. Porém, uma avaliação do grau em que o carregamento do portfólio de longo prazo foi gravoso para o banco exigiria uma estimativa dos *spreads* específicos, para o que não foram disponibilizadas evidências suficientes.

Feitas essas considerações, fica claro que a herança do endividamento externo contribuiu para agravar a situação do Banco do Brasil, que viu-se aprisionado na dupla condição de principal captador externo num contexto em que o mercado voluntário havia desaparecido e ao mesmo tempo principal credor entre os bancos brasileiros no exterior, sofrendo os efeitos das crises cambiais da economia brasileira sobre a política econômica.

Outro aspecto relevante da inserção do BB nas relações financeiras com o exterior, melhor dizendo, nas conexões financeiras internas herdadas do processo de endividamento da economia brasileira até 1982, diz respeito à nova dimensão fiscal assumida pelo refinanciamento da dívida externa das entidades do setor público, a partir de então.

¹¹⁸ - O sr. Getúlio Dias Pessoa, Diretor da Área Internacional do BB assim expressou-se a respeito, na CPI DO BANCO DO BRASIL (1991):

"Essa é uma política que o banco adotou depois das crises de 1982 e de 1986, de constituir reservas, fazer provisão de todos os juros que não eram recebidos depois da moratória e parte da provisão de capital, do contrário hoje estaria inviável. Esses recursos patrimoniais e provisionais representam 38% daqueles ativos de longo prazo. Mas temos programas de capitalização já em curso no Banco Central que elevarão isso para cerca de 65%.... Daí resultou esse portfólio, tão grande hoje em dia em que se tem um ônus para ele, inclusive por causa da moratória do Brasil, desde que haja necessidade de que trabalheemos muito junto com o Banco Central, para que se possa manter esse portfólio, porque ele tem um custo muito pesado. Por isso, também procuramos a partir daí desenvolver operações de curto prazo, captando depósitos voluntários, com operações bem mais rentáveis que compensem a perda desse portfólio. É assim que vamos levando até hoje, com relativo êxito."

Viu-se, no capítulo anterior, que parte desse refinanciamento era operado através dos Avisos MF-030 e outros, operados pelo BB, que tinham até 1985 a função complementar de "ponte" entre o vencimento de parcelas de dívida externa do mutuário estatal e o acesso a recursos dos Depósitos de Projetos em nome de credores externos (*relending*), tornando-se definitivos caso não se concluísse este reempréstimo. Entretanto, nesse ano os avisos já ultrapassavam aqueles recursos, tendo sido daí em diante interditadas para o setor público as operações de *relending*¹¹⁹.

A expressão desse papel nas contas do Banco do Brasil magnifica o peso aparente de sua relação financeira com o setor público - empresas estatais, Tesouros estaduais e municipais - podendo sugerir que aí se concentram recursos canalizáveis para o financiamento do setor privado. Convém esclarecer que não se trata disso e também explicitar sua inserção no trânsito doméstico dos recursos, desde o passivo dolarizado do Bacen até a entidade tomadora final do crédito, particularmente para discutir se essa atribuição produziu algum impacto sobre o BB, na segunda metade da década.

Até 1986 os recursos dos avisos provinham da conta-movimento (portanto, tinham origem monetária ou na expansão da dívida mobiliária pública), entre esse ano e 1988 corresponderam a suprimentos específicos do Bacen, e daí em diante foram incluídos no OOC, cuja execução subordinou-se à STN. Uma vez concluídas as reformas na órbita das finanças do Estado, a utilização de recursos do passivo do Banco Central junto a credores externos no financiamento do setor público passou a ser feita através do Tesouro e do BB.

¹¹⁹ - Recorde-se que, nas contas do BB, esses Avisos estão rubricadas como "Obrigações Especiais junto ao Tesouro", cuja contraparte ativa são a maior parte dos "créditos especiais".

Os recursos externos - obrigações (inclusive oriundas dos Depósitos de Projetos), os DRME (depósitos registrados em moeda estrangeira) e o câmbio-exportação - passaram a corresponder à maior parte do passivo do Banco Central, ao mesmo tempo que em seu ativo a maior parte dos haveres passou a constituir-se de crédito ao Tesouro, aí incluído o que até 1986 se referia a créditos com recursos da conta movimento e até 1988 a suprimentos específicos. Neste ano o Tesouro aumentou seus títulos na carteira do Bacen - única forma de financiar-se junto àquela instituição, após esse ano - e assumiu a incumbência dos repasses de recursos para o BB. Assim, o Tesouro apresentava em seu passivo créditos do Bacen, e no seu ativo crédito para o Banco do Brasil ¹²⁰, que, finalmente, incumbiu-se de repassar esses recursos ao setor público, à semelhança de operações casadas.

Portanto, devido ao caráter desse circuito, onde o Bacen financiava o setor público com recursos externos e o BB cumpria um papel operacional de repassador, subordinado ao Tesouro, o mais adequado é diferenciar esses recursos na análise da distribuição do crédito do BB entre setores público e privado.

Além disso, pela execução desse serviço o BB passou a receber pagamento em comissão da ordem de 0,2% do fluxo de recursos (não dos saldos) ¹²¹. Assim, excetuando aspectos secundários de natureza contábil, a inserção do banco no circuito de

¹²⁰ - O circuito "recursos externos-BC-TN-BB-setor público" está aqui exposto de acordo com LUNDBERG & KILSZTAJN (1990).

¹²¹ - Essa remuneração, incluída nas normas de refinanciamento da dívida externa do setor público foi regulamentado através da Lei 7976, de 27/12/1989. Essa lei "prevê o refinanciamento no prazo de vinte anos, em prestações semestrais, com prazo de carência até o último dia civil de 1994, do estoque de dívida das entidades da administração direta e indireta das esferas subnacionais. Quanto aos juros da dívida contratada com base nos Avisos MF, estes deverão ser pagos, semestralmente, ao Tesouro Nacional, inclusive nos períodos de carência" (BIASOTO JR., PASSANEZI Fo. & GUARDIA, 1992:68-69).

refinanciamento da dívida externa do setor público, após as alterações ocorridas na segunda metade da década passada, beneficiou a instituição ao invés de causar-lhe prejuízos ou outros problemas ¹²².

Por fim, cabe examinar sumariamente um último aspecto relevante de sua atuação vinculada à área externa - o ajustamento de sua estrutura internacional, que o BB procedeu a partir de metade da década.

Desde 1982 a dimensão da rede externa do Banco do Brasil estava estabilizada em 70 dependências; em 1984 o banco ainda abriu uma última agência, na Ásia, culminando a longa etapa de expansão a nível mundial dos anos 70 e 80, iniciando daí para frente um intenso processo de ajuste de sua rede de dependências no exterior que alcançou praticamente todas as regiões em que o BB estava implantado, porém de forma desigual ¹²³. Em 1987 a rede já se reduzira a 46 pontos onde o BB estava diretamente presente no exterior, 65% do que fora há três anos atrás, mantendo-se em seguida cortes marginais a cada ano.

O sentido dessa reorientação da presença do Banco do Brasil nos mercados internacionais incorporou o início de uma reorientação mais ampla da política externa e, ao mesmo

¹²² - Conforme apontam LUNDBERG & KILSZTAJN (1990), em 1989, conjugando o funcionamento da nova estrutura das finanças públicas com o auge da crise fiscal, o saldo do conjunto das operações especiais (dos quais os avisos constituem o item mais volumoso) superaram o saldo das obrigações especiais, obrigando o BB a recorrer aos empréstimos interfinanceiros de liquidez. As TABELAS 1C e 1D para esse ano, com valores muito próximos, mostram essa possibilidade.

¹²³ - O termo "dependência" inclui agências, escritórios de representação, subagências e postos de serviços. As áreas mais atingidas foram a África, principalmente, que reverteu seu crescimento recente reduzindo o número de dependências de 7 para uma única, e a América do Sul, onde a redução foi de 22 para 14. Em menor medida foi atingida a Europa, de 19 para 14, e a América do Norte, de 11 para 9; na Ásia, finalmente, foi desativada uma dependência (vide TABELA 6C).

tempo, baseou-se em critérios empresariais de gestão, efetivando redução de custos administrativos. O alcance de sua presença na África e em certa medida na América Latina, regiões do chamado "terceiro mundo", obedecia até 1984 não somente interesses comerciais, mas subordinava-se ainda a orientações de política externa do governo. A redução desigual de sua rede reverteu esse descompasso, fazendo com que a distribuição das dependências passasse a refletir mais de perto o peso do fluxo de comércio exterior com cada região específica, em benefício de sua racionalidade de mercado.

Em resumo, ocorreu uma perda de importância do BB em sua dimensão pública, isto é, como instrumento de política econômica para fazer frente ao constrangimento cambial da economia brasileira. Num primeiro plano, este processo esteve associado à secundarização dos tradicionais beneficiários de seus recursos na pauta de exportações do país, ou seja, agricultura e complexos agroindustriais.

O BB também perdeu ao final dos anos oitenta a posição central que ocupou durante várias décadas na implementação das políticas de financiamento aos complexos exportadores, devido em primeiro lugar ao esgotamento da capacidade financeira do setor público de sustentar essas políticas nas bases anteriores. Essa regressão também deveu-se ao sucesso da política de privatizar o *funding* dessas operações, ao que correspondeu, em contraste com o ocorrido no financiamento agropecuário, uma ascensão concorrencial de outros agentes no mercado, privatizando também a implementação da política. Quanto ao endividamento externo sua herança significou para o BB um forte impacto negativo, com os ativos do banco no exterior apresentando deterioração temporal além de seu carregamento acarretar prejuízos para a instituição. Por sua vez, a inserção no refinanciamento da dívida externa do setor público e a reestruturação da rede externa implicaram efeitos

positivos para o BB, mas de magnitude pouco relevante diante dos impactos acima apontados.

D. O "ciclo do crédito" do BB na segunda metade dos 80.

Para prosseguir na análise da face pública do BB cabe colocar estritamente em foco o comportamento do crédito da instituição, o que permitirá evidenciar outros aspectos relevantes de sua crise nessa dimensão. Assim, analisa-se neste ítem a evolução do crédito do BB na segunda metade da década por volume, fontes de recursos, participação do setor público e privado como demandantes e composição setorial, particularizando seu perfil na oferta de crédito industrial e de crédito agrícola, este com maior detalhamento.

A evolução dos créditos do BB concedidos segundo os fluxos anuais revela um crescimento acumulado de 215% no triênio 1985/87 e uma redução de 55% no biênio seguinte, permitindo precisar que já em 1988 o BB desacelerou fortemente a concessão de crédito ¹²⁴. O quadro abaixo mostra o comportamento desses fluxos, tomando 1984 como ano base:

Quadro 1

BANCO DO BRASIL - CRÉDITO CONCEDIDO. Fluxo anual (*)								
1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
100	162	263	315	233	141	146	136	112

(*) 1984 = 100.
FONTE: TABELA 2F.

¹²⁴ - Não se trata de fluxos líquidos, e sim desembolsos, excluindo-se retornos. Com resultado um pouco diferente, através dos saldos em fim de exercício as "operações de crédito e arrendamento mercantil" apresentaram uma tendência crescente a partir de 1986, caindo de forma aguda apenas no segundo semestre de 1989. O montante dos créditos do BB caiu do patamar máximo de US\$ 24 bilhões, em 1988, para metade desse valor ao final de 1989 (vide TABELAS 2A, 2B e 3A).

Essa trajetória conforma um segundo "ciclo" do crédito do BB, iniciado em 1985 e com inflexão em 1987 ¹²⁵, apresentando ao final da década um volume 41% maior ao de 1984, ponto mínimo que resultou da política de ajuste monetarista.

Examinada segundo as fontes de recursos, a composição do crédito do BB correspondeu nessa trajetória à orientação da política econômica, voltada para o aprofundamento de seu caráter concorrencial pelo lado dos passivos, isto é, do aumento do peso relativo das operações de crédito amparadas em sua inserção no mercado financeiro. Comparando a evolução dos recursos "oficiais" frente àqueles próprios e mobilizados no mercado, pode-se empreender uma primeira avaliação do alcance da política de substituição de fundos. A separação básica dos conjuntos de contas que integram as aplicações totais do banco está no quadro a seguir ¹²⁶:

¹²⁵ - O primeiro ciclo de crédito, que integrou o próprio ciclo expansivo da economia, iniciou-se ao final dos anos 60, atingiu o auge na virada dos anos 70 para os 80 e declinou até 1984.

¹²⁶ - Essa diferenciação, a partir da TABELA 2C, baseia-se na Classificação Orçamentária dos Empréstimos do banco, publicada em seus Mensários Estatísticos, tomados os saldos em final de período (estoques). Cabe observar que há discrepância entre o saldo de Empréstimos baseado na sua Classificação Orçamentária (que segue o critério da execução financeira do Tesouro), e o saldo de operações de crédito expresso nas Demonstrações Financeiras (que segue o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF), embora sejam compatíveis, feitos os ajustes adequados. A respeito da tabela anterior, cabe observar que houve alterações no critério de classificação das operações, em alguns anos, o que entretanto não impede a diferenciação pretendida. Por fim, a presença dos recursos referentes aos "pagamentos especiais", distorce o peso relativo dos demais grupos contábeis, por isso foi individualizado e excluído da comparação; a rigor, outros recursos poderiam ainda ser "expurgados", porém, são de pequena expressão frente ao conjunto.

Quadro 2

<u>BANCO DO BRASIL</u>				
Distribuição dos Empréstimos por Fonte dos Recursos				
Saldos em fim de período - Participação Porcentual.				
	1986	1987	1988	1989
A	- 25,6	17,6	18,8	15,5
B	- 35,8	33,5	29,9	21,8
A/B (%)	- 71,5	52,5	62,9	71,1

A - Operações de conta própria, e operações com recursos da poupança-ouro.

B - Operações com recursos governamentais (repasses do Tesouro), operações com recursos de fundos e programas do BC, operações com recursos de fundos e provisionamento diversos, operações com provisionamentos específicos e operações existentes em 31.12.85 (excetuam-se desse conjunto os pagamentos especiais, especificamente os créditos associados aos Avisos MF-030-R e 09-R, que correspondem ao pagamento da dívida externa do setor público).

FONTE: TABELA 2C.

A razão entre os empréstimos amparados em recursos próprios e mobilizados no mercado frente àqueles amparados com outros recursos (A/B) cresceu monotonicamente ao longo do último triênio, isto é, aumentou o peso relativo das operações de conta própria frente àquelas efetuadas com recursos orçamentários. Embora incluindo-se 1986 na série tal constatação não se verifique, cabe considerar que houve nesse ano intensa monetização associada à estabilidade, devendo ressaltar-se que mesmo assim a maior parte dos depósitos à vista do BB eram oriundos do próprio governo - o que proporcionou um atípico favorecimento das operações "de conta própria"; quanto a 1989, é necessário realçar a crescente incerteza e a desintermediação como condições adversas ao aprofundamento de seu caráter comercial ¹²⁷.

¹²⁷ - Expurgou-se da comparação o grupo de contas relativo às "operações especiais"; se o incluirmos, ficaria acentuado, em termos relativos, o uso do BB na qualidade de agente financeiro estatal. Como observou-se, neste caso a comparação estaria viesada pelo efeito da inserção do BB na dinâmica da dívida externa do setor público.

Pode-se dizer, com isso, que a diretriz da política econômica quanto à origem dos recursos das operações específicas do BB foi em razoável medida implementada. Esse resultado, ainda que revele os limites da substituição do *funding* da instituição em ambiente de instabilidade macroeconômica, permite afirmar que, sob esse ângulo, o BB tornou-se nesse período menos um "caso de finanças públicas" e mais "de sistema bancário/financeiro" ¹²⁸.

A distribuição do crédito do BB segundo a propriedade de capital do tomador, por sua vez, revelou ao final da década passada um significativo crescimento da participação do crédito dirigido ao setor público, ocorrido em duas etapas. Num primeiro movimento, em 1987, houve um forte aumento dos empréstimos às atividades empresariais, muito provavelmente concentrado na instância federal ¹²⁹. Em seguida, em 1988, houve também uma sensível elevação nos empréstimos ao nível estadual, porém associada diretamente ao refinanciamento dos Estados e saneamento dos respectivos bancos ¹³⁰. O setor público municipal, por fim, teve uma participação que oscilou

¹²⁸ - Como se pode caracterizar sob ótica convencional a contradição de uma empresa estatal inserida no mercado financeiro. Ver abordagem de LUNDBERG (1993).

¹²⁹ - Os dados do Boletim Mensal do BC, até 1988, não discriminavam os valores das atividades empresariais do setor público por instância de governo. Para antes desse ano, adotou-se a hipótese de esses valores referirem-se à instância federal, para compatibilizar a série com o período de 1988 em diante. Recorde-se que o BB é legalmente impedido de emprestar ao Tesouro - embora possa fazê-lo de forma indireta através de sua carteira de títulos públicos, que cresceu significativamente em 1989, ou antecipando recursos em operações de interesse do Tesouro. Os créditos às atividades produtivas federais subiram de US\$ 0,8 bilhão em dez/86 para US\$ 4,1 bilhões em jun/87, e chegaram a US\$ 2,4 bilhões em dez/89. Em termos de participação relativa, a trajetória desses empréstimos esteve em queda até o segundo semestre de 1989, quando apresentou substancial incremento associado ao investimento da indústria extrativa vegetal (TABELAS 2A e 2 B).

¹³⁰ - Em termos reais, o crédito ao setor público estadual dobrou de volume, passando de US\$ 2,6 para US\$ 5,2 entre junho e dezembro de 1988, cfe. TABELA 2B.

em torno de 2% do total do crédito, nos anos finais da década.

Em perspectiva, observa-se uma situação inicial em que o setor público não alcançava 10% do crédito, em meados da década, mas ao seu final essa participação já ultrapassava 40% do saldo das operações de crédito do Banco. A elevação no parâmetro de participação relativa representou também um significativo aumento real no volume dessas operações; reciprocamente, o movimento de estatização foi simultâneo à retração absoluta do crédito ao setor privado, no contexto de crescente instabilidade.

Essa tendência clara no sentido de aumento da participação do setor público, inclusive na alteração de sua composição intra-instâncias de governo, configurou um processo marcante de "estatização" do crédito do Banco do Brasil na segunda metade da década, cujos determinantes remetem à atribuição do BB como agente financeiro do Tesouro na renegociação da dívida externa do setor produtivo estatal, de um lado, e de outro à deterioração fiscal dos estados, seja no que se refere à renegociação das dívidas da administração direta e indireta, seja quanto ao socorro federal proporcionado aos bancos estaduais.

Assim, combinaram-se elementos que permitem pôr em questão a suposta ênfase no caráter mais "mercantil" e menos "fiscal" da ação do BB no período. Num determinado aspecto diminuíram as transferências orçamentárias e ampliaram-se os recursos mobilizados no mercado. Em outro, de maior amplitude, diminuiu a participação do setor privado e aumentou a importância do setor público como tomador do crédito da instituição - ao que corresponde em seu *funding*, se tomado em conjunto, maior participação das chamadas obrigações especiais.

A composição setorial do crédito dirigido ao setor privado, por seu lado, revela uma certa reorientação na "identidade" do BB enquanto instrumento de política econômica, considerando-se que o predomínio do financiamento ao setor rural, nas últimas décadas, constituiu o caráter específico mais evidente de sua atuação creditícia. Contrastando com esse retrospecto, a composição dos fluxos de crédito revela uma notável mudança na segunda metade da década de 80. À medida que recuaram os empréstimos dirigidos ao setor rural, ganhou expressão crescente o crédito industrial, a ponto de, no último ano da década e até 1991 o BB ter se tornado uma instituição predominantemente voltada para este último setor¹³¹.

Entretanto, levando em conta a própria composição do crédito industrial do banco pode-se qualificar essa constatação. Ainda que a participação relativa do crédito industrial tenha se ampliado, sua composição intra-setorial manteve o predomínio de atividades industriais mais estreitamente ligadas ao setor rural, situadas nas etapas iniciais de processamento dos insumos de origem vegetal e animal, cfe. TABELA 4A. Constituíam-se de segmentos industriais tradicionais, que não ocupam as fronteiras de inovação técnica e estruturaram-se em mercados mais competitivos, com menores barreiras à entrada e menos concentrados, sendo portanto os menos dinâmicos.

A presença do BB nesse diversificado segmento industrial significou, portanto, uma atuação orientada no sentido da desconcentração do crédito, assumindo em contrapartida maiores riscos e custos operacionais. Ficou patente, ademais,

¹³¹ - Pelos saldos em final de período não se detectam mudanças profundas na composição do crédito do BB nesse período, embora seja perceptível um movimento de queda da participação do crédito rural, cfe. TABELA 2B.

a concentração em termos de finalidade no crédito de custeio: o BB financiou o giro industrial, não o investimento ¹³².

Antecedente a esse papel, entretanto, sobrepõe-se uma determinação mais geral: assim como na década de 70, também no período em exame o crédito industrial do BB priorizou a geração de mercado para as atividades rurais, agindo de forma complementar ao crédito rural. Nesse sentido, figurou entre os instrumentos que conduziram à consolidação dos setores à jusante da produção rural, e, por conseguinte, dos complexos agroindustriais atuais.

A comparação do perfil de atuação do BB e do BNDES revela nos anos 80 a preservação, em traços gerais, da relação existente na década anterior, tratada em OLIVEIRA (1985:48-49). Quanto a prazos, o BB manteve-se como uma instituição com operações crescentemente concentradas no custeio (que no caso da agricultura significa comprometer recursos em geral de 6 a 8 meses), no financiamento do capital de trabalho dos setores industrial, comercial e outras atividades; as linhas de crédito do BNDES, por sua vez, estão em sua quase totalidade concentradas no longo prazo. Com relação aos ramos financiados, a agropecuária manteve-se como o principal demandante de recursos do BB (exceto no triênio 1989/91), enquanto no caso do BNDES foi a indústria de transformação que respondeu por quase dois terços dos recursos demandados ao longo da década de 80 ¹³³.

¹³² - Exceto no último ano da década, quando elevou-se bruscamente o volume de investimento industrial da instituição, num contexto de tentativa de reorientação estratégica que será discutida no item E.2 deste capítulo.

¹³³ - Essa nitidez aparentemente estável dos espaços específicos de atuação tornou-se episodicamente menos visível em 1989, quando o BB canalizou 1/3 de seus recursos do setor industrial para o financiamento do investimento do setor extrativo mineral (TABELA 4A). Mais à frente, a diferenciação iria ser redesenhada pela crescente presença do BNDES no financiamento do investimento agrícola através do FINAME Rural.

Estendendo o exame comparativo aos gêneros industriais, torna-se possível identificar outro traço diferenciador entre as duas instituições. Viu-se pouco atrás que o crédito industrial do BB manteve-se predominantemente voltado para as indústrias tradicionais, encarregadas do processamento de insumos agropecuários. Quanto ao BNDES, a maior parte de seus recursos dirigiu-se para os ramos industriais de maior densidade técnica e de capital, o que fica ainda mais saliente se isolarmos o setor de papel e papelão da análise ¹³⁴. A expressiva participação desse setor revela, ademais, um movimento estratégico desenvolvido pelo BNDES a partir da segunda metade dos anos 80, que não foi acompanhado pelo BB: o predomínio de critérios "privados" na concessão de crédito, afastando-o da orientação estatal como supridor de crédito à economia e do setor público como tomador, e por outro lado estreitando seus laços financeiros com os complexos exportadores - elevando o retorno esperado de suas aplicações, independente do nível interno de renda ¹³⁵.

Por fim, cabe voltar a atenção especificamente para o crédito rural, particularizando o perfil de atuação do Banco do Brasil. Após liderar a expansão do sistema em 1985 e 1986, salienta-se o comportamento "contracíclico" do crédito contratado através do BB em 1987, quando o banco refinanciou os setores em crise financeira. Frente a um violento recuo das demais instituições, da ordem de 60% em volume, o BB chegou a aumentar a oferta de crédito passando a representar mais de 80% do sistema. No ano seguinte, 1988, os créditos do conjunto das instituições financeiras diminuíram quase 30%, de maneira proporcional entre o banco e demais participantes.

¹³⁴ - O setor de papel e papelão, no caso do BB, não é tão relevante para a diferenciação pretendida, variando de 1% a 1,5% do crédito industrial do banco entre 1986 e 1989; entretanto, esse gênero viria concentrar 25% do crédito global do sistema BNDES no início da década de 90, cfe. TABELAS 4A e 4C.

¹³⁵ - Vide FUNDAP (1993).

Em 1989, entretanto, quando o conjunto do sistema novamente recuou, o crédito contratado via Banco do Brasil diminuiu em maior proporção, o que não ocorria desde 1983 ¹³⁶.

Diante dessa trajetória, constata-se que um dos traços da inserção do BB na oferta de crédito rural pelo sistema financeiro foi que a participação relativa dessa instituição tornou-se ao mesmo tempo mais elevada e instável, na segunda metade da década. Sob esse ângulo, coloca-se em questão se a transição do sistema de crédito rural apoiado em recursos orçamentários para um modelo em que predominam os recursos de mercado significaria, também, um novo parâmetro definidor da participação relativa dos agentes bancários nesse mercado.

Mantidas as condições de instabilidade macroeconômica e a situação financeira também instável dos produtores, seria improvável ocorrer algo diferente do que realmente ocorreu, isto é, que os agentes financeiros privados deixassem de continuar praticando rigorosa seletividade na concessão do crédito, impedindo que o Estado/BB fosse substituído nesse papel. Essa questão voltará a ser tratada no capítulo seguinte, numa perspectiva um pouco mais ampla.

Sob critérios distributivos, o crédito agrícola contratado através do BB revelou alguns movimentos de aparente concentração na segunda metade da década passada. Examina-se, a seguir, a distribuição do crédito do BB por modalidade, porte do produtor e seu perfil regional.

A distribuição do crédito agrícola segundo sua finalidade mostra uma retração dos recursos dirigidos ao investimento; em correspondência, o crédito ao custeio apresentou um nítido

¹³⁶ - Neste ano, isoladamente, há uma sensível discrepância entre a "participação das instituições federais" na oferta de crédito do conjunto do sistema, disponível no ANUÁRIO ESTATÍSTICO do Crédito Rural, do BC, e os Mensário Estatístico do BB, sistematizados na TABELA 3A. As tentativas de compatibilizar as séries junto ao BC e ao BB não deram resultado, pois os valores do BC já haviam sido modificados.

avanço relativo no final da década ¹³⁷. Esse processo não era recente: desde o início da década, sob a orientação monetarista, o crédito ao investimento das instituições oficiais havia sido o item mais fortemente atingido pelos cortes; diante do que os anos de 1986 e 1988 representaram uma recuperação de certa forma episódica ¹³⁸.

Assim, a já elevada concentração de recursos no custeio acentuou-se em 1989. Mas esse fenômeno não indicou que o banco voltou-se mais para o fomento à produção (por exemplo, em detrimento da comercialização, mais rentável e de menor risco), e sim que seu comportamento refletiu o agravamento da crise fiscal, sujeito a maior parte da década a políticas de corte ortodoxo e, ainda, que inseriu-se num dos traços gerais da crise macroeconômica brasileira nesse período, deixando progressivamente de financiar o investimento agrícola e procedendo ao encurtamento do horizonte temporal de suas operações.

A concentração no custeio não foi um comportamento exclusivo do BB; ao final da década o conjunto dos demais agentes integrantes do SNCR também destinava a maioria absoluta, em torno de 80% do volume de crédito agrícola, para essa

¹³⁷ - No triênio 1986/88 o crédito de custeio situou-se na faixa de 68% do total dessa modalidade, porém a partir de 1989 passou a representar uma proporção mais elevada, da ordem de mais de 80% daquele montante, cfe. TABELA 3C. O crédito para investimento cai da faixa dos 11% a 13% naquele triênio para 4%, no último ano.

¹³⁸ - A recuperação desse item em 1988 é atípica. Há a hipótese, sugerida por entrevistas, de que o aumento do crédito ao investimento agrícola nesse ano corresponderia às pressões de demanda, no momento que a Constituinte discutia o conceito de propriedade improdutiva, marco legal de referência para o processo de desapropriação de terras (reforma agrária). Por sua vez, o crédito para comercialização também apresentou tendência declinante ao final da década, porém mais contínua, frustrando as expectativas das autoridades econômicas de que recursos externos, particularmente do BIRD, fossem canalizados em volume suficiente para "privatizar" o financiamento a essa modalidade. REZENDE (1989:1732-1733), por sua vez, sustenta a hipótese de uma crescente independência do investimento agrícola face à oferta de crédito rural, na década passada.

finalidade. O que parece contrariar uma impressão corrente sobre a divisão de papéis dos agentes do sistema é a constatação de que o BB alocou proporcionalmente menos recursos para a finalidade de investimento e mais para a comercialização (dos quais em torno da metade dirigidos às cooperativas), frente ao comportamento adotado pelo conjunto das outras instituições ¹³⁹.

Neste aspecto, é plausível que o BB tenha assumido uma posição defensiva, uma vez que ainda dispôs de repasses do Tesouro para operar como seu agente nas políticas de comercialização e administração dos estoques governamentais, ao mesmo tempo que evitou comprometer-se na transformação de prazos (maior do que já faz no custeio) dos recursos mobilizados no mercado. Entretanto, ainda que o perfil específico do BB revele menor destinação relativa de recursos ao investimento frente ao conjunto das outras instituições, o volume absoluto de crédito para essa finalidade supera o daquele grupo, uma vez que sua participação é amplamente majoritária no sistema ¹⁴⁰.

Quanto à distribuição do crédito do BB segundo o porte do beneficiário, a participação dos míni e pequenos tomadores de crédito agrícola aparenta uma tendência de queda na segunda metade da década, mas as evidências não são conclusivas ¹⁴¹.

¹³⁹ - Ver TABELA 3C, que cruza dados do Mensário Estatístico do BB com dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural, do BC. Mesmo que se utilizem dados exclusivamente do ANUÁRIO ESTATÍSTICO do Crédito Rural, do BC (particularizando os Bancos Oficiais Federais, e não o BB), esta proposição se mantém.

¹⁴⁰ - Observe-se que o perfil do conjunto das outras instituições reflete em grande medida o perfil do conjunto das instituições privadas, que constitui a maioria absoluta no seu interior.

¹⁴¹ - Conforme pode-se ver na TABELA 3C, a participação dos míni e pequenos - em valor dos contratos - caiu de 25,3% para 19,7% entre 1986 e 1989. Ressalve-se, entretanto, que a série não é homogênea. A Res. 1436, de 28.12.87, e a Res. 1737, de 16.08.90, do BC, alteraram os critérios de enquadramento dos produtores. Portanto, os dados do biênio 1988/89 não são rigorosamente comparáveis com os do período antecedente ou seguinte.

Outro elemento que aparentemente aponta no sentido da concentração do crédito do BB é a elevação do valor médio dos contratos, devido à queda em seu número ter sido proporcionalmente maior que o recuo no volume de recursos. Essa elevação também teria tornado o valor médio dos contratos de crédito agropecuário do BB maior que o das demais instituições, a partir de 1985, alterando uma situação histórica mantida até aquela data ¹⁴².

Considerando que parte do crédito do BB é tradicionalmente destinado ao segmento das cooperativas, onde um único contrato pode desdobrar-se em até centenas de outros no repasse aos cooperados, é possível que esses movimentos de concentração estejam parcialmente superestimados, embora a participação desse segmento tenha caído, reforçando as indicações anteriores ¹⁴³.

Um dado que contraria pontualmente a caracterização geral do BB como um banco do pequeno produtor rural, desde logo baseada no montante absoluto de recursos dirigidos para essa faixa, refere-se ao ano de 1988, quando a proporção de recursos alocada para os micro e pequenos produtores rurais

No interior do biênio 1988 e 1989 observa-se um ligeiro aumento, de 18,2% para 19,5%, na participação dessa faixa de produtores no crédito agrícola do BB. Observe-se por outro lado que - em número de contratos - a essa faixa dos produtores correspondeu historicamente a maioria absoluta do sistema. Em 1987 representaram 77,7% dos 2.395.914 contratos, e em 1989 esse percentual elevou-se para 80,1% dos 791.981 contratos (também aqui valendo a ressalva anterior), segundo os Mensários Estatístico do BB dos respectivos meses de dezembro.

¹⁴² - Como mostra a TABELAS 3B, embora ao final da década valor médio dos contratos do BB tenha crescido a taxas menores que o restante do sistema, e em 1989 tenha-se retornado episodicamente à situação anterior.

¹⁴³ - A participação das cooperativas elevou-se ligeiramente de 14,4% para 15,3% entre 1987 e 1988, para em 1989 recuar a 10,6% do crédito agrícola do BB, conforme TABELA 3C, baseada nos MENSÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BB. Para prejudicar a indicação de que houve concentração do crédito, seria necessário supor que dentro do segmento das cooperativas houve uma mudança em sentido contrário ao do restante do crédito do banco capaz de compensar aquele resultado, o que é pouco provável.

foi sensivelmente menor que no caso das demais instituições financeiras tomadas em conjunto ¹⁴⁴.

Por fim, em termos de distribuição por região geo-econômica, o BB concentrou no Sul mais de 40% de seus recursos dirigidos à agropecuária, ao mesmo tempo em que, na segunda metade dos anos 80, o Centro-Oeste superou o Sudeste passando a ocupar o segundo lugar. Analisando a relação desse perfil com a distribuição da produção rural no país, constata-se que a concentração do crédito do BB manteve na década de oitenta estreita correspondência com a concentração regional da atividade produtiva, o que não é novidade ¹⁴⁵.

A concentração de crédito naquelas regiões refletiu em grande medida a própria concentração regional de culturas/produtos priorizados pelos objetivos de política agrícola. De fato, ao apoio oficial dado à produção de *commodities* agrícolas através da desvalorização cambial sobrepôs-se o apoio discricionário dos gastos com agricultura e da política de crédito, em particular, de forma que o predomínio da região Sul e a ascensão do Centro Oeste no crédito rural do BB encontrariam aí uma de suas principais razões, além da

¹⁴⁴ - Como mostra a TABELA 3C; neste caso, a hipótese desfavorável que prejudicaria a constatação seria a de que algo como dois terços do crédito destinado às cooperativas - em valor - fossem repassados aos micro e pequenos, o que também parece pouco provável.

¹⁴⁵ - OLIVEIRA (1985:71) observou com respeito à década de 70: "*Em consequência, o Banco do Brasil jamais atuou enquanto agente de desconcentração regional da renda e riqueza, pois a maioria d suas aplicações, entre 1967 e 1979, destinou-se às regiões mais desenvolvidas do Brasil*" Este autor inferiu que o crédito do BB é concentrador de renda em termos regionais ao estabelecer uma relação unidirecional da oferta de crédito sobre a produção, desconsiderando a influência na distribuição pelo lado da demanda. Vale observar, adicionalmente, que a distribuição do crédito rural por região não guarda relação com a distribuição de sua estrutura de dependências, sob o mesmo critério; em 1989, por exemplo, 4,9% do crédito foram dirigidos à região Nordeste, onde se situava 27,2% das agências. Nas regiões líderes de produção e de consumo de crédito, invertia-se a situação; essa foi a situação geral no período analisado, a partir das TABELAS 3D e 9A.

concentração da demanda a partir das regiões em que a própria produção já se encontra concentrada.

Em síntese, não obstante a pertinência das análises sobre os movimentos parciais do crédito do BB, todos eles subordinaram-se ao comportamento geral a que já se aludiu: a queda do volume real em todas as modalidades, finalidades, regiões e faixas de tomadores. De forma mais ou menos intensa e nem sempre imediata, foi esse fenômeno - determinado pela crise fiscal e financeira do setor público e associado à crescente instabilidade macroeconômica - que esteve subjacente à substituição de fundos, a alteração de sua composição setorial, a concentração do crédito em detrimento dos pequenos produtores e o encurtamento de prazos de suas operações.

Portanto, o exame do comportamento estritamente creditício do BB completa a conclusão apontada nos itens anteriores quanto a sua face pública, qual seja a preservação de sua importância como instrumento das políticas de crédito do governo apesar das profundas mudanças nas condições de implementação de tais políticas. Porém, além de ter sido afetado por estas mudanças - o que em seguida será examinado em detalhes -, foi ainda submetido a um sensível encurtamento de seu alcance, como resultado de fatores que atingiram a própria capacidade financeira do Estado de sustentar as políticas mencionadas nos níveis da década de setenta e início dos oitenta.

E. Crise e respostas: diversificação e conglomeração.

Anteriormente, tratou-se dos aspectos que apontam uma relativa regressão do Banco do Brasil enquanto instrumento de política econômica. A seguir, desenvolve-se uma análise de sua fragilização na condição de grande empresa, a partir da evolução de suas estruturas patrimonial e de resultados,

objetivando completar a reconstrução de seu movimento de crise nas dimensões fundamentais que o integram. A continuidade dessa análise remete às respostas estratégicas empreendidas pela empresa e pela política econômica na tentativa de superação desse quadro, que se materializam no processo de diversificação e conglomeração do banco.

1. Fragilização patrimonial e desempenho em queda.

A tendência de fragilização empresarial do Banco do Brasil, presente após o fim da conta movimento, não manifestou-se em seus resultados imediatamente. Em 1985 o BB obteve um lucro líquido elevado, próximo a US\$ 2,0 bilhões; em 1986 apresentou uma *performance* fraca, mas no biênio 1987/88 o lucro ainda voltou a superar US\$ 1 bilhão; entretanto, já em 1989 as contas do banco refletiram com intensidade suas dificuldades operacionais. O exame da estrutura de receitas e despesas permite identificar os determinantes imediatos do declínio e a base de crescente precariedade sobre a qual assentaram seus resultados, na segunda metade da década ¹⁴⁶.

Em 1985, como resultado do enfoque de "austeridade" na gestão das finanças públicas ¹⁴⁷, e, secundariamente, pela crescente preferência dos agentes por ativos remunerados face à aceleração inflacionária, o passivo do Banco do Brasil registrou uma queda sensível na participação dos depósitos a

¹⁴⁶ - As fontes dos dados são as respectivas Demonstrações de Resultados, que até 1987 não eram apresentados em moeda de poder aquisitivo constante (TABELA 5A e 5D). Superada essa limitação através das demonstrações pela "correção integral" (Instrução 64/87 da CVM), os dados foram sistematizados na TABELA 5B e 5E. A metodologia destas tabelas (5B e 5E) consiste em tomar como referência os Resultados Operacionais (RO): para cada exercício foram somados os itens contábeis que contribuíram para a elevação do RO (i.e., os itens positivos) sejam financeiros ou não, identificando a contribuição relativa de cada um. Esse procedimento também foi aplicado aos itens que rebaixaram o RO (isto é, os negativos). A evolução do Lucro Líquido semestral e os indicadores de rentabilidade, por sua vez, encontram-se na TABELA 5C.

¹⁴⁷ - Recorde-se o "é proibido gastar", enunciando por Tancredo Neves.

vista do governo e do público, que constituíam um dos maiores itens de seu *funding* (TABELAS 1A e 1C). Sobrepôs-se a essa recomposição um movimento de migração de depósitos a prazo do conjunto da rede privada para o BB, como impacto da crise de confiança gerada pela quebra de alguns pequenos bancos privados ao final do ano ¹⁴⁸. A conta movimento, por sua vez, manteve-se constante como proporção do passivo ¹⁴⁹.

Pelo lado das operações ativas, a *composição* das principais contas agregadas revela uma razoável estabilidade face ao ano anterior. Entretanto, com a alteração da política econômica ao final de 1985, passando a privilegiar as perspectivas de retomada do crescimento, o governo promoveu uma política de crédito expansiva. A partir de setembro o BB passou a expandir aceleradamente seus empréstimos, especialmente para o setor rural, liderando a expansão do crédito no conjunto do sistema ¹⁵⁰. A compatibilização da política de governo com a estratégica concorrencial do banco, explicitamente orientada para a retomada de espaço de mercado, transparece através desse movimento; ademais, fica evidenciado um sentido de subordinação da segunda face à primeira, uma vez que a retomada somente efetivou-se com a substituição da equipe econômica.

Até 1985, os principais itens que sustentavam o resultado da empresa eram as receitas de operações de crédito e,

¹⁴⁸ - Conforme apontado em FUNDAP (1988a:78). A esse respeito, convém chamar a atenção para o aspecto específico de vantagem concorrencial de um banco federal, num mercado onde as decisões dos agentes são orientadas pela *confiança* nos intermediários financeiros com que se relacionam.

¹⁴⁹ - Pelos saldos de final de período, ao redor de 8,6%, embora estivesse crescendo em valor absoluto ao final do ano, assim como a dimensão global dos ativos (TABELA 1B).

¹⁵⁰ - Houve um crescimento do saldo de seus empréstimos ao setor privado entre setembro e dezembro de 1985 da ordem de 28%, e, considerando a evolução dos saldos em final de período para o ano em seu conjunto, o BB liderou a expansão, crescendo 17,8% contra os 7,7% dos bancos comerciais. Vide detalhes em FUNDAP (1988b:113).

secundariamente, as aplicações em valores mobiliários, que vinham crescendo continuamente ao longo da década. Pelo lado das despesas, as de natureza administrativa, em primeiro lugar, junto àquelas referentes a depósitos, constituíam mais de três quartos do total ¹⁵¹.

Em 1986 o lucro do banco reduziu-se a menos de um quarto do exercício anterior, atingindo US\$ 444 milhões. É necessário ressaltar, porém, que a maior parte desse resultado foi obtido nos dois primeiros meses do ano; no restante do primeiro semestre e em boa parte do segundo o banco operou em déficit ¹⁵².

A redução dos lucros, de qualquer forma, não foi um fato isolado no sistema, embora tenha sido menos intenso no caso das instituições privadas. Nas condições de estabilidade monetária e baixas taxas de juros, induzindo à queda dos ganhos com a inflação e menores *spreads*, a estratégia defensiva das instituições financeiras implicou a alteração da estrutura patrimonial e substituição das fontes de renda, para evitar uma redução maior de seus níveis de rentabilidade

¹⁵³.

¹⁵¹ - As receitas de operações de crédito e as rec. de títulos e valores representaram 75% das Receitas Operacionais nesse ano, sendo que a primeira isoladamente representou 50% do agregado. As despesas administrativas representaram 47% das Despesas Operacionais, e as despesas com depósitos alcançaram 30% das DO (TABELA 5A). Uma análise em detalhes do desempenho do sistema financeiro no triênio 1985/87 encontra-se em FUNDAP (1988a).

¹⁵² - Segundo o balanço extracontábil do BB, levantado em 28.02.86, (quando a inflação acumulada no ano era de 32.3%) o lucro foi de US\$ 582 milhões, e no primeiro semestre de US\$ 229 milhões, o que dimensiona o prejuízo de março a junho. No segundo semestre (com uma inflação acumulada de 21,5%) o lucro foi de US\$ 215 milhões (inflação medida pelo IGP-DI centrado).

¹⁵³ - Essa estratégia foi implantada com diferentes graus de sucesso. No amostra escolhida para efeito de comparação, Bradesco e Itaú, o lucro apresentou uma redução relativamente pequena, de 27%, caindo de US\$ 910 milhões para US\$ 665 milhões (TABELA 5D).

Acrescentou-se a isso o impacto causado pelo fim da conta-movimento. No contexto de estabilidade, porém, este fator não foi central para a queda na rentabilidade do BB nesse ano. A rigor, as despesas com depósitos reduziram-se aproximadamente de um terço para um quinto das despesas operacionais, em grande medida porque os recursos da conta-movimento foram substituídos por depósitos à vista (DV), também a custo zero

154

O processo de estabilização conduziu a uma redução nos custos do BB e das demais instituições, lideradas pelos itens de natureza financeira. As despesas administrativas, embora tenham sido reduzidas ao longo do ano, passaram a representar isoladamente quase dois terços dos custos operacionais. Entre as grandes instituições privadas não se verificaram cortes significativos esse ano, o que relativiza a tese de que o lucro do BB em 1986 não foi maior porque o banco não empreendeu uma recomposição comparável à do sistema privado

155

154 - Os DV triplicaram em termos reais, alcançando quase US\$ 15 bilhões, em parte devido à monetização e à ampla rede de agências do BB; mas cabe ressaltar que quase dois terços desse montante eram de governos, como se pode ver na TABELA 1A.

155 - Com a queda em outros itens, as despesas administrativas alcançaram 62% das despesas operacionais do BB, ao longo do ano, enquanto nos bancos privados da amostra elevaram-se de 50% para 60% entre o primeiro e o segundo semestre, cfe. TABELAS 5A e 5D. Desde antes de 1986 os custos administrativos das instituições privadas eram menores que os do BB, em termos absolutos e como proporção dos custos operacionais, diferenciação estrutural essa que havia se ampliado no ano anterior: os bancos privados compensaram parte da recuperação de perdas salariais conquistada pelos bancários em setembro de 1985 intensificando o *turn-over*, enquanto no BB esse aumento projetou-se parcialmente no segundo semestre de 1985 e integralmente no primeiro de 1986. Em 1986 o BB realizou um ajuste nas despesas administrativas entre o primeiro e o segundo semestre, enquanto nos bancos privados esses cortes incidem nas contas somente em 1987 (inclusive porque, uma vez iniciados os cortes de pessoal, os respectivos custos não poderiam cair de imediato devido ao pagamento de direitos e verbas rescisórias). A TABELA 5E sumariza a trajetória das despesas administrativas para o BB e os privados.

Por outro lado, a baixa produtividade das operações de crédito e o recuo nas rendas de aplicações financeiras contribuíram decisivamente para comprometer o resultado do BB. As operações de crédito ganharam espaço no bojo do aprofundamento financeiro daquele ano, dobrando de volume. Não obstante, o valor das receitas correspondentes caiu significativamente. As rendas de valores mobiliários por sua vez lideraram a queda das receitas, com um recuo marcante no segundo semestre ¹⁵⁶.

Adicionalmente, a "nova sistemática" que deveria substituir a conta-movimento não foi implementada, por decisão superior ao banco: o conjunto de serviços executados em nome do Tesouro e os custos das operações antecipadas pelo banco, a juros favorecidos, não foram pagos ou ressarcidos em 1986. Caso a relação financeira entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil pós conta-movimento tivesse sido operada em termos adequados, o ano do Cruzado não teria sido tão desfavorável para o banco.

Em 1987 os resultados contábeis do BB retornaram a patamares mais elevados ¹⁵⁷. Entretanto, o lucro deste ano esteve concentrado no primeiro semestre, quando houve o pagamento dos atrasados acumulados pelo Tesouro no exercício anterior (FUNDAP, 1988a:169). Além disso, esse semestre beneficiou-se do resultado das operações cambiais ¹⁵⁸.

¹⁵⁶ - As operações de crédito aumentaram de 15% para 25% do ativo em expansão, ao longo do ano, praticamente dobrando de volume, cfe. TABELA 1C. As receitas de operações de crédito, por outro lado, caíram em torno de 40% no mesmo período, particularmente no segundo semestre, mesmo tendo aumentado um pouco sua participação relativa (TABELA 5A). As rendas com títulos e valores mobiliários, por sua vez, caíram de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 170 milhões do primeiro para o segundo semestre (a partir da Tabela 5A).

¹⁵⁷ - No primeiro semestre o lucro líquido alcançou US\$ 1,3 bilhão, e no segundo US\$ 170 milhões, cfe. TABELA 5C.

¹⁵⁸ - O aumento do resultado das operações de crédito, também concentrado no primeiro semestre, foi magnificado pela metodologia contábil da

Na segunda metade do ano emergiram os baixos resultados tendenciais com que o BB passaria a conviver, mais adiante. Com a reaceleração inflacionária, as operações de crédito recuperaram seu peso no resultado, contribuindo em 70% para a sustentação do RO. Mas cabe ressaltar, como já foi visto, que um amplo conjunto de linhas de crédito destinou-se ao refinanciamento de tomadores fragilizados e do setor público estadual, gerando resultados contábeis sem o efetivo retorno dos recursos. Parcela adicional de refinanciamentos, não quantificada porém de reconhecida expressão, foi encaminhada por conta do próprio banco ¹⁵⁹.

Por outro lado, revertida a fugaz estabilidade, o custo de captação no mercado dos recursos necessários à manutenção de suas operações ativas elevou-se, fazendo com que as despesas financeiras se aproximassem daquelas de natureza administrativa ¹⁶⁰.

Em 1988 veio somar-se aos fatores que convergiam para um agravamento da situação econômico-financeira do BB - isto é, fim da conta-movimento, atrasos e refinanciamentos - uma significativa mudança na *composição* de seu passivo, particularmente de seus depósitos, estabilizados em 20% dos recursos totais com que o banco operava. Os DV diminuíram substancialmente, em decorrência da retração dos depósitos do governo associada à reforma das finanças. O comportamento dos recursos remunerados foi oposto: a captação de poupança assumiu a liderança dos depósitos, e os depósitos a prazo

legislação societária (TABELA 5A). Pela correção integral, o peso relativo desse resultado torna-se muito menos significativo, cfe. mostra a TABELA 5B.

¹⁵⁹ - Conforme entrevistas com administradores.

¹⁶⁰ - As despesas de captação chegaram a representar 40% dos itens que contribuíram negativamente para o resultado operacional em 1987, enquanto as despesas administrativas, que significaram 48% desse conjunto, cfe. TABELA 5D.

quase dobraram sua participação. Assim, no que se refere a esse aspecto do acesso a recursos de terceiros, o BB aproximou-se do perfil apresentado pelos bancos privados ¹⁶¹.

Essa alteração na estrutura de passivos, combinada com a elevação das taxas de juros, projetou na composição das despesas um forte impacto, fazendo com que o peso relativo das despesas de captação superassem em muito, e pela primeira vez, o peso das despesas administrativas - o que também já ocorria nas instituições privadas. Essa inversão sintetiza a mudança mais relevante na estrutura de custos operacionais da empresa, nos anos 80 ¹⁶².

Quanto à sustentação do Resultado Operacional em 1988, as receitas de operações de crédito ampliaram sua liderança, enquanto os receitas com títulos e os ganhos com a inflação não alcançaram 10% cada um. É possível, entretanto, que alguns fatores de origem extra-econômica tenham contribuído para esse destaque ¹⁶³.

Ao aproximar-se o final da década a crise fiscal tornou-se mais intensa, levando em 1989 a uma substancial redução dos

¹⁶¹ - Os DV caíram de 67% para 27% do total, a Poupança subiu de 18% para 49%, e os depósitos a prazo passaram de 14% para 22%, cfe. TABELA 1A. Pela TABELA 1F, podemos obter que, para o Bradesco e Itaú, esses percentuais já eram, respectivamente, 9,6%, 51,4% e 9,5%, em 1988.

¹⁶² - A TABELA 5B mostra que em 1988 as despesas de captação do BB alcançaram uma contribuição negativa de 56% para o RO, enquanto a contribuição das despesas administrativas caiu para 40%. Para os bancos privados da amostra, as despesas de captação representavam, isoladamente, mais de 80% dos itens negativos do RO, nesse ano, cfe. TABELA 5E, revelando já nesse ano o controle sobre o peso relativo das despesas administrativas.

¹⁶³ - As receitas de crédito contribuíram com 70% para o RO, enquanto as outras duas não alcançaram 10% cada. Em 1988, a perspectiva da votação da anistia, a definição dos critérios de desapropriação para efeito de Reforma Agrária e a prorrogação do mandato do Presidente da República - tendo como palco o Congresso Constituinte - convergiram no sentido de ampliar a demanda de crédito do BB, assim como, provavelmente, para diminuir as restrições do Banco às renovações e prorrogações.

repasse do Tesouro Nacional ao BB, e, reciprocamente, do volume das obrigações especiais do banco junto à entidade ¹⁶⁴. Pelo lado do ativo, a queda foi liderada pelas operações de crédito, em particular no segundo semestre; o volume de crédito concedido ao setor rural reduziu-se nesse ano mais de 40%, simultaneamente à ampliação das aplicações em títulos públicos federais, de forma semelhante às instituições privadas ¹⁶⁵.

Com isso, apesar da elevação das taxas nominais de juros, ao mesmo tempo que diminuiu o peso relativo das receitas de empréstimo ganharam destaque os ganhos com a inflação, numa conjuntura que se aproximava de um processo hiperinflacionário. Em termos relativos, as contas dos bancos privados exibiram comportamento semelhante, embora mais acentuado. Porém, enquanto no BB a recomposição das receitas ocorreu em um movimento global de recuo, aquelas instituições experimentaram uma forte expansão das receitas e, mais amplamente, de seus resultados ¹⁶⁶.

Esse ano expôs claramente o ponto de chegada da recomposição de passivos do BB. As despesas de captação, isoladamente,

¹⁶⁴ - Fazendo com que a participação das "obrigações por empréstimos e repasses" no passivo recuasse 5,8 pontos percentuais (ou em torno de 20% reais, considerando que o todo o passivo diminuiu). Vide TABELA 1C.

¹⁶⁵ - O aumento das aplicações em títulos e recuo no volume de crédito foi um movimento típico das empresas do sistema financeiro no contexto de grande instabilidade. A estrutura de ativos do Bradesco e Itaú revela um crescimento de 9% para 15,9% das aplicações no mercado aberto, e uma diminuição das operações de crédito de 27,4% para 22,0%, como mostra a TABELA 1C.

¹⁶⁶ - O peso das operações de crédito na sustentação do RO aproximou-se de 60%, no BB, e de 50%, no Bradesco e Itaú, enquanto os ganhos com inflação elevaram-se para 20% e 32%, respectivamente. Porém, nestes bancos, as receitas de operações de crédito apresentou um crescimento absoluto da ordem de 33% (embora as despesas de captação tenham crescido ainda mais, estreitando o *spread*); a queda dessas receitas deu-se apenas em termos relativos, devido ao elevado crescimento dos ganhos com inflação, de 240% em termos absolutos, respondendo por 32% dos itens positivos do RO (TABELAS 5B e 5E).

passaram a representar 60% dos itens que pesaram negativamente sobre o Resultado Operacional, fazendo com que o resultado financeiro básico, ou diferença entre despesas de captação e receitas de crédito, praticamente se anulasse.

As despesas administrativas, com maior grau de rigidez que as de natureza financeira, tiveram nesse contexto sua importância relativa reduzida ainda mais, para um terço do total daqueles itens. Não obstante, em termos absolutos elas elevaram-se significativamente, em particular no ano de 1988. A comparação com as instituições privadas, conforme a TABELA 5E, mostra que embora o ajuste dos bancos privados não tenha implicado em redução do conjunto dessas despesas, no caso do BB houve uma expansão proporcionalmente maior das mesmas nos últimos anos da década, o que também contribuiu para comprometer sua rentabilidade ao final do período.

Assim, enquanto nos bancos privados as mudanças na estrutura de resultados conduziram a um patamar mais elevado de lucros, no BB ocorreu o contrário. O resultado de 1989, expresso através do lucro líquido, atingiu o menor valor de sua história ¹⁶⁷.

Para complementar essa análise, é oportuno ressaltar outros vetores que contribuíram para a fragilização do BB, associados à substituição de fundos para o crédito rural: o chamado "rombo" da poupança, em 1989, além da sobreaplicação da caderneta de poupança e a conseqüente não equalização das taxas, pelo Tesouro; estes últimos, problemas que tornaram-se algo crônicos para o banco.

O agravamento da instabilidade ao final de 1988, expressando o fracasso da política de estabilização ortodoxa e do

¹⁶⁷ - O lucro do BB reduziu-se de quase US\$ 1 bilhão para US\$ 61 milhões. O Bradesco e Itaú apresentaram um resultado da ordem de 53% mais elevado que o do exercício anterior, alcançando US\$ 625 milhões. Vide TABELAS 5B e 5E.

simulacro de concertação social ensaiado em seguida levou a adoção, no início de 1989, de um novo plano heterodoxo que em pouco tempo estava resumido à manutenção de elevadas taxas de juros.

Nessas circunstâncias o BB foi afetado pelo processo geral de desmonetização e desintermediação financeira, ao mesmo tempo que a composição de sua estrutura patrimonial sofreu uma sensível regressão ¹⁶⁸. Os depósitos à vista cederam ainda mais espaço às aplicações remuneradas, e entre estas a poupança perdeu recursos para a captação através de RDBs, principalmente. Esse movimento deu novo impulso ao encarecimento do passivo do banco. Mais que isso, nesse ano as operações conduzidas à ordem do Tesouro não foram integralmente cobertas pelos repasses de recursos oficiais, estreitando as condições de liquidez da empresa e empurrando-a ainda mais para captação no mercado interfinanceiro ¹⁶⁹.

Se com o Plano Verão o governo pode abater uma parte da dívida pública através do congelamento da OTN, projetou por outro lado um descasamento das taxas ativas e passivas da caderneta de poupança, gerando um impacto nas contas do BB da ordem de US\$ 1 bilhão, mais de três vezes o valor global da anistia de 1988 ¹⁷⁰.

¹⁶⁸ - A dimensão de seus ativos diminuiu quase 17% e o saldo das operações de crédito caiu 50%.

¹⁶⁹ - Esse resultado é visível na TABELA 5B. O fato também é analisado em LUNDBERG & KILSZTAJN (1990).

¹⁷⁰ - O plano Verão (Medida Provisória 32, de 15.01.89) promoveu um descasamento das taxas no financiamento rural ao congelar o valor das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), que indexava as aplicações em poupança e os créditos contratados no âmbito do SNCR. Enquanto na ponta ativa a OTN acabou sendo substituída pelo IPC (índice da inflação), as aplicações financeiras na caderneta de poupança rural foram corrigidas pela taxa *overnight* (Letras Financeiras do Tesouro, LFT), ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março (originalmente, pela Circ. 1458, de janeiro, que regulamentava a Medida Provisória 32, os contratos com recursos da Poupança Rural não seriam corrigidos pelo IPC, e sim pelo mesmo índice da Poupança; essa disposição caiu com a MP 37, votada no mês

Ao longo do ano, diante da crise fiscal, a autoridade econômica tentou imputar ao BB e outras instituições atingidas o diferimento desse custo pelos próximos cinco anos. Após carregar o volumoso crédito junto a seu controlador por quase todo o ano, o banco recebeu em novembro a maior parte dos recursos do Tesouro relativos à diferença, restando ainda uma significativa parcela por acertar ¹⁷¹.

Assim, ao mesmo tempo que materializou o principal ou quase único instrumento para a substituição de fundos para o crédito rural, a caderneta de poupança tornou-se também um vetor de fragilização da instituição central do sistema - não apenas por ser um *funding* relativamente caro frente aos recursos orçamentários, como já se apontou, mas ainda pelo descasamento de taxas sem garantia de cobertura pelo Tesouro.

Acrescente-se, ainda, outro aspecto da fragilização bancária associada à caderneta de poupança, representado pelo descasamento dos prazos. Enquanto o prazo de captação através desse instrumento é de um mês, nas operações ativas é pelo menos de uma safra, em torno de seis a oito meses. Em decorrência, o Banco ficou vulnerável a uma situação já conhecida dos agentes do sistema financeiro da habitação: a sobreaplicação com recursos da poupança, quando o saldo das

seguinte, e a Nota Técnica da "Comissão de Controle da Estabilização", editada ao final de fevereiro).

¹⁷¹ - Quanto aos efeitos contábeis e financeiros do "rombo", as Leis 7868 e 7869, de novembro de 1989, autorizaram o Executivo a emitir títulos federais para indenizar a diferença, revogando a Lei 7772/89 (originalmente na MP 46, de 11.04.89), que determinava a compensação da diferença através do Imposto de Renda devido mensalmente, em 1989, e o pagamento em cinco anos do saldo restante, pelo Tesouro. Assim, ao final do exercício, a atualização do diferencial envolvendo correção e juros da poupança alcançava US\$ 984 milhões; como em novembro houve uma indenização de US\$ 700 milhões em LFT's, e US\$ 15 milhões haviam sido compensados com impostos, restava uma parcela a receber de US\$ 269 milhões - isto é, crédito do BB junto ao Tesouro que projetou-se para o exercício seguinte.

aplicações numa determinada instituição cai abaixo das aplicações realizadas com esses recursos.

No caso da poupança rural, a situação é em tese reversível em prazo bem menos longo que o daquelas instituições. Porém, na prática o banco manteve sistematicamente o nível das aplicações no crédito rural acima do mínimo determinado pela lei, como pode ser visto na TABELA 3G, sendo que o montante sobreaplicado excedia a parcela de crédito legalmente habilitada a receber os recursos da equalização de taxas, pelo Tesouro ¹⁷². Uma quantificação desse impacto para década de noventa será examinada no capítulo III, quando serão tratadas as pendências entre o BB e o Tesouro.

Em resumo, ao longo do período em que o BB transitou para uma situação de crise, na segunda metade da década passada, a trajetória de fragilização de sua estrutura de resultados sofreu a confluência de fatores operando nas duas pontas da intermediação.

Por um lado, houve um expressivo encarecimento de seu passivo. As despesas de captação, que na primeira metade da década representavam metade das despesas administrativas - aí incluídos gastos com pessoal - atingiram ao final desse

¹⁷² - Como se disse, 65% dos recursos captados através da poupança devem ser direcionados para o financiamento de atividades rurais, com encargos limitados a 12,5%, estando sujeitos à equalização de taxas; o restante pode ser livremente aplicado, sem limites de taxas e sem direito à equalização. Pode-se falar de sobreaplicação da poupança rural em três sentidos: a) quando, dentro da faixa de aplicação obrigatória, o Tesouro não completa os recursos necessários à equalização; b) quando há recursos direcionados ao financiamento rural excedentes àqueles 65% que estejam aplicados a taxas do SNCR (limitadas), que não fazem juz à equalização (basta que a captação caia um pouco para que essa situação possa ocorrer); c) quando há retração mais intensa nas aplicações de poupança, sendo substituída por recursos mais caros no *funding* das operações rurais em curso, seja na faixa obrigatória como na de aplicação livre. A primeira situação pode manifestar-se simultaneamente às outras. Em qualquer dos casos, é como se os recursos correspondentes ao subsídio do crédito (em sentido lato) estivessem sendo mobilizados pelo agente bancário, às suas custas, e não pelo Tesouro.

período o dobro das mesmas. No mesmo sentido, a partir de 1987 salientou-se a mudança na composição dos depósitos: a queda brutal dos DV e o crescimento extraordinário da captação através da caderneta de poupança ¹⁷³. Por fim, as despesas administrativas, embora superadas pelas de natureza financeira, também reforçaram o movimento de ampliação dos custos operacionais da empresa.

Pelo lado dos ativos, sua base de receitas revelou-se cada vez mais precária. A participação das receitas de operações de crédito representaram entre metade e dois terços da contribuição positiva ao resultado operacional, ao longo de toda a década, acompanhados de um crescimento relativo dos ganhos com a inflação e com títulos e valores. Entretanto, uma parcela ponderável das receitas de crédito, a partir daquele biênio, pode ser associada aos refinanciamentos, prorrogações e outros procedimentos.

O encarecimento de sua estrutura de custos e os problemas apontados pelo lado das receitas operacionais contribuíram decisivamente para conduzir o resultado da instituição a seu mínimo histórico, ao final da última meia década. Houve ainda dificuldades de liquidez (geradas pelo atraso no aporte de recursos orçamentários, pelo seu pagamento com recursos não monetários, e pelos refinanciamentos) repercutindo nas despesas através do crescimento dos recursos obtidos no mercado interbancário ¹⁷⁴.

2. A implementação do conglomerado BB.

A diversificação do Banco do Brasil significou num de seus aspectos essenciais a aproximação do Sistema Nacional de

¹⁷³ - Os DV caíram de 83% para 26% dos depósitos, e a caderneta de poupança elevou-se de 0% para 39%, entre 1987 e 1989 (TABELA 1A). Embora não sejam rigorosamente coincidentes com os dados da TABELA 1C, devido à diferença das fontes primárias, o sentido do processo é o mesmo.

¹⁷⁴ - A partir de 1988 o BB torna-se predominantemente um tomador de recursos, no interbancário. Em 1989, sua despesa líquida nessas operações alcançaram um valor próximo a US\$ 200 milhões (com base nos dados da TABELA 5B).

Crédito Rural das condições do sistema financeiro em geral. Em outro, por ser consequência indireta da crise fiscal e financeira do setor público quando esta caminhava para o auge, o momento da diversificação e conglomeração do BB ocorreu tardiamente em relação às demais empresas financeiras. Neste ítem, analisa-se a resposta dada pela política econômica e pelo BB, através de seu aprofundamento no mercado financeiro, ao processo de redução dos recursos orçamentários que sustentavam seu papel de fomento e ao processo de fragilização econômico-financeira.

A diversificação de uma empresa no mercado financeiro pode ser genericamente descrito como o lançamento de novos instrumentos ativos e passivos, associados ou não à constituição de novas empresas do grupo ¹⁷⁵. No Brasil, a criação de empresas subsidiárias ao banco comercial, que levou o capital bancário a configurar-se em conglomerados, tornou-se predominante na década de 70 ¹⁷⁶. Nesse sentido, a conglomeração do BB somente ao final da década seguinte apresentou um caráter tardio.

A hipótese de que a dimensão estrutural da diversificação do BB, o maior banco comercial do país, não foi contemporânea ao correspondente movimento dos capitais privados em decorrência de orientação da autoridade econômica é bastante razoável. Recorde-se que houve uma opção estratégica da política econômica em preservar amplos segmentos do sistema financeiro

¹⁷⁵ - Ou, de forma mais abrangente, de instrumentos "ativos, passivos, acessórios e complementares". Neste capítulo, está-se tratando das etapas iniciais da diversificação do BB, que praticamente não envolve a produção de serviços sofisticados como os chamados "derivativos", produtos "sob medida", e outros próprios do segmento de "corporate finance". Para uma abordagem teórica do processo de inovação financeira, de corte neo-schumpeteriano, tratando inclusive de produtos e processos a partir das novas bases tecnológicas, ver HEERTJE (1988). Para uma descrição detalhada dos instrumentos e serviços financeiros ver FORTUNA (1993).

¹⁷⁶ - A respeito do processo de conglomeração do sistema financeiro brasileiro, vide TAVARES (1983) e BAER (1986).

brasileiro da concorrência do capital externo, conferindo uma posição predominante a instituições privadas e estatais nacionais ¹⁷⁷. É coerente que também tenha optado por preservar segmentos do mercado para o capital nacional privado, frente à ameaça representada pelo potencial expansivo de um banco estatal operando sem restrição de reservas. Para conter o extravasamento do BB rumo à conglomeração, o argumento comum foi de que a conta-movimento conferia-lhe uma forte vantagem concorrencial, além de constituir compensação a seu represamento.

A dinâmica do BB rumo a outros segmentos obedeceria à mesma lógica concorrencial ou racionalidade de capital e de mercado que as instituições privadas, dadas as economias de escala e de escopo proporcionadas por uma ampla rede comercial pré-existente, levando-o a acompanhar o movimento dos demais bancos já na década de 70. Uma evidência nesse sentido pode ser identificada no processo de diversificação do banco no mercado externo, onde esse tipo de restrição não esteve presente.

Para expor o sentido específico e particularizar as circunstâncias que determinaram o atraso relativo do processo de aprofundamento do BB no sistema financeiro, recorde-se inicialmente que os instrumentos para mobilização de recursos, pelo banco, apresentaram seu primeiro momento de significativa diferenciação na década passada quando a captação através de CDBs saltou para 12% dos depósitos, em 1981. Um pouco mais tarde, sob políticas fiscal e monetária ortodoxas e na iminência das reformas nas relações entre o BB, o Banco Central e o Tesouro Nacional, a captação de

¹⁷⁷ - Essa proposição está estabelecida, entre outros, pelas duas autoras citadas acima.

recursos a prazo através da emissão de CDBs e RDBs mudou de patamar e alcançou 30% dos depósitos ¹⁷⁸.

Daí em diante os depósitos a prazo passaram a representar sempre uma importante parcela dos recursos com que o banco operava, implicando em maior grau de dependência da política de juros e uma condicionante de suas operações ativas que esteve ausente enquanto a quase totalidade de seus depósitos não remuneravam o aplicador e as fontes. Portanto, esse pode ser apontado como o primeiro sentido do processo de diversificação do banco - a rigor, presente antes do fim da conta-movimento: aproximá-lo das condições gerais de operação do mercado financeiro.

Os instrumentos mais relevantes, entretanto, estiveram associados às modificações do BB após o encerramento do mecanismo da conta-movimento - marco das reformas em sua relação com o Tesouro e as autoridades monetárias, e início de maior diversificação no interior do mercado financeiro. O passo de maior significado foi dado com a criação da caderneta de poupança rural, no contexto de agravamento da crise fiscal e financeira do Estado e consequentes reformas do arcabouço das finanças públicas, que lhe conferiram o sentido essencial de instrumento de mobilização de recursos alternativos àqueles de origem monetária, fiscal e parafiscal ¹⁷⁹.

Havia um sentido lógico para o lançamento de um produto com essas características específicas: dada a crescente restrição a recursos fiscais obtidos a fundo perdido, aos recursos da conta-movimento, com custo quase nulo, aos recursos fiscais

¹⁷⁸ - Vide TABELA 1A. Um estudo mais detalhado dos eixos de diversificação do banco comercial - que não é o propósito desta dissertação - poderia destacar, entre os "produtos" lançados pela empresa, na década de 70, o chamado "cheque especial", que generalizou-se no sistema.

¹⁷⁹ - Conforme tratado no item B.2 deste capítulo.

retornáveis, repasses de fundos diversos e recursos parafiscais, também relativamente baratos, a taxa mais baixa do sistema tornou-se a da caderneta de poupança, pois o nível de 6% a.a. funciona como uma espécie de "pisso" institucional para o leque de taxas do mercado. Em outras palavras, sob a dupla condição de restrição dos recursos monetários, fiscais e parafiscais, e de uma dada institucionalidade do mercado financeiro doméstico, a minimização de custos da estrutura de passivos do banco deveria conduzi-lo logicamente à criação de um instrumento semelhante àquele em que se já se apoiava a quase totalidade do financiamento habitacional ¹⁸⁰.

Assim, uma das consequências dessa diversificação do Banco do Brasil foi conduzir a uma maior homogeneidade entre os instrumentos de mobilização de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e Sistema Financeiro da Habitação, contrariando o espírito das reformas financeiras de 1964/65, originalmente concebidas com base na especialização dos instrumentos e instituições.

Além disso, em conjunto com a maior participação dos depósitos a prazo, a evolução dos depósitos de poupança representou importante passo no sentido de aproximar o SNCR das condições gerais de valorização financeira ¹⁸¹. Mostra isso o fato de que a caderneta de poupança tornou-se a principal fonte de recursos para o financiamento rural e principal item entre os depósitos do BB, com um nível de

¹⁸⁰ - O fato da caderneta rural a rigor ter sido criada por decisão da autoridade monetária não muda a natureza desta questão, apenas reforça que o sentido da substituição de fundos era manter o financiamento de atividades priorizadas pela orientação da política econômica.

¹⁸¹ - Essa aproximação fora apontada por KAGEYAMA (1990) e discutida no Capítulo 1 desta Dissertação, no que se refere às condições de financiamento da produção rural. O que se expõe aqui é que esse movimento de equalização estende-se às condições *passivas* do próprio SNCR, através da elevação das taxas de captação de sua instituição financeira central, o BB.

captação variando entre US\$ 2,6 bilhões e US\$ 5,0 bilhões até 1989. Junto com os depósitos a prazo, chegaram a representar mais de dois terços dos depósitos totais do BB no último biênio da década de 80 ¹⁸².

Mas a diversificação do Banco do Brasil após o fim da contagem não se resumiu à criação da caderneta rural, ainda que ela tenha sido a inovação mais importante em volume de recursos mobilizados e pelo seu papel na preservação do SNCR. A partir de 1986 o BB começou sua efetiva conglomeração no sistema financeiro brasileiro, dando início à constituição de subsidiárias em diversos subsegmentos do mercado. Nesse ano foi criada a BB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. Embora sugira a pretensão de um processo diferenciador mais abrangente rumo ao mercado de capitais, a DTVM foi na verdade uma pré-condição para o lançamento de diversos fundos pelo BB, de renda fixa e de investimento, alguns dos quais iriam tornar-se líderes em seu segmento na década de noventa. No ano seguinte, 1987, além do lançamento da caderneta rural, foi constituída a BB-Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. Em 1988 o BB já havia constituído a BB - Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. e o BB - Banco de Investimento S.A. e a BB - Administradora de Cartões de Crédito S.A., lançando seu cartão nesse ano.

Essas empresas, integrantes iniciais do conglomerado Banco do Brasil, foram constituídas como controladas na forma de subsidiária integral do banco comercial; nesse sentido o BB não se diferenciou da estrutura dos conglomerados até então existentes no sistema financeiro brasileiro. Estes, entretanto, a partir das possibilidades criadas pela nova regulamentação do sistema em 1988, davam outro passo adiante

¹⁸² - Ver TABELAS 1A e 3E.

adotando a forma de banco múltiplo que até o presente não foi acompanhado pelo BB ¹⁸³.

A constituição do novo conglomerado, a partir do maior banco comercial brasileiro, produziu desde seu início modificações relevantes na estrutura do mercado financeiro cuja dimensão concorrencial cabe ressaltar. A diversificação e conglomeração do BB suscitou a emergência de rivalidades envolvendo agentes privados e públicos com capacidade de ação e arbitragem sobre as condições concorrenciais desse (s) mercado (s), desenvolvidas em contradições e negociações onde as autoridades monetária, econômica e política do país, além do próprio banco e o segmento financeiro privado estiveram presentes.

A poupança-rural é o caso por excelência, sob esse aspecto. Já no primeiro ano de operação o BB aproximou-se dos 10% do mercado. Entretanto, somente pode iniciar sua operação depois de superadas as divergências com o Banco Central e os interesses da rede privada em torno de sua regulamentação, que embora tenha permanecido como exclusividade dos bancos federais após demandar a arbitragem do próprio presidente da República, não se tornou uma questão pacificada ¹⁸⁴. A corretora de seguros do BB também não surgiu sem a manifestação de fortes rivalidades, nesse segmento; no mesmo ano em que foi criada, os órgãos e empresas estatais foram

¹⁸³ - A propósito do formato padrão dos conglomerados brasileiros, distintos daqueles das economias desenvolvidas onde o banco de investimento é dominante (ou, por outra, o mercado de capitais mais relevante que o mercado financeiro) ver TAVARES (1983). Os dois principais normativos que regulamentaram a constituição dos bancos múltiplos foram as Res. 1524, de 21.09.88, e Res. 1649, de 25.10.89, do BC.

¹⁸⁴ - Em 1989, o assunto estava novamente em discussão. Vide GAZETA MERCANTIL, de 07-09.01.89: "Banco Central deve estender o ativo (Cad.Poup. Rural) para bancos privados".

proibidos de participar da constituição de instituições dessa natureza ¹⁸⁵.

Portanto, a diversificação não enfrentou apenas o problema do acesso do Banco do Brasil aos recursos e repasses de origem fiscal e parafiscal, decorrente do esquema de aportes do Tesouro que veio substituir a conta-movimento. Também a possibilidade do acesso aos recursos e oportunidades de negócios financeiros rentáveis, ao precipitar uma fronteira de conflitos de natureza concorrencial e regulatória nesse mercado, até então latentes ou minimizadas, tornou mais incertos os rumos da transição que essa empresa estatal iniciou a partir de 1986.

De qualquer forma, podemos dividir esse processo de diversificação e conglomeração, na segunda metade da década de 80, em dois sub-períodos; não propriamente segundo sua relevância quantitativa mas em termos da existência ou não de rumos definidos para a transição.

¹⁸⁵ - Esse conflito conduziu ao Decreto-Lei 2476 (note-se o instrumento) de setembro de 1988, que determinou que "as corretoras de seguros não podem mais constituir-se com a participação de órgãos governamentais, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações vinculadas aos governos federal, estaduais e municipais", cfe. BALANÇO ANUAL, da Gazeta Mercantil (1988). Tornou-se também aí visível que a concorrência intercapitalista no mercado financeiro tem na interface público/privado provavelmente uma de suas mais acirradas fronteiras de disputa, que não é resolvida ao nível do mercado, senão em âmbito regulatório pela Autoridade Monetária, Econômica ou mesmo Política, isto é, a Presidência da República. A propósito, veja-se parte do depoimento do então presidente do BB, Camillo Calazans:

"Queríamos demonstrar que não tínhamos medo de perder a conta-movimento, que o Banco do Brasil tinha capacidade de ir ao mercado e conseguir recursos; queríamos, apenas, ter condições de competir em igualdade com a rede privada. Pedi, então, tudo aquilo que foi dado aos bancos privados: caderneta de poupança, corretora de seguros, a financeira, mas o Banco Central não permitiu. Quer dizer, foi dada permissão pelo CMN, mas nunca recebíamos a carta-patente para operarmos. Foi isso que denunciei." (CPI DO BB, 1991).

Num primeiro momento, ao longo dos dois primeiros anos da conglomeração do BB os objetivos da empresa, conforme o discurso de sua direção, foram a "ocupação de espaços" e a "captação de recursos", em sentido genérico. Embora formalmente algumas diretrizes para o processo de diversificação estivessem postas para discussão nos estudos iniciais para a possível constituição de um banco múltiplo, o encaminhamento concreto do processo de conglomeração, sujeito a condicionamentos concorrenciais além de outros problemas, trilhou caminhos imprevistos. A respeito da diversificação do banco nesse biênio pode-se afirmar, em que pese a contribuição parcial representada pela caderneta de poupança, não haver evidências de que a instituição tenha alcançado construir bases definidas de um projeto estratégico, que buscasse equacionar e resolver seus dilemas como instrumento de política econômica e como empresa do mercado financeiro

¹⁸⁶.

Já num segundo momento, entre 1988 e 1990, parece haver existido uma dimensão estratégica no processo de conglomeração através da constituição do banco de investimento (BB-BI). Tal dimensão atribuía ao banco de investimento o papel de perseguir uma integração mais estreita entre o capital bancário e o industrial, privado ou estatal ¹⁸⁷. Cabe discuti-lo enquanto projeto, antes de uma

¹⁸⁶ - Entende-se que a implementação de um "projeto estratégico", nesse caso, não implica necessariamente na existência de documentos que o consolidem, da mesma forma que a avaliação de seu conteúdo e alcance prescinde da forma documental. Considerando, porém, que a presidência do BB dispõe de uma Consultoria Técnica com mais de duas centenas de funcionários, além de departamentos técnicos em diversas diretorias, não teria havido maior dificuldade em plasmá-lo. Em contraste, há um número abundante de pronunciamentos, entrevistas, artigos, etc, que trazem registros com a diretriz genérica da "ocupação de espaços".

¹⁸⁷ - Mais que isso, a direção da empresa vislumbrava uma possibilidade de alteração no padrão de comportamento de todo o mercado financeiro brasileiro, inspirada em modelos de economias capitalistas desenvolvidas. Pretendia que a nova relação BB-empresas fosse expansiva aos demais conglomerados, através de um suposto poder indutivo sobre aquelas instituições baseado em mecanismos concorrenciais: na medida em que o BB

avaliação do processo geral da diversificação do BB através de uma análise sucinta de suas empresas subsidiárias ao final de 1989.

Amparado na perspectiva de expansão do mercado interno de bens de consumo, incorporação dos setores de alta tecnologia e constituição de novos pólos regionais de desenvolvimento, o BB visava inserir-se nesse cenário como principal agência de financiamento, resgatando a importância que teve em fase anterior da industrialização brasileira. Adicionalmente candidatava-se a se transformar na *holding* financeira das empresas do Setor Produtivo Estatal, através da centralização de suas movimentações financeiras.

O primeiro passo deu-se através de um convênio com o SINDIMAQ (sindicato empresarial do setor de máquinas e equipamentos), constituindo-se sob gestão do BB-BI um fundo de longo prazo voltado ao atendimento desse setor, contando com recursos originados do FINAME, recursos complementares mobilizados pelo BB e das próprias empresas. Em contrapartida obteve a) centralização das operações bancárias e financeiras das empresas afiliadas, e b) poder de interferência do BB-BI na reestruturação e gestão das empresas mutuárias, envolvendo aspectos de modernização tecnológica, identificação de mercado e financiamento da clientela, relações trabalhistas e outros. A experiência foi de curta duração, tendo sido interrompida pela política econômica do governo Collor.

Para uma sucinta avaliação desse projeto de reorientação que não foi além de um passo inicial ¹⁸⁸, cabe considerar em

ganhasse mercado com esse processo, as demais instituições adotariam comportamento semelhante. Segundo o então Superintendente do BB-BI, foi permitido ao maior conglomerado privado nacional, o BRADESCO, exercer certo nível de monitoramento da experiência, com esse fim.

¹⁸⁸ - Embora houvesse no início de 1990, segundo a mesma fonte, protocolos iniciais com 23 entidades representativas de outros setores, dos quais alguns vieram a ser parcialmente encaminhados pela gestão seguinte.

primeiro lugar que a deterioração das expectativas, aumento da incerteza e crescente desintermediação financeira, entre outros traços, marcaram um ambiente macroeconômico absolutamente desfavorável a sua implementação. Além disso, os cenários desenhados para a década de 90 vieram a revelar-se absolutamente irrealistas, com taxas de crescimento muito baixas ou negativas em seus primeiros anos, e uma política econômica refratária a projetos daquela natureza.

Em segundo lugar, o projeto de constituição da *holding* financeira do setor produtivo estatal através do BB não teve maior consequência ao nível das autoridades econômicas. Obviamente, sua materialização significaria o banco assumir de imediato ponderável parcela de controle sobre aquele conjunto de empresas - já por si um assunto politicamente delicado.

Mais que isso, cabe apontar a desarticulação desses projetos com programas mais amplos contemplados nas diretrizes de política econômica. Não há evidências de que a pretendida atuação do BB na reestruturação de setores industriais estivesse inserida em qualquer programa específico que envolvesse, por exemplo, o Ministério da Indústria e Comércio e o BNDES. Da mesma forma, não havia em marcha um projeto de reforma do Estado, ao final do Governo Sarney, onde a centralização financeira das estatais ocupasse seu lugar de relevo ¹⁸⁹. Assim, o projeto de redirecionamento do BB caracterizou-se por um grau de "voluntarismo" somente

¹⁸⁹ - Algum esforço nesse sentido estava sendo realizado, sem resultados. O Relatório Anual do BB, 1989, registra à pg.13: "...estão sendo desenvolvidos mecanismos de captação de recursos para financiamento de empreendimentos das empresas do setor produtivo estatal, via centralização de operações bancárias dessas instituições no Banco do Brasil. Tal estratégia vai de encontro... da filosofia de trabalho da Secretaria de Orçamento e Controle das Empresas Estatais, que busca imprimir maior transparência às contas dessas empresas e conter gastos públicos". Não fica claro, de qualquer forma, que o BB e a SEST tivessem o mesmo objetivo com a centralização das contas.

compreensível em circunstâncias onde a descoordenação da política econômica e de seus instrumentos era elevada.

Duas hipóteses adicionais podem explicar a formulação e implementação inicial daquele projeto ¹⁹⁰. Primeiro, a ênfase na orientação do Banco para o setor industrial estaria refletindo a necessidade de priorizar uma clientela de maior rentabilidade e menor risco; sua experiência recente com o financiamento rural apontava para a possibilidade de colapso financeiro. Segundo, a centralização financeira das estatais constituiria a tão perseguida alternativa de *funding* barato para a instituição, que permitiria, através de "fundos rotativos", que o banco voltasse a financiar o investimento industrial.

Teriam sido essas as razões e forma pela qual, no auge do que internamente o Banco chamou de "crise de identidade, ou de sua missão institucional", forjou-se um projeto que buscava proporcionar a superação de sua crescente fragilização econômico/financeira e atribuir-lhe um novo papel, e, ao fazê-lo, o BB pretendia colocar-se como instrumento estratégico de política econômica voltada para a reestruturação produtiva, redução das disparidades regionais, a redefinição das relações entre o capital bancário e o industrial e reforma do Estado ¹⁹¹.

Nos anos iniciais da década de noventa (1990/92), como será discutido no capítulo seguinte, o processo de diversificação do Banco do Brasil através da constituição de novas empresas

¹⁹⁰ - Sugeridas a partir de entrevistas com alguns de seus condutores.

¹⁹¹ - Em que pese a amplitude das pretensões - ou seu caráter de uma sofisticada racionalização de estratégia corporativista, como o enfoque de MARTINS (1985) permitiria classificá-lo - cumpre ressaltar, nos termos da discussão teórica proposta por DAIN (1986), que em tese esse projeto compatibilizava a lógica privada de acumulação e expansão no mercado com a lógica mais ampla voltada para a valorização do capital social (caráter "público").

desacelerou-se, passando a ocorrer de forma marginal, pela diferenciação dos produtos das instituições controladas ¹⁹².

Para completar a análise da conglomeração do Banco do Brasil no período que vai até 1989, a seguir se faz uma avaliação de seu ingresso em novos segmentos através de uma breve caracterização de cada subsidiária, examinando particularmente em que medida esse processo veio compensar a retração de seu *fundíng*, focalizando a composição dos recursos e o quanto cada subsidiária avançou em suas operações ativas, além de, quando possível, situá-la no *ranking* de seu mercado ¹⁹³.

a) A *BB - Distribuidora de Títulos e Valores S.A.* apresentava em 1989 84% de seu passivo no Patrimônio Líquido (PL). A questão substantiva, neste caso, é examinar a inserção do Banco do Brasil na chamada "indústria de fundos", impulsionada no mercado brasileiro após 1986. A DTVM apenas figurou como responsável legal pela administração desses fundos. O BB lançou um fundo de investimento de curto prazo (Conta-Ouro) que em 1988 era a primeira no mercado em Patrimônio Líquido; um fundo de renda fixa (Ouro-Fix), para pessoa física e jurídica, um fundo de renda variável (Ações-Ouro), além de operar no mercado de ouro "financeiro".

b) A *BB - Financeira S.A.* exibia um perfil de ativos, em 1989, no qual apenas 11% encontravam-se alocados em empréstimos, tanto devido ao contingenciamento do crédito ao

¹⁹² - Recorde-se que o BB está constituído na forma de "conglomerado", e não multibanco, ao contrário da quase totalidade dos grandes grupos financeiros privados.¹⁹³ - Para isso foram utilizadas as TABELAS 8A, 8B, e 8C, cujos dados são extraídos dos Relatórios Anuais da Gazeta Mercantil, entre 1987 e 1989.

consumidor como às altas taxas de juros do período ¹⁹⁴. Os recursos restantes concentravam-se no mercado aberto e em títulos e valores mobiliários de sua carteira. No PL encontrava-se 80% de seu passivo. Muito pouco significativo, o ativo total da financeira representava nesse ano menos de 0,1% das operações de crédito ao setor privado, do banco comercial. Comparado com o ativo agregado das financeiras privadas, a BB-Financeira não alcançava uma proporção maior que 2%, posicionando-se em 21o. lugar no ranking por financiamentos, refinanciamentos e repasses ¹⁹⁵.

c) O BB - Banco de Investimento, a rigor, começou a operar apenas em 1990. Em 1989, as aplicações em títulos e valores mobiliários chegavam a 85% do ativo, sugerindo um desvio da atividade-fim da empresa. O total do ativo do BB-BI sobre o total do crédito ao setor privado, do banco comercial, representava apenas 0,04%, deixando clara sua dimensão residual nesse momento. O mesmo ocorria em seu mercado específico, onde o ativo do BB-BI comparado com o correspondente agregado dos bancos de investimento privados alcançava 5%.

d) A BB - Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. concentrou-se inicialmente nos seguros institucionais, oferecendo seguro de acidentes pessoais gratuitos para clientes que aplicassem a prazo e nos fundos. O PL correspondia a 8% do passivo. Ocupava no ranking do segmento o 7o. lugar em prêmios auferidos.

¹⁹⁴ - Entre as medidas que compuseram o Plano Verão, a Res. 1566 do BC limitou a expansão do crédito a pessoas físicas e jurídicas de natureza privada aos níveis praticados em 31.12.88. A resolução 1567, da mesma data, reduziu os prazos máximos para financiamento ao consumidor a 1/3 do que estava vigente.

¹⁹⁵ - GAZETA MERCANTIL, Relatório Anual, 1989. Para as financeiras, esse relatório usou os balanços do primeiro semestre do exercício.

e) A BB - Leasing S.A. já operava em 1989 com obrigações externas que abrangiam 28% do passivo; e a relação PL/passivo estava em 40%. Na ponta da aplicação havia predomínio do setor público, com 60% do volume de operações de arrendamento, cabendo ao setor privado os 40% restantes ¹⁹⁶. Suas operações totais comparadas ao crédito do BB representavam menos de um por cento, em volume; no conjunto do segmento, representavam em torno de 3%.

Além dessas subsidiárias, em 1989 o BB também já havia lançado através de sua administradora um cartão de crédito que ocupava a 3a. posição no mercado, em número de detentores, apesar de também haver sido atingido pelo contingenciamento do crédito ¹⁹⁷.

Exposta sinteticamente a situação das subsidiárias integrantes do conglomerado Banco do Brasil, revela-se a pequena importância quantitativa que representaram no período de 1986 a 1989, seja na captação ou aplicação de recursos. Além disso, a participação relativa em cada segmento específico foi da mesma forma pouco expressiva: em geral, o ingresso do BB não reproduziu nos respectivos segmentos a importância relativa da empresa no mercado monetário. A DTVM, por exemplo, destacou-se pela importância relativa fundos de investimento do BB, mas, tanto quanto outras subsidiárias, apoiaram-se ou em alguns casos voltaram-se totalmente para o *endomarketing*, nessa etapa incipiente de operação ¹⁹⁸. E,

¹⁹⁶ - Também foram atingidas pelo contingenciamento as contraprestações das empresas arrendatárias (Res. 1566), embora a Circ. 1465 de 23.03.89 tivesse excluído desse controle as operações com os principais bens arrendados.

¹⁹⁷ - A Res. 1567 determinou que o nível mínimo para amortização dos saldos devedores seria de 50%. O cartão de crédito do BB (segundo o Relatório Anual do Banco) foi o primeiro cartão "multi-uso" do mercado; saltou de 520.000 para 850.000 detentores entre 1988 e 1989.

¹⁹⁸ - Como se depreende dos Relatórios Anuais do BB e de suas subsidiárias, a Financeira e a Corretora de Seguros, a Distribuidora e a Administradora de Cartões puderam beneficiar-se, para seu crescimento nessa fase, de uma

además, algunas subsidiárias, como o BB-BI, a BB-Financeira, e mesmo a BB-Leasing, apresentarem uma elevada participação de títulos e outros papéis entre seus ativos, revelando um desvio de sua finalidade empresarial.

Independente de variáveis gerenciais, uma causa suficiente do bloqueio à expansão do conglomerado localizou-se externamente, na política monetária. O contingenciamento do crédito em 1989 atingiu a maioria das empresas em estágio incipiente de operação, congelando o processo concorrencial em circunstâncias ainda desfavoráveis ao Banco do Brasil e contribuindo para o desvio acima apontado.

A formação do conglomerado Banco do Brasil, porém, não pode ser interpretada apenas do ponto de vista da substituição da origem dos recursos para o desempenho de suas atribuições enquanto entidade estatal. É necessário ressaltar as determinações de natureza concorrencial, uma vez que nos conglomerados e bancos múltiplos em operação há mais tempo a diversidade e flexibilidade dos produtos têm um peso no estreitamento de relações com as clientelas do banco comercial. Evidentemente, a clientela tradicional do banco passou a dispor de uma gama mais variada de serviços e opções financeiras. Entretanto, um aprofundamento desse aspecto da conglomeração do BB e seu exame comparado aos conglomerados pré-existentes escapam ao alcance desta dissertação.

Em resumo, a análise da diversificação e conglomeração do BB permite concluir que até o final da década esse processo - excetuando a expressão alcançada pela caderneta de poupança rural e, secundariamente, pelos fundos de investimento - não teve maior significado no que se refere à elevação da

orientação em boa medida apoiada na exploração do expressivo mercado constituído pelo próprio funcionalismo do banco. Embora os números flutuem conjunturalmente, a folha de pagamento do BB alcança algumas centenas milhões de dólares mensais, abrangendo um contingente próximo de 130 mil funcionários, à época.

captação de recursos em condições de prazos e taxas que viabilizassem o fortalecimento de suas operações ativas. Além disso, é provável que também não tenha tido grande importância do ponto de vista concorrencial, dada a pequena participação do BB, até aquele momento, naqueles novos segmentos.

Concebida como resposta efetiva à crise do Banco do Brasil - seja enquanto instrumento de política econômica, seja enquanto empresa inserida concorrencialmente numa estrutura de mercado específica, sujeita a uma progressiva fragilização patrimonial e financeira - a criação de subsidiárias em novos segmentos, dadas as restrições encontradas, significou na prática o estabelecimento de "cabeças-de-ponte" que permitissem ao BB conglomerar-se *de facto* em momento oportuno, assemelhando-se à primeira etapa de um lento programa de aprendizagem para o ingresso no ambiente competitivo do mercado financeiro doméstico.

CAPITULO III

SEGUNDA ETAPA DA CRISE (1990-92).

O capítulo anterior mostrou como o Banco do Brasil encontrou-se numa situação de crise a partir das reformas das finanças públicas, assim como das transformações no Sistema Nacional de Crédito Rural e no financiamento às atividades de comércio exterior.

Do lado dos passivos, a perda dos recursos elásticos da conta movimento, não remunerados, a retração dos volumosos depósitos à vista do setor público e a substituição dos recursos orçamentários por outros mobilizados concorrencialmente no mercado financeiro significaram uma expressiva elevação no custo de seu *funding*. Pelo lado dos empréstimos, a queda no volume e principalmente a retirada dos subsídios não foi um processo tranquilo: em momentos decisivos a crise financeira dos mutuários impôs ampla reciclagem das dívidas, em outros, conseguiram mesmo a aprovação de abatimentos e anistias dos débitos.

Com isso a crise do BB estampou-se em seus resultados, ao final da década. Viu-se também como a resposta ensaiada pela direção da empresa em sintonia com a orientação da política econômica - o aprofundamento no sistema financeiro através da diversificação e conglomeração - não superou a situação descrita.

Neste capítulo, caberá reiterar a análise nos três anos iniciais da década atual, com o objetivo de avaliar se a crise da estatal financeira Banco do Brasil foi revertida ou avançou em suas dimensões fundamentais. Isso será feito particularizando-se a inserção do BB numa trajetória marcada por abruptas inflexões na política econômica e seus efeitos,

num período cujo início coincidiu com a implementação de novas diretrizes governamentais.

Assim, analisam-se em primeiro lugar alguns aspectos das políticas financeiras e administrativa do triênio, para salientar suas consequências diretas sobre a estrutura patrimonial e funções exercidas pelo banco, além de se fazer um balanço das pendências entre o banco e o Tesouro Nacional. A seguir, discute-se o papel do BB na tentativa de constituir um novo modelo de financiamento às atividades agropecuárias. O mesmo é feito a respeito do novo processo de endividamento externo e a abertura comercial que marcam a trajetória recente da economia brasileira, em que o banco esteve envolvido. O comportamento do crédito da instituição, sob essas conjunturas, completa a análise do BB enquanto instrumento de governo.

Na dimensão empresarial, examinam-se os resultados do BB para avaliar os desdobramentos da fragilização econômico/financeira que tomou corpo na década anterior. Por fim, retoma-se o tema da transformação estrutural do banco, isto é, do alcance da diversificação e conglomeração enquanto resposta a sua crise específica.

A. Impactos dos planos econômicos, e passivo do Tesouro.

1. Plano Brasil Novo.

A política econômica do "Plano Brasil Novo", em traços sumários, ancorou-se no alongamento compulsório de grande parte da dívida pública, através do congelamento das aplicações financeiras. Além disso, materializou-se no esforço de controle fiscal, nos processos de abertura cambial e comercial, assim como nas tentativas de reestruturação da

dívida externa, reforma patrimonial e reforma administrativa do Estado ¹⁹⁹.

Os efeitos diretos ²⁰⁰ do plano sobre o BB apresentaram sentidos diferenciados. Ao mesmo tempo que trouxe um descasamento entre ativos e passivos combinado com problemas de liquidez, durante alguns meses, o plano permitiu deter temporariamente a sobreaplicação da caderneta de poupança. Conduziu também a uma retomada parcial da participação do banco no mercado de crédito e à diminuição de suas despesas financeiras, que tornaram a se elevar nos anos seguintes.

Um dos resultados da política monetária sobre o sistema financeiro foi acentuar a retração dos ativos das instituições desse mercado, assim como, no que refere especificamente ao crédito do sistema, provocar efeitos heterogêneos de contração ou expansão nos diferentes sub-segmentos ²⁰¹. No caso do BB, entretanto, não houve encolhimento e sim expansão na dimensão dos ativos, em 1990 e 1991 - o que se relaciona especialmente com sua recuperação de posição no mercado de crédito.

Em princípio, o plano pareceu conduzir ao declínio do crédito bancário no conjunto do sistema. Porém, é mais adequado afirmar que seu efeito foi expansivo, pois visto em detalhes

¹⁹⁹ - Sobre essas políticas ver FUNDAP (1993a). Para uma análise conjuntural mais ampla, OLIVEIRA (1991). Note-se que das políticas acima, a reforma patrimonial não atingiu o BB, que ficou fora do Programa Nacional de Desestatização, exceto no que toca à privatização de uma controlada do setor siderúrgico, a Acesita S.A.

²⁰⁰ - Entendendo-se como aqueles impactos não mediados pela mudança na situação dos agentes não financeiros com os quais se relaciona; desde logo, mutuários do setor privado e Tesouro Nacional.

²⁰¹ - Os montante dos saldos dos ativos do sistema financeiro, ao final de cada ano, de instituições bancárias e não-bancárias, decresceu 14,5% em 1990, além dos 12% no ano anterior. Em 1991 o processo teve continuidade, com um declínio de 5,8% daquele agregado (TABELA 7A).

o crédito revelou-se ascendente na maioria dos segmentos ²⁰². Tendo ampliado seus empréstimos em valores absolutos, o BB, ao longo do período 1989/91, também elevou sua participação de 9,7% para 14,5% do sistema - movimento esse liderado pelo crédito dirigido ao setor privado ²⁰³.

Além disso, a institucionalidade do sistema financeiro definida pelo Plano e suas políticas financeiras determinaram alterações relevantes nas operações correntes e estrutura patrimonial do BB. A primeira, que se refere ao fator mais importante de fragilização do banco nos anos anteriores, foi o recuo observado nas despesas financeiras, em 1990, em função da queda das taxas reais de captação neste ano ²⁰⁴.

Esse efeito também esteve relacionado com as alternativas à disposição do banco para cumprimento das metas de recolhimento em cruzados: a substituição do passivo contribuiu para a queda desses custos, pois os VOB tinham remuneração inferior aos dos recursos no over e depósitos a

²⁰² - O saldo global de crédito do sistema financeiro ao final de 1990 foi 11,7% menor do que no ano anterior, e caiu mais 5,3% em 1991, conforme pode ser visto na TABELA 7B. Essa retração, entretanto, ocorreu quase que exclusivamente na Caixa Econômica Federal e nas Caixas Estaduais; se excetuarmos essas instituições, o que se revela é um aumento dos saldos de crédito em praticamente todos os demais sub-segmentos. A propósito, em FUNDAP (1993a), parte 4, nota 5, afirma-se que "A análise exclui a Caixa Econômica Federal (CEF), uma vez que a série de dados publicada no boletim do BACEN não parece ser consistente".

²⁰³ - Em valores absolutos, o saldo de suas operações de crédito de US\$ 12 bilhões para US\$ 15 bilhões, cfe. pode ser obtido da TABELA 7B, que mostra a participação relativa do BB no sistema.

²⁰⁴ - Nesse ano, reduziram-se de US\$ 12,8 bi em 1989 para US\$ 10 bi, cfe. a TABELA 5B permite afirmar. De acordo com Estatísticas Básicas do Mercado Financeiro e de Capitais, do BC, de 04/1992, a rentabilidade real acumulada no ano dos CDB-pós foi de -13,1% em 1989 e de -26,0% em 1990, a da poupança foi -7,7 em 89 e -15,4 em 90. Os depósitos a prazo do BB concentravam-se no período em RDB, portanto os dados servem como uma indicação. Foi utilizado como deflator o IGP-DI.

prazo ²⁰⁵. No mesmo sentido atuou a ampliação dos depósitos a vista, decorrente da remonetização.

Uma dificuldade imediata determinada pelo plano revelou-se no primeiro semestre de 1990, com o descasamento decorrente da incapacidade inicial do Banco de cumprir as transferências em cruzados novos ao Bacen. Em junho, o BB tinha em seu passivo 11,9% de VOB enquanto apresentava no ativo 9,3% de "recursos do Plano Brasil Novo", uma diferença da ordem de US\$ 1,5 bilhão. Já ao final do ano, entretanto, esses itens referentes ao "confisco" haviam se equilibrado em torno de 7,5% do passivo ²⁰⁶.

Por outro lado, o alongamento compulsório das aplicações em poupança e a conseqüente fuga dos agentes desse tipo de ativo reduziram o volume desses recursos à disposição do Banco. Diante das dificuldades de liquidez e já num cenário de reversão do plano, as aplicações do BB em crédito rural baseadas na poupança caíram em proporção ainda maior, reduzindo-se a menos da metade do saldo de 1989. Dessa forma, o problema representado pela sobreaplicação da poupança acabou por ser amenizado ao longo desse ano, conforme se vê na TABELA 3G.

²⁰⁵ - Como resultado do confisco da liquidez, quase 12% de seu passivo, em 30 de junho, haviam se tornado "valores à ordem do Banco Central, VOB", ao mesmo tempo em que diminuiu em 8,4% líquidos a participação das "obrigações por haveres financeiros", tendo a queda sido generalizada em todos os itens: recursos do over, depósitos a prazo e depósitos da poupança rural (TABELA 1C).

²⁰⁶ - O descasamento do BB - cujos recursos em geral estão concentrados no curto e médio prazo, como é o período de uma safra, por exemplo - foi contornável em um semestre. Já a Caixa Econômica Federal, cujos recursos da poupança são aplicados a longo prazo, encontrou-se em grande dificuldade para cumprir as transferências para o Bacen. Note-se também, no caso do BB, que a velocidade da queda desses recursos, de US\$ 6,7 bilhões para US\$ 4,2 bilhões em apenas um semestre, expõe a velocidade com que os agentes recompuseram sua riqueza financeira, senão um dos motivos centrais para o fracasso do plano, certamente um fator que abreviou sua duração.

Com a queda brusca nos patamares de inflação, em 1990, o BB voltou a ser acionado enquanto agente financeiro sob orientação da Autoridade Monetária, para fazer frente à crise de financiamento dos Estados ²⁰⁷. Os agentes financeiros estaduais passaram a encontrar crescentes dificuldades para colocar no mercado os títulos dos respectivos Tesouros, fazendo subir a remuneração dos papéis a níveis críticos. Para conter a expansão das despesas financeiras dos Estados e preservar a liquidez dos BE's o governo federal, através da GEROF do Banco do Brasil, encaminhou a substituição de títulos estaduais por títulos do Bacen que permitissem àquelas instituições a mobilização de recursos no mercado, passando o BB a carregar os papéis estaduais ²⁰⁸.

Nessa operação, o carregamento dos papéis estaduais, de menor segurança, apresentou para o BB a vantagem financeira correspondente ao diferencial de taxas entre os títulos, assemelhando-se ao ocorrido em 1987. Uma vez superada a crise de confiança na capacidade de pagamento dos Estados suas instituições financeiras puderam voltar à captação no mercado financeiro, permitindo ao banco desfazer-se dos títulos dessa natureza que se encontravam em sua carteira.

2. Plano Collor II.

O Plano Econômico seguinte, editado na esteira do esgotamento do PBN, trouxe novos elementos ao processo de crise do BB. Deflagrado em janeiro de 1991, promoveu um congelamento de

²⁰⁷ - No primeiro semestre, com a redução dos índices de inflação e a queda das receitas com *float* dos recursos não remunerados - e, ademais, as dificuldades de liquidez em cruzeiros e cruzados, o Bacen estava prestando apoio às instituições financeiras estaduais. No segundo semestre, face à elevação dos gastos dos Estados no contexto das eleições, o Bacen retirou o apoio que vinha proporcionando às distribuidoras estatais, encarregadas das rolagens da dívida mobiliária, que passaram para incumbência dos bancos estaduais.

²⁰⁸ - O aumento da participação dos títulos de governos estaduais na carteira do BB, como pode-se ver na TABELA 1D, alcançando 1,5% do ativo, ou US\$ 840 milhões, ao final de 1990.

preços e salários e mais uma tentativa de desindexação formal da economia. Além disso, estabeleceu novos parâmetros institucionais para o funcionamento do mercado financeiro, destacando-se o fim das operações de *overnight* e a criação dos fundos de aplicação financeiras (FAF), como única opção de curto prazo. Para o SNCR e o BB, introduziu-se uma mudança muito importante com a criação da taxa referencial de juros (TR)²⁰⁹, que veio a indexar a maior parte dos contratos inclusive de crédito rural. Da mesma forma, na ponta da captação a TR passou a corrigir as aplicações na caderneta de poupança²¹⁰. Essa mudança contribuiu para a recuperação dos saldos dessas aplicações, o que, no caso do BB, não impediu que se restaurasse um quadro de sobreaplicação dos recursos no crédito rural.

A médio e longo prazos a introdução da TR traria sérios problemas às contas do Banco do Brasil e do Tesouro. Se com a BTN a indexação dos contratos do crédito rural estava razoavelmente pacificada, a utilização de um mecanismo apoiado na remuneração das aplicações a prazo (CDBs das grandes instituições) deu margem a contestações judiciais e pretexto político para que mais tarde novas anistias fossem aprovadas no Congresso Nacional.

Em 1991, especialmente em seu primeiro semestre, a mudança na institucionalidade do sistema e a reaceleração inflacionária

²⁰⁹ - A TR de um determinado mês era calculada tomando-se uma taxa média das captações de CDB pré-fixados de um conjunto de instituições financeiras nos últimos dias do mês anterior, com um redutor de 2% para, em tese, eliminar os juros reais da taxa. Para um detalhamento da política do período, além das obras já citadas, ver OLIVEIRA & BIASOTTO (1992).

²¹⁰ - Uma consequência imediata da substituir dos Bônus do Tesouro (BTN) pela TR também na correção da poupança foi a imposição de algumas perdas aos aplicadores, apropriadas pelos agentes financeiros: no mês da substituição (fevereiro), ao invés de corrigir os saldos das cadernetas pelo BTN do mês anterior (janeiro), utilizou-se uma taxa arbitrada da TR (inferior ao BTN de janeiro) com o propósito de eliminar a inflação residual.

sinalizavam para o BB um novo encarecimento de seu *funding*, ainda que as obrigações relativas a haveres financeiros tenha apresentado uma participação quase estável em seu passivo.

Primeiro, o fim do *over* (proibição das "operações compromissadas" para pessoas físicas e jurídicas não-financeiras) conduziu a uma substituição desses recursos principalmente por depósitos a prazo, mais caros. No segundo semestre, as condições macroeconômicas fizeram com que os depósitos à vista perdessem participação no conjunto daqueles haveres. Com essas mudanças, ao final desse ano o BB já apresentava um perfil de depósitos muito semelhante àquele de 1989 ²¹¹.

Uma das mais importantes alterações patrimoniais do banco, no primeiro semestre de 1991, entretanto, não guarda relação direta com o plano. A direção da empresa, naquele momento, adotou na gestão do crédito uma posição mais dura quanto à cobrança dos inadimplentes; houve uma sensível diminuição das Provisões, das quais as mais volumosas são as que se referem aos devedores duvidosos, representando importante contribuição para o resultado do Banco nesse ano ²¹².

Coerente com a linha liberalizante do governo Collor, ainda que também não guarde relação direta com os planos, em abril de 1991 o Banco do Brasil perdeu a exclusividade do recolhimento dos tributos federais. Perdeu também, nesse mesmo mês, a exclusividade no fechamento de câmbio das estatais - cujo efeito, embora de difícil mensuração, provavelmente contribuiu negativamente para sua

²¹¹ - Os DV ainda eram um item relativamente importante do *funding* do BB, representando até junho desse ano em torno de 3,5% do total; em um semestre caíram para 2,7% desse total. Ver TABELA 1C.

²¹² - As provisões caíram de 6,5% para 3,7% do passivo. A contribuição para o resultado será discutida no item E.1 .

rentabilidade, concorrendo para a diminuição de seu peso relativo no mercado de câmbio-exportação (TABELA 6A).

3. *A ortodoxia liberal e o BB.*

A partir de maio de 1991 iniciou-se nova gestão da política econômica, associada à mudança ocorrida no MEPP, num contexto de maior abertura da economia brasileira, maior austeridade fiscal e política monetária ortodoxa.

No plano externo, onde acumulavam-se dificuldades, a nova equipe optou por priorizar a normalização das relações com os credores internacionais ²¹³, ao mesmo tempo que manteve o processo de liberalização cambial voltado para maior abertura financeira do país; manteve também a estratégia de abertura comercial, agora mais ampla, de acordo com o cronograma de implementação do Mercosul. Nessas novas circunstâncias o BB, que já foi em outra etapa de envidamento externo um dos principais agentes estatais de captação externa ²¹⁴, voltou a atuar ativamente no mercado internacional (o que será visto no item C) ²¹⁵.

²¹³ - O Balanço de Pagamentos do país vinha de dois déficits expressivos, da ordem de US\$ 7 bilhões em 1990 e US\$ 4,7 em 1991, e uma fracassada tentativa de renegociar a dívida externa em circunstâncias conflitivas com o interesse financeiro externo. Ao mesmo tempo, havia o interesse em aproveitar o contexto de liquidez internacional, favorável à captação de recursos voluntários nesses mercados.

²¹⁴ - Fim dos anos 70 e início dos 80; ver a respeito CRUZ (1984). Note-se, entretanto, que a participação das obrigações externas no total do passivo encontram-se (até dezembro de 1993) em patamar abaixo daquele atingido nos anos iniciais da década passada, quando atingiu a 15% depois da maxidesvalorização de 1983.

²¹⁵ - Relacionadas com esse movimento geral, as Obrigações Externas cresceram em 1991 e 92, dobrando o nível do início da década e alcançando mais de US\$ 5,5 bilhões. Com isso lideraram o crescimento do passivo do BB nesse período (ao lado do crescimento do patrimônio líquido associado à redução nas provisões). A esse movimento também correspondeu uma ampliação dos "haveres externos" na estrutura ativa do BB - porém de menor expressão que as obrigações, devido às das operações de repasses com os recursos de origem externa.

No plano doméstico, não menos problemático, as prioridades foram a continuidade da política de austeridade fiscal, centrada na contenção dos gastos, e a adoção de uma política monetária fortemente restritiva. Além disso, o governo pautou-se pelo esforço de convencimento dos agentes econômicos de que não haveria novas rupturas nos contratos e nas regras estabelecidas.

O aperto monetário destinou-se em princípio a absorver o aumento de liquidez decorrente do retorno antecipado dos recursos compulsoriamente recolhidos ao Bacen, para o que também foi criado o instrumento dos Depósitos Especiais Remunerados (DER). Porém, pelo menos no caso do BB, o enxugamento da liquidez através desse instrumento não foi eficaz. Diferente disso, houve um aumento na captação através da caderneta de poupança associado à diminuição dos depósitos à vista (dificilmente seriam recursos recém desbloqueados, pois os DER pagavam mais que a poupança), e principalmente um expressivo aumento dos depósitos a prazo, em função das taxas mais elevadas ²¹⁶.

Ou seja, o BB trocou o *funding* dos VOB e depósitos à vista por um novo *mix* de recursos externos, mais baratos, e recursos captados a prazo, muito mais caros. No resultado final, essas transferências significaram um agravamento no processo de encarecimento do passivo do Banco.

Pelo lado dos ativos, a resposta do BB à política de juros elevados foi ampliar a participação das aplicações

²¹⁶ - No segundo semestre de 91, com a ameaça de maior grau de descontrole inflacionário, o Conselho Monetário Nacional estendeu o recolhimento compulsório sobre os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e as Letras de Câmbio. No BB, a pequena captação em DER, com saldo em torno de US\$ 0,8 bilhão em junho de 92, frente ao recuo em VOB, da ordem de US\$ 3,2 bilhões, até a mesma data, revela a pouca eficácia desse instrumento. O aumento na captação de poupança foi da ordem de US\$ 0,4 bilhão, e o aumento dos depósitos a prazo foi de US\$ 2,2 em junho de 91 para US\$ 3,6 um ano depois.

financeiras, o que na verdade apenas reverteu parte do expressivo recuo observado desde o segundo semestre de 1991²¹⁷. Essa estratégia foi posta em prática ao mesmo tempo que o banco praticamente concluiu a eliminação dos títulos estaduais em sua carteira.

No *front* fiscal, a política econômica procurou recuperar a situação financeira do setor público, através da contenção dos gastos e da elevação de seus preços e tarifas²¹⁸, levando no segundo semestre de 1991 à retração relativa das "obrigações por empréstimos e repasses" no passivo do BB, a partir da diminuição dos recursos originados do Tesouro Nacional - desde logo, um movimento que contribuiu para a elevação do custo médio de seu passivo, embora não tenha necessariamente incidido sobre seus resultados²¹⁹.

Cabe registrar, por fim, que um dos processos marcantes na estrutura de ativos do Banco do Brasil nesse período foi o contínuo crescimento, relativo e absoluto, do saldo das operações de crédito. Retorna-se especificamente à análise do tema no item D, para identificar o que de fato ocorreu com o crédito da instituição, para além dessa primeira evidência

²²⁰

²¹⁷ - O saldo das "aplicações em títulos e valores mobiliários" apresentaram entre o segundo semestre de 1991 e o final de 1992 um aumento da ordem de US\$ 2,5 bilhões, com ênfase para os títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central.

²¹⁸ - Ver OLIVEIRA & BIASOTO Jr. (1992), cap. 5, itens 2 e 3.

²¹⁹ - Raciocinando-se em termos de operações casadas, a queda dos recursos do TN no passivo corresponderia a uma queda de igual volume nos empréstimos favorecidos, no ativo. *Ceteris paribus*, a elevação do custo médio do passivo seria acompanhada de uma elevação do retorno do ativo, mantendo-se o *spread* e não havendo impacto sobre o resultado. Entretanto, cabe considerar que em tese as operações favorecidas apresentam menor risco de inadimplência, além do que uma parte dessas operações não têm risco para o banco.

²²⁰ - Um último movimento mais saliente do ativo do BB, que guarda relação indireta com a política cambial e a capitalização das agências no

4. Passivos do Tesouro acumulados junto ao BB.

No capítulo anterior apontou-se que, logo após o fim da conta-movimento, a Secretaria do Tesouro decidiu aportar antecipadamente ao BB os recursos correspondentes a empréstimos, despesas e serviços prestados pelo banco no interesse do governo. Antes de ser implementada, essa metodologia foi substituída por aportes realizados *pari-passu* com aqueles fatos. Na prática porém os atrasos tornaram-se comuns, caracterizando um artifício de financiamento do Tesouro que passou a concorrer para a fragilização empresarial do Banco do Brasil.

Passando a operar a maior parte do tempo na condição de credor do Tesouro, uma parcela dos recursos que o banco avançava em nome dessa entidade foi coberta em lapsos relativamente reduzidos. Diferente disso, recursos em nome ou benefício do Tesouro e outras entidades federais relativos a procedimentos não regularizados pelos mesmos acumularam ao longo dos anos um elevado passivo, cuja cobertura foi pleiteada sem êxito por sucessivas diretorias da empresa.

O montante e a diversificada composição desse passivo foram objeto de avaliações muito díspares entre as partes, provavelmente dissociadas de um exame criterioso até recentemente. Tome-se como exemplo o valor reivindicado pelo então diretor de Finanças, na CPI do BB em 1991, US\$ 8,3 bilhões, os R\$ 5,2 bilhões pleiteados pelo banco em 1995 e o resultado a que chegaram os entendimentos entre o Tesouro e BB, R\$ 2,3 bilhões ²²¹.

exterior, transpareceu no aumento do permanente, especificamente do investimento, liderando a expansão desse agregado no segundo semestre de 1991. O efeito correspondente nos resultados será visto no item E.1.

²²¹ - Em depoimento no Congresso Nacional em 17.10.95, o presidente do BB Paulo César Ximenes anunciou a ampliação do montante incluído nos GT's para R\$ 2,5 bilhões. Entre os valores não incluídos no GT mas segundo o banco "reconhecidos" acrescenta-se R\$ 1,6 bilhão; não reconhecidos R\$ 0,4 bilhão e em litígio judicial R\$ 0,8 bilhão.

Não obstante incluir apenas operações e serviços enquadrados sob perfeita comprovação documental ou similitude com outros processos remunerados, isto é, apesar de limitar-se a um enfoque jurídico-contábil, o acerto de contas entre o Tesouro e o BB lança luz sobre o caráter da relação financeira Tesouro-BB ao longo das últimas duas décadas ²²². A TABELA 5G sistematiza os valores e datas associados aos fatos a seguir.

Um primeiro sub-conjunto do passivo compõe-se de comissões sobre empréstimos realizados pelo banco como agente financeiro do Tesouro. É o caso entre outras das operações com o Instituto de Açúcar e do Alcool, com o Instituto Brasileiro do Café para administração de estoques do produto, a Rede Ferroviária Federal, as Indústrias Nucleares Brasileiras, e com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sobre recursos oriundos de repasses externos para o projeto Açominas, que não os absorveu.

Outra parcela das dívidas reconhecidas refere-se a empréstimos simplesmente não retornados, concedidos a órgãos federais e autarquias ou sob sua garantia nos quais o BB, como em todos esses casos, agiu sob orientação governamental. Inclui-se aí empréstimo à Cooperativa Fluminense de Produtores de Açúcar, com fiança do IAA, empréstimos ao IBC e a empresas produtoras, sobre os quais o órgão deveria responder, assim como ao FDU, cuja responsabilidade recairia sobre a RFFSA. Os créditos mais volumosos foram concedidos a estaleiros privados, com garantia dada pela SUNAMAN.

Algumas das pendências dizem respeito a equalizações de taxas de juros, ou adicional sobre a remuneração de aplicações a

²²² - Os sete grupos de trabalho constituídos pela Portaria MF 150, de 26 de abril de 1995, examinaram entre maio e setembro os pleitos apresentados pelo BB, num trabalho que envolveu a busca de documentos probatórios em vários países. Seus resultados adquiriram a forma de Notas Técnicas do MinFa, mas ainda (out/95) não se transformaram em decisões finais de governo.

taxas favorecidas. Incluem-se, primeiro, os programas de irrigação do Nordeste e nacional. As equalizações referentes às safras de 1991 e 92 constituem, de longe, a maior parcela devida ao BB no período em destaque, entre 1986-92. Outro ressarcimento reconhecido deveu-se às taxas favorecidas para a construção da Linha Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, em 1991.

O BB ainda honrou fianças e avais de empréstimos cuja viabilização dependeu dessa cobertura, sob exigência dos credores. O principal deles foi da inadimplência da Cooperativa de Produtores de Açúcar de Alagoas, em 1991, junto ao consórcio liderado pelo Midland Bank Plc, de Londres. O ressarcimento de serviços executados pela CACEX, e, depois da transferência de suas funções para a administração direta, da manutenção desse conjunto de serviços relacionados com o comércio exterior sob execução do BB também atingiu elevado montante. Outros valores, ainda, referem-se a patrocínio financeiro do Programa Imposto de Renda, sob convênio que a Secretaria da Receita Federal descumpriu.

Resta mencionar algumas operações especiais. Para sustentar o preço internacional do café o BB fez volumosas compras junto a empresas salvadorenhas, em fins dos anos setenta e início dos oitenta, operação em que importantes detalhes permanecem obscuros; grande parcela dos recursos comprometidos não foram cobertos pelo IBC. Outra operação especial, de montante também elevado - que contraria senão a letra, certamente o espírito da proibição do banco emprestar ao Tesouro - foi a compra à vista de ações da SIDERBRÁS, para capitalizar a holding estatal da siderurgia, vendidas a prazo à União e com carência de cinco anos.

Importa observar que o montante correspondente aos relatórios finais do entendimento, R\$ 2,3 bilhões em 30.06.95, não corresponde a um cálculo financeiro rigoroso sob dois

aspectos. Um primeiro, favorável ao Tesouro: os pleitos de ressarcimentos que referem-se a desembolsos no período de vigência da conta-movimento não produzia impactos financeiros sobre o BB, dada a elasticidade de recursos da empresa até então. Só após a extinção desse mecanismo o banco ficou sujeito ao processo de fragilização. Não obstante, considerou-se que configuram direitos da empresa.

Por outro lado, o acerto não se propôs incluir o custo de oportunidade associado à assunção de determinadas posições do banco na qualidade de empresa de governo, por não enquadrar-se numa ótica jurídico-contábil. Exemplos conspícuos são o rombo da caderneta de poupança ao longo de 1989, da ordem de US\$ 1 bilhão, e o carregamento do portfólio de longo prazo da dívida externa, da ordem de US\$ 5 bilhões. É razoável supor, dada a expressão limitada dos valores relativos ao período pré-1986 frente às perdas financeiras correspondentes ao estoque de recursos que o banco não pode gerir sob estrita ótica empresarial, que o passivo consolidado do Tesouro seria de montante superior aos valores apurados caso fosse adotado um critério mais abrangente.

Assim, do montante do passivo, podemos considerar que em valores atuais corrigidos e acrescidos de juros, segundo critérios diferenciados, R\$ 612 milhões pertencem ao período pré-1986, a maior parte, isto é, R\$ 1,230 bilhão inclui-se no período em estudo, tendo contribuído para fragilizar o banco, e os restantes R\$ 444 milhões, que também representam deterioração da empresa, referem-se aos anos mais recentes. Note-se que, somando o valor das equalizações das safras 1991-92 com o das pendências do Proagro Novo até os anos atuais, chega-se a quase R\$ 800 milhões; isso oferece uma indicação do impacto que a implementação das políticas dirigidas à agropecuária teve na deterioração do principal instrumento voltado para esse objetivo.

Em resumo, numa primeira e parcial análise que é o propósito deste item, os impactos da política econômica sobre o papel do BB nos primeiros anos da década de noventa, assim como a volumosa dívida acumulada pelo Tesouro com o banco até o fim do período sob estudo mostram a evolução de algumas linhas da crise dessa empresa estatal financeira.

Alguns dos efeitos diretos do plano Brasil Novo que incidiram positivamente sobre a estrutura patrimonial do BB não só foram rapidamente revertidos, mas agravados, como a importância dos DV entre as obrigações por haveres e o recuo na sobreaplicação da poupança. Outros, destacando-se a retomada do crédito, mantiveram-se e foram reforçados. Um traço que emerge da evolução patrimonial do BB nesse período é a aparente regularidade de sua composição de passivos e ativos - sugerindo em princípio um padrão mais estável de comportamento, apesar das variações conjunturais.

Entretanto, caberá investigar a evolução dos resultados do banco para verificar se essa aparência revelava-se sustentável, o que é feito no item E.1 deste capítulo, onde será desenvolvida uma análise contábil do BB no triênio 1990-92. Nos itens seguintes, a discussão da política econômica será aprofundada em distintos cortes temáticos, examinando-se com mais detalhes seus efeitos sobre o BB.

B. Política Agrícola Neoliberal e o BB.

Após as mudanças no SNCR, com a extinção dos subsídios, e a política de substituição de fundos para o crédito rural, ao final da década de oitenta o Banco do Brasil permaneceu como principal instrumento das políticas dirigidas ao setor, tanto no suporte de segmentos financeiramente fragilizados como junto àqueles comercialmente exitosos. Por muitos anos a autoridade econômica perseguiu a implantação de um novo

modelo ou padrão de financiamento dessas atividades onde a participação do Tesouro na oferta de recursos fosse substituída por fontes não orçamentárias. Entretanto, em contraste com o que ocorreu no financiamento do comércio exterior, ao final da década essa substituição de fundos não conduziu a um distanciamento do Estado, na medida em que o BB preservou seu amplo predomínio na oferta de crédito, apoiado nos recursos mobilizados através da caderneta de poupança.

Por essa razão, a avaliação da política de crédito rural, no início da década atual, coincide em grande medida com uma avaliação do próprio banco no desempenho dessa função. Ressalte-se, como apontam diversas análises, que um dos maiores problemas para o setor, senão o principal, continuou sendo a "falta de recursos" - seja através da política de crédito, seja ainda para sustentar uma política de comercialização e de preços, através da PGPM ²²³.

No triênio em análise, a política agrícola apresentou vários momentos. Em agosto de 1990, foram editadas as "Diretrizes Econômicas para a Agricultura", em grande medida revertidas pelo "pacote" agrícola de julho de 91, a seguir complementado pelo "pacote" de outubro do mesmo ano. Ao longo desses pacotes, discutiu-se intensamente no Executivo e no Legislativo o conteúdo e aplicação da Lei Agrícola, que terminou na prática sendo postergada. Ademais, a gestão cotidiana da política agrícola envolveu a implementação de outras medidas de grande importância ²²⁴.

²²³ - SILVA (1993:211) afirma que *"Do ponto de vista interno, a consolidação de um novo padrão de crescimento intensivo da agropecuária nacional esbarra na capacidade de financiamento do Estado."* SILVA (1991), por sua vez, também ressalta a centralidade da "crise de crédito" na agricultura brasileira. Quanto à carência de recursos para o crédito rural, embora nem sempre essa condição seja explicitamente analisada, aqui se está referindo especificamente à restrição da oferta sob as condições de taxas e prazos dados pelo SNCR.

²²⁴ - Note-se também que os momentos da política agrícola guardaram correspondência com os momentos do próprio Poder Executivo. Quando o

Enfim, empreender a análise e avaliação há pouco mencionadas implica necessariamente examinar em sua evolução conjuntural a relação entre as políticas para o setor e seu principal instrumento; é o que se faz a seguir.

1. Crise de liquidez e "pacote" agrícola.

Em 1990 a produção agrícola apresentou uma queda de 11% com relação ao ano anterior, associada à redução da área plantada, à queda nos rendimentos físicos num conjunto de culturas importantes e a uma substancial diminuição do consumo de tratores, fertilizantes e sementes selecionadas. Boa parte desse resultado pode ser debitado à política econômica do governo anterior, especialmente à baixa disponibilidade de crédito rural quando iniciou-se o ano-safra 89/90, a menor da década. Também pode ser atribuído ao contexto altamente instável, inibindo a demanda de crédito, e ainda a adversidades naturais ²²⁵.

Entretanto, o Plano Collor agravou esse quadro. A situação financeira dos produtores foi diretamente comprometida, através do confisco de liquidez no momento em que se iniciava a comercialização da safra de verão. De forma indireta, o Plano reduziu a demanda em geral e de produtos agropecuários, levando a uma queda dos preços concomitante a um menor volume de produção.

A política agrícola teve responsabilidade específica quanto aos preços e deterioração das condições financeiras dos

governo Collor esteve forte, a política agrícola concentrou-se no MEFP e esteve totalmente subordinada às medidas macroeconômicas. Com seu desgaste, os focos de formulação de políticas setoriais - agrícola, principalmente - foram parcialmente descentralizados, passando a incluir o MARA e o Congresso.

²²⁵ - Para um detalhamento das condições conjunturais da agropecuária em 1990/92, vide SILVA (1993), e para o ano de 1990 SILVEIRA (1991). Os dados do desempenho da produção setorial foram extraídos dos RELATÓRIOS ANUAIS do BC, vários anos.

produtores. Para evitar maiores dispêndios fiscais com aquisições, alterou-se a política de preços mínimos (PGPM), os quais passaram a ser corrigido apenas na data da aquisição e segundo critérios regionalizados ²²⁶. Além disso - e nesse ponto centrou-se a pressão das lideranças rurais - o governo descolou a correção dos preços mínimos do indexador dos contratos de crédito, distanciando os custos financeiros das condições de realização do produto ²²⁷. Simultaneamente, reduziu também os recursos para o crédito de comercialização; assim, apenas agentes com capacidade de formação e carregamento de estoques nas circunstâncias do confisco tiveram condições de aguardar a recuperação dos preços.

Em função dessas dificuldades geradas para segmentos do setor rural - quanto a dívidas, crédito e preços - o governo acabou adotando quase de imediato a prorrogação de contratos com recursos da poupança, dos quais o BB é o grande agente ²²⁸.

²²⁶ - A diretriz de política agroindustrial que justificava essa decisão, em prejuízo dos produtores do centro-oeste, especialmente, era de que se pretendia induzir o deslocamento das plantas processadoras para mais próximo desses fornecedores. Na realidade, a regionalização dos preços mínimos visou minimizar o gasto do governo com os produtores distanciados dos grandes centros, conforme (SILVEIRA, 1991:116).

²²⁷ - Em abril, a correção dos preços mínimos foi feita pelo BTN de março, de 41,28%. Os depósitos de poupança foram corrigidos pelo IPC do mês anterior, 84,32% (cfe. determinava a Lei 7.730/89, art. 10 e 17, III). Os contratos de crédito lastreados em recursos da caderneta de poupança, obrigatórios ou livres, foram corrigidos pelo mesmo índice de correção daquelas aplicações, ou seja, o IPC de março, 84,32% (cfe. previa a Circular 1130/87, do BC). Segundo estimativa do Banco, o universo de atingidos, que teriam vendido sua produção ao Governo foi bastante restrito, uma vez que os preços de mercado estiveram em geral bem acima dos preços mínimos, para cada produto. A argumentação em defesa dos devedores deslocou-se para o fato de que somente os valores até CZ\$ 50.000,00 foram corrigidas pelos IPC, sendo que o restante passou a ser corrigido pelo BTNF de março, de 41,28%. O governo, através do Bacen, respondeu que os valores acima daquele montante foram indisponibilizados em contas gráficas, junto com os excedentes de outras aplicações, ou seja, deixaram de ser depósitos de poupança; a estes, foi aplicado o índice de 84,32%.

²²⁸ - Inicialmente, adotou-se a prorrogação, por uma safra, de parte dos débitos rurais e agroindustriais contraídos com recursos da poupança rural (parcela equivalente a 51,04% do valor da correção monetária

Coube ainda ao Banco do Brasil adotar substanciais medidas complementares para dar condições ao setor agropecuário de atravessar o momento mais delicado da falta de liquidez ²²⁹.

A definição das "Diretrizes da Política Econômica para a Agricultura" aguardou até agosto. Com a situação financeira dos produtores minimamente equacionada, o problema que assumiu maior dimensão foi o de proporcionar recursos para financiamento da produção agropecuária - evitando, em coerência com a política mais geral do governo, comprometer recursos orçamentários.

Com a vigência de novas condições na economia, alteraram-se os parâmetros de direcionamento de recursos para o crédito rural. O índice das aplicações obrigatórias das instituições financeiras diminuiu, ao mesmo tempo que foi ampliada sua base de incidência ²³⁰. Nessa mudança, as exigibilidades do

incidente no mês de abril), dos quais a grande maioria refere-se ao BB (cfe. Res. 1713, de 23.05.90). Essa correção seria de 11%, a prorrogação não deve ter alcançado mais que 6% da parte dos débitos financiados com os recursos da poupança. E como o saldo das operações com recursos dessa origem era de US\$ 1,718 bilhão (cfe. Mensário Estatístico do BB de dez/90), pode-se estimar que essa medida tenha representado aproximadamente um refinanciamento da ordem de US\$ 103 milhões. Além disso, a partir daí os ruralistas viriam conseguir sucessivas prorrogações, cujas parcelas projetam-se em alguns casos até o ano 2.004.

²²⁹ - Primeiro, o banco prorrogou as dívidas de custeio e investimento, sem encargos adicionais, até 20 de agosto. Além disso, decidiu em 19.07, para uma parcela dos devedores, aceitar que se saldasse as dívidas em cruzados novos e refinar os encargos financeiros por um ano. O banco ofereceu ainda a opção aos mutuários de terem seus saldos atualizados pelo índice de 74,6% (ao amparo da Lei 8088, de 31.10.90), aceita por uma parte dos devedores.

²³⁰ - O índice mínimo diminuído e uniformizado no percentual de 25%, (havia chegado a 100% dos depósitos à vista nos grandes bancos em 1989), passando a abranger, além dos depósitos à vista, todos os recursos das instituições sobre os quais incide o recolhimento compulsório/encaixe obrigatório (Res. 1753 e Circ. 1822 do BC, de 24.09.90, sobre índice e base de cálculo dos recursos compulsórios).

crédito rural estenderam-se até mesmo para os recursos captados pelo instrumento da poupança imobiliária ²³¹.

Foi feita, adicionalmente, uma tentativa de ampliar a participação dos recursos voluntários das instituições financeiras dirigidos ao setor rural. Para isso o governo criou nova modalidade de crédito para financiamento do custeio, com garantia no seguro privado da safra ou por contrato de venda no mercado futuro, que não teve maior resultado ²³².

Apesar de o Banco do Brasil haver sido acionado como instrumento de apoio a setores em dificuldades, e também por isso, a política liberalizante aplicada em 1990 representou uma diminuição em seu papel de agente do crédito rural e de outras funções relacionadas com a sustentação do setor agropecuário. Essa perda de posição relativa pode ser vista através do comportamento do crédito rural e, a seguir, de outras componentes da política liberal.

O conjunto de medidas mencionadas não reverteu a tendência de queda do crédito rural; ao contrário, houve uma redução ainda maior. A TABELA 3A mostra que o volume de crédito rural concedido em 1990 foi 40% menor que em 1989 ²³³. O crédito rural contratado através do BB experimentou uma queda da ordem de 20%; assim, embora não tenha atuado contracíclicamente, contribuiu para deter a queda do

²³¹ - Através da Res. 1745, de 30.08.90, determinou-se que as SCI e os bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário direcionassem para as operações de crédito rural um mínimo de 10% dos recursos captados em depósito de poupança, equivalentes a, pelo menos, 50% das aplicações "livres" previstas para esse instrumento (determinação suspensa pela Res. 2126 do BC, 24.01.92).

²³² - Res. 1737, de 16.08.90, do BC.

²³³ - Ou, para efeito de comparação, apenas 23% do volume alcançado em 1979, ano em que o SNCR atingiu o máximo volume de crédito em toda sua história.

conjunto, liderada pela retração das instituições privadas, reconduzindo sua participação relativa ao nível histórico de dois terços do sistema.

Nesse mesmo ano, a mudança ocorrida na composição dos recursos revela o efeito direto do congelamento dos ativos financeiros. Depois de representar isoladamente mais da metade do *funding* do crédito rural em 1989, a poupança tornou-se em 1990 a terceira fonte em importância, com um quinto do volume total recursos - liderando o expressivo recuo dos recursos ocorrido em todas as fontes. As medidas de direcionamento mencionadas e o crescimento da base dos depósitos à vista, apesar da diminuição dos percentuais exigidos, contribuíram apenas para que os recursos obrigatórios tenham tido a *performance* menos regressiva do conjunto, assumindo o lugar de fonte mais importante.

Essa trajetória do crédito rural, tanto geral como especificamente do BB, já seria suficiente para caracterizar o conteúdo da política agrícola em 1990, prenunciando para o ano seguinte uma safra novamente insatisfatória. Mas também em termos distributivos o crédito rural contratado através do BB agravou as limitações estruturais da agropecuária. Quanto à sua finalidade, ressalte-se que o crédito para investimento apresentou taxa histórica de participação mais baixa até então, em torno de 4% do total, além de um ligeiro recuo dos recursos para custeio e uma leve recuperação dos recursos para comercialização ²³⁴.

Por fim, convém chamar atenção para uma alteração distributiva apenas aparente, em 1990: a desconcentração do

²³⁴ - Estes dados são diferentes daqueles apresentados nos Relatórios Anuais do BC, que tratam dos saldos (estoques) de crédito - onde, portanto, a maior participação do crédito para investimento representa o efeito acumulado de contratos efetivados em anos anteriores. Aqui, trata-se de fluxos anuais, pelo acumulado dos valores mensais correntes, publicados nos MENSÁRIOS ESTATÍSTICOS do BB.

crédito rural do BB em termos de porte do produtor. Ocorre que houve uma nova alteração no enquadramento do produtor para efeito de acesso ao crédito rural, dobrando em valores reais os patamares correspondente a cada faixa. Dada a restrição de recursos, o acesso diferenciado e a diminuição em torno de 10% do número de contratos agrícolas, é provável que na realidade se tenha restringido ainda mais a parcela dos recursos dirigida aos micro e pequenos produtores, se adotada a classificação anterior ²³⁵.

A política de liberalização para o campo teve ainda outras componentes. Foi extinto o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, ficando até hoje pendente de solução a conclusão dessa medida ²³⁶. Em decorrência, embora sem a absorção do conjunto das prerrogativas do BNCC, o BB procurou ocupar o espaço dessa modalidade de crédito, através da constituição de uma gerência específica. O volume do crédito às cooperativas, por sua vez, também caiu expressivamente na década de 90.

Nessa mesma diretriz, extinguiu-se o monopólio da comercialização do trigo, exercido pelo governo federal através da Superintendência Nacional de Abastecimento, SUNAB, e pelo Banco do Brasil, e uma das principais fontes transferências de renda ao setor privado, em grande medida apropriada pelas empresas moageiras ²³⁷.

²³⁵ - O novo enquadramento foi definido pela Res. 1737/90, do BC. Ver TABELA 3C.

²³⁶ - As cooperativas de crédito eram obrigadas a manter suas reservas voluntárias no BNCC, que estava isento do compulsório e do imposto de renda. A incorporação das prerrogativas, patrimônio e funcionalismo do BNCC pelo BB consta da Lei 8029/90, art. 6o. Esse artigo, entretanto, foi vetado pelo Pres. Collor; e depois de um trâmite contraditório o veto não foi apreciado pelo Congresso.

²³⁷ - O monopólio foi extinto pela Lei 8.096, de 21.11.90. Pelo Decreto 56.425/65, a Superintendência Nacional de Abastecimento, SUNAB, incumbia-se das normas de comercialização do trigo, particularmente no que se referia às cotas de moagem às empresas, uma vez definido o preço pelo

Porém, o Banco do Brasil continuou no início desta década mantendo um papel central no processo, uma vez que nenhuma alternativa a essa estrutura de política setorial foi construída. Na prática o Estado não se ausentou da regulação do complexo agroindustrial do trigo. Mesmo com a eliminação formal do monopólio, o governo, através do BB, continuou efetivando aquisições tanto no mercados interno, uma vez que o trigo inclui-se na PGPM, quanto externo, mantendo estoques reguladores do produto e suprindo as unidades moageiras ²³⁸.

Sobre a política agrícola da etapa inicial do governo Collor, que, além de minimizar o emprego dos instrumentos tradicionais de sustentação da renda agrícola, envolveu ainda o desmantelamento dos centros de pesquisa e extensão rural, duas considerações devem ser acrescentadas, como aponta SILVA (1993). Primeiro, ela adequou-se enquanto elemento retórico a uma situação fiscal extremamente deteriorada; teria residido aí a principal causa de sua adoção. Segundo, alguns indicadores apontam que suas consequências foram regressivas em termos de volume de produção, modernização agrícolas e no aspecto distributivo.

CMN. Pelo Dec.Lei 210/67, cabia ao governo federal a exclusividade das operações de trigo no país. O papel do Banco do Brasil era exercido através do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional, CTRIN. *"As atribuições do CTRIN, como órgão executor da política do trigo, abrangem todas as operações, desde a aquisição do trigo nacional e da descarga do importado nos portos, até a entrega do cereal nas dependências das unidades moageiras, arcando com a responsabilidade de conservação e do abastecimento aos moinhos, além de propiciar condições de estocagem do grão e de sementes, visando o completo atendimento ao consumo"*, cfe. OCEPAR (1990:37). Conforme essa mesma fonte (p. 50), o Banco do Brasil recebia, por tonelada de trigo importado, uma comissão de 1% sobre o valor CIF/ Brasil e, adicionalmente, a CTRIN recebia 1% do preço em nível de produtor; e por tonelada de trigo nacional a CTRIN recebia, a título de "operação" 1% do preço em nível de produtor. Conforme o banco, (Relatório Anual de 1989, p. 16), *"Realizados com eficiência, esses serviços têm custo pouco expressivo para o Governo. Representam apenas 1,8% dos dispêndios globais da Conta Trigo durante o ano."*

²³⁸ - Ver a respeito MENDES (1994), capítulos 2, 3 e 4.

2. Reversão da política neoliberal.

A reversão da política para o setor agropecuário em 1991 - reincorporando a necessidade de apoio financeiro e sustentação de renda do setor - resgatou em parte a relevância do BB enquanto instrumento de política econômica. Essa reorientação ocorreu num contexto em que a produção agropecuária recuperou-se apenas timidamente e verificaram-se quedas de produtividade em várias culturas ²³⁹, sendo que novamente o principal vetor desses resultados foi a pequena disponibilidade de crédito no ano anterior. A isso, somaram-se ainda problemas climáticos de certa importância.

Diante dos resultados no ano anterior e das safras já colhidas até meados de 1991, dos impactos negativos que os produtos agrícolas produziram sobre o nível geral de preços e após a mudança na equipe econômica ²⁴⁰, a rendição da política anterior materializou-se em dois "pacotes" agrícolas, em julho e outubro, reassumindo a defesa das condições de preço e crédito aos produtores através de instrumentos ao alcance do governo. Os preços mínimos voltaram a ser unificados e ter correção mensal atrelada ao indexador do crédito de custeio, estabelecendo um novo nexos entre a PGPM e a política de crédito. Quanto às condições do crédito, rebaixou-se o teto para as taxas de juros nos financiamentos rurais no âmbito do SNCR ²⁴¹; ademais, incluiu-se a adoção do critério da

²³⁹ - O produto real da agropecuária cresceu 2,1%, sendo 1,8% do setor agrícola e 2,5% da pecuária. A produção física, todavia, revela a manutenção de uma baixa performance do setor. A produção agrícola recuperou apenas 1,8%, frente a uma queda de 10,2% ocorrida no ano anterior, quando comparado com 1989. A produção de grãos, em particular, manteve-se em 54 milhões de toneladas, quando em 89 havia atingido 70 milhões (Relatório Anual do BC, 1991).

²⁴⁰ - Com o MARA reassumindo poder de formular diretrizes das políticas para o setor, em detrimento da centralização no MEFP.

²⁴¹ - Eram de 18% para os grandes produtores, e passaram para 12,5%.

equivalência-produto para empréstimos aos pequenos produtores que cultivassem produtos da cesta básica ²⁴².

A crescente interligação entre a política de preços e a de crédito, quanto a custos e prazos, manifestou-se ainda em outras decisões. A liquidação dos financiamentos de custeio para produtos alimentares básicos dos pequenos produtores pode ser feita através de crédito de comercialização ou compra do governo - outro mecanismo que impedia o descolamento do índice crédito frente ao preço mínimo do produto ²⁴³.

Ademais, como se antecipou no item anterior, a direção do BB decidiu realizar um ajuste de sua posição patrimonial, abordando o elevado nível de inadimplência junto ao banco; através dessa iniciativa, um conjunto de operações foi refinanciado pela instituição ²⁴⁴. Nesse ano, realizou-se ainda uma gama de refinanciamentos dentro de linhas definidas pelo governo ²⁴⁵.

O problema principal para a agricultura, não obstante, continuou sendo a restrição de recursos. Ao longo do ano

²⁴² - O dispositivo, previsto na Lei Agrícola no. 8171, de 17.01.91, consta do Dec. 235, de 23.10.91. Dispositivos complementares da Lei Agrícola são as Leis 8174, 8177, MPV 293 e 294. Para um detalhamento do debate envolvendo a Lei Agrícola, seu conteúdo e seu virtual abandono, vide OLIVEIRA (1993).

²⁴³ - Cfe. Dec. 235, de 23.10.91. Além disso, para todos os produtores, o financiamento para custeio e comercialização dos produtos amparados pela PGPM puderam ser formalizados num único instrumento de crédito - o prolongamento do crédito sujeita-se à apresentação de comprovante da estocagem, pelo produtor (Res. 1876, de 10.10.91).

²⁴⁴ - Sem precisar o montante envolvido, o presidente do BB falou em 49.000 operações de refinanciamento, e o diretor de finanças mencionou 150.000 operações, em seu depoimento na CPI do BB. Discute-se o impacto desse processo sobre o BB no item E.1.

²⁴⁵ - Entre elas, as medidas de amparo aos micro e pequenos produtores rurais do sul, prejudicados pela estiagem, cfe. as Res. 1814 e 1823, 09.04 e 08.05 respectivamente.

foram adotadas várias medidas para ampliar e redirecionar fundos para o crédito rural, diversificando seu *funding*, porém com resultados pouco expressivos. Alteraram-se as exigibilidades em favor das aplicações destinadas aos pequenos e médios produtores, e à comercialização do trigo, cuja produção continuava em queda ²⁴⁶. Os bancos que operam com Poupança Rural foram autorizados a dirigir recursos captados via FAF para o investimento rural ²⁴⁷.

Adicionalmente, ampliou-se o percentual das exigibilidades sobre os DER para financiamento de custeio agrícola ²⁴⁸.

Duas medidas ilustram a reversão de política e o esforço do governo para arregimentar recursos, através da diversificação das fontes de crédito: o aumento percentual da poupança imobiliária direcionada para o crédito rural ²⁴⁹ e, além

²⁴⁶ - Através da Res. BC 2057, de 09.10.91, os percentuais das exigibilidades (25% dos recursos sujeitos a compulsórios) dirigidos aos pequenos produtores seriam 40% em outubro e 60% em novembro; entretanto, metade desses recursos seriam acessáveis para custeio de alimentos básicos por "médios" produtores, ou para comercialização de trigo. Isso resulta como faixa a rigor exclusiva dos pequenos apenas 30% das exigibilidades.

²⁴⁷ - Essas instituições foram autorizadas a preencher 50% da parcela de seus FAF direcionados para Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDE) de sua própria emissão, para recuperar o investimento agrícola (Circ. 1903 do BC, de 26.02.91).

²⁴⁸ - A exigibilidade sobre os DER subiram de 20% para 30% , cfe. Circ. 2058, de 09.10.91. Mais tarde foi suspensa essa obrigatoriedade de direcionamento, incluindo a comercialização entre as atividades passíveis de receber recursos dessa fonte.

²⁴⁹ - Excetuando a CEF, esse direcionamento aumentou de 10% para 20%, para financiamento rural - equivalentes a pelo menos 50% dos recursos de livre aplicação desse instrumento, cfe. Circ. 2077, de 07.11.91. Avalia-se que o fato das SCI e os bancos múltiplos com carteira imobiliária estarem sobre-aplicados em crédito imobiliário, nessa conjuntura, impediu que essa alternativa tivesse maior expressão. Em 1990 e 1991 foram desembolsados para essa finalidade US\$ 55 milhões e US\$ 306 milhões, respectivamente (conversão pela taxa média mensal do dólar), representando neste último ano 12,7% dos recursos da poupança e 5,1% do total de desembolsos à agricultura (Relatório de Crédito Rural e Agroindustrial do BC, dez/1992).

disso, a permissão para o BB utilizar depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) junto às instituições financeiras federais ²⁵⁰.

Por fim, com o retorno dos empréstimos externos voluntários, foi normatizada a alternativa de repasse de recursos externos para financiamento do custeio e comercialização de produtos destinados à exportação, com resultados praticamente nulos

²⁵¹.

Todo esse conjunto de medidas não conseguiu elevar a disponibilidade global de crédito rural. Note-se, porém, que o comportamento do BB e do conjunto do sistema foi bastante diferenciado. Sob a orientação fiscal restritiva do governo que tinha em perspectiva os recursos orçamentários envolvidos, foi mantida pelo banco a sistemática de aguardar o retorno das operações anteriores para efetivar novas liberações. Ainda assim, o crédito rural contratado através do BB apresentou um desempenho contracíclico ²⁵².

Esse comportamento, e a decorrente elevação da participação relativa do BB para 69% do sistema, relacionaram-se diretamente com o crescimento da caderneta poupança rural entre as fontes de recursos, que avançou de um quinto para um terço do total entre 1990 e 1991. Ao mesmo tempo, todos os demais itens do *funding* do crédito rural mantiveram sua trajetória declinante, o que mostra a limitação das medidas que visaram direcionar recursos compulsórios à agropecuária.

²⁵⁰ - Através da Lei 8352, de 28.12.91. Embora um pouco tardia para a safra 91/92, essa fonte viria a crescer, mais tarde.

²⁵¹ - Res. 1872, de 25.09, e da Circ. 2067, de 24.10.91. Dados do Relatório de Crédito Rural e Agroindustrial do BC, dez/92.

²⁵² - O crédito rural via BB cresceu quase 8% em 1991, enquanto os demais agentes tiveram um recuo de 6%, resultando uma elevação de 3,2% no volume global de crédito para o setor (TABELA 3A).

Portanto, a rendição da política anterior - assumidamente neo-liberal, seja no sentido de reduzir o papel das políticas de crédito e de preços, como no de tentar promover a privatização de fundos e instituições responsáveis pelo processo econômico na agropecuária brasileira - revelou sua incapacidade para constituir um novo modelo de financiamento. Por outro lado, esbarrou nos mesmos limites que o discurso neo-liberal encobria, isto é, a crise fiscal e a seletividade do crédito praticada pelas instituições financeiras privadas.

Significou também, em certa medida, um retorno à situação pré-90, em condições ainda mais deterioradas, em que o próprio governo avançou no desfiguramento de instrumentos especializados, como foi o caso da poupança imobiliária, e no desfiguramento de fundos sociais, como o FAT, apropriando-se de seus recursos como se fossem recursos fiscais.

3. Crédito rural em ano de crise política.

Em 1992 a produção do setor agropecuário manteve a recuperação esboçada no ano anterior. Os fatores que contribuíram para esse resultado foram, no âmbito das políticas agrícolas do ano anterior, o maior volume e a tempestividade do crédito, a reunificação dos preços mínimos e sua indexação à TR, e as condições climáticas em geral favoráveis ²⁵³.

O quadro político do país nesse ano foi bastante atípico, fazendo com que o avanço do processo de *impeachment* do Presidente da República se constituísse em forte

²⁵³ - A produção rural acusou um crescimento da ordem de 6,4% na lavoura e 5,3% na pecuária, significou em conjunto um aumento de 6,0%, devido aos sensíveis ganhos de produtividade das principais culturas, e não da área plantada. A safra de grãos cresceu 21%, atingindo 66 milhões de toneladas, somente menor do que a de 1989. Ressalte-se que 75% desse total referiu-se apenas ao milho e soja (ver Relatório Anual do BC, 1992).

condicionante das políticas de governo. Nessas circunstâncias, ao buscar no Congresso Nacional o apoio a um conjunto de reformas (conhecido como Emenda), o governo acabou devolvendo ao setor rural vários instrumentos de proteção que havia pretendido abandonar em favor de uma política liberal - desde logo, a ampliação do apoio financeiro através do Estado, particularmente dirigido ao custeio.

Em 1992 o fluxo de crédito rural também experimentou um novo impulso, acelerando a leve retomada do ano anterior ao apresentar um crescimento de 11%; como em ocasiões anteriores, essa expansão envolveu um conjunto de refinanciamentos e prorrogações ²⁵⁴. Note-se que, coerente com seu papel de instrumento de política econômica, aquele aumento esteve concentrado no Banco do Brasil. Enquanto o crédito fornecido pelo restante do sistema manteve-se praticamente ao nível de 1991, o crédito contratado através do BB ampliou-se 15%. Com isso, sua participação chegou 72% do total de recursos, o que, como no ano anterior, relacionou-se pelo lado do *funding* com o incremento da caderneta de poupança.

Essa fonte alcançou quase metade dos recursos mobilizados, apresentando a estrutura de recursos do crédito rural um perfil semelhante ao de 1989. Em termos absolutos, os recursos do Tesouro permaneceram quase no mesmo patamar, ao longo do início da década de 90. Por outro lado, os recursos obrigatórios diminuíram sensivelmente em volume e

²⁵⁴ - A partir de meados do ano, foram implementadas as seguintes resoluções do BC: 1937, de 30.06.92, estabelecendo encargos para operações de crédito rural e agroindustrial contratadas com recursos orçamentários; 1939, de 08.07.92, de apoio a produtores do Sul prejudicados por adversidades climáticas; 1950, de 07.08.92, idem, para produtores de MS e SP; 1972, de 16.10.92, idem, para o PI; 1941, de 14.07.92, prorrogando créditos para o setor cafeicultor; 1958, de 13.08.92, prorrogando operações de EGF da safra 91/92; 1959, de 13.08.92, ampliando essas facilidades para os produtores de milho do NE.

participação, no período, evidenciando a perda de eficácia da política de direcionamento de crédito ²⁵⁵.

O crédito agrícola contratado através do Banco do Brasil manteve no início da década atual, quanto a sua finalidade, uma das características tendenciais dos anos 80: o pronunciado recuo relativo e absoluto dos recursos dirigidos ao financiamento do investimento. Entretanto, essa modalidade de crédito retornou a um patamar relativamente mais elevado em 1992 ²⁵⁶.

Nesse aspecto, a consolidação de uma nova subdivisão de papéis entre as instituições financeiras de fomento materializou mais um elemento que contribuiu para encurtar o raio de alcance do Banco do Brasil. Isto porque a substituição dos recursos para o financiamento agropecuário, no que diz respeito ao investimento, não seguiu o mesmo processo que o do custeio e o da comercialização. Foram os repasses de recursos de outra instituição, o BNDES, mais precisamente o Finame-Rural, que tornaram-se responsáveis por aquela recuperação, ao crescerem expressivamente na década de 90 ²⁵⁷.

²⁵⁵ - Em 1992, a participação da caderneta de poupança atingiu 45%, os recursos do Tesouro 23% e os recursos obrigatórios caíram para 18%. cfe. Em 1989 esses percentuais haviam sido 51,6%, 24,0% e 14,5%, respectivamente (cfe. TABELA 3C).

²⁵⁶ - No triênio 1986/88 a tendência de queda do crédito para investimento do BB foi temporariamente sustada, mantendo-se ao redor de 12,5% do total, para em seguida recuar expressivamente. Em 1990/91, essa participação manteve-se no rebaixado patamar dos 5%. Entretanto, em 1992, a elevação dessa modalidade de crédito atingiu 10%, contribuiu para a recuperação do crédito rural do BB (TABELA 3C).

²⁵⁷ - Esses repasses atingiram isoladamente 1,9% do total dos empréstimos do Banco, pela Classificação Orçamentária dos Empréstimos (TABELA 2C). A TABELA 1C permite calcular que o saldo dos repasses do FINAME passou de aproximadamente US\$ 60 milhões, ao final de 1989 para em torno de US\$ 600 milhões, ao final de 1992 (ou 1,1% do passivo). Por outro lado, em termos de desembolsos, o Finame-rural (para todo o sistema) representou em 1991 US\$ 164 milhões, e US\$ 340 milhões no ano seguinte, ou perto de 5% do fluxo de crédito rural (cfe. Relatório Cred.Rur.e Agroind. do BC,

Por outro lado, ao longo do período 1989/91 os saldos do crédito para custeio ampliaram sua participação para além dos 80% do crédito rural total do BB, ao mesmo tempo em que o crédito comercial foi submetido a uma tendência de declínio absoluto e relativo, embora em 1992 pareça dar um salto notável ²⁵⁸.

Diante disso, o ano de 1992 teria trazido, aparentemente, uma sensível mudança no padrão distributivo do crédito agrícola do BB, com o recuo do crédito de custeio e avanço das modalidades de crédito para investimento e comercialização, aproximando-o do perfil distributivo das instituições privadas ²⁵⁹. Tal mudança, no entanto, corresponde apenas parcialmente à realidade. O principal motivo dessa alteração - além da efetiva recuperação do crédito ao financiamento - relacionou-se à nova forma de contratação do crédito, que pode ser feito através do chamado custeio unificado ²⁶⁰.

Finalmente, sobre o crédito às cooperativas, cabe realçar que, frustrada a tentativa do BB de incorporar o antigo BNCC e suas prerrogativas, a diretoria do banco adotou a estratégia de constituir uma gerência de negócios específica

dez/92). O que indica que quase todos os recursos do Finame rural foram canalizados através do BB. Em 1992, segundo o RA BB desse ano, o BB repassou 65% dos recursos totais do Finame.

²⁵⁸ - De acordo com sua finalidade, o crédito de custeio do recuou para 61% do total, cedendo espaço para a participação do crédito para investimento, que tornou a elevar-se acima dos 10%, e principalmente, para o crédito para comercialização, que atingiu inéditos 29%, cfe. TABELA 3C.

²⁵⁹ - Cuja lógica geral, de máxima rentabilidade e liquidez e mínimo risco, conduz à concentração do financiamento voluntário na etapa de comercialização agrícola e na atividade pecuária.

²⁶⁰ - Trata-se da formalização dos financiamentos agrícolas de custeio e comercialização, para produtos incluídos na PGPM, através do mesmo instrumento de crédito. Além de diminuir os trâmites para o crédito de comercialização, apresenta o efeito de, no mínimo, protelar a manifestação de inadimplência no custeio (regulamentado pela. Res. 1876, 10.10.91, e 1915, de 12.03.92, do BC).

e implementar um relacionamento comercial privilegiado com as grandes entidades do sistema, cujo encaminhamento conduziu, já fora do período em estudo, à tentativa também frustrada de constituir outra instituição - o banco cooperativo - onde o BB teria participação minoritária.

O volume de crédito rural destinado pelo banco a esse segmento no mínimo acompanhou o movimento de queda geral dos recursos; eventualmente as cooperativas podem mesmo ter perdido participação no conjunto, embora essa constatação não pareça consistente ²⁶¹.

Enfim, a situação observada no final dos anos oitenta não se alterou substancialmente, ou melhor agravou-se. No primeiro triênio desta década a política econômica não conseguiu colocar de pé um novo modelo de financiamento à atividade agropecuária, e, por isso mesmo, não alcançou superar a crise do setor, cujo pendência fundamental continuou representada pela política de crédito rural. A compulsoriedade sobre as instituições financeiras como última trincheira de sustentação dos recursos, em 1990, demonstra os limites à substituição do papel do Estado, uma vez que a lógica do sistema financeiro privado orienta sua estratégia para aplicações alternativas.

Embora o BB tenha mantido sua posição central no sistema, seu raio de manobra como instrumento de política econômica foi atingido por essa própria política em alguns aspectos de

²⁶¹ - Quanto aos recursos, a fonte utilizada para da TABELA 3C, os MENSÁRIOS ESTATÍSTICOS do BB, baseados num sistema interno chamado ESCAI, indica que na década de 90 o BB não canalizou para esse segmento recursos comparáveis aos da década anterior. Há indicações de que isso não corresponda à realidade. No Relatório Anual do BB (1991:16) registra-se que o BB teria alocado nesse segmento créditos que corresponderiam nesse ano a 12,4% dos recursos dirigidos ao setor rural; em 1991, essa participação teria sido de 9,7%. Provavelmente o Sistema ESCAI teria distribuído o crédito às cooperativas entre as outras opções de porte, o que ainda provocaria o efeito de magnificar a participação dos grandes produtores no conjunto.

relevo, como o fim do monopólio da comercialização do trigo; em compensação, acabou obtendo outras vantagens ao ocupar na prática o espaço de organismo central do sistema cooperativo. O estreitamento de seu alcance também se revela no suprimento de crédito para investimento rural, não só pelas taxas mas pelo avanço do BNDES, tornando-se o BB um repassador desses recursos.

Consolidada a retração das fontes orçamentárias e substituídas ainda que de forma instável por recursos do mercado financeiro, é possível agora responder à questão posta no capítulo anterior: essa substituição não implicou nenhuma redistribuição substancial entre os agentes do sistema na oferta do crédito. Ao contrário, a forma como se deu essa substituição - a poupança rural predominando como a principal fonte dos novos recursos, combinando seu desempenho com sua exclusividade pelos bancos federais - garantiram a centralidade do BB, isto é, do Estado na operação do SNCR ao longo dos anos iniciais da década atual.

C. Abertura financeira, e deterioração no exterior.

1. Fim da Cacex e liderança na captação externa.

Na década de 80, a crise fiscal e financeira do setor público conduziu à extinção dos subsídios creditícios e das exclusividades do sistema CACEX/BB no financiamento do comércio exterior, representando para essa instituição um razoável esvaziamento da importância central que detinha na execução dessas políticas. Adicionalmente, ao final da década o relativo êxito da política de substituição de fundos orçamentários para essa finalidade refletiu-se na perda de participação do BB no mercado cambial diante das demais instituições.

Nos anos iniciais da atual década, a inserção do BB no financiamento do comércio exterior viria passar por novas e profundas mudanças. Em primeiro lugar, os complexos exportadores diretamente atendidos pelo crédito do BB continuaram perdendo participação na pauta comercial do país

262

Razão de maior alcance, todavia, foi o fato de que essas mudanças ocorreram num contexto em que a política econômica brasileira reforçou a implementação de diretrizes voltadas para reduzir o papel regulador do Estado, particularmente quanto às relações comerciais com o exterior, reformulando substancialmente seu aparato normativo.

O novo governo iniciou em 1990 um processo de abertura comercial, implantado através de um pronunciado rebaixamento tarifário para as importações, de caráter unilateral, e da remoção dos demais instrumentos de controle ²⁶³. A seguir, a partir de 1991 priorizou a normalização das relações financeiras externas, transformando o Brasil em praça de sobre-valorização para o excesso de liquidez das economias desenvolvidas, o que esteve associado com a retomada das negociações com os credores da dívida externa brasileira. Essa trajetória será analisada a seguir.

A extinção do Conselho de Comércio Exterior (CONCEX), desde os anos sessenta o órgão máximo do comércio exterior no país, e de sua secretaria executiva, a Diretoria de Comércio Exterior (DICEX) do BB, que cumpria as funções da antiga CACEX, assim como a substituição do FINEX por outro programa, fizeram parte das reformas institucionais empreendidas pelo

²⁶² - Os complexos do setor primário e agroindustrial representaram 44,2% da pauta de exportação em 1985, 34,8% em 1989 e 31,1 em 1992 (PINHEIRO, 1993:5).

²⁶³ - Ver a respeito PRESSER (1993), OLIVEIRA (1991:167-194) e OLIVEIRA & BIASOTTO Jr. (1992:179-205).

novo governo. O BB perdeu o papel de principal órgão executor das políticas de financiamento do comércio exterior; as funções que ainda detinha de normatização, controle e contabilização foram inicialmente transferidas para o âmbito do Ministério da Fazenda, onde foi criado o Departamento de Comércio Exterior, DECEX, e mais tarde para o Ministério da Indústria e Comércio. As demais funções operacionais da antiga CACEX ficaram cometidas à Diretoria Internacional do BB ²⁶⁴ . . .

A transferência de funções para a administração direta foi concomitante à desativação de grande parte dos mecanismos e instrumentos de monitoramento e controle do comércio exterior. Note-se que o DECEX somente pode funcionar com a cessão de completa infra-estrutura e dos serviços de três centenas de funcionários do BB, oriundos da CACEX. Do ponto de vista administrativo, essa mudança representou custos não ressarcidos de algumas dezenas de milhões de dólares. Mais importante que isso, a mudança significou um novo esvaziamento do poder institucional que o Banco do Brasil ainda preservava na condução da política de comércio exterior.

²⁶⁴ - Para registrar a trajetória institucional, note-se que, em observação aos Dec. 97460/89 e 97508/89, que tratavam da reforma administrativa federal, o BB havia reduzido em 1989 seu primeiro escalão para cinco diretorias, uma das quais, a DICEX, incorporou a antiga CACEX. No período em exame, criou-se o DECEX (através da Lei 8.028, de 12.04.90), órgão vinculado ao MEFF, que absorveu as funções da antiga CACEX (Dec. 99.180, de 15.03.90 e 99.244, de 14.05.90). A cessão da estrutura física e funcional para esse departamento obedeceu ao Aviso MF 937. A transferência do comércio exterior para a área do MICT, transformando o DECEX numa secretaria desse ministério (SECEX), ocorreu de acordo com a Lei 8.490, de 19.11.92.

A trajetória do BB na operacionalização das políticas para o comércio exterior, por sua vez, pode ser acompanhada pela sua participação na gestão e repasses de fundos fiscais para esse fim, que também seguiram em declínio. O FINEX, cujos recursos já definhavam ao final da década de 80, deu lugar ao PROEX²⁶⁵. Esse novo programa enfrentou dificuldade em obter adesão do sistema bancário privado, relacionada com a existência de equalizações a pagar ainda pendentes do programa antigo. Como agravante, a aplicação desses recursos já reduzidos foi extremamente concentrada quanto à modalidade e beneficiários

²⁶⁶

Outra importante mudança na área de comércio exterior foi a perda, pelo BB, da exclusividade de emissão de guias de importação e exportação, tornando esse segmento do mercado financeiro cada vez mais aberto à concorrência, embora até 1992 pelo menos o fim desse monopólio especificamente tenha tido um efeito apenas simbólico no mercado cambial. Essa exclusividade esteve historicamente associada a recursos que o BB recebia por conta da gestão do sistema; a partir de 1988 a suspensão desses recebimentos acrescentou aos passivos que

²⁶⁵ - A queda dos recursos do FINEX pode ser vista na TABELA 6A. As instruções básicas que passaram a regulamentar o financiamento do Comércio Exterior foram a Lei 8.187, de 01.06.91, Resoluções 1844 (recursos do Tesouro Nacional) e 1845 (recursos captados no exterior), de 31.07.91, e 1905, de 18.02.92, do CMN, Portaria 133, de 18.02.92, do MEFP, e Circular DIRIN/PROEX no.1, de 08.11.91.

²⁶⁶ - Veio à luz, durante a CPI que investigou a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que um único grupo do setor de serviços de engenharia e construção civil beneficiou-se de mais da metade dos recursos. Quanto ao montante de operações contratadas via Proex, a restrição provavelmente não se encontrava do lado da demanda. A DIRIN informou, em junho de 1992, que na previsão orçamentária desse ano existiam US\$ 494 milhões para aplicação com recursos do Tesouro (embora US\$ 258 milhões já estivessem comprometidos) e US\$ 133 milhões com recursos captados no exterior. Frente a essa disponibilidade projetada de crédito, existiriam em carteira, para estudos, propostas montantes a mais de US\$ 3 bilhões (cfe. texto apresentado no Seminário "Caminhos para o Banco do Brasil, DIRIN, jun/1992, mimeo)

o Tesouro Nacional acumulava junto à instituição o valor de R\$ 141 milhões ²⁶⁷.

Esse conjunto de mudanças institucionais contribuiu para que a participação do BB no mercado mantivesse sua rota de encolhimento, atingindo um *share* de 15% nas compras e nas vendas de câmbio comercial, em 1992 ²⁶⁸. Destaque-se que essa diminuição de importância do BB no financiamento do comércio exterior brasileiro deu-se num contexto onde a economia brasileira continuou gerando expressivos *superavits* na balança comercial, entre US\$ 11 bilhões e US\$ 21 bilhões anuais, nesta década.

Nesse sentido - considerando que o sistema CACEX/BB havia sido até a década passada o principal instrumento de política econômica orientado para esse fim - o desmantelamento dos instrumentos de controle das importações e a redução da

²⁶⁷ - Ver TABELA 5G. Até 1988 o BB cobrava uma taxa correspondente a um percentual (menos de meio por cento) das guias de importação, para financiar fundos de exportação e cobertura dos serviços; a partir daí a nova sistemática de transferência ao TN e ressarcimento parcial ao BB não foi cumprida pelo primeiro. Na visão oficial, "*O Banco perdeu a exclusividade para a prestação de serviços de comércio exterior. Em novembro, 12 agências de bancos privados começaram a emitir, em fase experimental, guias de importação... O Banco do Brasil ... sente-se à vontade com essa salutar abertura à concorrência, que propiciará redução nos elevados custos dos serviços, agora divididos com a iniciativa privada*" (Relatório Anual do BB, 1992:26). Observe-se primeiro que o tempo para implantação desse programa - assim como do Siscomex, mais tarde - foi muito maior do que se supunha; segundo, a perda de posição do BB nesse segmento antecede essas medidas, indicando que o resultado da "salutar" concorrência não teve relação com o fim do monopólio de emissão de guias, mas com a retirada de recursos oficiais e mudanças no sistema financeiro pós-1988.

²⁶⁸ - Nas vendas de câmbio (para importação), depois de representar mais de 40% do mercado em 1986, caiu sistematicamente até atingir 15%, em 1992, em decorrência do próprio recuo do BB em volume absoluto. Nas compras/exportação, o recuo ficou visível logo ao início da década: depois de sustentar uma participação em torno de 25% a 30% do volume global do país nos anos finais da década passada, recuou para uma faixa pouco acima dos 15% na década atual. Aqui, foi principalmente o avanço das demais instituições que determinou esse declínio relativo. Vide TABELA 6A.

capacidade do Estado amparar crediticiamente a atividade exportadora contribuíram para colocar em xeque uma das componentes centrais da "missão institucional" do Banco do Brasil, estreitando suas possibilidades enquanto instrumento de política econômica.

Por outro lado, a reinserção da economia brasileira nos circuitos financeiros internacionais a partir de 1991 teve no Banco do Brasil um de seus mais ativos agentes. Desse momento em diante a política econômica pautou-se por uma estratégia de liberalização cambial, financeira e comercial ainda mais ampla, objetivando normalizar as relações financeiras com os credores externos e inclusive beneficiar-se do contexto favorável à captação de recursos voluntários no mercado financeiro internacional ²⁶⁹.

Alguns movimentos são detectáveis na estrutura patrimonial da rede de filiais do banco, de certa forma preparatórias dessa revisão nas relações externas. Houve em 1991-92 um processo de intensa capitalização das filiais externas, e, menos acentuado, um aumento das provisões, ao mesmo tempo em que se reduziram os ativos e os depósitos ²⁷⁰.

²⁶⁹ - Sobre a política cambial e a abertura financeira para o exterior, especificamente, ver FUNDAP (1993a), capítulos 3 e 5.

²⁷⁰ - A capitalização foi determinada pela Res. 1754, de 05.10.90, do BC, e no caso do BB resultou num aumento do patrimônio externo de US\$ 3,2 bilhões em 1991 para US\$ 5,1 no ano seguinte (constituindo a base empírica da afirmação de que "o PL do Banco encontra-se/foi remetido ao exterior", que aparece em entrevistas com dirigentes da instituição). As provisões aumentaram de US\$ 1,9 para US\$ 2,1 bilhões. Essa medida foi preparatória da extinção dos projetos III e IV dos Planos de Financiamento externos (linhas comerciais de curto prazo e interbancárias), e sua substituição por linhas voluntárias e captação livre pelos bancos brasileiros no exterior, operada em 1992. Teriam obedecido, ainda, à crescentes exigências das autoridades monetárias nos EUA quanto a instituições estrangeiras, particularmente brasileiras.

O retorno do Brasil ao mercado internacional de crédito foi iniciado por uma empresa estatal, a PETROBRÁS, em 1991. O BB acompanhou e consolidou essa tendência lançando seu *eurobond*, principal mecanismo de acesso a recursos externos de longo prazo, e, em maior volume, títulos semelhantes de outras empresas ²⁷¹. Depois de haver sido em outra etapa de envidamento externo o principal agente de captação no exterior, o banco voltou a atuar ativamente mobilizando recursos destinados a repasses para empresas no Brasil, ao amparo da Res. 63 do Bacen.

O BB acompanhou as tendências de diversificação dos instrumentos nos mercados financeiros maduros, ao atuar também na colocação de certificado de depósitos, *comercial papers*, *export notes* de empresas exportadoras de primeira linha nos mercados maduros, e *ADR's* de empresas brasileiras nos EUA.

Segundo a imprensa especializada, um traço que nesse momento de abertura financeira diferenciou o perfil do BB dos outros bancos brasileiros - coerente tanto com seu caráter estatal quanto com sua disposição concorrencial - foi o fato de sempre disputar posição de destaque nos sindicatos de crédito que participou, procurando ainda forçar taxas favoráveis do ponto de vista do tomador doméstico, sujeitando-se com isso à caracterização de comportamento "hostil" nesses mercados.

A retomada das negociações da dívida do país com os credores externos, por sua vez, iniciou-se com a flexibilização da centralização cambial, ao final de 1990. No ano seguinte foi

²⁷¹ - "Em 1992, em conjunto com o *Credit Suisse First Boston*, o BB emitiu *eurobônus* no total de US\$ 200 milhões... O BB participou ainda de emissões de *eurobônus* promovidas por empresas brasileiras, contribuindo para a captação de cerca de US\$ 1,4 bilhão... Da mesma forma, participou do lançamento de títulos de outros países latino-americanos, tornando-se o principal banco do continente no mercado de capitais e o 19o. do mundo", como o Relatório Anual do BB (1992:27) expõe a performance do banco na captação externa.

feito um primeiro acordo com o cartel dos credores privados, de 1991 para 1992 foi estabelecido um acordo com o FMI, seguido de acordo com o Clube de Paris, além de contratos bilaterais ²⁷².

Finalmente, no segundo semestre de 1992 fechou-se o acordo vigente entre o governo brasileiro e o citado cartel, nas bases do Plano Brady, o que significou a securitização tanto da dívida em ser quanto dos valores em atraso. Em novembro, foram entregues ao BB aproximadamente US\$ 700 milhões na forma de IDU (Interest Due Unpaid), retroativos a 01.01.91, aproximadamente 10% do total emitido pelo governo brasileiro ²⁷³. A securitização dos contratos prevê ainda um menu com sete alternativas; enquanto os bancos privados estrangeiros e nacionais puderam optar segundo estratégia empresarial própria, é conhecido o fato de que o Banco do Brasil foi orientado por interesse de governo a posicionar-se de forma a fortalecer juridicamente a posição negocial do devedor, isto é, o próprio governo brasileiro ²⁷⁴. Impõe-se observar,

²⁷² - O roteiro desse reatamento pode ser acompanhado a seguir: a Res. 1781, de 26.12.90, autorizou o pagamento do principal e juros vencíveis a partir de 01.01.91 da dívida do setor privado e de 30% da do setor público. Em 04.91 houve um acordo com o cartel sobre atrasados acumulados até o final de 1990; o Senado aprova em 19.06.91 e paga-se no segundo semestre 25% do total, aproximadamente US\$ 2 bilhões. Em novembro de 1991 estabelecem-se as bases de acordo *stand by* com o FMI, de US\$ bilhões em 20 meses, sendo que o Fundo desembolsa a primeira parcela, de US\$ 182 milhões, e suspende as demais. Em fevereiro de 1992 o governo conclui o acordo com o Clube de Paris, reescalando US\$ 12,8 bilhões, em prazo de 14 anos com 3 de carência. Em julho de 1992 conclue-se o "acordo em princípio" com o cartel, para créditos de médio e longo prazo; a aprovação do Senado eleva o percentual liberado para para pagamento de juros do setor público. Fonte: Relatório Anual do BC, vários anos.

²⁷³ - Esses títulos têm prazo de dez anos, com três de carência - o que significa registro contábil em carteira, mas não recebimentos efetivos até 1995 -, e taxas na base de Libor mais 13/16 - o que indica um elevado custo de oportunidade, tendo em vista a possibilidade de internalizar os recursos e beneficiar-se das taxas domésticas. As fontes são documentos de análise do próprio BB.

²⁷⁴ - O segundo maior credor, sob determinado critério, alimenta um contencioso em Nova York contra o acordo, uma vez que as alternativas reconheceram em parte a desvalorização no mercado de alguns papéis

entretanto, que um exame detido do acordo brasileiro e o período a que diz respeito excedam o recorte desta dissertação.

Por último, a estratégia de internacionalização da empresa - frente à formação dos blocos econômicos, especificamente da União Européia, e às novas condições dos mercados financeiros - sugeriu um forte contraste com a aparente estabilidade da rede externa do banco, na década de 90. Essa diferenciação estrutural materializou-se através do projeto BB-Europe, que previa a constituição de uma instituição financeira plena no interior das barreiras financeiras erguidas na região, e da BB-Securities, na city londrina, que vieram a ser efetivados mais tarde, fora do período em estudo ²⁷⁵.

2. A fragilização do BB na área internacional.

Vista a trajetória do BB no financiamento do comércio exterior e sua atuação internacional no início da década de noventa, é oportuno quantificar o grau de deterioração patrimonial da empresa associado ao cumprimento desse papel. Embora não tenha sido possível detalhar a evolução desse processo a cada exercício desde a reversão das condições internacionais em 1982, o acúmulo de impactos ao longo dos anos oitenta e início dos noventa torna-se visível na posição da área internacional em meados de 1991, exposta no relatório da inspeção realizada pelo Tribunal de Contas da União no início de 1992 (TABELA 6E).

anteriores. Segundo a legislação local, reserva-se a prerrogativa do questionamento apenas ao maior credor, posição ocupada pelo BB.

²⁷⁵ - Por exigência do art. 37 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, inciso XX, a criação do BB-Europe foi aprovada em Lei, de no. 8.413, e sancionada pelo Executivo em 22.04.92. Segundo entrevista com técnicos da DIRIN, a vantagem de constituir o BB-Europe com sede em Bruxelas, além da importância institucional dessa cidade, devia-se ao fato da legislação bancária ser rigorosa na Bélgica, facilitando mais tarde a operação em outros países da UE. Entrevistas apontam também supostas vantagens fiscais, não confirmadas.

A carteira de operações diretamente ligadas à herança do endividamento externo e das diretrizes de relações internacionais do país constitui o "portfólio de longo prazo", onde a maioria dos contratos (segundo o TCU, a totalidade) refere-se a operações sob a Lei 4131/62. São créditos tomados diretamente junto a agências do banco no exterior por agentes domésticos públicos ou privados, ou ainda por entidades estrangeiras.

Do montante de US\$ 8,2 bilhões desse portfólio em 1991, cerca da metade representava dívidas vencidas a prazos inclusive superiores a cinco anos, das quais o setor público brasileiro responsabilizava-se por US\$ 3,8 bilhões (os três níveis e respectivas administrações indiretas). 80% dessas dívidas concentrava-se na agência de Grand Cayman, onde as instituições financeiras transnacionais centralizam grande parte de suas operações. Ressalte-se que esses e outros ativos externos do banco fundeavam-se em captação de curto prazo, ou seja, depósitos interbancários incluídos na renegociação da dívida e voluntários (TABELA 6D).

O predomínio de critérios públicos na formação desse vultoso foi captado na pertinente observação do relator da auditoria: *"Os empréstimos mal-sucedidos, muitas vezes se guiaram mais pelo afã de abrir novos mercados externos de bens e serviços brasileiros atendendo a interesse político, do que por critérios técnicos de resguardo de capitais."* (TCU, 1992; 5).

De fato, entre as vinte e cinco operações que integravam praticamente 100% daquele saldo, apenas o conhecido crédito à construtora Mendes Júnior referia-se a uma empresa privada nacional - cuja atuação no Iraque foi sustentada no bojo de uma ação governamental orientada para os mercados do Oriente Médio. Excetuando-se os créditos junto ao Bacen e ao governo brasileiro (41% do total), o maior devedor de longe era a Polônia (19,7% do governo e 9,1% do Bank Handlowii W.W.); em seguida apareciam outros países, como o Perú (total de 1,6%),

Moçambique (1,1%) e Congo (0,5%). O restante referia-se ao setor público brasileiro em várias instâncias.

A deterioração não se resumia à carteira de longo prazo. As operações de curto prazo junto às agências do exterior também apresentavam problemas, embora de menor monta, com créditos da ordem de US\$ 194 milhões vencidos e não pagos em 04.07.91. Quanto às aplicações da área doméstica de curto e médio prazos com recursos externos, predominantemente adiantamentos de contratos de câmbio, de um total de US\$ 1,6 bilhão em 30.06.91 US\$ 658 milhões constituíam dívida vencida em sua maioria de responsabilidade privada. O saldo das operações de financiamento das exportações com recursos do Tesouro (FINEX) atingia US\$ 4,3 bilhões, estando vencida a parcela de US\$ 1,2 bilhão. Por fim, as operações de câmbio em situação anormal era de US\$ 752 milhões; as operações totais do BB com comércio exterior aproximavam-se de US\$ 8,9 bilhões (TABELA 6E).

Em resumo, no contexto da abertura comercial da economia brasileira e concomitante desativação de grande parte do aparato normativo e de controle do comércio exterior, assim como de acentuação da restrição de recursos orçamentários para seu financiamento, a face pública do Banco do Brasil associada ao comércio exterior regrediu ainda mais, concluindo uma trajetória iniciada ao final dos anos setenta. Do ponto de vista institucional, o BB perdeu o papel de executor dessa política para a SECEX, do MICT. Do ponto de vista do financiamento do comércio exterior, em que pese o expressivo desempenho da balança comercial, o BB perdeu a liderança do mercado cambial, ao fim do período em exame.

Por outro lado, com a abertura financeira e a reinserção do país nos fluxos de capital internacionais, o BB relançou-se como uma das mais ativas instituições captadoras, adequando a política de substituição de fundos orçamentários por recursos externos, para seu papel de instrumento de crédito no mercado

doméstico, com a necessidade de baratear seu *funding*. Quanto à normalização das relações com os credores e a retomada de pagamentos externos pelo país, pode-se afirmar que foi economicamente favorável ao BB diante da situação anterior; entretanto, ele continua subordinado a interesses de governo que o impedem de exercer uma racionalidade de mercado própria de grande empresa. Dificilmente a normalização seria capaz de reverter a deterioração patrimonial do BB na área internacional, que espelhava não só o impacto da dívida externa pública e privada como o custo da política externa terceiro mundista em suas várias frentes.

D. Regressão do crédito do BB nos anos 90.

O comportamento do crédito do Banco do Brasil, ao final dos anos oitenta, havia retomado a tendência de queda desenhada no início da década. Este item completa o quadro iniciado com a análise do papel de instrumento de política agrícola e financiamento do comércio exterior, focalizando a trajetória subsequente daquele agregado no início da década atual. O exame inclui também a relação do crédito do BB com a retomada de recursos externos, a evolução do caráter público ou comercial da instituição a partir de seu *funding*, e alguns aspectos distributivos.

Conforme foi visto, os *fluxos* anuais de créditos concedidos pelo BB, depois de atingirem o ponto mínimo em 1984, recuperaram-se até atingir um volume máximo em 1987; a partir de então, experimentaram uma queda quase constante que não foi revertida até 1992. O Quadro 1, aqui reproduzido, ilustra esse movimento:

QUADRO 1

BANCO DO BRASIL - CRÉDITO CONCEDIDO. FLUXO ANUAL. 1984=100								
1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
100	162	263	315	233	141	146	136	112

FONTE: TABELA 2F.

Ressalte-se que a trajetória de declínio do volume de créditos concedidos contrasta fortemente com a trajetória ascendente descrita pelos *saldos* ao final de cada ano, salientada no item A deste capítulo. Enquanto os saldos subiram 40% de final de 89 ao final de 92 ²⁷⁶, os *fluxos* anuais, embora tenham subido ligeiramente em 1990, apresentaram uma queda de 20,5% no período. Cabe verificar que hipótese compatibiliza essas duas constatações e o que ela sugere.

A elevação dos saldos somente seria compatível com um fluxo declinante de créditos concedidos supondo um fluxo líquido positivo a cada ano, isto é, que os retornos não superassem os desembolsos, em volume, ficando em aberto a questão de porque os retornos também caem da mesma forma ²⁷⁷. Para explicá-la, deve-se supor que estivesse ocorrendo uma acentuada ampliação da parcela renegociada do estoque de crédito anterior, contabilizando-se como recursos retornados apenas as parcelas eventualmente regularizadas e estendendo-se os prazos das parcelas restantes. Ou seja, tratava-se de um período em que ocorria o alongamento dos prazos para

²⁷⁶ -Pelo exame dos *saldos*, houve um expressivo crescimento real das "operações de crédito e arrendamento mercantil" do BB, nos anos iniciais desta década. Os dados de balanço revelam um acréscimo da ordem de 40% entre o final de 1989 e o final de 1992 (ou 52,5%, se ao invés dos Balanços, recorremos às séries do BC) (TABELAS 1D e 2B).

²⁷⁷ - Os fluxos de créditos concedidos ou desembolsos, convém lembrar, não coincidem com os fluxos líquidos do período - para tanto, seria necessário levar em conta os recursos retornados ao Banco, sobre os quais não se dispõe de evidências.

expressivo volume de operações, ao mesmo tempo que diminuía os retornos efetivos.

De fato, os anos de 1990, 91 e 92 correspondem ao período no qual o governo e o BB adotaram uma política compensatória para a crise de liquidez do setor rural, muitas medidas relativas a prorrogações de prazos foram implementadas e o banco realizou um forte ajuste de posição em suas operações de crédito, desinflando operações em curso anormal cujos montantes haviam se ampliado em decorrência da aplicação de juros punitivos, conforme exposto no item B deste capítulo.

Após permanecer em volumes relativamente próximos no triênio 1989/91, a queda do crédito concedido pelo BB foi particularmente acentuada em 1992, ano em que tanto a aceleração quanto a desaceleração desse agregado foram liderados pelo crédito rural. Em contraste, focalizando-se os saldos, houve nesse ano uma sensível elevação concentrada no primeiro semestre, enquanto de outro lado as obrigações externas do BB também mostraram um súbito crescimento ²⁷⁸.

É provável que, nesse semestre, a discrepância entre a tendência já declinante do fluxo de crédito rural e global do BB e a elevação do estoque tenha sido, num sentido, exacerbada pela crise política que levou ao *impeachment* do presidente da República, ampliando o processo de renegociações pelo banco, e em outro sentido tenha se combinado com a intensificação das tomadas de crédito no exterior.

O fato de que o crescimento do volume de captação externa do BB não tenha se refletido na expansão dos fluxos de crédito da empresa merece atenção. As evidências sugerem que no

²⁷⁸ - O aumento dos saldos das operações de crédito foi de 22,1%, sendo que 13,3% apenas no primeiro semestre, ou US\$ 2,0 bilhões (TABELA 2C). O saldo das obrigações externas elevou-se 51,4% nesse mesmo semestre (ou US\$ 1,9 bilhão), caindo um pouco em seguida, cfe. TABELA 1C.

início da década já era emergente uma crise do crédito na instituição, de caráter mais amplo do que o expresso na retração dos fluxos anuais, e cujo pleno afloramento esteve bloqueado por uma conjuntura favorável à captação de recursos no mercado financeiro internacional.

Sob outro aspecto, a avaliação das fontes de recursos também permite uma constatação relevante sobre o comportamento do BB. Reproduz-se em seguida o Quadro 2 ²⁷⁹, onde A são os empréstimos com recursos de conta própria e da poupança, e B os demais (exclusive as chamadas operações especiais).

QUADRO 2

<u>BANCO DO BRASIL</u>							
Distribuição dos Empréstimos por Fonte dos Recursos							
Saldos em fim de período - Participação Porcentual.							
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
A -	25,6	17,6	18,8	15,5	28,4	20,6	21,9
B -	35,8	33,5	29,9	21,8	13,1	18,7	22,0
(A/B)	71,5	52,5	62,9	71,1	216,0	110,2	99,5

FONTE: TABELA 2C.

Observa-se que, tomados em conjunto, os anos iniciais da década atual revelam a acentuação do "caráter comercial" do Banco, ou, mais propriamente, do movimento de substituição de fundos operados pela empresa para cobrir suas operações ativas. A razão A/B, um indicador parcial desse processo, elevou-se substancialmente do triênio 1987/89 para o triênio 1990/92 ²⁸⁰, quando as operações de conta própria passaram a

²⁷⁹ - Uma quantificação da participação dos recursos próprios no conjunto das operações ativas também, diferente da aqui apresentada, pode ser encontrada nos Relatórios Anuais do BB; porém, sem esclarecimentos metodológicos.

²⁸⁰ - Utilizando-se o mesmo critério do capítulo anterior, de excluir da análise uma parte dos "créditos especiais" para efeito da comparação entre empréstimos amparados em recursos mobilizados no mercado e os demais recursos, de origem predominantemente orçamentária, a razão A/B saiu de uma média (não ponderada) de 0,628 no último triênio dos 80 para 1,43 no primeiro triênio dos 90.

constituir a maioria absoluta dos recursos da instituição (excluídas, novamente, as operações especiais).

Ressalve-se que no interior do último triênio, especificamente, a tendência é de diminuição relativa das operações de conta própria. De qualquer modo, em favor da observação mais geral cabe ressaltar que, entre os empréstimos propriamente ditos, a participação das operações com recursos do Tesouro segue caindo; ademais, ao final do período em exame uma parcela das operações especiais foi realizada com recursos de conta própria ²⁸¹.

Quanto à distribuição do crédito por capital do tomador e distribuição setorial, houve a partir do primeiro semestre de 90 uma progressiva retomada do setor privado como principal demandante de crédito do BB ²⁸². Esse avanço deu-se fundamentalmente em favor do crédito rural, mas somente em 1992 a prioridade a essa alternativa de direcionamento de crédito tornou-se clara, permitindo ao BB ostentar novamente o perfil predominante nas décadas anteriores ²⁸³.

²⁸¹ - As operações com recursos do Tesouro representaram 3,5% das aplicações totais do BB, em 1992, depois de terem atingido 10,3% em 1987 e 6,0% em 1990 (se excluirmos as operações especiais, esses percentuais dobram ou mesmo triplicam, dependendo do ano). As operações especiais com recursos de conta própria (que portanto poderiam ser remanejados de B para A) corresponderam a 2,2% das aplicações totais, cfe. TABELA 2C. No interior desses 2,2%, quase 40% corresponderam a "aquisição de ações de empresas privatizáveis", revelando que o BB contribuiu para o programa de desestatização com recursos próprios. Note-se, finalmente, que se não forem excluídas as operações especiais, cujo peso é crescente, o conjunto das operações de conta própria ou da poupança perdeu participação relativa no último triênio.

²⁸² - Pelos saldos das operações, o setor privado alcançou em 1992 um índice de participação equivalente ao que detinha no primeiro semestre de 1988, de quase 70% do total (TABELA 2B).

²⁸³ - A TABELA 2D mostra que a participação do crédito rural cresceu de 30,5% para 58,8% no fluxo de crédito ao setor privado através da instituição.

Entretanto, o alcance dessa recuperação precisa ser relativizado, uma vez que resultou principalmente do recuo das outras modalidades, em particular o crédito industrial. Em reforço dessa observação, note-se que do ponto de vista dos fluxos de recursos financeiros disponíveis à agropecuária através do BB, o crédito concedido ao longo de 1992 após dois anos de crescimento apenas equivale àquele do final da década anterior (TABELA 3A).

Por sua vez, o crédito dirigido ao setor privado industrial também apresentou crescimento em seus saldos, embora menos expressiva do que a do crédito rural; na realidade, em termos de fluxos essa modalidade apresentou uma queda proporcionalmente maior que o crédito global do banco, puxada pelo crédito ao investimento ²⁸⁴. O crédito industrial do BB manteve-se ainda orientado aos setores articulados com o setor rural, como já foi observado no capítulo anterior.

Em resumo, a continuidade da crise de crédito do BB nos primeiros anos da década atual manifestou-se através de sua trajetória regressiva, revelando uma retração ainda maior nos volumes contratados, apesar da retomada do acesso a recursos externos. Comparada com o final dos anos oitenta, houve nesse declínio uma acentuação do caráter comercial da instituição, baseado na proporção crescente dos recursos mobilizados no mercado, embora não seja um processo consolidado. Por fim, a partir da análise da distribuição setorial do crédito, pode-se afirmar que em 1992 o BB retomou efetivamente sua "vocaçào rural", entendida como o predomínio do crédito rural nos saldos e fluxos de crédito do BB.

²⁸⁴ - O valor de seu saldos aumentou quase 30% (a partir da TABELA 2B). A TABELA 4A mostra que o crédito ao investimento reduziu de 44,4% a 6,4% sua participação no volume de crédito industrial do BB, de 1991 a 1992.

E. Crise e respostas, nos anos 90.

A análise da crise do Banco do Brasil em sua dimensão empresarial de instituição bancária, isto é, sua fragilização econômico-financeira, no triênio 1990/92, assim como as respostas pontuais ensaiadas pela direção da empresa nessa trajetória, constituem a primeira parte deste item. A parte seguinte retoma o exame do processo de diversificação e conglomeração do banco, visto como resposta estratégica mais ampla a sua crise enquanto instrumento de políticas públicas e grande empresa, simultaneamente. O objetivo é verificar se a crise posta na década anterior foi revertida ou agravada, nessa segunda dimensão.

1. Fragilização patrimonial e resultados precários.

A rentabilidade do Banco do Brasil nos primeiros anos da década atual situou-se muito abaixo dos patamares da década passada, além de apoiar-se em bases mais precárias.

Até 1985, como se viu no primeiro capítulo, não havia possibilidade do BB fragilizar-se patrimonial ou financeiramente. O volume e o reduzido custo dos recursos criados a partir do nivelamento automático de suas reservas no Bacen constituíram a base de sua rentabilidade. Ao se viabilizarem transferências de recursos orientadas pelas políticas públicas, sua rentabilidade surgia como uma espécie de subproduto dos arranjos institucionais necessários ao cumprimento daquela dimensão dominante. Para explicar a particularidade de tais arranjos, apontou-se como hipótese plausível o objetivo governamental de impulsionar o mercado de capitais através de empresas estatais da importância do BB.

No período 1986/89 - após o primeiro ano sem a contagem, quando a inflação baixa permitiu contornar essa ausência - o banco atravessou um biênio de bons resultados, apoiados na expansão do crédito e no desempenho dessas

receitas à frente do encarecimento de seu passivo. Em 1989, essa relação inverteu-se, quando as despesas de captação continuaram a crescer concomitantemente a um recuo nas receitas de operações de crédito, razão imediata para um desempenho muito fraco. Notem-se dois pontos, quanto a esse período. Primeiro, uma estrutura de resultados cada vez mais concentrada na relação entre as receitas do crédito e as despesas de captação. Segundo, o Resultado Operacional, onde inclui-se a atividade financeira básica da empresa, manteve-se como o agregado contábil em que praticamente se resumiam os resultados do banco ²⁸⁵ .

Quanto ao triênio 1990/92, se é evidente que os resultados do BB foram historicamente baixos, a exposição de seu caráter precário exige melhor análise. Isso permitirá caracterizar uma segunda etapa da crise do Banco do Brasil, de certo modo visível já em 1989.

Em 1990, os movimentos gerais e setoriais da política econômica - confisco da liquidez, inflação baixa e desvalorização do câmbio, por um lado, e a ausência de recursos acompanhada de medidas compensatórias, como os refinanciamentos, de outro - projetaram efeitos diferenciados ou mesmo contraditórios na estrutura de resultados do banco, fazendo com que pela primeira vez a instituição dependesse

²⁸⁵ - No triênio 1987/89, os resultados operacionais foram praticamente os únicos responsáveis pelo resultado final da empresa, enquanto os não operacionais foram negativos ou de pouca expressão. As receitas operacionais estão discriminadas na TABELA 5B. As receitas não-operacionais, que não aparecem desagregadas nos demonstrativos publicados, dividem-se em "lucros em transações com valores e bens" (alienação de investimentos, de participações societárias, de valores e bens), e "outras receitas não operacionais": ganhos de capital, aluguéis, reversão de provisões não operacionais (para desvaloriz. de outros vals. e bens, perdas em invest. por incent. fiscais, perdas em tít. patrim., perdas em ações e cotas, e em outros investimentos) e outras rendas não operacionais. Por sua vez, as despesas não-operacionais são o oposto das correspondentes receitas. (COSIF, 93).

dos resultados não operacionais para evitar o encerramento do ano em prejuízo.

Como as instituições financeiras operaram em regime de inflação relativamente baixa e crescente, exceto nos meses iniciais do ano ²⁸⁶, se poderia supor que o BB seria um dos bancos menos atingidos pelo novo ambiente, uma vez que já era menos eficiente em explorar as receitas com a inflação ²⁸⁷; essa duvidosa vantagem, de qualquer forma, não o livrou do impacto de menores ganhos líquidos com os recursos monetários.

Além disso, o BB apresentava uma concentração maior de seu ativo em operações de crédito, cuja expansão e importância nos resultados seriam em tese favorecidas pela relativa estabilidade. De fato, nesse ano as receitas de operações de crédito ainda se mantiveram como item responsável por dois terços da sustentação do resultado operacional do banco.

²⁸⁶ - Relativamente baixa apenas se comparada ao patamar do início do ano, uma vez que de abril a dezembro o IGP-DI acumulou uma variação de 195%. A rigor, uma análise dos resultados do BB em 1990 poderia discriminar o primeiro trimestre (quando o IGP-DI acumulou 435%): até 15.03.90 o lucro do BB foi de NCz\$ 13,1 bilhões, de 16.03 a 30.06.95 foi de NCz\$ 1,9 bilhão, e no segundo semestre de NCz\$ 33,3 bilhões (ou seja, o lucro até a edição do plano representou 90% do resultado do semestre, e 60% do resultado do ano), cfe. Balanço Anual do BB (1990). Entretanto, como o banco não publicou uma demonstração completa para aquele primeiro período, não é possível fazer a desejável desagregação.

²⁸⁷ - Obtém-se uma aproximação indicativa da maior eficiência dos bancos privados em gerar receitas do float de recursos não remunerados comparando a razão entre os ganhos associados aos depósitos à vista o saldo dos DV em final de período, nos dois casos. Para o BB, essa razão foi de 0,94 e 0,61 em 1989 e 1990; no Itaú foi de 2,0 e 0,76, respectivamente, sugerindo ainda que esse diferencial pode se relacionar positivamente com o nível de inflação (considere-se que a comparação com o Itaú não é a mais desfavorável ao BB, pois aquele banco não tem um caráter varejista tão pronunciado quanto o Bradesco. Como este apresenta os DV agregados com a poupança, entre os itens responsáveis pelos ganhos com inflação, não oferece base rigorosamente comparável com o BB, porém, mesmo com hipóteses conservadoras, aquela diferença de produtividade seria ainda maior que no caso do Itaú). Fonte: Balanços Anuais dos bancos.

Note-se que contribuiu para isso um montante apreciável de refinanciamentos, que permitiram a apropriação de receitas de natureza contábil.

Cabe ressaltar porém que, com a crise financeira desse ano fazendo a anormalidade extravasar o conjunto dos contratos contemplados com refinanciamentos, a expansão da inadimplência conduziu ao aumento das correspondentes despesas com provisões, que atingiram 10% dos itens negativos para o RO ²⁸⁸ .

Pelo ângulo das despesas, o BB revelou-se em comparação aos bancos privados uma instituição com maior dificuldade de ajuste dos itens administrativos, seja por não ter acompanhado a evolução técnica das empresas líderes do oligopólio financeiro, seja por serem menos flexíveis devido a fatores extra-econômicos ²⁸⁹ . Em 1990, o peso desse item na

²⁸⁸ - Quanto à inadimplência, que envolveu majoritariamente arroteiros do sul e sojicultores do centro-oeste, atingiu níveis elevadíssimos, como indica a Mensagem do Presidente (Relatório Anual do BB, 1990): "*Desde março, está entre nossas prioridades a redução dos índices de inadimplência nas operações de crédito, que à época oscilavam em torno de 40%. Com a adoção de diversas medidas para reverter esse quadro, o percentual de anormalidade sobre o total das operações reduziu-se para 27%.*"

Sobre as operações de crédito em atraso, o balanço do BB esclarece: "*O valor contempla as operações vencidas há mais de 60 dias e ainda não inscritas em crédito em liquidação. As operações da espécie passaram a ser identificadas contabilmente no exercício de 1990, não sendo assim, permitida a comparabilidade com o período anterior...*". Note-se que o conceito exclui operações de curso anormal com atraso menor que 60 dias, e mencionam-se "operações", não "parcelas". Ao final do exercício, encontravam-se em atraso 34,1% das operações dirigidas ao setor público, e 17,9% das dirigidas ao setor privado, sendo que os financiamentos rurais e agroindustriais respondiam por 65,5% dos atrasos neste setor (Nota 7 do Balanço Anual do BB, 1990). Essa circunstância, além de reiterar sua liberdade de atuação bancária condicionada à política econômica, evidencia pontualmente o caráter distinto da crise de uma instituição bancária da natureza do BB, dada a crença dos agentes econômicos no apoio à instituição por parte do Tesouro ou do Bacen.

²⁸⁹ - Ambas as razões aqui postas a título de hipótese, supondo-se ainda o predomínio da segunda. Na década de setenta o BB esteve na vanguarda tecnológica do setor; isso mudou após a Lei de Informática, e na década

estrutura de despesas do banco aproximou-se da importância relativa das despesas de captação, revertendo parcialmente o ocorrido na década anterior; situação diferente ocorreu com as instituições financeiras privadas, conforme mostram as TABELAS 5B e 5E.

Mesmo no contexto de inflação em patamar bem menor do que se encontrava até março, as principais despesas continuaram sendo as de captação, embora seu peso negativo para o RO tenha recuado para um pouco abaixo dos 50%. Assim, o resultado financeiro básico foi apenas minimamente suficiente para equilibrar o efeito negativo do conjunto de outras receitas e despesas; como consequência, o resultado operacional foi muito pouco expressivo nesse exercício ²⁹⁰ .

de 80 o banco tornou-se cliente, entre outros, de sistemas e equipamentos da Itautec. Quanto aos fatores extraeconômicos, um exercício pode ajudar sua identificação. Tomando a rede de dependências como um indicador dos custos administrativos, observa-se uma diferenciação regional na evolução desses custos (a partir da TABELA 9): as regiões NO, NE, SE, SUL e CO representariam respectivamente 4,7%, 27,3%, 36,3%, 23,2% e 8,5% do total, em 1990. Comparando-se com a distribuição regional do crédito rural do Banco (TABELA 2D), tomado como proxy do nível de rentabilidade regional, observa-se uma sensível diferença: 0,9%, 6,4%, 28,6%, 45,1% e 19,0%. Essa diferença nas duas distribuições, e a não concentração das atividades do banco nas regiões sul e sudeste, já indica a incidência de critérios de gestão distintos dos privados na determinação do nível daquelas despesas, que concorrem para torná-las mais rígidas; ou seja, a racionalidade microeconômica não prevalece. Recorde-se ainda que os custos administrativos envolvem os custos de pessoal, em sentido amplo (folha de pagamento, encargos, benefícios, e outras despesas). Estes, especificamente, não se comportaram como uma variável interna ao longo do período, mas resultante de fatores vários - a política salarial, a ação sindical e as negociações salariais, as decisões da justiça do trabalho (Tribunal Superior do Trabalho), a jurisprudência sobre a estabilidade do funcionário concursado, além, é claro, da política de pessoal da empresa. Entretanto, o aprofundamento da análise desses aspectos escaparia ao propósito da dissertação.

290 - Na amostra de bancos privada selecionada, o comportamento da estrutura de resultados foi diferente, por esse aspecto: as receitas de operações de crédito aumentaram sua participação (em termos absolutos, caíram menos que as inflacionárias), e as despesas de captação no mercado diminuíram sua participação (ou caíram em valores absolutos mais do que as administrativas); mantendo de qualquer forma um resultado negativo na relação entre esses itens. Porém, o Resultado Operacional situou-se em

Diante disso, o BB contabilizou pela primeira vez em muitos anos um elevado resultado não operacional. Como consequência da importância assumida pelos mecanismos contábeis associados à área externa do banco, a elevação do RNO foi decisiva para proporcionar ao BB um lucro líquido de quase US\$ 400 milhões, bem superior ao de 1989, mas ainda assim historicamente baixo 291 .

Em 1991 houve uma contração tanto no volume de receitas quanto de despesas, substancialmente menores que nos anos anteriores, em grande parte de origem contábil. Ao mesmo tempo, como questão substantiva, há uma clara indicação que a relativa estabilidade da estrutura de resultados que o banco apresentava até então foi rompida.

Nesse ano, a direção da empresa procurou contornar a imposição de refinanciamentos causada pelo crescimento potencial da inadimplência através de mais um esforço de cobrança e um processo abrangente de composições 292 ,

patamar comparável ao de 1988, e o Não-Operacional continuou pouco expressivo (TABELA 5E).

291 - O RO em 1990 foi de US\$ 55 milhões, e o não operacional (RNO) foi de US\$ 380 milhões. As receitas não operacionais que sustentaram o resultado final do banco em 1990 foram "ganhos cambiais em investimentos no exterior" e "receitas sobre alienações de valores e bens do permanente", em proporção aproximadamente igual. O principal item das outras receitas operacionais foi "correção cambial e monetária de adiantamento a dependências no exterior e a sociedades controladas e coligadas, para futuro aumento de capital" (responsável por 25% das Rec.N.Op.), proporcionado pela desvalorização do indexador dos contratos frente ao dólar, nesse ano. Considerando a participação decisiva das receitas não operacionais para o resultado final, evidencia-se a importância dos mecanismos contábeis e cambiais envolvendo a área externa no fechamento de seus resultados. Isso foi reconhecido no depoimento do então titular da Diretoria Financeira, que na CPI DO BANCO DO BRASIL (1991), avaliou que "Focalizando o exercício de 1990, a rentabilidade alcançada no primeiro semestre esteve na forte dependência do resultado não operacional, mais precisamente de ganhos cambiais em investimentos no exterior".

292 - Esse processo abrangeu em torno 49.000 operações, de acordo com a "Mensagem do Presidente", Relatório Anual do BB (1991). À mesma época, o ex-diretor de Finanças Luiz Antônio Camargo Fayet afirmou, em depoimento

configurando um "ajuste de posição" do BB. Isso significou renegociações que desinflaram muitos créditos, ampliados anteriormente em decorrência da aplicação de juros reais elevados (em geral, taxa ANBID mais juros punitivos). Essas dívidas, possivelmente na maioria dos casos, já não tinham suficiente respaldo em garantias e contra-indicavam a execução judicial ²⁹³ .

Como muitas operações já incorporavam no principal os juros elevados e não pagos de exercícios anteriores, quando foram renegociadas - ainda que preservando na maioria dos casos juros reais positivos, considerando o crédito desde sua contratação - geraram efeito contábil negativo. Esse processo explica que, depois de representarem durante vários anos em torno de dois terços dos itens positivos do Resultado Operacional, em 1991 as receitas de operações de crédito tenham contribuído para *reduzir* esse resultado ²⁹⁴ .

no Congresso Nacional: "*Foram quase 150.000 recomposições de dívidas feitas nesse espaço de pouco mais de um ano.*" (CPI DO BB, 1991)

293 - Segundo entrevistas com dirigentes de Superintendências Regionais (comando operacional das agências de um Estado). A situação configurada expõe um dos principais problemas da gestão do crédito do BB (ao menos no período em estudo) que se refere à qualidade das garantias tanto pessoais como reais que, segundo essas fontes, além de originalmente já não serem boas, após sucessivas renegociações não apenas se deterioraram, como cobriram parcela cada vez menor das dívidas.

294 - Em 1991 as receitas de operações crédito do BB foram *negativas*, contribuindo em 7% entre os itens que diminuíram o RO, cfe. TABELA 5B. Nesse ano também houve uma reestruturação no Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF), que concorreu decisivamente para esse efeito. Embora uma estimativa rigorosa escape aos propósitos deste trabalho, a comparação com a alteração verificada nos bancos privados ajuda a esclarecer a precariedade das receitas do BB. Nas instituições da amostra - Bradesco e Itaú - as receitas de crédito ao contrário do BB mantiveram-se positivas, contribuindo em 21.2% para a elevação do RO; ainda que em termos absolutos isso tenha significado uma redução dessas receitas de US\$ 12,2 bilhões para US\$ 743 milhões (a partir da TABELA 5E). Aliás, reforçando o que foi dito acerca da precariedade dos resultados do BB, o efeito contábil sobre as instituições privadas foi contrário ao do BB, fazendo as despesas de captação aparecerem *positivas* (isto é, elevando o RO).

De um ângulo estritamente patrimonial, essa aproximação da verdade contábil significava a admissão de uma realidade pior do que a expressa nos demonstrativos, até então. A contrapartida manifestou-se na diminuição da inadimplência, o que permitiu a reversão de provisões e a apropriação de respectivas receitas, que significaram 15% dos itens positivos do resultado operacional em 1991, além de outros ganhos ²⁹⁵ .

Houve mais dois aspectos positivos para a situação econômico-financeira da empresa. Primeiro, o de regularizar as relações com aquela parcela cada vez maior de clientes antes inadimplentes, se bem que apenas provisoriamente, como veio mostrar mais adiante o recrudescimento dos atrasos ²⁹⁶ . O segundo aspecto foi restabelecer o fluxo de retornos ao

²⁹⁵ - Além das receitas com reversão de provisões para créditos duvidosos, esse ajuste produziu um importante resultado através das Outras Receitas Operacionais, item "rendas de títulos e créditos a receber inerentes a composições de operações de crédito", que foi o maior responsável pelos 19% de contribuição que as Outras Receitas Operacionais deram ao RO. A soma deste item com as receitas da reversão, ambos efeitos do ajuste, quase igualaram os elevados ganhos com inflação, desse ano; os três juntos respondem por 75% da elevação do RO. (Vide TABELA 5B e Notas 18 e 19 do Balanço Anual do BB de 1991, além da já citada 3e).

²⁹⁶ - Apesar das composições, e considerando que o final do exercício corresponde a um momento em que a oferta de crédito do banco está próxima de seu pico, o nível global de inadimplência do BB continuou elevado, atingindo ao final de 1991 21,1% do saldo das operações de crédito (em valores absolutos, próximos a US\$ 2,4 bilhões, corrigindo pelo IGP-DI centrado para dez/90 e convertendo em dólares). Sua distribuição por capital do tomador tornou-se mais heterogênea que no ano anterior: o nível das operações do setor público atingiu 47,5%, enquanto o do setor privado caiu para 9,5% (ou em torno de US\$ 730 milhões, pelo mesmo critério). Porém, é necessário ressaltar que 97,6% do crédito em atraso junto ao setor público correspondiam a risco de terceiros (o Tesouro Nacional, é cabível supor-se, em operações onde o BB atuava como agente financeiro), a quem seriam imputadas eventuais despesas e prejuízos. Por outro lado, no caso do setor privado 99,0% correspondiam a risco do próprio BB (mesmo em operações com recursos do Tesouro, cabe ao agente bancário o risco do crédito). Mesmo levando em conta apenas o risco do banco, tratava-se de um nível de inadimplência muito alto.

banco, provavelmente melhorando sua situação de liquidez, então bastante restrita ²⁹⁷ .

Com a mudança de sinal das receitas de crédito, assumiram grande importância os ganhos com a inflação, basicamente relacionados com os depósitos à vista. Embora o BB tenha perdido a exclusividade no recolhimento dos tributos federais (mas não o de transferência dos recursos fiscais para as unidades de gasto - ministérios, etc) esse fato não teve maior impacto em suas contas ²⁹⁸ , embora acrescente um fator negativo para a liquidez da empresa.

Também em 1991 o BB deixou de deter a exclusividade no fechamento de câmbio das estatais ²⁹⁹ , o que pode ter contribuído para que perdesse participação no mercado diante das instituições concorrentes. Entretanto, o câmbio continuou apresentando um resultado líquido quase nulo, pouco contribuindo para o resultado global do BB, independente de seu elevado volume de operações.

Pelo lado das despesas, os itens de natureza financeira tiveram sua importância substancialmente reduzidas em termos absolutos e relativos, contribuindo apenas com 9% negativos

²⁹⁷ - O BB tornou-se a partir de 1988 predominantemente tomador líquido no interbancário; porém a reestruturação do COSIF em 1991 agregou essas despesas junto às despesas de captação no mercado, eliminando essa indicação de seu nível de liquidez.

²⁹⁸ - Em 1989, 90 e 91, a participação da "cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados" representaram um parcela menor que 5% dos ganhos líquidos com passivos monetários, pelo BB, cfe. Notas Explicativas dos respectivos Balanços Anuais. Em 1991, os "ganhos com a inflação" representaram, por sua vez, 40% dos itens que elevaram o RO.

²⁹⁹ - Nesse ano as compras para exportação através do BB caíram quase US\$ 1 bilhão, frente a um avanço do restante do mercado da ordem de US\$ 4,1 bilhões, implicando um expressivo recuo na sua participação relativa. Nas vendas para importação houve um movimento semelhante - o BB caiu US\$ 1.7 bilhão, enquanto o restante do mercado avançou US\$ 1,2 bilhão, cfe. TABELA 6A. De qualquer forma, a queda na participação do BB no mercado antecede esse marco.

para o RO ³⁰⁰ . Em consequência, ganharam destaque nesse ano despesas administrativas, dada a maior rigidez para deslocar-se de patamar; justamente porque diminuíram menos em valores absolutos, essas despesas voltaram a representar a maioria absoluta dos custos do BB ³⁰¹ .

Como resultante desse comportamento de suas receitas e despesas, o Resultado Operacional do BB foi bastante reduzido pelo terceiro ano consecutivo, atingindo nesse ano o valor relativamente irrisório de US\$ 12 milhões. Com isso, da mesma forma que em 1990, o Resultado Não-Operacional tornou-se majoritariamente responsável pelo lucro apresentado pela instituição ³⁰² .

O comportamento contracíclico em relação ao resultado operacional em 1990 e 1991 sugere que os resultado não-operacional desempenhou o papel de variável de ajuste para apresentação de um lucro senão mais próximo aos das

³⁰⁰ - As despesas de captação caíram de US\$ 10 bilhões, em 1990, para US\$ 500 milhões, aproximadamente, no ano seguinte, cfe TABELA 5B. A redução da inflação (o IGP-DI acumulado em final de período foi de 1.476,6% em 1990 e de 480,2% em 91) explica em parte essa queda. Sobrepos-se ainda uma alteração no COSIF, que contribuiu fortemente enquanto efeito contábil.

³⁰¹ - As despesas administrativas diminuíram em valores absolutos de US\$ 8,9 bilhões, maior nível desde 1986, para o nível mínimo de US\$ 3,8 bilhões; não obstante, enquanto contribuição para os itens negativos do RO, essas despesas atingiram 78%, o máximo já alcançado em termos relativos.

³⁰² - O Resultado Não Operacional foi próximo a US\$ 270 milhões, e os dois itens que contribuíram para isso foram os "ganhos cambiais em adiantamentos para futuro aumento de capital de agências e subsidiárias" e "reajuste monetário de alienação de participações societárias" (cfe. Nota Explicativa 20, do Balanço Anual do BB, 1991). Note-se que também projetaram-se os ganhos cambiais associados ao aumento do Imobilizado (em dólar) nas agências externas, que respondem por quase todo os 5% de contribuição que o "resultado da participação de coligadas e controladas" deu ao RO - reforçando a observação já feita quanto à importância assumida pela existência da estrutura internacional no fechamento das contas do BB.

principais instituições privadas, que fosse pelo menos positivo.

O ano de 1992, último da série em análise, marcou uma importante mudança na composição do resultado da atividade financeira do BB. As receitas de operações de crédito permaneceram em patamar reduzido, inferior ao das receitas com títulos. Mesmo a agregação dessas duas receitas não contrabalançou o expressivo crescimento das despesas de captação no mercado ³⁰³ .

Contrastando com a situação confortável das instituições privadas, o resultado financeiro básico do BB apenas poderia apresentar valor positivo com a incorporação dos ganhos com a inflação, favorecidos pelo aumento da instabilidade ³⁰⁴ . Ocorreu além disso uma profunda inversão nos resultados da carteira de câmbio, que após as alterações na sua contabilização deixaram exposto um considerável prejuízo nessa conta.

Essas circunstâncias explicitaram o caráter gravoso de suas operações correntes mesmo sem incorporar o impacto das despesas administrativas; isso, e ainda a ausência dos ganhos cambiais associados à área externa que socorreram o resultado no último biênio, certamente levariam o banco a fechar seu balanço no vermelho. Diante do quadro onde a crise mais ampla do Banco do Brasil estava agora por ultrapassar uma forte marca simbólica, apresentando-se negativo, o Tesouro optou

³⁰³ - As receitas de operações de crédito representaram 3,9% dos itens que elevaram o RO, enquanto as receitas com títulos e valores 6,1% (ou US\$ 458 milhões e US\$ 716 milhões). As despesas de captação, que voltaram a perder representatividade diante das despesas administrativas, alcançaram US\$ 1,850 bilhão (a partir da TABELA 5B).

³⁰⁴ - Os ganhos com inflação responderam por 21,3% dos itens que elevaram o RO, no caso do BB, e 36,5% no caso do Bradesco e Itaú. A menor dependência do BB desse float significa, na verdade, menor eficiência na gestão desses recursos, como já apontado (TABELAS 5B e 5E).

por prestar apoio a seu agente financeiro, o que ocorreu após a mudança de governo, ainda em 1992.

Em decorrência dessa decisão, primeiro, o resultado da carteira de empréstimos e repasses tornou-se o principal item para a sustentação do RO, em volume dez vezes superior às receitas de crédito ³⁰⁵. Além disso, uma expressiva "recuperação de encargos e despesas", superior ao lucro líquido, também deu importante contribuição para os resultados do banco, no exercício. Essa recuperação, frise-se, constituiu mera apropriação contábil de receitas baseada em confissão de dívidas pelo Tesouro, sem corresponder ao aporte de títulos e menos ainda ingresso efetivo de recursos ³⁰⁶.

Com isso, o RO do BB em 1992 pode voltar a um patamar suficiente para produzir um lucro líquido de US\$ 432 milhões e permitir ao RNO retornar a sua pequena representatividade anterior à década atual.

Após esta análise dos resultados do BB no início dos anos 90, fica respondida a questão posta no item A, sobre se a estabilidade aparente da estrutura de ativos e passivos do BB significaria uma estabilidade patrimonial e de resultados mais ampla. O rompimento da estabilidade da estrutura de resultados do Banco do Brasil expõe um grau de deterioração

³⁰⁵ - Essas receitas representaram nesse exercício 40% dos itens positivos para o RO, um nível excepcionalmente alto. No ano seguinte, 1993, o resultado dessa conta foi negativo, como mostra a TABELA 5B.

³⁰⁶ - O Relatório Anual do BB, 1992, aponta como os principais fatores que influenciaram o resultado do exercício a queda na inadimplência, a renegociação da dívida externa, medidas internas de racionalização e "a regularização de débitos do Governo, correspondente a custos incorridos pelo Banco". Note-se que pela metodologia empregada nesta análise essa recuperação seria isoladamente responsável por um pouco mais de 2% da elevação do RO; a despeito de não ser tão expressivo em termos relativos, seu caráter de ajuste para fechamento das contas fica sugerido pelo aspecto negocial de cobrança do BB, entidade controlada, sobre o Tesouro, seu controlador.

patrimonial que demonstra a inconsistência entre sua condição estatal ou pública e a lógica empresarial com que se pretende sustentá-la - vale dizer, o cumprimento de certos objetivos de política econômica prioritariamente através do aprofundamento de sua inserção no mercado financeiro.

Esse rompimento revela-se através de alguns pontos centrais. O primeiro situa-se principalmente na baixa produtividade das operações de crédito, enquanto na década passada predominava o encarecimento do passivo como fator de fragilização. Na raiz de tal resultado encontra-se a inadimplência dos mutuários, que atingiu níveis históricos elevadíssimos e só não conduziu a uma situação de crise de confiança porque o mercado atribui à instituição o risco associado a seu controlador.

O segundo, consiste na precariedade sobre a qual passam a assentar os resultados da empresa: o Banco do Brasil utilizou-se de novos recursos contábeis para gerar receitas - particularmente as associadas à variação patrimonial de suas dependências externas e no limite o apoio do Tesouro Nacional ao honrar dívidas sob negociação junto a seu agente financeiro - em substituição ao recurso predominante na segunda metade dos anos 80: refinanciar e/ou inflar seus créditos, apropriando respectivas receitas.

2. Diversificação sem conglomeração.

Ao longo dos anos oitenta, a diversificação do BB envolveu o lançamento de alguns novos produtos financeiros. Na primeira metade da década, os depósitos a prazo, captados através da emissão de certificados e recibos de depósitos bancários, pré e pós-fixados, tornou-se importante parcela das obrigações por haveres monetários do banco. No mesmo sentido surgiu a caderneta de poupança rural, inscrita na diretriz mais geral de criarem-se fontes alternativas aos recursos orçamentários, que adquiriu grande relevância ao final da década.

O processo de diversificação avançou em seguida no sentido da diferenciação estrutural, através da constituição de subsidiárias em diversos segmentos do mercado financeiro - ainda que em estágio em geral incipiente. A constituição da distribuidora permitiu ao BB lançar seus fundos de investimentos; o banco entrou no segmento de crédito ao consumidor através de sua financeira, no de arrendamento mercantil, no de promoção e venda de seguros através de sua corretora e no mercado de cartões de crédito com administradora própria; finalmente, moveu-se rumo ao mercado de capitais através do banco de investimento.

Nos primeiros anos desta década quase todos os principais segmentos financeiros já haviam sido ocupados com subsidiárias, cabendo expandir-se e diversificar-se a partir da base estrutural já constituída. Mesmo assim, no período em foco, a gestação de novas empresas e produtos pelo BB continuou em processo.

As condições macroeconômicas ao final dos anos oitenta e início desta década incidiram sobre o conglomerado inibindo a expansão das atividades das subsidiárias. Na década passada, levando em conta que a ampliação das operações no mercado financeiro esteve interdita pelo contingenciamento do crédito, é razoável atribuir à política econômica e seus efeitos imediatos a principal responsabilidade para o fato de que, além de tardio, o processo de conglomeração do BB tenha sido lento. Em 1990, as transferências de recursos para o Bacen significaram uma nova circunstância muito adversa a seu desenvolvimento.

Nesse contexto, o desenvolvimento do conglomerado foi ainda um tanto heterogêneo. A BB-Financeira ³⁰⁷ e a BB-Leasing ³⁰⁸ ,

³⁰⁷ - A BB-Financeira apresentou um crescimento das operações de crédito e do ativo a taxas aceleradas, a partir de 1991, tornando-se ao final de 1992 a 2a. maior do ranking por esses dois critérios. A participação dos empréstimos no total do ativo é a maior do mercado, entre as grandes, e significativamente maior que a média das congêneres privadas. Nesse ano

por exemplo, somente foram superar seu estado de virtual estagnação após 1991. A BB-DTVM já ocupava anteriormente uma posição expressiva na "indústria de fundos" e a manteve ³⁰⁹, enquanto a BB-Corretora de Seguros tornou-se uma das mais destacadas em seu mercado ³¹⁰. A BB-Administradora de Cartões,

era uma das instituições que operava com maior alavancagem - relação PL/passivo de 16% contra 50% das financeiras privadas - sugerindo que apesar de sua reduzida dimensão demonstrava efetividade na mobilização de recursos; entretanto, como 76% de seus recursos provinham do interfinanceiro (contra 22% das privadas), esta observação deve ser relativizada, pois esses recursos possivelmente provêm do próprio BB (vide TABELA 8A, e BALANÇO ANUAL, da Gazeta Mercantil, 1990-92).

308 - Cumprindo trajetória semelhante, a BB-Leasing foi tirada de sua virtual estagnação apenas em 1991, quando quase triplicou seus ativos, de US\$ 86 milhões no ano anterior para US\$ 216 nesse ano. Entretanto, esse crescimento não refletiu um crescimento na atividade-fim da empresa, o arrendamento, que se manteve em nível absoluto quase constante. Referiu-se a movimentações financeiras, que fluíram do item outras contas do passivo para aplicações interfinanceiras. O decréscimo do ativo verificado em 1992, da mesma forma, apenas significou um recuo nessas movimentações, sem maior impacto no arrendamento. Com isso, ocupou o 14o. lugar por imobilizado para arrendamento, entre as instituições privadas, mas o 4o. lugar pelo critério patrimônio líquido (TABELA 8C, e BALANÇO ANUAL, da Gazeta Mercantil, 1990-92).

309 - Este segmento envolve vários tipos de ativos. Entre os "fundos mútuos de ações" o BB evoluiu da 5a. para a 3a. posição entre 1990 e 92 em patrimônio líquido, mantendo-se entre os mais rentáveis. Entre os "fundos de renda fixa (pessoa física)" evoluiu de posições intermediárias para a 2a. posição em patrimônio, incluindo-se da mesma forma entre os de maior rentabilidade. Seu "fundo de renda fixa (pessoa jurídica)" assumiu em 1992, já no início de funcionamento, a primeira posição. Entre os "fundos de curto prazo", o BB liderou em termos de patrimônio e rentabilidade, seguido de perto pelo Bradesco (BALANÇO ANUAL, da Gazeta Mercantil, 1990-92).

310 - A BB - Corretora de Seguros e Administradora de Bens já aparecia em 1990 como a terceira maior do mercado, em termos de patrimônio e receitas líquidas, apresentando as maiores taxas de crescimento entre as grandes, o maior lucro (antes da correção), e uma das mais rentáveis. No ano seguinte o ranking por receitas líquidas teve uma reviravolta, mas o BB conseguiu manter-se no quinto posto, apresentou taxas de crescimento mais modestas, mantendo-se todavia como uma das mais rentáveis do mercado. Em 1992 galgou o 2o. lugar em patrimônio e receitas, o maior lucro (o dobro do lucro da empresa seguinte), embora a rentabilidade não figurasse entre as mais elevadas (BALANÇO ANUAL, da Gazeta Mercantil, 1990-92).

por sua vez, incluiu-se entre as três maiores de seu segmento, no país ³¹¹ .

Por último, o crescimento do BB-BI refletiu o início efetivo de suas operações, embora as linhas do projeto estratégico que nortearam sua criação fossem postas de lado, face a seu caráter inadequado à orientação desestatizante do novo governo ³¹² . Além disso, não obstante a expansão das operações do BI ter recebido forte impulso em 1991, seu perfil ainda permite caracterizá-lo como parcialmente deslocado de sua atividade-fim, no período em análise ³¹³ .

Assim, em seu conjunto, o BB já era em 1992 um conglomerado inserido nas principais posições em quase todos os segmentos do mercado financeiro, embora nem sempre reproduzisse nesses

³¹¹ - A BB - Adm. Cartões de Crédito permaneceu em segundo lugar em patrimônio e terceiro em receitas operacionais líquidas no mercado nacional, e apresentou a segunda melhor rentabilidade (BALANÇO ANUAL, da Gazeta Mercantil, 1990-92).

³¹² - A inadequação daquele projeto não se localizava apenas em orientar-se para um fortalecimento financeiro do Setor Produtivo Estatal, diante das diretrizes privatizantes do governo Collor. A idéia de fazê-lo através de uma estatal, ainda que agente do Tesouro, contradizia a política de centralização decisória da equipe econômica (que, efetivamente, transferiu funções deliberativas e normativas para o nível da administração direta). Por fim, aquele projeto implicaria alterações na correlação de forças entre os diversos grupos e departamentos da burocracia estatal que poderia advir com a proeminência do BI, atingindo, desde logo, o BNDES, que veio a identificar-se como principal instrumento para a diretriz privatizante do governo Collor.

³¹³ - Seu ativo cresceu de US\$ 244 milhões para US\$ 458 milhões, no triênio 1989/92, sendo que em 1991 a dimensão do BI quase dobrou. A atividade fim, isto é, suas operações de crédito passaram de 0,5% (em 1990) para 17,3% desse montante - ou seja, US\$ 80 milhões - no último ano mencionado; os BIs privados, por sua vez, mantêm mais de 35% de seus recursos alocados em operações de crédito. Não obstante, mais da metade de seus ativos continuaram concentrados em aplicações financeiras (nesta década, os "depósitos interfinanceiros"). Esse crescimento levou-o ao 4o. lugar em ativos e 9o. em crédito, em seu segmento; tornou-se ainda o primeiro em Patrimônio Líquido. Por outro lado, é o que apresenta a maior relação de recursos próprios em seu passivo - 62%, contra 26% das instituições privadas. (BALANÇO ANUAL, da Gazeta Mercantil, 1990-92, e TABELA 8A).

segmentos o peso relativo do banco comercial em seu mercado original.

Sob o critério da constituição de novas subsidiárias, o processo de diversificação do Banco do Brasil entrou em latência nos anos iniciais da década atual. Embora o papel inibidor desempenhado pela política econômica fosse suficiente para explicar a lentidão do processo, sobrepôs-se a ele a orientação adotada pela direção da empresa a partir de 1990, erigindo como prioridade sua reestruturação interna. Em sintonia com o caráter da reforma do Estado que o Governo Collor pretendeu implementar, a direção do banco priorizou implementar um projeto de reestruturação organizacional, administrativa e patrimonial da empresa, centrado na redução de suas despesas correntes e na alienação de parte de seu patrimônio, que contribuiu para evitar que os resultados do banco não fossem negativos nos anos 90 ³¹⁴ .

A diversificação e conglomeração do Banco do Brasil entrou em latência - isto é, o processo não foi paralisado - na medida em que alguns projetos começaram a ser desenvolvidos e vieram a ter consequências mais tarde, já fora do período em estudo. Cabe mencioná-los para indicação do caráter que esse processo viria a adquirir. O mais importante foi o projeto de constituir uma subsidiária no setor de previdência privada aberta, em sociedade com instituições de capital privado ³¹⁵ .

³¹⁴ - A nova orientação explicitou-se, entre outros documentos, na prestação de contas sob a forma de "Mensagem do Presidente", inserida no Relatório Anual de 1990. A "Reforma Organizacional e Administrativa" envolveu remover superposição de funções, transferir atividades e pessoal da Direção Geral para unidades de ponta, extinção de 81 comissões em nível de Chefias de Departamento e Adjunta, corte de 3.800 cargos, redução do quadro de pessoal em 15.739 funcionários (aí incluídos estagiários não-concursados e beneficiários do programa de demissões voluntárias), e outras medidas, como estudos para redução da rede de agências, alienação de imóveis funcionais, etc.

³¹⁵ - Na Mensagem do Presidente (Relatório Anual do BB, 1990), afirma-se "...estamos realizando estudos nas áreas de previdência privada, administração de fundos de capitalização e privatização, suporte a operações de franchising, entre outras". O Relatório Anual do BB

Além desse, houve a tentativa frustrada que de constituir um "banco cooperativo", em sociedade com as organizações representativas desse segmento ³¹⁶.

Esses dois projetos sinalizam que a partir dos obstáculos jurídicos e políticos estabelecidos na década atual, materializados na necessidade constitucional de aprovar em Lei a criação de novas empresas estatais (art.37, XX, da C.F.), o banco optou por constituir empresas sem deter formalmente o controle acionário, embora mantendo-se enquanto principal acionista. Tal opção, por sua vez, parece apontar o predomínio de determinações concorrenciais e particulares em sua dinâmica expansiva, associadas ao enfrentamento de sua crise na dimensão de grande empresa financeira, deixando em aberto até que ponto o caráter público estaria preservado.

(1992:35) registrou entre suas metas: "*desenvolvimento da previdência complementar, segmento de grande importância, porquanto seus recursos possibilitam operações com prazos e taxas compatíveis com o retorno dos investimentos de longa maturação*". O BB participa com 40% do capital da BRASILPREV, empresa constituída para esse fim. O início de suas operações - ressaltando a dimensão conflituosa do ingresso do BB em cada segmento - foi retardado pela ação da FENASEG (entidade nacional das empresas corretoras de seguro) junto à Comissão de Valores Mobiliários, vindo a ocorrer ao início de 1995.

³¹⁶ - Em 1993/94, um projeto com desenho societário semelhante à BRASILPREV foi tentado pela Direção do Banco, a partir de proposta apresentada pela Diretoria de Crédito Rural, no sentido de constituir-se uma instituição privada que centralizasse o movimento financeiro do segmento cooperativo, concedesse crédito e realizasse repasses de recursos externos e internos. A principal motivação do setor, segundo sugerido por entrevistas com técnicos do BB envolvidos na discussão do projeto, seria acessar algumas linhas de crédito internacionais disponíveis para o crédito cooperativo; a presença do BB garantiria credibilidade ao tomador, a presença das organizações cooperativas propiciaria ao BB atuar direta e indiretamente como agente repassador. Sua constituição, contornando a proibição de as cooperativas controlarem uma instituição financeira, ameaçou interesses da FEBRABAN (proibição que, ao estabelecer uma barreira institucional à entrada de um tipo de agente no mercado, solidarizava os interesses dessa entidade e do BB); e para segmentos internos do BB, havia o risco estratégico de estar sendo criado um "concorrente". Com oposição interna e externa, o projeto foi bloqueado.

O último produto importante que o BB lançou, dentro do período em análise, foi o fundo de investimentos em *commodities* agropecuárias. Foi mais uma inovação institucional com que a política econômica procurou contornar a ausência de recursos para o financiamento rural. Sob a forma de um investidor institucional, o fundo de *commodities* passou por sucessivas modificações no direcionamento de suas aplicações, e veio a ter certa relevância no financiamento rural mais recentemente ³¹⁷ .

Feito este balanço, pode-se afirmar que ao final do triênio 199/92 o Banco do Brasil já operava como um conglomerado financeiro, tendo ultrapassado a fase de constituição e ensaio inicial que caracterizou seu comportamento na segunda metade dos anos oitenta. Isso significou sua aproximação das condições operacionais semelhantes às dos grandes blocos de empresas privados atuantes no mercado financeiro doméstico, quanto à diversidade de produtos e serviços que materializaram sua expansão concorrencial nos diversos segmentos ³¹⁸ .

Sua diversificação e conglomeração embora tenha sido amortecida pelo contingenciamento de crédito não se deteve, desenvolvendo-se através da expansão das subsidiárias já

³¹⁷ - Ao final de 1992 o volume de recursos aplicados através desse fundo era de US\$ 5,0 bilhões, dos quais menos de 1% efetivamente dirigido ao suporte financeiro das atividades anunciadas; a quase totalidade estava aplicada em títulos federais (TN ou Bacen) e privados (CDB, debêntures, letras de câmbio e imobiliárias). Somente após algumas mudanças no perfil de aplicações desses fundos que passou a haver recursos direcionados a dar liquidez ao setor rural; um ano depois o volume havia alcançado US\$ 6,8 bilhões, dos quais US\$ 2,11, ou 31%, foram dirigidos para títulos relacionados com operações rurais (*export notes*, CDBs vinculados, *warrants*, certificados de mercadorias). Fonte: Estatísticas Básicas do Mercado Financeiro e de Capitais, do BC, fev/94. Valores corrigidos pelo IGP centrado e convertidos em dólares de 1990.

³¹⁸ - A rigor, essa conclusão precisaria ser relativizada devido ao atraso tecnológico (sistemas informacionais) do BB diante dos grandes bancos privados, tema que, embora relevante, excede esta dissertação.

constituídas, do lançamento de alguns novos produtos e da gestação de projetos para ingressar no setor de previdência privada. Assim, o Banco do Brasil cumpriu até o início desta década uma etapa decisiva em seu processo de aprofundamento no mercado financeiro, combinando as diretrizes de política econômica com sua dinâmica expansiva e concorrencial.

Entretanto - mesmo considerando a expressão alcançada pela poupança rural e pelos fundos administrados pelo banco, que podem ter atenuado o agravamento de sua situação - até então nenhuma das empresas ou produtos significou uma fonte de recursos em termos de volume e custo compatíveis com a preservação do perfil das operações ativas exigidas dele enquanto banco público e, simultaneamente, lhe proporcionasse condições sustentáveis de operação rentável. Vale dizer, a diversificação e conglomeração do BB não reverteram sua crise seja na dimensão pública, de instrumento de política econômica, seja na sua dimensão de grande empresa financeira.

CONCLUSÕES

1 - A análise desenvolvida nos três capítulos desta dissertação mostra que, como e porque o Banco do Brasil sofreu em meados da década de oitenta uma substancial redução em seu alcance como instrumento e agente de política econômica, a qual acentuou-se a partir de então, e ao mesmo tempo ingressou numa tendência de deterioração econômico-financeira cujo afloramento tornou-se patente na virada da década; mostra ainda que esse processo, que chamamos de crise da instituição, estendeu-se ao primeiro triênio dos anos noventa.

Na Introdução, analisou-se brevemente o caráter contraditório da dinâmica expansiva do BB enquanto empresa estatal, isto é, sua subordinação a uma lógica pública e a simultânea presença em seu movimento de uma lógica privada. O trabalho mostrou que a instalação e agravamento de sua crise deu-se nessas duas dimensões, que estiveram profundamente relacionadas.

2 - O lugar da crise do BB, na primeira dimensão, remete à caracterização do conteúdo básico e dos momentos do "projeto de modernização capitalista" da sociedade brasileira, associando-se às diretrizes econômicas gerais e às políticas substantivas a ele referidas. Durante as últimas três décadas, o BB inseriu-se como principal agente do programa de modernização capitalista do campo vinculando-o mais estreitamente ao setor urbano-industrial. Com importância comparável, incumbiu-se do financiamento e execução das políticas dirigidas à promoção dos complexos exportadores e da política de importações, que conduziram à modificação qualitativa da base produtiva e da pauta de comércio do país com o exterior.

Esses papéis ocuparam lugar privilegiado dentro de um programa mais amplo de atuação estatal que teve seu eixo assentado no processo de industrialização por substituição de

importações, no período coberto pela ação do que poderíamos chamar de "Estado desenvolvimentista". Por essa razão os vetores de sua crise enquanto agente público seriam aqueles irradiados a partir da desagregação e crise do próprio caráter desenvolvimentista do Estado, constituindo entretanto parte específica desse processo.

Após ter sido o agente estatal decisivo para a industrialização e a diferenciação estrutural do campo, do complexo rural à emergência dos complexos agroindustriais, o BB viu-se frente a novas contingências, no momento em que a cobertura financeira do setor público à agricultura sofreu grandes transformações.

Na primeira metade da década de 80 o Sistema Nacional de Crédito Rural foi objeto de uma reforma que não só diminuiu expressivamente o volume de crédito, mas eliminou em grande medida os subsídios creditícios existentes. A partir de 1986, como o fim da conta-movimento o BB ficou impossibilitado de avançar recursos monetários, passando a mobilizá-los crescentemente no mercado financeiro através da caderneta de poupança, que tornou-se a principal fonte de recursos para o setor.

Apesar de apresentar uma performance notável, esse instrumento foi insuficiente para compensar o duplo declínio: dos recursos orçamentários, causado pela crise financeira do setor público, e dos recursos obrigatórios, associado indiretamente à desmonetização. Houve em 1986-87 uma recuperação do volume de financiamentos à agropecuária, permitida pela estabilidade e, em seguida, como reflexo dos refinanciamentos realizados em função da crise financeira que sobreveio à reversão. Essa segunda onda não se sustentou. A partir de então, ao longo da segunda metade da década e até o fim do período em estudo os fluxos continuaram declinantes.

O comportamento do crédito, pela sua expressiva retração concentrada no crédito rural, materializa em grande medida a perda de substância da instituição como instrumento de política econômica. Mas, apesar de que essa tenha sido a principal vertente da crise do BB em sua dimensão de agente de políticas públicas, o BB não perdeu a centralidade do SNCR, uma vez que a exclusividade da caderneta de poupança permitiu preservar sua participação próxima a dois terços do sistema.

Até certo ponto houve um paralelo com o financiamento do comércio exterior. A ação do Estado através do BB contribuiu decisivamente para a consolidação dos novos complexos exportadores, através do fomento das exportações e da política de importação, e das alterações na base produtiva que correspondem às modificações na pauta comercial. A ascensão e predomínio dos manufaturados na pauta materializaram o lado estrutural do superavit comercial brasileiro.

Sob os mesmos determinantes, ocorreu a reforma no sistema de subsídios creditícios a essas atividades, sobrepondo-se à perda do monopólio do financiamento pós e pré embarque pelo BB. Além disso, na segunda metade da década verificou-se a queda de recursos oficiais para esse fim e a progressiva perda de posição do banco no mercado cambial.

Com a relevante diferença que, neste caso, a política de substituição de recursos orçamentários por *funding* privado implicou também a substituição do agente financeiro, que alcançava no início de noventa uma participação de apenas um sexto do mercado. Essa trajetória culminou com o afastamento do BB como órgão executor das políticas de comércio exterior, a partir de 1990. Ou seja, aqui a crise do BB em sua face pública foi mais profunda que no caso do crédito rural.

É necessário ressaltar, porém, que a crise do BB sua face pública não significou um obstáculo ao crescimento da produção agropecuária, que apresentou inclusive supersafras na segunda metade da década passada, podendo-se dizer o mesmo a respeito dos resultados do comércio exterior, com sucessivos megasuperávits desde então. Diante desse comportamento da economia brasileira, esse período aparece como se a tarefa do BB no projeto de modernização capitalista estivesse em grande medida chegado a seus limites, no que se refere às transformações estruturais da economia e sua inserção internacional.

3 - Em correspondência aos períodos acima, o BB apresentou até 1985 um elevado nível de rentabilidade. Porém, a partir do ano seguinte, instalou-se em suas contas uma tendência de resultados declinantes, cujo afloramento espelha a trajetória de deterioração patrimonial e de fragilização econômico-financeira que não foi revertida até o fim do período em exame.

Certo que a reforma do crédito rural e seus desdobramentos não consolidaram um padrão alternativo de financiamento da atividade agropecuária. Mas o modelo anterior foi substituído por um novo esquema, ainda que precário. A capacidade de reação do setor contra o fim dos subsídios impôs em sucessivas ocasiões amplas reciclagens de dívidas em escala crescente, além de abatimentos, anistias e alongamento de prazos. Portanto, esse novo esquema de cobertura financeira do setor pelo Estado caracteriza-se pelo fim dos subsídios, substituição das fontes tradicionais do SNCR e periódicas renegociações em larga escala - daí seu caráter precário.

Importa salientar que o novo esquema atingiu frontalmente a saúde econômico-financeira do Banco do Brasil, uma vez que a instituição passou a operar após 1986 submetida a restrição de reservas. Duas vertentes combinaram-se para sua fragilização. A primeira foi o encarecimento da estrutura de

passivos, associada à substituição de seu *funding* e ao agravamento da instabilidade. A segunda, a partir das dificuldades financeiras do setor agropecuário e do progressivo esgotamento dos mecanismos que permitiam ao banco apresentar resultados contábeis, foi a derrocada nas receitas proporcionadas por suas operações de crédito.

Os refinanciamentos e alongamentos de prazos, ao estreitar os níveis de liquidez e intensificar o acesso do BB ao mercado interbancário, promoveram um agravamento de suas condições financeiras e o crescente descasamento dos prazos entre operações ativas e passivas. Além disso, sua deterioração patrimonial expressou-se na degradação das garantias associadas aos contratos de crédito (o que todavia não pode ser evidenciado); que contribuiu para a elevação dos níveis históricos de inadimplência. A partir da virada da década, a deterioração da estrutura de resultados do BB expressa plenamente sua crise na dimensão empresarial.

Quanto a seu papel no financiamento do comércio exterior e sua atuação internacional, as consequências da crise interna e no setor externo da economia brasileira reservaram como herança para o BB uma grave fragilização patrimonial. Esse processo explicitou-se no elevadíssimo nível de inadimplência no portfólio de longo prazo, onde cerca de 50% de seus US\$ 8 bilhões encontravam-se vencidos. Aí estampou-se também o custo para o banco da política externa terceiro mundista, nas várias frentes bem ou mal sucedidas em que o governo brasileiro empenhou-se: Oriente Médio, Europa Oriental, América Latina e África.

A relação entre a crise do Banco do Brasil em sua dimensão pública e particular revela-se uma vez considerado que, mesmo depois das mudanças em meados da década passada, o BB se manteve na sustentação financeira de setores ameaçados pelo agravamento da instabilidade e outros fatores de mercado, especialmente a agricultura. Vale dizer, o banco não adotou

uma estratégia empresarial orientada por critérios de rentabilidade compatível com a lógica privada, preservando em certa extensão as incumbências anteriormente associadas a seu caráter público - mas sem dispor agora das condições financeiras para isso. Essa é a inconsistência básica de sua constituição como empresa estatal que encontra-se na raiz de sua crise, após o fim da conta-movimento.

4 - Reduzido à condição de instituição financeira submetida à restrição de reservas, o BB avançou, após 1986, rumo ao aprofundamento no mercado financeiro através da diversificação e conglomeração. Desde logo, a hipótese de que esse movimento decorreu de uma "compensação" à perda daquele mecanismo é inadequada para identificar o sentido subjacente ao processo.

Na dimensão empresarial, a penetração concorrencial em novos segmentos financeiros obedeceu prioritariamente à perspectiva de alcançar o *funding* barato e abundante que contrarrestasse sua fragilização. Em outro plano, a identificação dos determinantes de fundo remete à progressiva exaustão financeira do setor público, já manifesta em meados da década. A diversificação e diferenciação estrutural do Banco do Brasil, criando empresas subsidiárias nos diferentes segmentos financeiros, compõe um movimento cujo sentido consiste na substituição dos fundos necessários ao atendimento de objetivos priorizados pela política econômica, como é o caso do financiamento rural. Inclusive, isso é o que há de novo na inserção do BB nas finanças públicas após 1986, ou seja, a relevância adquirida por mecanismos de mercado no financiamento das políticas oficiais de crédito.

Esse processo de conglomeração foi tardio, reproduzindo o mesmo movimento que os blocos de capital privados já haviam descrito uma década antes e ocorreu quando estes davam um passo à frente constituindo-se enquanto bancos universais. Esse atraso não seria explicado apenas pela reserva de

mercado ao capital financeiro privado, mas principalmente porque à época o BB podia desempenhar seu papel " público" sem diversificar-se e se conglomerar, bastando acionar a conta-movimento.

Além disso foi uma conglomeração lenta; ao iniciar-se num período de alta instabilidade e choques econômicos, seu desenvolvimento foi bloqueado por sucessivos contingenciamentos do crédito, os quais incidiram sobre as subsidiárias que se encontravam em estágio ainda incipiente de operação. Por fim, foi ainda heterogêneo, com algumas empresas posicionando-se em seu mercado com maior velocidade que outras. Ao final do período em estudo, nem todas as subsidiárias do conglomerado haviam reproduzido a importância do BB em seus mercados de origem. Além disso, o processo de diferenciação estrutural embora tenha entrado em latência não estava paralisado, assim como seguia adiante sua expansão e diversificação nos segmentos já ocupados.

Esse movimento, ainda que tenha atenuado a manifestação da crise do BB, não alcançou conduzir à reversão em nenhuma das duas dimensões que integram sua condição de empresa estatal.

5 - Visto em larga perspectiva, a trajetória do BB revela uma progressiva perda de importância, com momentos conspícuos de inflexão. Ao longo das últimas décadas o BB deixou de ser principal financiador do investimento industrial e perdeu as funções de banco central. No período mais recente, também perdeu a conta-movimento e o papel de executor da política de comércio exterior.

As conclusões sobre o significado mais geral da inflexão ocorrida a partir de 1986 e suas consequências fragilizadoras já foram apresentadas; resta completar a apreensão de seu significado para a lógica concorrencial do BB, que é ao mesmo tempo o significado para a transformação estrutural dos mercados em que essa empresa estatal se insere.

Nas décadas de sessenta e setenta, o papel de fomento significou para o BB, primeiro, o exercício de uma posição de oligopólio altamente concentrado no mercado de crédito rural (cujas taxas negativas representavam para as instituições conglomeradas o custo institucionalmente arbitrado de permanência em mercados afins, e o caráter de compulsoriedade custos de saída quase infinitos, enquanto banco comercial). A padronização das linhas de crédito no interior do SNCR, ou seja, a ausência de diferenciação de produto e de competição por preços reforça a caracterização do oligopólio concentrado, que no setor produtivo localizaram-se nas indústrias de insumos básicos, que não por acaso também eram ou são empresas estatais.

Em segundo lugar, o papel de fomento significou um efetivo monopólio do mercado cambial associado à exclusividade nas linhas de longo prazo do financiamento ao comércio exterior.

A essa condição correspondeu *virtualmente* partilhar com o Bacen o monopólio da emissão e com o Tesouro o monopólio do gasto fiscal, uma vez que o orçamento monetário, onde o mecanismo da conta-movimento se increvia, camuflava gastos daquela natureza. A absoluta maioria dos recursos com que operava advinham da conta-movimento ou tinham origem orçamentária explícita; nessas circunstâncias, fortemente apoiada na fiscalidade e naquele mecanismo, sua dinâmica expansiva regeu-se prioritariamente não por uma racionalidade de mercado, mas por critérios sociais. Por isso, a imagem que melhor corresponde à racionalidade empresarial do banco nesse período é a da "autarquia de crédito".

Superado o auge cíclico, quando a economia brasileira já se encontrava num período de desarticulação dos fatores de dinamismo e desagregação do projeto desenvolvimentista, a "autarquia" também desapareceu. O BB manteve-se à frente do oligopólio no financiamento rural, mas para isso teve de tornar-se monopolista do principal instrumento de mobilização

de recursos para a agricultura, nas novas circunstâncias. Note-se, um instrumento até então reservado à captação dirigida ao financiamento habitacional, de forte conteúdo social e regulação pelo Estado, mas neste caso aberto às instituições privadas.

No que se refere ao financiamento do comércio exterior, a perda do monopólio pelo BB e declínio das fontes orçamentárias do Finex correspondeu ao sucesso da política de privatização do *funding* desse financiamento (atrelada, permita-se afirmá-lo, às políticas macroeconômicas que garantiram a rentabilidade dos complexos exportadores). Neste caso, o mercado estruturou-se de forma aproximada a um oligopólio competitivo, com características concorrenciais próprias.

Após esses processos e as mudanças nos mercados financeiros associados à conglomeração do BB, vale dizer, sua penetração concorrencial e conflitiva em outros segmentos, a imagem por vezes evocada é a de que nasceu um novo banco comercial. O mais adequado é concluir que nesse momento nasce uma nova empresa estatal no sistema financeiro, sem dúvida portadora de toda a carga genética do período antecedente, mas impulsionada por uma lógica em que a racionalidade de mercado e a de capital, se não chegam a autonomizar-se diante dos critérios gerais que ainda fundam sua existência e se fazem presentes na determinação da política econômica, adquiriram agora a possibilidade de efetivar-se por terem sido promovidos a elementos viabilizadores daqueles critérios.

Com isso, as relações de cooperação e rivalidade que definem os padrões competitivos dos mercados financeiros incorporam uma nova situação, após 1986. Até então, o predomínio da face pública do BB resultava no contingenciamento de sua lógica de diversificação e expansão no mercado doméstico, solidarizando o Estado com a consolidação dos conglomerados privados que exploravam os segmentos não monetários na ausência da

concorrência estatal. Após esse momento, libertado das amarras institucionais e lançado num movimento que compatibiliza sua lógica pública e privada, a presença do BB veio deslocar uma das principais ou fronteiras estruturais desses mercados, acirrando a interface competitiva entre o capital estatal e os blocos privados.

ÍNDICE DAS TABELAS

1A.	BB - Composição dos Depósitos. 1975-92.	217
1B.	BB - Balanço. Contas Agregadas. 1984-87.	218
1C.	BB - Passivo. 1988-92.	219
1D.	BB - Ativo. 1988-92.	220
1E.	BB - Balanço Consolidado. Brasil e Exterior.	221
1F.	BRADESCO E ITAÚ. Ativo.	222
1G.	BRADESCO E ITAÚ. Passivo.	223
2A.	BB - Operações de Crédito. 1983-87.	224
2B.	BB - Operações de Crédito. 1988-92.	225
2C.	BB - Classificação Orçamentária dos Empréstimos. 1986-92.	226
2D.	BB - Distribuição Setorial do Crédito. 1986-92.	227
2E.	BB E SISTEMA. Operações de Crédito. 1981-92.	228
2F.	BB - Evolução do Crédito (volume).	229
3A.	CRÉDITO RURAL - Evolução dos Recursos. 1978-92.	230
3B.	CRÉDITO RURAL - Evolução dos Contratos. 1981-92.	231
3C.	BB - Crédito Agrícola. Distrib. p/ finalidade e porte dos benef. 1986-92.	232
3D.	BB - Crédito Rural. Distribuição Regional. 1986-91.	233
3E.	CRÉDITO RURAL - Composição por fonte de recursos.	234
3F.	BB, CEF E SISTEMA - Caderneta de poupança imobiliária e rural. 1987-92.	235
3G.	BB - Poupança Rural. 1987-92.	236
4A.	BB - Crédito Industrial. Distrib. por modalidade e gênero. 1986-92.	237
4B.	BNDES - Desembolsos por ramos e gêneros de atividades. 1980-91.	238
4C.	BNDES - Crédito à atividade industrial. 1980-91.	239
5A.	BB - Demonstração de Resultados. 1981-86.	240
5B.	BB - Demonstração de Resultados. 1987-92.	241
5C.	BB - Evolução do Lucro e Rentabilidade. 1980-92.	242
5D.	BRADESCO E ITAÚ - Demonstração de Resultados. 1985-87.	243
5E.	BRADESCO E ITAÚ - Demonstração de Resultados. 1988-92.	244
5F.	BB E PRIVADOS - Despesas administrativas. 1985-92.	245
5G.	BB E TESOURO NACIONAL - Acerto de contas.	246
6A.	BB - Participação no mercado de câmbio. 1986-92.	247
6B.	BRASIL - Dívida externa com bancos. 1983-92	248
6C.	BB - Área internacional. Passivos e ativos.	249
6D.	BB - Operações da área internacional.	250
7A.	SISTEMA FINANCEIRO - Ativos por tipo de instituição. 1988-92.	251
7B.	SISTEMA FINANCEIRO - Operações de crédito, por instituição. 1988-92.	252
8A.	BCOS. DE INVESTIMENTO E BB-BI - Balanços. 1988-92.	253
8B.	SCFI E BB-FINANCEIRA - Balanços. 1988-92.	254
8C.	LEASINGS E BB-LEASING - Balanços. 1988-92.	255
9A.	BB - Rede de dependências.	256

BANCO DO BRASIL

COMPOSICAO DOS DEPOSITOS - SERIE HISTORICA (1)

PARTICIPACAO PORCENTUAL (%)

DEPOSITOS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
A VISTA	93,5	98,9	98,6	98,7	99,5	99,8	87,9	86,6	86,9	83,7
DO PUBLICO	30,6	37,7	35,6	46,5	39,0	40,3	34,1	31,7	25,5	27,2
INSTIT. FIN.	8,5	9,0	11,0	6,9	18,6	4,8	3,8	1,7	1,9	4,7
DO GOVERNO	54,4	52,2	52,1	45,4	42,0	54,7	50,0	53,1	59,5	51,9
A PRAZO	6,5	1,1	1,4	1,3	0,5	0,2	12,1	13,4	13,1	16,3
RDB							12,1	13,4	13,1	3,3
CDB										13,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL EM US\$ MILHOES (3)							9.294	9.072	7.464	6.183
DEPOSITOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992		
A VISTA	69,6	82,6	67,4	26,8	25,7	37,5	25,6	20,7		
DO PUBLICO	24,9	31,5	17,7	16,5	18,8	23,0	17,4	16,2		
DE INSTIT. FIN.	4,4	0,5	0,1	0,2	1,9	0,1	0,1	0,1		
DE GOVERNOS	40,2	50,6	49,5	10,1	5,0	14,4	8,1	4,5		
POUPANCA RURAL	-	0,0	18,4	49,1	39,0	38,7	34,4	37,3		
INTERFINANCEIROS	-	0,0	0,7	2,5	0,6	4,9	11,1	4,1		
A PRAZO (2)	30,4	17,4	13,5	21,7	34,7	18,9	29,0	37,9		
RDB	16,7	1,0	9,2	14,7	34,2	21,1	32,9	43,9		
CDB	13,7	0,2	4,3	6,2	9,8	0,2	1,4	0,7		
RDB/CDB PRE			17,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0		
JUDIC.C./REMUN.			0,0	0,0	0,8	1,0	0,5	1,1		
DESP. APROP.			(0,9)	(0,0)	(0,0)	(10,3)	(3,0)	(6,4)		
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100		
TOTAL EM US\$ MILHOES(3)	7.836	17.814	16.769	10.259	6.799	5.548	7.897	8.882		

(1) Saldos em final de período.

(2) Os depósitos de 1985 não estão discriminados entre aplicações pré ou pós-fixadas.

(3) Valores convertidos pelo IGP centrado para CR\$ de 31/12/90 e então convertidos em dólares.

FONTE: Mensário Estatístico do Bco. do Brasil. Vários números.

ELAB.: Autor.

BANCO DO BRASIL

BALANÇO - Contas Consolidadas (1)

Participação Percentual (%)

CONTA	EXERCÍCIO									
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
ATIVO										
DISPONIBILIDADES	0,2	0,2	1,9	1,5	2,2	1,6	1,5	1,3	12,7	0,3
OPERAÇÕES DE CREDITO	55,0	48,1	44,7	38,7	35,4	25,4	16,5	15,9	25,3	26,0
CREDITOS DIVERSOS	23,6	38,3	45,3	48,9	51,5	60,7	64,2	64,0	50,4	60,5
OP.P/ CTA. DO BC	0,1	0,5	0,2	0,0	0,1	0,6	0,7	0,8	2,1	0,9
OP.P/ CTA. DO TESOUREO	7,3	7,6	12,3	10,5	13,1	11,5	14,6	13,6	4,6	2,1
OUTR.CRED.MOEDA EXTR.	6,1	13,4	17,0	19,7	15,5	25,3	22,8	16,3	2,9	1,7
RELS.INTERF.E DEPTAIS.	17,3	9,3	4,1	6,6	4,8	4,5	6,6	7,1	3,2	3,0
VALORES E BENS	1,7	0,4	0,2	0,2	1,3	2,2	4,9	6,4	3,5	6,8
PERMANENTE	2,2	3,7	3,9	4,1	4,7	5,6	6,3	5,3	5,0	3,6
DESP.EXERC.FUTUROS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
PASSIVO										
DEPOSITOS	16,2	18,1	16,5	14,4	15,4	14,1	11,6	12,5	23,0	19,8
RELS.INTERB.E DEPTAIS.	15,6	2,5	2,9	2,7	3,6	3,7	3,5	2,9	2,2	2,1
OBRIGS. P/ EMPRESTIMOS	17,8	14,7	15,0	14,0	12,5	12,6	10,8	9,1	7,6	19,0
OBR.P/EMPR.EXTERNOS	3,2	3,3	3,9	4,8	4,7	5,4	3,6	2,2	1,1	0,5
OBR.EM MOEDA ESTR.	2,2	3,7	3,5	2,8	1,9	3,6	4,7	3,5	1,7	1,4
OBRIGS. P/ RECB.TRIBS.	1,3	1,1	0,7	0,6	0,6	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4
OUTRAS OBRIGAÇÕES	38,4	54,1	56,0	58,0	56,0	57,1	60,1	63,0	55,6	49,9
OBR.P/CTA. DO BC	2,3	4,0	3,2	3,0	3,7	3,6	2,9	3,3	4,7	33,6
OBR.P/CTA. TESOUREO	3,2	2,7	3,0	2,8	3,1	3,8	7,0	6,7	3,8	1,0
OBR.DIV.MOEDA ESTR.	4,1	10,1	13,5	16,7	13,5	20,0	16,0	11,5	0,4	0,2
CTA. MOVIMENTO	24,7	25,1	25,7	21,8	20,9	11,7	3,2	8,9	9,1	0,0
PATRIMONIO LIQUIDO	10,8	9,5	8,9	10,4	11,9	11,9	13,6	12,1	11,2	8,8
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL EM US\$ BI (2)				45,38	41,80	54,82	53,09	64,31	77,44	84,64

FONTE: BALANÇOS ANUAIS DO BANCO DO BRASIL.

(1) Saldos em final de período.

(2) Vals. corrig. p/ Cr\$ de 31.12.90 pelo IGP-DI centrado e convertido em dólares.

ELABORACAO: Autor.

BANCO DO BRASIL

PASSIVO - Saldos em final de período.

Participação percentual (%)

CONTA	EXERCÍCIO									
	JUN 88	DEZ 88	JUN 89	DEZ 89	JUN 90	DEZ 90	JUN 91	DEZ 91	JUN 92	DEZ 92
OBRIGAÇÕES POR										
HAVERES FINANC.	20,5	17,8	22,7	23,7	15,2	13,4	14,5	14,6	15,9	17,1
DEPOS. A VISTA	6,6	3,3	2,9	2,9	3,5	3,6	3,6	2,7	2,0	1,7
DEPOS. POUPANCA	6,0	6,9	8,1	4,7	2,5	3,4	4,4	4,2	4,7	5,0
DEPOS. A PRAZO	2,0	2,9	2,9	4,1	1,2	1,8	4,1	3,9	6,0	5,5
DER- LEI 8024/90	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	1,3	1,0
DEP. VINC. MERC. ABRT.	5,5	4,0	8,3	11,7	7,8	4,3	2,1	2,9	1,5	3,3
OUTRAS	0,4	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1	0,3	0,2	0,3	0,4
OBRIGAÇÕES POR										
EMPRESTIMOS E REPASSES	0,4	18,8	16,3	13,0	12,4	12,9	12,9	11,9	12,8	14,1
TESOURO NACIONAL	0,0	0,1	0,1	12,5	11,9	12,3	12,2	10,9	10,8	10,6
AGENCIAS	0,3	18,7	16,2	0,4	0,5	0,6	0,7	1,1	2,0	3,5
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
CEF	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
FINAME	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,7	1,1
OUTRAS	0,2	18,5	16,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	1,0	2,1
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	60,3	44,0	40,9	43,2	54,3	53,2	53,6	51,9	46,6	44,4
FUNDOS E PROGRAMAS	1,6	1,6	1,1	0,9	0,7	1,0	1,2	1,2	1,3	1,2
JUNTO AO TESOURO	58,8	42,4	39,8	42,3	41,7	44,8	45,3	47,2	44,4	43,2
V.O.B.	0,0	0,0	0,0	0,0	11,9	7,5	7,1	3,4	0,9	0,0
OBRIGAÇÕES EXTERNAS	3,5	4,3	4,9	5,5	4,5	5,0	5,7	6,5	9,3	8,5
RECURSOS PRÓPRIOS	14,1	14,4	13,2	13,6	11,7	13,1	11,3	12,3	13,7	14,0
PROVISÃO	4,5	5,4	3,9	4,9	4,8	6,5	3,7	3,5	3,1	3,6
PATR. LIQ.	9,6	9,0	9,4	8,7	6,9	6,7	7,6	8,8	10,6	10,4
P.L.	8,9	7,9	9,3	8,5	6,9	6,3	7,4	8,4	10,6	10,0
RESULTS. ACUM.	0,8	1,1	0,0	0,1	0,0	0,4	0,2	0,4	0,0	0,4
OUTRAS OBRIGAÇÕES. (1)	1,2	0,7	1,9	1,0	1,8	2,3	2,0	2,9	1,7	1,9
TOTAL DO PASSIVO.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL EM US\$ BI (2)	74,90	72,59	66,29	56,44	56,64	56,07	53,59	56,93	59,88	58,13

(1) - Obrigações por arrecadações, por pagamentos a efetuar e por vals. a incorporar.

(2) Valores corrigidos para Cr\$ de 31/12/90 pelo IGP Centrado, e então convert. em dólares.

FONTE: Boletim do BANCO CENTRAL DO BRASIL. Vários Números.

ELABORAÇÃO: Autor.

BANCO DO BRASIL

ATIVO - Saldos em final de período.

Participação percentual (%).

CONTA	EXERCÍCIO									
	JUN 88	DEZ 88	JUN 89	DEZ 89	JUN 89	DEZ 90	JUN 91	DEZ 91	JUN 92	DEZ 92
DISPONIBILIDADES	0,9	1,1	0,5	0,6	0,5	0,4	0,5	0,3	0,4	0,4
CX.E RESERV.LIVRES	0,9	0,7	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
APLIC. EM OURO	0,0	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
DEPOS. NO BACEN	0,0	0,0	1,2	0,7	10,2	8,7	8,9	4,8	2,3	1,4
RESERV.COMPULSORIAS	0,0	0,0	1,1	0,7	0,6	0,9	1,0	0,6	0,5	0,7
REC.PLANO BRAS.NOVO	0,0	0,0	0,0	0,0	9,3	7,3	7,3	3,6	0,9	0,0
OUTROS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,5	0,6	0,6	0,8	0,8
APLIC.TIT.VAL.MOB.	10,4	10,1	12,5	17,1	10,0	6,2	4,4	5,4	7,0	5,8
DO TESOUREO	1,3	2,1	0,0	13,3	8,5	2,4	3,1	3,6	4,4	3,2
DO BACEN	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	2,0
ESTADS.E MUNICIPS.	2,0	3,7	2,8	0,5	0,3	1,5	0,5	0,4	0,0	0,0
DEBENTURES	0,0	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1
OUTROS	4,5	4,3	9,5	3,1	1,0	2,1	0,5	1,2	1,2	0,6
OPS.CRED.ARR.MERC.(1)	31,9	33,6	30,6	21,2	23,6	25,5	25,5	24,5	26,2	29,1
NORMAL	31,8	33,4	30,0	20,6	23,0	20,0	20,3	20,2	22,3	25,1
ATRASO E LIQUID.	0,2	0,2	0,7	0,6	0,6	5,6	5,8	6,1	6,1	6,4
HAVERES EXTERNOS	5,1	6,4	6,7	7,5	5,9	6,5	7,3	5,3	7,5	6,8
CREDITOS ESPECIAIS	39,2	42,2	38,9	42,5	41,6	44,4	45,3	47,2	44,5	43,2
PERMANENTE	3,6	3,8	4,0	4,2	3,7	4,4	4,7	9,2	8,9	9,1
INVESTIMENTO	2,1	2,4	2,5	2,6	2,4	3,0	3,2	7,0	6,7	7,0
IMOBILIZADO	1,4	1,3	1,4	1,5	1,2	1,3	1,5	2,2	2,2	2,0
OUTRAS (2)	8,8	2,8	5,7	6,2	4,4	3,9	3,5	3,2	3,2	4,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL EM US\$ BI(3)	74,90	72,59	66,29	56,44	56,64	56,07	53,59	56,93	59,88	58,13

(1) Exclui rendas a apropriar.

(2) Inclui Adiantamentos p/ Cta. de Pagamento Diversos, e Outras (nao desagregadas).

(3) Vals. corrig. pelo IGP DI centr. p/ 31.12.90 e convert. em dólares.

FONTE: BOLETIM MENSAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Vários Números.

ELABORAÇÃO: Autor.

BANCO DO BRASIL

Balanço Consolidado - Brasil e Exterior (1986/91) (1).

Em US\$ bilhões(2)

CONTA	1986		1987		1988		1989		1990		1991	
	BRASIL	EXTERIOR										
ATIVO												
DISPONIBILIDADES	9,80	0,43	0,21	0,71	0,80	0,66	0,35	0,45	0,24	0,31	0,14	0,25
RELS. INTERBANC. INTERDEP.	2,47	0,74	2,52	0,51	-	-	-	-	-	-	-	-
APLIC. INTERFIN. LIQUIDEZ	-	-	-	-	2,93	0,00	2,11	0,00	0,94	0,00	0,19	0,00
TITULOS E VALS. MOB. (3)	2,70	0,08	5,72	0,07	4,87	0,09	7,63	0,06	2,55	0,09	2,89	0,13
RELS. INTERFINANCEIRAS	-	-	-	-	2,98	0,02	2,48	0,02	6,94	0,02	4,24	0,04
RELS. INTERDEPENDENCIAS	-	-	-	-	0,63	0,32	0,92	0,26	0,08	0,50	0,16	0,58
OPERACOES DE CREDITO	19,59	25,25	21,98	20,97	23,51	17,97	11,13	11,68	12,51	11,88	13,20	14,06
OUTROS CREDITOS (4)	39,01	1,06	51,17	1,37	40,82	1,69	32,12	0,92	31,74	1,41	32,91	1,67
OUTROS VALORES E BENS	-	-	-	-	0,04	0,02	0,07	0,01	0,03	0,01	0,07	0,01
PERMANENTE	3,86	(0,82)	3,03	(0,50)	2,74	(0,63)	2,38	(0,53)	2,48	(0,60)	5,24	(2,62)
INVESTIMENTOS (5)	2,42	(0,91)	1,81	(0,59)	1,73	(0,70)	1,48	(0,61)	1,71	(0,71)	3,97	(2,74)
IMOBIL. DE USO	1,42	0,08	1,20	0,08	0,97	0,07	0,87	0,07	0,75	0,11	1,26	0,12
DIFERIDO	0,01	0,01	0,01	0,00	0,03	0,00	0,04	0,00	0,03	0,00	0,01	0,00
TOTAL	77,44	26,73	84,64	23,12	79,33	20,13	59,20	12,87	57,51	13,61	59,04	14,11
PASSIVO												
DEPOSITOS	17,81	22,33	16,77	19,97	10,26	17,34	6,80	11,18	5,55	11,89	7,92	12,60
RELS. INTERBANC. INTERDEP.	1,73	0,78	1,79	0,46	-	-	-	-	-	-	-	-
CAPTACOES MERC. ABERTO	-	-	-	-	2,90	0,00	6,61	0,00	2,44	0,00	1,63	0,00
RELS. INTERFINANCEIRAS	-	-	-	-	2,46	0,04	1,61	0,01	1,31	0,13	1,60	0,14
RELS. INTERDEPENDENCIAS	-	-	-	-	0,29	0,30	0,14	0,24	0,16	0,22	0,11	0,26
OBRIGS. P/ EMPRESTIMOS	5,88	2,34	16,05	1,48	0,79	1,30	0,41	0,70	1,15	0,76	0,67	0,44
OBR. REPAS. PAIS-Inst. Ofic.	-	-	-	-	13,57	0,00	7,28	0,00	7,24	0,00	6,80	0,00
OBR. REPAS. DO EXTERIOR	-	-	-	-	0,14	0,00	0,22	0,00	0,32	0,00	0,35	0,00
OUTRAS OBRIGACOES	43,35	1,28	42,55	1,20	42,55	1,14	31,27	0,73	35,66	0,59	35,02	0,67
RESULTS. EXERC. FUTUROS	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
PATRIMONIO LIQUIDO	8,66	0,00	7,48	0,00	6,37	0,00	4,86	0,00	3,69	0,00	4,94	0,00
CAPITAL	2,97	0,00	1,32	0,00	4,79	(4,27)	3,95	0,00	2,90	(2,60)	5,64	(5,15)
RESERVAS	3,92	0,00	5,61	0,00	1,16	4,27	0,86	0,00	0,78	2,60	1,38	5,15
LUCR. PREJ. ACUMULADOS	1,77	0,00	0,55	0,00	0,42	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00
TOTAL	77,44	26,73	84,64	23,12	79,33	20,13	59,20	12,87	57,51	13,61	59,04	14,11

(1) Balanço da área externa obtido pela diferença entre os valores do Balanço Geral Condensado, que engloba dependências no exterior, e o Balanço Patrimonial.

(2) Valores corrig. p/ 31.12.91 pelo IGP DI centrado e então convertidos em dólares.

(3) Até 1987, Valores e Bens.

(4) Até 1987, Créditos Diversos.

(5) Os valores negativos correspondem aproximadamente aos investimentos em dependências no exterior.

FONTE: Demonstrativos Anuais do BB (1986/91).

ELABORAÇÃO: Autor.

BRADESCO E ITAU

ATIVO. Contas Agregadas (1).

Participação percentual (%).

CONTA	EXERCÍCIO				
	1988	1989	1990	1991	1992
DISPONIBILIDADES	0,5	0,4	0,7	0,8	2,6
DEPOS. NO BACEN	4,8	4,3	37,4	23,6	6,6
DEP. NO BACEN	4,8	4,3	6,6	8,1	6,6
PLAN.BRAS.NOVO	0,0	0,0	30,8	15,5	0,0
APLIC.INTERFINANC.	14,7	18,0	8,8	13,2	13,3
MERC.ABERTO	9,0	15,9	6,3	10,2	9,1
INTERFINANC.	5,7	2,1	2,6	3,1	4,1
APLIC.TIT.VAL.MOB.	33,2	40,0	7,1	2,5	22,6
CARTEIRA PROPRIA	15,8	6,6	2,1	2,6	18,1
TERCEIROS	18,1	35,0	5,3	0,0	4,7
PROV.P/DESVAL.	(0,8)	(1,5)	(0,3)	(0,1)	(0,3)
RELS. INTERFINANC.(2)	5,7	4,0	2,4	5,1	0,7
RELS.INTERDEPENDENCIAS.	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2
OPS.CRED.ARR.MERC.(3)	27,4	22,0	28,6	29,4	27,4
NORMAL	26,5	21,5	28,1	28,0	26,3
ATRASO E LIQUID.(4)	1,0	0,5	0,5	1,3	1,0
OUTROS CRÉDITOS (3)	3,6	3,7	5,5	7,1	10,5
NORMAL	3,6	3,7	5,2	7,0	10,5
ATRASO E LIQUID.(4)	(0,0)	0,0	0,4	0,1	0,0
OUTROS VALS.BENS	0,2	0,2	1,3	0,2	0,2
PERMANENTE	9,6	7,2	8,0	17,8	16,1
INVESTIMENTO	1,4	1,6	2,2	5,5	5,1
IMOBILIZADO	7,8	5,4	5,6	11,7	10,3
DIFERIDO	0,4	0,2	0,2	0,5	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ATIVO EM US\$ BI (5)	28,7	29,3	21,6	18,7	20,9

(1) Saldo em final de período, extraídos do Consolidado.

(2) Parte dos "Créditos Vinculados", que integram as Relações Interfinanceiras, foi realocada para Depos. no Bacen.

(3) Exclui rendas a apropriar.

(4) Utilizou-se o valor das respectivas "provisões" como proxy.

(5) A partir de valores de dez.90, corrigidos pelo IGP Centrado.

FONTE: Balanços Anuais Bradesco e Itaú, Consolidados, 1988/92.

ELABORACAO: Autor.

BRADESCO E ITAU

PASSIVO. Contas Agregadas (1).

Participação percentual (%)

CONTA	EXERCÍCIO				
	1988	1989	1990	1991	1992
OBRIGAÇÕES POR					
HAVERES FINANCEIROS	74,8	77,7	47,3	47,7	56,7
DEPOS. À VISTA	7,2	4,8	10,0	9,2	5,7
DEPOS. POUPANÇA	38,4	22,8	14,3	19,9	21,9
DEPOS. À PRAZO	7,1	2,9	7,2	13,3	19,0
DEP.VINC.MERC.ABRT.	21,5	47,2	14,4	3,9	7,1
OUTRAS (2)	0,6	0,1	1,3	1,4	3,0
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	0,7	1,3	1,5	4,1	0,1
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1,6	1,6	0,8	1,0	0,8
OBRIGAÇÕES POR					
EMPRESTIMOS E REPASSES	2,2	1,5	2,9	4,8	3,7
EMPR.PAIS-INSTIT.OFIC.	0,1	0,0	0,5	0,4	0,2
EMPR.PAIS-OUTR.INSTIT.	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0
BNDES	0,2	0,1	0,2	0,4	0,5
FINAME	1,9	1,3	2,0	2,6	2,8
OUTRAS	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (VOBC)	0,0	0,0	28,4	12,8	0,0
OBRIGAÇÕES EXTERNAS	3,8	2,2	1,9	2,0	5,6
OUTRAS OBRIGAÇÕES (3)	5,3	6,0	6,5	6,2	13,0
RECURSOS PRÓPRIOS	11,5	9,6	10,7	21,4	20,2
RES.EXERC.FUTUROS	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
PART.MINOR.NAS CONTR.	0,7	0,6	0,6	0,8	0,1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10,7	9,0	10,1	20,5	20,1
CAPITAL SOCIAL (4)	4,7	4,8	4,1	10,4	9,3
RESERVAS (5)	6,0	2,8	6,0	10,1	10,1
LUCROS ACUM.	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0
TOTAL DO PASSIVO.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL EM US\$ BI (6)	28,7	29,3	21,6	18,7	20,9

(1) Saldos em final de período, extraídos do Consolidado.

(2) Inclui Dep. Interfinanceiros, Rec. de Aceites e Emissão de Títulos.

(3) Inclui Obrig. Fisc. e Previd., Cambio, Arrecad. Trib., Soc.Estat. e outras.

(4) Inclui Cap.Soc. de Domic.no país e Cor.Monet. Capital, menos cap.a realizar.

(5) Inclui Reservas de Capital, de Lucros e de Reavaliação.

(6) Vals. corrig. p/ 31/12/90 pelo IGP Centrado, e convert. em dólares.

FONTE: Balanços Anuais Consolidados. (1988/92).

ELABORAÇÃO: Autor.

BANCO DO BRASIL

OPERACOES DE CREDITO - Saldos em final de periodo (1983-87)

Participação Percentual (%)

DESTINACAO	EXERCICIO									
	DEZ 83	JUN 84	DEZ 84	JUN 85	DEZ 85	JUN 86	DEZ 86	JUN 87	DEZ 87	
SETOR PUBLICO	2,9	1,8	1,6	1,6	1,1	9,6	6,1	27,1	27,8	
FEDERAL	0,5	0,2	0,1	0,1	0,0	7,0	3,9	22,6	17,5	
GOVERNO	0,5	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,6	0,3	
ATIV. EMPRESAR. (1)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	3,9	22,0	17,2	
ESTADUAL	1,4	0,5	0,4	0,4	0,3	1,5	1,1	3,4	8,3	
GOVERNO	1,4	0,5	0,4	0,4	0,3	1,5	1,1	3,4	8,3	
ATIV. EMPRES.										
MUNICIPAL	1,0	1,2	1,1	1,1	0,8	1,1	1,1	1,2	2,0	
GOVERNO	1,0	1,2	1,1	1,1	0,8	1,1	1,1	1,2	2,0	
ATIV. EMPRES.										
SETOR PRIVADO	85,3	90,7	90,0	93,9	93,7	86,9	90,3	68,3	68,1	
RURAL	41,6	46,9	48,0	51,6	53,4	46,3	54,5	34,7	38,7	
INDUSTRIA	25,3	23,7	23,4	25,0	22,4	24,7	20,6	16,8	16,6	
COMERCIO	14,2	16,0	15,3	14,4	13,7	10,8	12,1	11,9	9,0	
INTERM. FIN.	0,0	0,0	0,0	0,5	1,4	0,9	0,0	0,0	0,0	
OUTRAS	2,8	2,9	2,2	1,5	1,1	1,0	1,2	2,1	2,2	
PES. FISICA	1,4	1,2	1,1	1,0	1,6	3,2	2,0	2,7	1,5	
OUTROS	11,8	7,5	8,3	4,5	5,2	3,5	3,6	4,6	4,0	
TOTAL EM US\$ BI (2)	14,8	10,85	9,89	10,2	11,2	18,4	20,8	18,0	22,5	
VARIACAO (%)	-	(26,5)	(8,8)	2,7	9,8	65,3	12,8	(13,6)	25,2	

(1) Até 1987, o créd. às ativ. empres. do setor públ. nao era discriminado por instância.

Adotou-se hipótese de referir-se à inst. federal, p/ compatibilizar a série com a TABELA 2B.

(2) Vals. corrig. p/ Cr\$ de 31.12.90 pelo IGP centrado e convertidos em dólares.

FONTE: Boletim Mensal do BANCO CENTRAL DO BRASIL. Vários Números.

ELABORACAO: Autor.

BANCO DO BRASIL

OPERAÇÕES DE CREDITO - Saldos em final de período.

Participação percentual (%)

DESTINAÇÃO	EXERCICIO									
	JUN 88	DEZ 88	JUN 89	DEZ 89	JUN 90	DEZ 90	JUN 91	DEZ 91	JUN 92	DEZ 92
SETOR PUBLICO	31,8	40,5	41,1	43,0	42,0	39,8	39,1	33,4	31,2	31,5
FEDERAL	18,8	17,3	15,3	20,3	19,4	21,2	18,8	18,2	16,3	18,0
GOVERNO	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,4	0,2	0,7	4,9
ATIV.EMPRESAR.	18,7	17,3	15,3	20,3	19,4	20,9	18,3	17,9	15,5	13,1
ESTADUAL	11,0	21,1	24,0	20,7	21,1	16,9	18,7	14,0	13,8	12,4
GOVERNO	11,0	21,1	24,0	20,7	21,1	16,9	18,6	13,8	13,5	12,1
ATIV.EMPRES.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,3
MUNICIPAL	2,1	2,1	1,8	2,0	1,5	1,7	1,7	1,2	1,2	1,0
GOVERNO	2,1	2,1	1,8	2,0	1,5	1,7	1,7	1,2	1,2	1,0
ATIV.EMPRES.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SETOR PRIVADO	68,2	59,5	58,9	57,0	58,0	60,2	60,9	66,6	68,8	68,5
RURAL	38,0	33,0	33,6	28,5	34,0	35,5	34,9	43,5	43,3	43,5
INDUSTRIA	18,1	17,0	15,0	17,9	15,0	15,2	16,8	14,1	17,1	17,1
COMERCIO	6,6	5,1	5,9	6,2	5,7	5,7	5,6	5,5	5,5	5,1
INTERM.FIN.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS	3,5	2,9	2,4	2,6	1,9	2,8	2,3	2,3	2,1	1,9
PES.FISICA	2,0	1,5	1,9	1,8	1,4	0,9	1,2	1,2	0,8	0,9
TOTAL EM US\$ BI (*)	23,95	24,43	20,36	11,99	13,40	14,33	14,01	14,97	17,01	18,28
VARIACAO (%)	-	2,0	(16,7)	(41,1)	11,7	7,0	(2,3)	6,9	13,6	7,4

(*) Vals. corrig. p/ Cr\$ de 31.12.90 pelo IGP DI centrado e convertidos em dólares.

FONTE: Boletim Mensal do BANCO CENTRAL DO BRASIL. Vários Números.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 2C

BANCO DO BRASIL

COMPOSIÇÃO DOS EMPRESTIMOS - Classificação Orcamentária (1)

Participação percentual (%)

ITEM ORCAMENTARIO	EXERCICIO						
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
I - EMPRESTIMOS	42,3	36,6	27,5	20,8	36,1	26,5	30,8
Ops. Interes. Governamental	10,6	10,3	6,9	3,9	6,0	3,8	3,5
Bacen- Ops.c/Rec.Fund.Progr.	5,1	7,3	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0
Op.c/Rec.Fund.Aprov.Diver.	1,0	1,5	1,7	1,2	1,8	2,1	5,4
Ops. de Conta Própria	25,6	14,1	11,4	10,4	23,9	13,8	12,1
Op.c/ Rec. Poupança-Ouro	-	3,5	7,3	5,1	4,5	6,8	9,8
II - OPERAÇÕES ESPECIAIS							
(Outr.Op.Inter.Governament.)	57,7	63,4	72,5	79,2	63,9	73,5	69,2
Pagamentos Especiais	12,0	13,0	72,3	79,0	63,6	73,2	66,8
Op. c/ Aprov.Especificos	40,8	50,1					
Op.Existentes em 31.12.85	4,9	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,1
Outros	-	-	-	-	-	0,1	2,2
APLICACOES TOTAIS (I + II)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Saldos em final de período.

FONTE: Mensário Estatístico do Banco do Brasil. Vários números.

ELAB.: Autor.

TABELA 2D

BANCO DO BRASIL

CREDITO. Distribuição setorial (1).

Participação percentual (%).

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
RURAL	58,0	46,9	54,4	36,6	30,5	38,2	58,8
INDUSTRIAL	20,2	23,5	28,8	43,2	40,7	38,8	24,1
ATIV.COM. E PREST.SERV.	11,1	14,2	10,6	14,8	15,7	10,9	14,2
NAO ESPECIFICADAS	10,7	15,4	6,2	5,3	13,2	12,1	2,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Fluxos anuais pelo acumulado dos vals. correntes em fim de período.

FONTE: Mensários Estatísticos do BB. Vários Números.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 2E

BB E SISTEMA FINANCEIRO
 OPERAÇÕES DE CREDITO. Evolução Comparada (1).

A N O	SISTEMA		BANCO DO BRASIL		BB/SISTEMA (%)
	1981=100	VAR(%)	1981=100	VAR(%)	
1981	100,0		100,0		16,5
1982	118,4	18,4	84,1	(15,9)	11,7
1983	94,3	(20,3)	56,7	(32,6)	9,9
1984	88,0	(6,7)	37,0	(34,8)	6,9
1985	88,6	0,7	42,2	14,1	7,9
1986	111,9	26,3	80,2	89,9	11,8
1987	86,1	(23,0)	86,1	7,4	16,5
1988	85,4	(0,8)	93,9	9,0	18,2
1989	78,2	(8,3)	46,1	(50,9)	9,7
1990	69,1	(11,7)	55,1	19,5	13,2
1991	55,9	(19,1)	49,2	(10,7)	14,5
1992	78,1	39,7	70,1	42,6	14,8

(1) A partir dos saldos em final de período.

FONTE: Boletim do BANCO CENTRAL DO BRASIL. Vários Números.

ELAB.: Autor.

TABELA 2F

BANCO DO BRASIL.

OPERAÇÕES DE CREDITO. Fluxo Anual.

Em R\$ milhoes (1).

A N O S	AGROPECUARIA		IND., COM. E ATIV. N-ESPEC.		TOTAL	
	VALOR	VAR(%)	VALOR	VAR(%)	VALOR	VAR(%)
1984	8.214		3.838		12.052	
1985	12.472	51,8	7.035	83,3	19.507	61,9
1986	18.915	51,7	12.793	81,8	31.708	62,5
1987	17.979	(4,9)	20.032	56,6	38.011	19,9
1988	14.380	(20,0)	13.737	(31,4)	28.117	(26,0)
1989	5.490	(61,8)	11.550	(15,9)	17.040	(39,4)
1990	5.006	(8,8)	12.592	9,0	17.598	3,3
1991	5.707	14,0	10.667	(15,3)	16.374	(7,0)
1992	7.397	29,6	6.105	(42,8)	13.503	(17,5)

(1) Valores correntes mensais corrig. pelo IGP-DI p/ dez/94 e acumulados a cada ano.

FONTE: Mensário Estatístico do BANCO DO BRASIL. Vários números.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 3A

CREDITO RURAL

EVOLUCAO DOS RECURSOS - SISTEMA FINANCEIRO E BANCO DO BRASIL

Fluxos anuais (1978=100) (1).

A N O S	SISTEMA FINANCEIRO		(SISTEMA - BB)		B A N C O D O B R A S I L					
	CRED.RURAL (1978=100) (A)	VARIAÇ. ANUAL(%) (B)	CRED.RURAL (1978=100) (C)	VARIAÇ. ANUAL(%) (D)	CRED.TOTAL 1978=100 (E)	VARIAÇ. ANUAL(%) (F)	CRED.RURAL 1978=100 (G)	VARIAÇ. ANUAL(%) (H)	RURAL/ TOTAL (I)	CRED.RUR. BB/SISTEM (J)
1978	100		100		100		100		74,1	63,7
1979	125	24,6	120	20,4	117	16,8	127	27,0	80,6	64,9
1980	119	(4,4)	105	(13,0)	124	6,2	127	0,3	76,1	68,0
1981	103	(13,3)	91	(13,0)	111	(10,5)	110	(13,4)	73,7	67,9
1982	100	(3,2)	105	15,4	101	(8,5)	97	(11,9)	71,0	61,8
1983	76	(24,5)	100	(5,2)	65	(35,8)	62	(36,4)	70,2	52,1
1984	46	(38,9)	49	(51,2)	48	(26,2)	45	(27,6)	68,9	61,7
1985	66	42,6	61	25,5	85	77,0	69	53,3	59,7	66,3
1986	98	49,1	100	64,3	120	40,9	97	41,4	59,9	62,8
1987	77	(21,2)	40	(60,4)	156	30,4	99	2,0	46,9	81,3
1988	55	(29,4)	26	(33,4)	96	(38,4)	71	(28,5)	54,4	82,4
1989 (2)	50	(8,7)	70	166,2	76	(21,0)	38	(46,0)	37,2	48,7
1990	28	(42,9)	27	(62,2)	72	(5,4)	30	(22,5)	30,5	66,1
1991	29	3,1	25	(6,0)	62	(14,2)	32	7,8	38,3	69,1
1992	33	10,9	25	0,1	47	(24,6)	37	15,7	58,8	72,1

(1) Variação pelo IGP DI médio, conforme metodologia do BC, An. Est. Créd. Rural.

(2) Para esse ano, os dados do Mensário do BB e do Anuário do BC apresentam substancial discrepância.

FONTES: BANCO CENTRAL. Anuário Estat. Crédito Rural (colunas A). BCO. BRASIL. Mens.Estat. (cols. E e G).

ELABORACAO: Autor.

TABELA 3B

CREDITO RURAL

VALOR MEDIO DOS CONTRATOS. Banco do Brasil e Restante do Sistema (1).

	SISTEMA - BB			BANCO DO BRASIL			BB/SISTEMA		
	CONTRATOS (A)	VALOR (B)	VALOR MEDIO (C)	CONTRATOS (D)	VALOR (E)	VALOR MEDIO (F)	CONTRATOS A/(A+D)	VALOR B/(B+E)	VALOR MEDIO (C)/(F)
1981	733.161	36.411.045	49,66	1.879.748	77.166.898	41,05	2,6	2,1	0,8
1982	886.990	42.004.705	47,36	1.717.100	67.981.065	39,59	1,9	1,6	0,8
1983	705.540	39.803.882	56,42	1.764.609	43.221.146	24,49	2,5	1,1	0,4
1984	462.869	19.437.332	41,99	1.122.555	31.275.145	27,86	2,4	1,6	0,7
1985	1.073.792	24.386.800	22,71	1.197.524	47.929.744	40,02	1,1	2,0	1,8
1986	1.446.231	40.069.041	27,71	1.576.373	67.767.655	42,99	1,1	1,7	1,6
1987	684.283	15.856.109	23,17	1.711.631	69.151.778	40,40	2,5	4,4	1,7
1988	376.805	10.552.701	28,01	908.192	49.433.325	54,43	2,4	4,7	1,9
1989	379.695	28.086.128	73,97	412.286	26.691.350	64,74	1,1	1,0	0,9
1990	429.780	10.603.786	24,67	385.704	20.687.915	53,64	0,9	2,0	2,2
1991	442.577	9.963.684	22,51	485.054	22.311.836	46,00	1,1	2,2	2,0
1992	134.332	9.974.958	74,26	368.530	25.824.382	70,07	2,7	2,6	0,9

(1) Em moeda de valor constante de dezembro de 1992.

FONTES: Anuário Estat. do Crédito Rural, do BC, e Mensário Estat. do BB (varios anos).

ELAB.: Autor.

BANCO DO BRASIL E SNCR (1)

CREDITO AGRICOLA. Finalidade e porte dos beneficiários.

Particip. porcentual (1).

FINAL DE PERIODO	1986	1987	1988 BB	1988 REST.	1989 BB	1989 REST.	1990 BB	1990 REST.	1991 BB	1991 REST.	1992 BB	1992
CUSTEIO	68,2	68,7	68,7	69,9	81,9	80,3	80,4	67,3	82,5	88,9	61,0	
MINI	7,5	5,0	4,4		4,1		14,9		2,6		1,9	
PEQUENO	11,9	11,0	10,5	24,2	13,9	9,8	19,2	-	30,4	20,4	10,5	
MEDIO	19,6	18,2	19,2	15,2	21,1	21,0	17,8	12,9	22,7	17,7	34,4	
GRANDE	29,2	27,0	26,6	29,9	37,2	46,6	27,7	24,5	26,8	27,4	14,2	
COOPERATS.	0,0	7,5	8,0	0,6	5,6	2,9	0,9	41,2	0,0	23,5	0,0	
OUTROS	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0		0,0	
INVESTIMENTO	12,4	11,0	13,7	19,2	4,2	14,3	4,1	17,0	4,9	8,0	10,1	
MINI	1,3	0,5	0,6		0,1		0,3	0,0	0,1		0,2	
PEQUENO	2,7	1,5	2,0	3,9	0,6	2,1	0,9	3,7	1,5	2,2	2,3	
MEDIO	4,2	3,3	4,4	3,0	1,0	2,3	1,1	2,5	1,6	1,7	3,6	
GRANDE	4,1	5,1	5,6	10,5	2,1	7,0	1,8	9,1	1,7	3,6	4,1	
COOPERATS.	0,0	0,6	1,2	1,3	0,3	1,0	0,0	0,7	0,0	0,2	0,0	
OUTROS	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	1,9	0,0	0,9	0,0	0,5	0,0	
COMERCIALIZ.	19,4	20,4	17,6	10,9	13,9	5,4	15,5	15,7	12,6	3,1	28,9	
MINI	0,1	0,1	0,0		0,1		0,1	0,0	0,0		0,1	
PEQUENO	1,9	0,8	0,5	0,4	0,7	0,3	5,0	-	3,8	-	9,3	
MEDIO	2,1	2,0	2,2	0,2	1,9	-	2,6	(6,5)	1,9	-	5,0	
GRANDE	15,4	6,5	6,2	2,0	6,2	-	7,3	-	6,9	-	14,5	
COOPERATS.	0,0	6,3	6,1	3,3	4,7	2,3	0,4	31,8	0,0	20,9	0,0	
OUTROS	0,0	4,7	2,6	4,9	0,4	3,2	0,0	20,0	0,0	4,6	0,0	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
MINI	8,8	5,5	5,1		4,3		15,3		2,7		2,2	
PEQUENO	16,5	13,3	13,1	28,5	15,2	12,1	25,1	-	35,7	14,7	22,1	
MEDIO	25,9	23,4	25,7	18,3	24,1	23,1	21,5	8,8	26,2	17,0	42,9	
GRANDE	48,7	38,6	38,3	42,5	45,4	53,3	36,8	18,3	35,3	18,8	32,8	
COOPERATS.	0,0	14,4	15,3	5,3	10,6	6,2	1,3	72,7	0,0	44,5	0,0	
OUTROS	0,0	4,7	2,6	5,4	0,4	5,2	0,0	22,0	0,0	5,1	0,0	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

(1) O sinal (-) significa que o cruzamento das fontes nao apresenta consistência.

FONTE: Mensário Estat. do BB, e Anuário Estat. do Créd. Rur., do BC; vários números.

ELABORACAO: Autor.

TABELA 3D

BANCO DO BRASIL
 CREDITO RURAL - Distribuição Regional. Particip. percentual (%).

REGIAO	1986	1987	1988	1989	1990	1991
NORTE	1,3	1,4	1,5	1,3	0,9	1,4
NORDESTE	13,9	12,5	15,6	4,9	6,4	11,0
SUDESTE	23,4	26,1	20,3	20,4	28,6	20,0
SUL	44,8	42,1	37,9	43,2	45,1	42,6
CENTRO-OESTE	16,5	17,9	24,6	30,3	19,0	24,9
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: Mensário Estatístico do BB. Vários Números.
 ELAB.: Autor.

TABELA 3E

CRÉDITO RURAL - SISTEMA FINANCEIRO
 FINANCIAMENTOS A PRODS. E COOPS. Por fonte de recursos. Participação porcentual (%).

ORIGEM DOS RECURSOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
RECURSOS DO TESOURO	54,3	64,9	37,3	25,0	24,0	26,7	24,2	23,0
RECURSOS OBRIGATORIOS	41,0	24,6	34,3	34,3	14,5	27,4	22,4	18,7
POUPANCA RURAL	0,0	0,0	22,6	37,4	51,6	20,0	32,3	45,5
RECURSOS LIVRES	0,0	0,0	0,0	0,0	7,8	19,9	10,3	6,8
OUTROS (1)	4,6	10,6	5,8	3,2	2,2	6,0	10,8	6,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
VAR. VOLUME	-	49,1	(21,2)	(29,4)	(8,7)	(42,9)	3,2	10,9

(1) Recursos de "outras fontes", fundos constitucionais e, reduzidamente, dos governos estaduais.
 FONTES: Anuário Estatístico do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, vários números, e TAB. 3A.
 ELABORACAO: Autor.

TABELA 3F

DEPOSITOS DE POUPANÇA

Participação das Modalidades e Principais Instituições. Participação Percentual (%).

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
SBPE		93,0	87,8	88,7	86,0	85,1	84,7
CEF		37,8	34,6	39,7	33,0	28,1	26,3
OUTROS (1)		55,2	53,2	48,9	53,0	57,0	58,4
POUPANÇA RURAL		7,0	12,2	11,3	14,0	14,9	15,3
BANCO DO BRASIL		7,0	11,8	11,0	13,8	14,6	15,0
TOTAL POUPANÇA		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL EM US\$ bilhões (2)		44,2	42,7	24,2	14,0	16,2	19,5

(1) Envolve Caixas Ec.Estaduais, Bcos Ciais. e Múltiplos Privados e entidades do SBPE.

(2) Vals. corrig. p/ 31.12.91 pelo IGP DI centrado e convert. em dólares.

FONTE: Suplemento Estat. Boletim BC, set/1994, e BC, Estat.Fin. Merc.Capit., var.núm.

ELAB.: Autor.

TABELA 3G

POUPANÇA-OURO
CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO EM CRÉDITO RURAL (1). Em US\$ bilhoes (2).

	1987	1988	1989	1990	1991	1992
APLICAÇÕES (A)	1,91	4,11	1,83	0,81	2,93	4,34
CAPTAÇÃO (B)	3,09	5,04	2,65	2,14	2,71	3,31
(A)/(B) (%)	62,0	81,7	69,2	37,7	107,8	131,0

(1) Posição em final de período.

(2) Vals. corrig. p/ 31.12.90 pelo IGP DIC e convert. em dólares.

FONTE: Mensários Estatísticos do BB. Vários Números.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 4A

BANCO DO BRASIL
CRÉDITO INDUSTRIAL. Composição por Modalidade e Setor (1). Partic. percent.(%).

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
CUSTEIO	98,2	93,6	87,7	66,8	54,7	55,6	93,6
Ind. Extrat.Mineral	0,3	0,7	0,4	0,4	5,0	7,7	9,0
Ind. Transformação	97,9	92,9	87,3	66,4	49,8	47,9	84,5
Grupo A	50,1	56,6	61,6	42,2	27,9	33,6	62,8
Grupo B	47,8	35,8	25,4	24,1	21,9	14,3	21,7
INVESTIMENTO	1,8	6,4	12,3	33,2	45,3	44,4	6,4
Extrat.Mineral	0,0	3,1	2,8	30,6	43,8	42,5	3,6
Transformação	1,8	3,3	9,6	2,6	1,5	1,9	2,8
Grupo A	1,4	0,6	1,3	2,3	1,0	0,8	1,8
Grupo B	0,4	2,6	8,3	1,3	0,5	1,1	1,0
TOTAL INDUSTRIA	100	100	100	100	100	100	100

(1) Fluxos anuais. Acumulado dos vals. correntes em final de período.
Grupo A - Ind. de Prod. Alimentares, Vestuar., Calçados, Prod. de Tec., Têxtil, Bebidas, Madeira, Mobiliário, Papel e Papelão, Borracha, Couro, Peles, Fumo.
Grupo B - Metalurgia, Mat. Transporte, Mecânica, Química, Prod.Mat. Plást., Prod.Min.ñ-metalicos, Mat.Eletr. e Comunic., Edit.Gráfica, Prod.Farmac.Veter.e outros.
FONTE: Mensário Estatístico do Banco do Brasil. Vários números.
ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 4B

SISTEMA BNDES
 DESEMBOLSOS. Composição por Ramos e Gêneros de Atividades. Particip. Percentual (%).

RAMO E GÊNERO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Agropecuária	0,5	0,4	0,2	0,2	0,4	0,6	0,8	1,3	1,9	3,2	3,8	7,2
Ind. Extrat. Mineral	2	3,4	3,9	2,3	1,6	3,7	3,6	3,7	1,8	2,1	1,5	0,9
Ind. Transformação	64,8	64,4	57,7	51	50	42,3	52,7	51,1	61	64,4	73,8	66,3
Serviços	26,5	27,8	31,9	30,4	27,9	39,7	39,3	41,4	31,6	28,7	20,6	25,5
Outros (Social)	6,1	4	6,2	16,1	20,1	13,7	3,6	2,5	3,6	1,6	0,3	0,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: BNDES, 40 ANOS - Um Agente de Mudanças, pp. 40-1, apud FUNDAP (1993b).

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 4C

BNDES

CREDITO A ATIVIDADE INDUSTRIAL. Composição por gêneros.

Part.Percent. (%).

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Ind. Extrat. Mineral	3,0	5,0	6,3	4,3	3,1	8,0	6,4	6,8	2,9	3,2	2,0	1,3
Ind. Transformação	97,0	95,0	93,7	95,7	96,9	92,0	93,6	93,2	97,1	96,8	98,0	98,7
Grupo A	10,9	7,4	6,5	7,7	11,0	15,7	23,4	28,3	20,9	20,6	17,8	20,7
Grupo B	76,6	78,5	77,9	78,0	71,9	65,7	58,4	56,4	62,3	49,2	47,1	46,7
Papel e Papelao	7,3	6,3	7,5	8,4	12,2	7,6	8,7	6,4	12,7	25,3	32,1	30,2
Outros (**)	2,1	2,8	1,8	1,5	1,7	3,0	3,0	2,2	1,3	1,8	0,9	1,0
TOTAL INDUSTRIA	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

GRUPO A - Ind. prod. aliment., vestuar., calçados, prod.de tec., têxtil, bebidas, mad. e mobiliário, papel e papelao, borracha, couro, peles, fumo.

GRUPO B - Metalurg., mat. transporte, mecânica, química, prod.mat.plást., prod.min.ñ-metal., mat. eletric. e comunic., edit. e gráfica, prod. farmac. veter. e outros.

FONTE: BNDES. 40 ANOS - Um Agente de Mudanças, pp. 40-1, apud FUNDAP (1993b).

ELAB.: Autor.

TABELA 5A

BANCO DO BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS. Pela Legislação (1).

Em US\$ milhões e Particip. Percentual.

	1981	1982	1983	1984	1 SEM/85	2 SEM/85	1 SEM/86	2 SEM/86	1 SEM/87
RECEITAS OPERACIONAIS	679,1	1.432,7	4.491,7	15.390,2	7.018,8	6.788,9	6.396,9	3.452,0	9.050,0
COMPOSIÇÃO									
RENDAS DE OP. DE CREDITO	69,7	65,0	59,4	55,8	50,5	50,5	46,2	59,7	51,4
RESULTADO DE CAMBIO	7,8	7,7	5,9	5,4	5,1	6,8	8,7	12,4	20,8
RENDAS SERV. BANCARIOS	6,7	6,0	3,6	4,1	2,5	2,2	7,9	11,7	3,3
RENDAS VAL. MOBILIARIOS	1,5	6,6	9,2	13,2	24,5	23,9	28,2	4,9	7,3
RESULT. TRANS. VAL. MOB.	0,0	0,0	0,0	2,5	2,4	2,3	0,1	0,0	7,4
OUTRAS	14,3	14,7	22,0	18,9	15,0	14,3	8,9	11,3	9,7
DESPESAS OPERACIONAIS	(392,6)	(877,1)	(2.374,2)	(7.956,2)	(3.176,1)	(3.659,0)	(3.892,5)	(2.594,9)	(5.069,2)
COMPOSIÇÃO									
DESPESAS DE DEPOSITOS	5,7	12,3	22,1	21,3	27,7	30,6	27,0	15,6	46,2
RESULTADO DE CAMBIO	-	-	-	-	3,2	5,0	7,0	2,1	1,7
DESP.C/ OBRIG. EMPRESTIMOS	14,9	5,3	4,1	3,8	3,6	2,2	1,9	1,0	7,2
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	62,3	64,8	51,8	54,8	45,3	47,4	54,3	72,6	32,1
OUTRAS	17,0	17,6	22,0	20,1	20,2	14,8	9,8	8,7	12,9
RESULTADO OPERACIONAL	286,5	555,5	2.117,5	7.434,0	3.842,7	3.129,7	2.504,3	857,0	3.980,8
RES. NAO OPERAC.	61,7	81,9	84,5	151,7	62,4	67,7	114,5	(39,2)	249,6
RES. CORR. MONETARIA	(135,3)	(339,3)	(1.160,9)	(4.074,1)	(2.048,0)	(1.429,9)	(1.050,8)	(781,8)	(2.771,4)
AJUSTES PROG. ESTABIL. (2)					0,0	0,0	(1.324,6)	267,1	(4,9)
OUTROS (3)	(89,0)	(120,5)	(551,2)	(1.685,6)	(864,3)	(801,4)	(14,2)	(88,4)	(1.404,7)
LUCRO LIQUIDO EM US\$ MILHOES (4)	1.509	1.068	943	1.073	993	966,	229	215	1.300

(1) Até 1987 nao havia Demonstrativos com moeda de valor constante (Correção Integral).

(2) Plano Cruzado - DL 2.284/86, Plano Bresser - DL 2335/87.

(3) Inclui Resultado da Correção Monetária, Provisão para Imposto de Renda, Particip. Estat. no Lucro e Ajustes Progr. Estab. Econ. - D.L. 2284/86.

(4) Valores corrigidos pelo IGP-DI centrado p/ 31.12.90 e convertidos em dólares.

FONTE: Demonstração de Resultados do BB (1981/1987).

ELABORACAO: Autor.

TABELA 5B

BANCO DO BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO. Pela correção integral.

Contribuição de cada conta para o resultado operacional (1).

Participação percentual (%)

CONTA	EXERCÍCIO						
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
ATIVIDADE FINANCEIRA BASICA							
Receita de Operaç. Crédito.	69,8	71,4	61,5	62,6	(6,9)	3,9	15,0
Result. Titul.Val.Mobiliários	7,7	6,6	1,2	4,8	4,2	6,1	5,3
Result.Aplic.Interfinanc. (2)	1,1	(0,0)	(0,9)	(0,4)	-	-	-
Ganhos Inflacionarios (3)	(3,8)	8,8	19,5	14,0	40,9	21,3	19,2
Resultado de Cambio	2,6	1,2	(1,8)	3,3	0,1	(38,7)	18,1
Captacao no Mercado	(39,8)	(56,2)	(60,2)	(46,5)	(9,2)	(16,6)	(9,8)
Result.Emprest.Cess.Repass.(4)	4,0	2,5	3,8	2,7	9,0	40,2	(16,7)
C/ Provis.Cred.Liq.Duvidosa	(4,5)	(2,9)	(4,7)	(11,0)	15,3	(1,0)	(0,4)
OUTR.REC.DESP.INT.FIN.							
Aplicacao Compulsoria	-	-	-	-	0,1	0,5	2,4
OUTR.REC/DESP.OPERAC.							
Receita. Serv. Bancários	5,2	1,4	0,7	1,3	5,4	2,8	5,9
Particip. Colig. Controladas.	(2,1)	0,7	0,4	(0,2)	5,4	5,2	18,1
Despesas Administrativas	(49,3)	(40,9)	(32,5)	(42,0)	(78,0)	(42,9)	(72,3)
Despesas Tributárias	-	-	-	-	(5,9)	(0,8)	(0,8)
Outras Rec/Desp Operacionais	9,7	7,5	12,4	11,1	19,2	20,1	15,9
AJUSTES PROGS. ESTAB. ECONOMICA	(0,4)	(0,0)	0,5	0,0	0,5	(0,1)	-
Tot.Itens Positivos em US\$ MIL(5)	13.714.061	23.931.144	20.794.348	21.225.815	4.910.262	11.747.108	7.407.181
Tot.Itens Negativos em US\$ MIL(5)	(12.491.602)	(22.399.467)	(20.647.192)	(21.170.129)	(4.898.549)	(11.165.798)	(7.087.994)
RESULT. OPERACIONAL EM US\$ MIL	1.222.458	1.531.677	147.155,6	55.686	11.713	581.310	319.188
RESULT. NAO OPERAC. EM US\$ MIL	5.523	(7.523)	(29.369,8)	378.370	269.030	(75.547)	38.113
RES.ANTES TRIB.LUC.PART.	1.227.981	1.524.154	117.786	434.056	280.743	505.764	357.300
PROVISAO P/ I.R.	(373.101)	(570.501)	(43.269)	(112.369)	-	(22.678)	-
CONTRIBUICAO SOCIAL	-	-	(12.701)	(36.125)	-	(28.666)	-
PARTICIP. ESTAT. NO LUCRO	-	-	-	-	(14.096)	(22.095)	(21.681)
LUCRO EM US\$ MIL (5)	854.880	953.653	61.815	285.562	266.646	432.324	335.619

(1) Somam-se itens contábeis positivos (ou negativos) e obtem-se a participação relativa de cada um.

(2) A partir de 1991 foi consolidada em "Captação no Mercado"

(3) Em 1987/90 consolida Ganhos c/ Pas.Monet., Perdas c/ At.Monet, da RAFB, e Ganhos/perdas c/ outr. at./pas. monet., d Outr.Rec.Desp.Oper., explicitados na Dem.Results. Pós 1991, publica-se o valor consolidado.

(4) Até 1991, Resultado da Carteira de Repasses.

(5) Valores convertidos pelo IGP centrado para CR\$ de 31/12/90, e então convert.em dolares.

FONTE: Demonstração de Resultados do BB. Vários anos.

ELABORACAO: Autor.

TABELA 5C

BANCO DO BRASIL E BCOS. PRIVADOS
Evolução dos Lucros e Rentabilidade.

Em US\$ Bilhoes (1).

A N O	BANCO DO BRASIL			BRADESCO E ITAU		
	PATR.LIQ.	LUCRO LIQ.	(LL/PL)	PATRIM.LIQ.	LUCRO LIQ.	(LL/PL)
1985	7,800	1,463	18,75			
1986	8,663	0,404	4,66	4,195	0,413	9,86
1987	7,480	0,855	11,43	3,714	0,306	8,23
1988	6,368	0,954	14,98	3,071	0,246	8,01
1989	4,862	0,086	1,77	2,796	0,313	11,18
1990	3,689	0,286	7,74	2,302	0,161	7,01
1991	4,942	0,267	5,40	3,995	0,172	4,31
1992	5,979	0,432	7,23	4,204	0,280	6,65

(1) Valores corrig. p/ 31.12.90 pelo IGP DI centrado e convertidos em dólar.
FONTE: Demonstr. Contábeis BB, Bradesco e Itaú. Vários anos.
ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 5D

BRADESCO E ITAU

DEMONSTRACAO DE RESULTADOS (1)

Em US\$ milhoes e participacao percentual (%).

	1 SEM/85	2 SEM/85	1 SEM/86	2 SEM/86	1 SEM/87
RECEITAS OPERACIONAIS	3.717,1	4.053,3	3.211,9	2.750,8	4.702,4
COMPOSICAO (%):					
RENDAS DE OP. DE CRED.	51,8	50,4	46,8	50,3	61,4
RECEITAS DE CAMBIO	4,8	5,1	4,9	4,0	3,4
RENDAS SERV. BANCARIOS	1,0	1,0	5,0	9,7	1,7
RENDAS VAL. MOBILIARIOS	9,7	7,7	8,8	7,2	19,6
RESULT. PART.COLIG.CONT.	5,4	6,5	7,6	5,2	3,1
RESULT. TRANS. VAL. MOB.	9,1	11,9	9,1	7,5	1,0
OUTRAS	18,2	17,3	17,8	16,3	9,7
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.018,6)	(3.281,7)	(2.671,5)	(2.206,4)	(4.019,3)
COMPOSICAO (%):					
DESPESAS DE DEPOSITO	30,6	34,8	21,8	17,0	27,1
DESPESAS DE CAMBIO	4,6	4,3	5,0	2,9	1,8
DESP. OBRIG. EMPREST.	24,4	15,5	12,2	7,3	32,5
DESP. ADMINISTRATIVAS	32,9	32,2	50,0	59,7	28,3
APROVIS/O E AJUST.PATRIH.	5,4	9,9	7,6	6,3	5,6
OUTRAS	2,2	3,4	3,5	6,8	4,7
RESULTADO OPERACIONAL	698,5	771,6	540,4	544,4	683,1
RES. NAO OPERAC.	(16,9)	(15,9)	(0,7)	(18,3)	(5,7)
RES. CORR. MONETARIA	(29,7)	(45,9)	(53,3)	(17,6)	(293,3)
AJUSTES PROG. ESTABIL.	0,0	0,0	(91,2)	(12,5)	(8,1)
RESULT.ANTES DO IR	651,8	709,8	395,2	495,9	375,9
PROVISAO PARA IR	(225,1)	(225,4)	(96,5)	(128,6)	(98,4)
PARTICIPACOES ESTATUT.	(0,9)	(0,8)	(0,5)	(0,8)	(0,3)
LUCRO LIQUIDO	425,7	483,5	298,1	366,5	277,1

(1) Valores corrigidos pelo IGP-DI centrado para 31.12.90 e convertidos em dólares.

FONTE: FUNDAP (1988a), TAB. B5; a partir das dem. de resultado correspondentes.

REELABORACAO: Autor.

BRADESCO E ITAU

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO. Contrib. de cada conta p/ Resultado Operacional (1).

C O N T A	E X E R C I C I O				
	1988	1989	1990	1991	1992
ATIVIDADE FINANCEIRA BASICA					
Receitas Oper. Crédito	60,9	51,6	68,3	21,2	29,2
Result. Arrend. Mercantil	3,5	2,6	2,0	2,9	4,1
Result.Tit.Val.Mobiliários	17,1	2,7	8,4	(9,1)	15,6
Result.Aplic.Interfinanc.(2)	2,0	3,7	4,4	-	-
Ganhos Inflacionarios(3)	14,9	32,3	13,8	46,1	36,5
Resultado de Cambio	0,7	0,3	0,5	1,4	0,8
Captacao no Mercado	(81,3)	(87,2)	(75,8)	11,9	(18,5)
Emprést.Cessos Repasses(4)	0,1	(0,2)	0,3	(4,0)	(6,9)
Prov.p/Cred.Liq.Duvidosa (5)	(2,9)	(0,8)	(3,8)	1,9	(1,0)
OUTR.REC.DESP.INT.FIN.					
Aplicacao Compulsoria	-	-	-	0,7	1,3
Ajust.Prog.Est.Econômica	-	-	-	0,0	-
OUTR.REC/DESP.OPERAC.					
Receitas. Serv. Bancários	0,3	0,6	1,9	9,3	10,9
Particip. Colig.Controladas	0,5	0,2	0,2	3,9	1,7
Despesas Administrativas	(15,5)	(11,8)	(20,4)	(81,2)	(67,2)
Despesas Tributarias	-	-	-	(5,7)	(1,8)
Outras Rec/Desp Operacionais	(0,3)	6,0	0,1	0,5	(4,5)
Tot. Itens Positivos. US\$ MI (6)	18.282,4	28.829,6	17.848,7	3.491,4	4.735,9
Tot. Itens Negativos. US\$ MI (6)	(17.530,2)	(27.609,6)	(17.234,9)	(2.938,3)	(3.775,8)
RESULT.OPERACIONAL EM US\$ MI (6)	752,2	1.220,0	613,8	553,1	960,1
RESULT.NAO OPERAC. EM US\$ MI (6)	28,5	122,0	17,1	38,8	61,4
RES.ANTES TRIBUT.LUCRO PARTICIP.	780,7	1.114,4	630,8	591,8	1.021,5
PROVISAO PARA O I.R.	(79,2)	421,6	229,8	655,6	355,4
CONTRIBUICAO SOCIAL		133,2	89,3	65,7	156,5
PARTICIP.ESTAT.NO LUCRO	0,8	1,7	2,3	2,2	3,3
PART.MINORIT.NAS CONTROLADAS	(15,4)	26,3	14,0	23,5	10,5
LUCRO LIQUIDO EM US\$ MI (6)	407,9	625,9	295,4	329,9	495,7

(1) Somam-se itens contábeis positivos (ou negativos) e obtém-se a participação relativa de cada um.

(2) A partir de 1991 foi consolidada em "Captacao no Mercado"

(3) Em 1987/90, valor líquido consolidado a partir da Demonstração de Resultados.

A partir de 1991 a Dem.Resultados publica o valor já consolidado.

(4) Até 1991, Resultado da Carteira de Repasses.

(5) Até 1990, Desp. com Aproveitamentos e Ajustes Patrimoniais.

(6) Valores convertidos pelo IGP centrado para CR\$ de 31/12/90, e então convert.em dolares.

FONTE: Demonstração de Resultados do Bradesco e Itaú (Consolidado, 1988/92).

ELABORACAO: Autor.

TABELA 5F

BB E BANCOS PRIVADOS (1).

DESPESAS ADMINISTRATIVAS. Evolução comparada.

Em US\$ milhões (2).

BANCO	1985			1986				1987(3)	
	1o.SEM.	2o.SEM.	VAR(%)	1.SEM	VAR(%)	2o.SEM	VAR(%)	1o.SEM.	VAR(%)
BB	1.439	1.734	20,5	2.113	21,9	1.884	(10,8)	1.627	(13,6)
PRIVADOS	992	1.056	6,5	1.335	26,4	1.316	(1,4)	1.137	(13,6)
(BB/PRIV.)	1,45	1,64		1,58		1,43		1,43	

BANCO	1.987	1988		1989		1990		1991		1992	
			VAR(%)								
BB	6.158	9.161	48,8	6.710	(26,8)	8.891	32,5	3.820	(57,0)	4.790	25,4
PRIVADOS	...	2.717		3.257	19,9	3.516	8,0	2.385	(32,2)	2.537	6,4
(BB/PRIV.)		3,37		2,06		2,53		1,60		1,89	

(1) Privados referem-se às contas consolidadas dos bcos. comerciais Bradesco e Itaú.

(2) Valores corrig. pelo IGP-DIc para 31.12.90 e convert. em dólares.

FONTE: Balanços semestrais e anuais do BB, Bradesco e Itaú. Vários exercícios.

ELAB.: Autor.

TABELA 5G

BANCO DO BRASIL E TESOURO NACIONAL
Acerto de Contas (1).

Posição e valores em R\$ de 30.06.95 (2).

GT	ORIGEM DAS PENDÊNCIAS	PERÍODO	VALOR	
1	I A A	COMISSOES - Agente financeiro do Tesouro Nacional em empréstimos	2,4% pré-1986, 62,0% 1986-92, 35,6% 93-95	106.229.187,35
		WARRANTAGEM - Crédito para estocagem do produto (Ag.Fin. do TN). COOPERFLU - Empréstimo à Coop.Fluminense Prod.Aç., com fiança do IAA	1978-84 1973	1.416.574,44 27.776.235,22
I B C		COSCAFÉ-PANCAFÉ - Compra de café em El Salvador, por conta do governo	1977-81	240.814.717,45
		AQUISIÇÃO DE CAFÉ - Comissão de Ag. financeiro. Admin. de estoques.	1987-90	6.671.815,50
		EMPRESTIMO AO IBC	1987	1.193.258,72
		FESCAF - Empréstimos a empresas, relativos a cotas de exportações	pré-1986	1.437.064,24
2	COOPALAG SOTAVE	Honra aval crédito Coop.Prod.Aç.Alaças junto ao Midland Bank,Londres.	1991	117.468.730,50
		Cessão de direitos creditórios contra Uniao, ao BB, por dívida.	1983	15.148.028,25
3	SIDERBRÁS RFFSA I N B	Compra à vista ações SIDERBRÁS, p/capitaliz., e venda a prazo à Uniao.	1988, p/pgto. 1993-97	254.687.550,03
		FDU - Empréstimo à RFFSA, por conta do governo, não pago.	1976	67.556.162,48
		COMISSOES - De agente financeiro, por créditos concedidos.	1972-77	2.534.994,15
		FIANÇA - Honrada pelo BB, por não pgto. crédito externo da NUCLEBRÁS.	1978	7.257.468,97
		COMISSOES - Ag.financieiro em op.crédito às Ind.Nucleares Brasileiras.	1986-1991	16.382.728,21
		PROINI/PRONI - Equalização de juros. Créditos Progr.Irrig. do NE e Nacional.	90% 1987-92	7.576.381,24
		PROAGRO NOVO - Indenizações pendentes de pagamento pelo BC e TN.	-25% 91-92, 75% 93-95	461.253.973,25
4	COMISSOES DNER - Créditos c/ recursos excedentes da Açominas,captação externa. OUTROS. EQUALIZAÇÕES - Eq. de juros, relativas às safras 1991/92 e 1992/93. LINHA VERMELHA - Financiamento a taxas favorecidas ao governo do RJ.	1977	14.199.434,12	
		60% 1986-92 (3)	64.784.944,07	
		1991-92	393.396.462,00	
		1991	6.028.703,33	
5	CACEX DECEX/SECEX	Ressarci/o taxas cobradas de guias import., transf. ao TN sem retorno.	1988/91	141.044.311,45
		Prestç. serviços(pessoal, equipa/o, prédios, etc) ao MINFA E NICT.	30% 1991-92, 70% 93-95	84.624.093,78
6	P I R	Patrocínio financeiro do Progr. Imposto de Renda	43% 1991-92, 57% 1993	15.162.277,50
7	SUNAMAN	Empréstimos a estaleiros com garantia da SUNAMAN.	1981	231.456.350,69
	SUBTOT. 1	Existência cta.movimento. Não fragiliza o BB.	Pré 1986	612.146.530,51
	SUBTOT. 2	Pós extinção da cta. movimento. Tem impacto fragilizador.	1986-1992	1.230.202.342,03
	SUBTOT. 3	Pós extinção da cta. movimento. Tem impacto fragilizador.	1993-1995	443.752.574,40
	TOTAL			2.286.101.446,94

(1) Representa acordo técnico entre BB e Tesouro Nacional, por implementar. Os valores pleiteados pelo BB excedem os valores reconhecidos pelo Tesouro em vários bilhões de reais.

(2) Valores corrigidos, sobre os quais incidiram juros.

(3) Estimativa.

FONTE: BANCO DO BRASIL E MINISTERIO DA FAZENDA. Pendências entre o BB e o Tesouro Nacional. Relatórios finais dos GT's.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 6A

BANCO DO BRASIL.

Participação no mercado de câmbio.

US\$ 1.000.000

ANO	COMPRAS - EXPORTAÇÃO				VENDAS - IMPORTAÇÃO			COMPRAS FINANCEIRA			VENDAS FINANCEIRAS		
	BB (A)	FINEX/BB (B)	BRASIL (C)	% (A+B)/(C)	BB (E)	BRASIL (F)	% (E)/(F)	BB (H)	BRASIL (I)	% (H)/(I)	BB (L)	BRASIL (M)	% (L)/(M)
1986	6124	461	22393	29,4	5736	14044	40,8						
1987	6857	448	26273	27,8	5533	15191	36,4						
1988	8142	412	33789	25,3	5397	14605	37,0						
1989	9096	392	34392	27,6	5196	18281	28,4						
1990	6006	248	31390	19,9	5322	20363	26,1						
1991	5294	-	34545	15,3	3604	19868	18,1	3240	10766	30,1%	7546	17871	42,2%
1992	6147	-	39553	15,5	2830	18824	15,0	2512	18432	13,6%	5680	18154	31,3%
1993	6839	-	38410	17,8	5464	21973	24,9	3271	30937	10,6%	6705	29175	23,0%

FONTE: Até 1990 CACEY, apud DETIN (Depto. Tec. Area Internac., do BB); pós-90, SISBACEN apud DETIN.

ELABORACAO: Autor.

TABELA 6B

DIVIDA EXTERNA BRASILEIRA COM BANCOS
Por país do banqueiro.

Em US\$ milhões.

INSTITUIÇÃO	1983			1984			1985			1986			1987		
	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.(1)	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL
BCOS. ESTRANGEIROS	54.606			60.625			59.915	9.353	68.755	61.187	9.812	70.999	62.121	9.913	72.034
LEI 4131	38.079			45.580			46.557			49.492			50.253		
RES. 63	12.432			11.443			9.594			7.359			7.028		
OUTR.CRED.FORNEC.	4.095			3.602			3.764			4.336			4.840		
BCOS. BRASILEIROS	7.355			7.479			7.640	617	8.207	7.704	853	8.557	7.385	168	7.553
LEI 4131	4.530			5.183			5.765			6.217			6.004		
RES. 63	2.683			2.187			1.785			1.413			1.313		
OUTR.CRED.FORNEC.	142			109			90			74			68		
TOTAL BANCOS	61.961			68.104			67.555	9.970		68.891	10.665	79.556	69.506	10.081	79.587
TOTAL ENDIVIDAMENT		10.319	91.638		8.674	99.765									
CONTINUAÇÃO															
INSTITUIÇÃO	1988			1989			1990			1991			1992		
	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL	DIVIDA L.P.	DIVIDA C.P.	TOTAL
BCOS. ESTRANGEIROS	59.340	13.717	73.057	56.682	15.326	72.008	52.096	19.903	71.999	48.296			48.857		
LEI 4131															
RES. 63															
OUTR.CRED.FORNEC.															
BCOS. BRASILEIROS	7.665	553	8.218	6.469	130	6.599	6.807	83	6.890	7.631			7.693		
LEI 4131															
RES. 63															
OUTR.CRED.FORNEC.															
TOTAL BANCOS	67.005	14.270	81.275	63.151	15.456	78.607	58.903	19.986	78.889	55.927			56.550		
TOTAL ENDIVIDAMENT															

(1) Posição de setembro, final de período.

FONTE: Relatório Anual do Banco Central, vários números.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 6C

BANCO DO BRASIL
 AREA EXTERNA. Passivos e Ativos (1). US\$ bilhões.

	1985 (2)	1986 (2)	1987	1988	1989	1990	1991
ATIVOS							
LONGO PRAZO (1)						8.237	6.182
COMERCIAIS							
OUTRAS							
TOTAL (5)	21.500	19.800	18.232	18.459	16.932	16.351	17.014
PASSIVOS							
DEPOSITOS (7)	18.000	15.900	14.973	14.943	13.594	13.088	12.224
Compulsorio							
Interbanc.							
Comerciais							
Voluntarios						3000	
Interbanc.							
Outros							
PATRIMONIO (4)						3.163	5.100
Cap.Res.Lucr.						1.227	3.000
Provisoes						1.936	2.100
TOTAL	21.500	19.800	18.232	18.459	16.932	16.351	17.014

(1) Reconstituído por informações esparsas do Rel.An. (diferentemente da TAB. 1E).

FONTE: Relatório Anual do BANCO DO BRASIL, vários anos.

ELAB.: Autor.

TABELA 6D

BANCO DO BRASIL

Operações da Área Internacional

Em US\$ bilhões (1).

	NORMAIS	VENCIDAS		Total	TOTAL
		Set.Públ.	Set.Priv.		
A - Portfólio de Longo Prazo (2)	4,1	3,8	0,3	4,1	8,2
B - Operações de Curto Prazo (3)	-	-	-	0,2	-
C - Aplic. Domésticas (ACC/ACE) (4)	0,9	0,1	0,6	0,7	1,6
D - Cacex/Finex (4)	3,1	-	-	1,2	4,3
E - Operações de Câmbio (5)	-8,1	-	-	0,8	- 8,9

(1) Em dólares na Fonte, sem metodologia explicitada.

(2) Posição em 31.05.91. Envolve op. de prazo superior a um ano. O total desse item supera dívida lgo.prazo do país junto a bcos. bras. por incluir as de outros países.

(3) Posição em 04.07.91. Ops. de prazo inferior a um ano.

(4) Posição em 30.06.91. C: ops. de curto e médio prazos com recs. externos. D: ops. de médio e longo prazos com recursos do Tesouro.

(5) Posição em 01.04.91. O total refere-se ao câmbio export. mais import. (TAB. 6A).

FONTE: Tribunal de Contas da União (1992).

Elaboração: Autor.

TABELA 7A

SISTEMA FINANCEIRO

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR TIPO DE INSTITUIÇÃO.

Participação Relativa. Saldo em final de período. (%)

TIPO DE INSTITUIÇÃO	1988	1989	1990	1991	1992
BANCO DO BRASIL	23,7	20,9	24,3	26,2	22,4
BANCOS COMERCIAIS	25,6	12,0	7,9	6,9	5,3
BANCOS MULTIPLOS	8,7	30,3	36,8	36,7	43,0
CEF	17,0	19,4	14,4	14,1	13,1
CAIXAS EC. ESTAD.	2,1	2,0	0,9	0,3	0,2
BANCOS INVEST.	3,9	2,1	1,4	1,9	1,8
BNDES	9,6	8,0	8,5	10,1	9,5
BEDs	2,0	1,2	1,5	0,8	0,6
SCFIs.	1,0	0,3	0,3	0,3	0,3
APEs	4,9	2,5	2,9	0,8	1,6
ARREND.	1,4	1,2	1,2	1,8	2,2
TOTAL	100	100	100	100	100
TOTAL EM US\$ (1)	306,1	269,6	230,5	217,2	259,5
VARIAÇÃO PERCENTUAL	-	(11,9)	(14,5)	(5,8)	19,5

(1) Vals. corrig. pelo IGP DI centr. p/ 31.12.90 e convert. em dólares.

FONTE: Suple/o Estat. do Boletim do Banco Central; março 1994.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 7B

SISTEMA FINANCEIRO
 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO.
 Participação Relativa. Saldo em final de período. (%)

TIPO DE INSTITUIÇÃO	1988	1989	1990	1991	1992
BANCO DO BRASIL	18,2	9,7	13,2	14,5	14,8
BANCOS COMERCIAIS	25,3	11,9	7,6	6,9	3,3
BANCOS MULTÍPILOS	6,6	19,0	36,8	40,0	44,8
CEF	14,5	35,9	20,7	19,0	20,4
CAIXAS EC. ESTAD.	3,4	3,4	1,3	0,4	0,4
BANCOS INVEST.	4,0	1,6	1,6	1,5	1,4
BNDÉS	9,1	6,1	7,1	8,0	6,3
BEDs	4,6	2,6	3,1	1,9	1,3
SCFIs.	1,8	0,6	0,6	0,6	0,5
APEs	9,4	6,0	5,0	3,6	2,9
ARREND.	3,0	3,1	3,0	3,5	3,7
TOTAL	100	100	100	100	100
TOTAL EM US\$ BI (1)	134,5	123,3	108,9	103,1	123,2
VARIAÇÃO PERCENTUAL	-	(8,3)	(11,7)	(5,3)	19,6

(1) Vals. corrig. pelo IGP centr. p/ 31.12.90 e convert. em dólares.
 FONTE: Suplemento Estat. do Boletim do Banco Central; março de 1994.
 ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 8A

BANCOS DE INVESTIMENTO PRIVADOS E BB-BI.

BALANÇOS ANUAIS - Saldos em final de período (1).

(3)

	1988		1989		1990		1991		1992	
	PRIV.	BB	PRIV.	BB	PRIV.	BB	PRIV.	BB	PRIV.	BB
ATIVO (em US\$ milhões)(6)	11.802	-	5.404	244	540.416	272	3.884.742	467	56.638.815	458
DISPONIBILIDADES	0,2	-	0,5	-	0,9	-	2,0	-	0,5	-
DEPOSITOS NO BACEN	0,4	-	0,3	-	4,9	-	2,5	-	0,7	-
APL.DEP.INTERFIN. (2)	-	-	-	-	-	53,3	-	58,1	-	52,3
APLIC.TIT.VAL.MOB.	35,3	-	43,4	85,4	13,2	2,0	18,2	1,2	26,9	1,6
OP.CRÉD. AR.MERC.	44,2	-	30,7	-	50,1	0,5	36,4	8,2	35,2	17,3
HAVERES EXTERNOS	3,5	-	5,3	-	5,9	0,0	3,4	0,0	8,1	-
PERMANENTE	13,0	-	15,7	12,4	20,8	6,5	30,5	7,3	22,5	4,9
OUTRAS	3,5	-	4,1	2,2	4,2	37,7	7,1	25,2	6,0	24,0
PASSIVO (em US\$ mi.) (6)	11.802	-	5.404	244	540.416	272	3.884.742	467	56.638.815	458
OBRIGS.P/HAVERES (3)	52,0	-	61,4	-	40,3	1,3	20,5	2,8	78,5	0,4
DEFS.INTERFINANC. (2)	(7,3)	-	(13,6)	-	(10,0)	-	10,6	-	(47,6)	-
OBRIGS.EMPR.REPAS.(4)	11,2	-	10,0	-	23,1	-	17,2	-	11,4	-
OBRIGS. EXTERNAS	15,4	-	12,8	-	8,7	-	7,0	-	18,0	-
OBRS.P/PGTOS.EFET.	1,0	-	2,0	-	2,8	-	3,4	-	5,5	-
OBRS.P/VALS.INCORP.	3,7	-	1,7	-	1,2	-	3,9	-	6,4	-
RECURSOS PROPRIOS (5)	23,1	-	25,3	55,6	33,1	93,6	36,0	59,2	25,9	62,1
OUTRAS	1,0	-	0,4	44,4	0,7	5,1	1,5	38,0	1,9	37,5

(1) A partir de 1989, o sinal (-) desta Tabela significa valor nulo ou valor desconhecido. Os valores desconhecidos, de cada coluna, estão consolidados no item "outras" respectivo.

(2) Para as instituições privadas, corresponde ao saldo líquido (dep.financ. - aplic.fin.).

(3) Para o BB-BI, este item abrange os depósitos a prazo, mas exclui os deps. vincs. ao mercado aberto.

(4) Exclui Depósitos Interfinanceiros, que aparecem discriminados.

(5) Para o BB-BI, este item corresponde ao Patrimônio Líquido.

(6) Valores em moeda corrente corrigidos p/ 31.12.90 pelo IGP-DI centrado e dolarizados.

FONTE: Para instituições privadas utilizou-se o Suple/o Estat. do Boletim do Banco Central do Brasil, mar/1994.

Para o BB-BI, utilizaram-se dados dos Balanços Anuais da instituição, vários anos.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 8B

SOC.CRED.FIN. E INV. PRIVADAS E BB-FINANCEIRA.

BALANÇO ANUAL. Saldos em final de período (1).

Particip. porcentual (%).

	1 9 8 8		1 9 8 9		1 9 9 0		1 9 9 1		1 9 9 2	
	PRIV.	BB	PRIV.	BB	PRIV.	BB	PRIV.	BB	PRIV.	BB
ATIVO (em US\$ milhoes) (2)	2.739,3		827,4	13,1	665,6	9,1	665,0	56,1	643,2	84,8
DISPONIBILIDADES	0,8		1,2	4,8	1,0	6,6	0,4	0,2	0,1	0,1
DEPOS. BACEN	-		-	-	2,8	-	2,1	-	0,0	-
APLIC.DEP.INTERF.	-		-	0,0	-	73,0	-	84,5	-	-
APL.TIT.VAL.MOB.	10,9		10,2	63,1	3,6	0,0	7,3	0,1	13,8	0,0
OPS.CRÉD.AR.MERC.	75,5		81,7	11,3	92,7	11,2	75,0	6,2	67,9	96,7
PERMANENTE	9,5		11,0	-	7,2	-	13,8	-	14,4	-
OUTRAS	3,3		(4,1)	20,8	(7,3)	9,1	1,6	9,0	3,8	3,1
PASSIVO (em US\$ mi.) (2)	2.739,3		827,4	13,1	665,6	9,1	665,0	56,1	643,2	84,8
OBRIGS.P/ HAVERES	21,0		14,3	-	14,1	-	3,8	-	13,2	-
DEPS.INTERFINANC. (3)	13,3		(7,6)	-	13,2	193,0	19,3	0,0	21,7	76,0
OBR.EMPRÉST.REPAS.	7,1		9,8	-	3,7	-	2,8	-	2,6	-
OBR.PGTOS.A EFET.	8,5		11,8	-	8,9	-	7,9	-	8,8	-
OBR.VALS.A INCORP.	3,1		3,0	-	2,5	-	5,4	-	2,6	-
RECURSOS PROPRIOS	47,0		68,5	79,2	57,6	85,5	60,6	19,0	50,9	16,7
OUTRAS	0,1		0,2	20,8	0,1	2,0	0,2	81,0	0,2	7,3

(1) O sinal (-) desta Tabela significa valor nulo ou valor desconhecido. O montante desses valores em cada coluna está consolidado no item "Outras" respectivo.

(2) Valores em moeda corrente corrigidos p/ 31.12.90 pelo IGP-DI centrado e convert. em dólares.

(3) Integra o título Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, junto com Aplics. no Merc. Aberto.

FONTE: Para as instituições privadas, Suplemento Estatístico do Boletim do BANCO CENTRA DO BRASIL, mar/94.

Para a BB-Finaceira S.A., utilizaram-se Balanços Anuais da instituição; vários anos.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 8C

SOCIEDADES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E BB-LEASING S.A.
Balanco Anual (1).

Particip. porcentual (%).

	1988		1989		1990		1991		1992	
	SISTEMA	BB	SISTEMA	BB	SISTEMA	BB	SISTEMA	BB	SISTEMA	BB
ATIVO (em US\$ milhoes)(2)	4.423,7		3.212,8	100,7	2.730,9	86,2	3.812,6	216,1	5.653,7	143,0
DISPONIBILIDADES	0,1		0,1	0,2	0,8	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0
APLIC.INTERFIN.LIQ.	-		-	1,2	-	21,7	-	65,2	-	24,2
DEPOS. BACEN	3,3		3,0	-	7,4	-	4,4	-	1,3	-
APL.TIT.VAL.MOB.	4,9		9,5	29,4	5,4	0,0	5,9	0,3	17,4	0,3
OP.CRED.ARR.MERC.	3,0		3,9	?	4,9	?	3,8	?	3,4	?
PERMANENTE	89,0		85,3	61,9	80,9	63,2	79,3	26,8	74,2	69,7
OUTRAS	(0,4)	0,0	(1,8)	7,3	0,7	14,9	6,4	7,6	3,7	5,8
PASSIVO (em US\$ mi) (2)	4.423,7		3.212,8	100,7	2.730,9	86,2	3.812,6	216,1	5.653,7	143,0
OBRGS.P/ HAVERES	4,8		3,2	-	3,9	-	14,8	-	14,9	-
DEPOS.INTERFINANC.(3)	22,8		12,2	-	12,6	-	0,5	0,0	12,4	0,1
OBR.EMPRÉST.REPAS.(4)	12,4		12,2	28,0	8,2	46,4	8,6	20,3	10,6	30,5
OBRIGS. EXTERNAS	13,3		16,0	-	20,2	-	22,5	-	18,1	-
OBR.PGTOS.A EFET.	1,6		4,1	-	7,3	-	5,1	-	4,3	-
OBR.VALS.A INCORP.	23,9		16,2	-	10,0	-	8,6	-	6,9	-
RECURSOS PROPRIOS (5)	21,2		36,1	40,2	37,7	33,9	39,8	19,6	32,8	37,1
OUTRAS	0,0	0,0	0,0	31,7	0,0	19,7	0,0	60,2	0,0	32,2

(1) O sinal (-) desta Tabela significa valor desconhecido, nao necessariamente nulo. O montante desses valores, em cada coluna, está consolidado no item "outras", respectivo.

(2) Valores em moeda corrente corrigidos p/ 31.12.90 pelo IGP-DI centrado e convert. em dólares.

(3) Para o conjunto do sistema, saldo líquido dos depósitos interfinanceiros.

(4) Essas obrigações referem-se integralmente a empréstimos externos, em 1989-92, no caso do BB.

(5) Para o BB-Leasing, Patrimônio Líquido.

FONTE: Para o Sistema, Suplemento Estatístico do Boletim do BANCO CENTRAL DO BRASIL, março/1994.

Para o BB-Leasing, Balanco Anual da instituição, vários anos.

ELABORAÇÃO: Autor.

TABELA 9A

BANCO DO BRASIL
 Rede de dependências em funcionamento.

ANO	BRASIL						EXTERIOR							
	NO	NE	SE	SUL	CO	TOTAL	AM. SUL	AM. CEN	AM. NOR	EURO	ASIA	AFR.	OCEAN	TOTAL
1977	43	231	469	256	112	1.111	17	3	7	13	3	1	1	45
1978	45	297	492	269	123	1.226	18	3	7	16	4	1	1	50
1979	60	440	540	363	148	1.551	18	3	11	16	4	2	1	55
1980	75	615	668	454	186	1.998	20	3	11	19	5	2	1	61
1981	77	650	710	506	195	2.138	22	5	11	19	5	2	1	65
1982	94	826	953	652	230	2.755	22	5	11	19	5	7	1	70
1983	107	961	1.058	700	254	3.080	22	5	11	19	5	7	1	70
1984	119	1.018	1.093	715	267	3.212	22	5	11	19	6	7	1	71
1985	127	1.036	1.134	737	280	3.314	21	4	10	18	7	7	1	68
1986	140	1.062	1.250	780	292	3.524	14	3	9	16	6	1	1	50
1987	149	1.082	1.268	839	303	3.641	14	3	9	14	5	1	0	46
1988	162	1.138	1.450	961	342	4.053	14	3	8	13	5	1	0	44
1989	207	1.211	1.613	1.039	379	4.449	13	3	8	13	5	1	0	43
1990	210	1.220	1.626	1.039	379	4.474	12	3	8	13	5	1	0	42
1991	212	1.257	1.525	1.018	423	4.435	11	3	8	13	5	0	0	40
1992	221	1.318	1.607	1.041	435	4.622	10	3	8	13	5	1	0	40
														0

FONTE: Anuário Estatístico do Banco do Brasil; dezembro/1992.

ELAB.: Autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

- ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de (1985), *As Reformas Financeiras de 1964-65. Objetivos, Rumos e Desvios*, Texto para discussão no. 59, FEA-UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).
- BAER, Mônica (1986), *A Internacionalização Financeira no Brasil*, E. Vozes, Petrópolis (RJ).
- BAUMANN, Renato, & MOREIRA, Heloiza C. (1987), *Os Incentivos às Exportações Brasileiras de Produtos Manufaturados - 1969/85*, Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro (RJ), 17(2) p.471/490, ago.87.
- BAUMANN, Renato, & BRAGA, Helson C. (1985), *Subsídios implícitos nos créditos oficiais à exportação: quantificação e avaliação*, Pesquisa e Planejamento Econômico, 15(3) 575-596, dez.85, Rio de Janeiro (RJ).
- BELIK, Walter (1992), *Agroindústria Processadora e Política Econômica*, Tese Doutorado, IE-UNICAMP, Campinas (SP).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Luciano G. (1982), *Política Econômica, Inflexões e Crise: 1974-1981. In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio sobre a Crise*, Ed. Brasiliense, São Paulo (SP), pgs. 159-193.
- BIASOTO Jr., Geraldo (1988), *Endividamento Externo e Desequilíbrio Financeiro do Setor Público na Primeira Metade dos Anos 80*, Dis. Mestrado, IE-Unicamp, São Paulo (SP).
- BIASOTO Jr., G., PASSANEZI Fo., R. & GUARDIA, E.R. (1992) Refinanciamento da Dívida Externa dos Estados e das Empresas Estatais: 1983/88, in: IESP/FUNDAP, 1992, *Finanças Públicas*, Texto para Discussão no. 2, São Paulo (SP)
- CARNEIRO, Ricardo (org.) (1986), *Política Econômica da Nova República*, Paz e Terra, Rio de Janeiro (RJ).
- _____. (org.), s/d, *A Heterodoxia em Xequê*, Biental/UNICAMP, São Paulo (SP).
- _____. (1991), *Crise, Estagnação e Hiperinflação. (A Economia Brasileira nos anos 80)*, Tese de Doutorado, IE-UNICAMP, Campinas (SP).
- CARNEIRO, Ricardo, & BUAINAIM, Antônio Márcio (orgs.) (1989), *O Retorno da Ortodoxia*, Coed. Biental-UNICAMP, São Paulo (SP).
- CRUZ, Paulo Davidoff (1984), *Dívida Externa e Política Econômica. A experiência brasileira nos anos setenta*, Ed. Brasiliense, São Paulo (SP).
- DAIN, Sulamis (1986), *Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo*, Ed. da UNICAMP, Campinas (SP).

- DESEP (1993a), *Crise Brasileira. Anos Oitenta e Governo Collor*, Editora Cajá, São Paulo (SP).
- DESEP (1993b), *Mercosul. Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Européia*, Ed. Cajá, São Paulo (SP).
- DIAS, Guilherme Gomes (1990), *O papel das autoridades monetárias na economia brasileira: das "reformas" de 1964/65 às "reformas" de 1986/88*, Dis. Mestrado, IEI-UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).
- FAGUNDES, Maria Helena (1987), *Comentários sobre o Crédito Rural no Brasil e sua Evolução Recente*, CFP, Estudos Especiais vol. 21, Brasília (DF).
- FORTUNA, Eduardo (1993), *Mercado Financeiro. Produtos e Serviços*, Qualitymark, Rio de Janeiro (RJ).
- FREITAS, Maria Cristina Penido de (1989), *Bancos Brasileiros no Exterior: Expansão, Crise e Ajustamento*, Dis. Mestrado, IE-UNICAMP, Campinas (SP).
- FUNDAP (1988a), *Sistema bancário público e privado. Mudança na estrutura de recursos e tendências de custo e lucro (1985/87)*. IESP/FUNDAP, Textos para Discussão 13, São Paulo (SP).
- _____. (1988b), *Evolução e Impasses do Crédito*, Relatórios de Pesquisa 4, IESP/FUNDAP, São Paulo (SP).
- _____. (1989), *Economia do Setor Público*, 3v., Relatórios de Pesquisa 10, IESP/FUNDAP, São Paulo (SP).
- _____. (1993a), *Política Financeiras do Governo Collor*, (Gestão Estatal no Brasil), IESP/FUNDAP, mimeo.
- _____. (1993b), *O Novo Formato Institucional do Sistema Financeiro Brasileiro*. Relatório Final, IESP/FUNDAP, mimeo.
- GASQUES, J.G., & VILLA VERDE, C.M. (1990), *Crescimento da Agricultura e Política Agrícola nos Anos Oitenta*, IPEA, Textos para Discussão no. 204, Brasília (DF).
- GUARDIA, Eduardo Refinetti (1993), *O Processo Orçamentário do Governo Federal: Considerações Sobre o Novo Arcabouço Institucional e a Experiência Recente*, Textos para Discussão no. 12, IESP/FUNDAP, São Paulo (SP).
- HEERTJE, Arnold (1988), *Innovation, Technology, and Finance*, Basil Blackwell Ltd, Oxford, UK (para o European Investment Bank).

- KAGEYAMA, Ângela, (coord) (1990), O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural Aos Complexos Industriais, in DELGADO, GASQUES & VILLA VERDE (1990), *Agricultura e Políticas Públicas*, Brasília, IPEA, série IPEA 127, pp. 113-223.
- LANGONI, Carlos Geraldo (1985), *A crise do Desenvolvimento. Uma Estratégia para o Futuro.*, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro (RJ).
- LESSA, Carlos (1978), *A Estratégia do Desenvolvimento 1974-1976: Sonho e Fracasso*, Tese Prof. Titular FEA-UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).
- _____ (1983), *15 Anos de Política Econômica*, Ed. Brasiliense, São Paulo (SP).
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro (1992), *Crise de Financiamento dos Governos Estaduais (1980/1988)*, Tese de Doutorado, IE-UNICAMP, Campinas (SP).
- LUNDBERG, Eduardo (1993), Bancos Oficiais: Problema de Finanças Públicas ou Sistema Financeiro, in: *Informações FIPE*, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo (SP), no. 148, jan.93, pp. 6-9.
- LUNDBERG, Eduardo L. & KILSZTAJN, Samuel (1990), Dívida Externa: Intermediação BACEN-STN-BB, in: *Informações FIPE*, setembro de 1990, FIPE-USP, São Paulo (SP), pp. 6-8.
- MARTINS, Luciano (1985), *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro (RJ), 2a. ed. 1991.
- MATA, Milton da (1982), Crédito Rural: Caracterização do Sistema e Estimativa dos Subsídios Implícitos, in: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro (RJ). 36(3):215-245, jul/set.
- MENDES, Ana Gláucia, (coord.) (1994), *Liberalização de Mercado e Integração Econômica do Mercosul: Estudo de caso sobre o Complexo Agroindustrial Triticola*, IPEA, Brasília (DF).
- MINELLA, Ary César (1988), *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*, coed. Espaço e Tempo / ANPOCS, São Paulo (SP).
- MUNHOZ, Dércio Garcia (1982), *Economia Agrícola. Agricultura, uma Defesa dos Subsídios*, Ed. Vozes, Petrópolis (RJ).
- OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná) (1990), *TRIGO: Produção, Industrialização e Comercialização*, Curitiba (PR).
- OLIVEIRA, Fabio Villares de (1985), *O Banco do Brasil no ciclo recente: 1964-1979*, Dís. Mestrado IE- UNICAMP, Campinas (SP).
- OLIVEIRA, Fabrício A. (1991), *A Economia Brasileira em Preto e Branco*, Coed. FECAMP-Hucitec, São Paulo (SP).

- OLIVEIRA, Fabrício A. de, & BIASOTO Jr., Geraldo (orgs.) (1990), *A Política Econômica no Limiar da Hiperinflação*, Coed. FECAMP-Hucitec, São Paulo (SP).
- _____. (orgs.) (1992), *Recessão e Inflação: O (Des)ajuste Neoliberal*, Coed. FECAMP-Hucitec, São Paulo (SP).
- OLIVEIRA, Jáder José de (1995), *O Impacto da Crise Fiscal Brasileira dos anos 80 no Crédito Rural: Mecanismos e Instrumentos Alternativos de Financiamento Agrícola*, Dis. Mestrado, EAE - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo (SP).
- OLIVEIRA, Mauro Márcio (1993), *A Lei Agrícola no Brasil. A Ambiguidade Neoliberal na Agricultura Brasileira*, (s.n.) Brasília
- PINHEIRO, Armando Castelar (1993), *Uma Análise Desagregada do Comércio Exterior Brasileiro no Período 1974/92*, IPEA, Brasília (DF), Texto para Discussão no. 306.
- PINTO, Luís Carlos Guedes (1980), *Notas sobre a Política de Crédito Rural*, UNICAMP, Campinas (SP), versão preliminar, mimeo.
- POSSAS, Mário Luiz (1984), *Estruturas de Mercado em Oligopólio*, Hucitec, São Paulo (SP).
- PRADO, Sérgio R. R. (1985), *Descentralização do Aparelho de Estado e Empresas Estatais: Um Estudo sobre o Setor Público Descentralizado Brasileiro*, Dis. Mestrado IE-UNICAMP.
- _____. (coord.) (1993), *Processo de Privatização no Brasil; a experiência dos anos 190-92*, São Paulo (SP), IESP/FUNDAP.
- PRESSER, Mário F. (1993), "Abertura Externa e Integração Regional: o caso Mercosul", in: DESEP (1993), *Mercosul. Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Européia*, Ed. Cajá, São Paulo (SP).
- REZENDE, Geraldo Castro (1985), *A Política Agrícola e a Diminuição do Subsídio do Crédito Rural*, IPEA/INPE, Rio de Janeiro (RJ).
- _____. (1989), Controvérsias de economia agrícola: uma revisão crítica, in: *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC.
- SANTOS, Robério Ferreira (1988), "Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira", in: *Revista de Economia Política*, vol.8, no.3, Brasiliense, São Paulo (SP).
- SAYAD, João (1984), *Crédito Rural no Brasil : Avaliação das Críticas e Propostas de Reforma*, FIPE/Pioneira, São Paulo (SP).
- SERRA, José (1982), Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra, in: BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, L. (orgs.), 1982, *Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaios sobre a Crise*, Ed. Brasiliense, São Paulo (SP), pp. 56-121.

- SILVA, Adroaldo Moura da (1979), *Intermediação Financeira no Brasil*, FIPE-USP, São Paulo (SP), mimeo.
- SILVA, José Graziano da, *et alii* (1993), Condicionantes para um Novo Modelo Agrário e Agrícola, in: DESEP, 1993a, *Crise Brasileira. Anos Oitenta e Governo Collor*, Ed. Cajá, São Paulo (SP), pp. 177-217
- SILVEIRA, José Maria F.J. (1991), Agricultura Brasileira em 1990, in: OLIVEIRA (1991), *A Economia Brasileira em Preto e Branco*, HUCITEC/FECAMP, São Paulo-Campinas (SP), pp. 95-118.
- SIMONSEN, Mário Henrique (1982), Agricultura e subsídios, in: *Simposium*, 05/92, pp. 4-6.
- TAVARES, Maria da Conceição (1983), O sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente, in BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, L. (orgs) (1983), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo (SP), v.2, pp. 107-138.
- _____. (1986), *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Ed. da UNICAMP, São Paulo (SP), Tese de Livre Docência à FEA-UFRJ, 1975.
- TEIXEIRA, Eduardo de Freitas (1990), *O Déficit e a Crise das Finanças Públicas. 1982-1987*, Dis. Mestrado FEA-UFRJ, Rio de Janeiro (RJ).
- VASCONCELOS & OGASAWARA (1992), *Análise Econômica Financeira dos Bancos Estaduais*, IPEA, Brasília (DF), Documentos de Política no. 7
- VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck (1987), *A Administração do "Milagre". O Conselho Monetário Nacional - 1964-1974*, Ed. Vozes, Petrópolis (RJ).
- VILLALOBOS, S. & KULIKOVSKY, S. (1994), *BANCO DO BRASIL. Ação desvalorizada devido ao desconhecimento do mercado*. Relatório de Empresa, Banco de Investimentos Garantia S.A.
- ZINI Jr., Álvaro A. (1982), *Uma Avaliação do Setor Financeiro no Brasil. Da Reforma de 1964/65 à Crise dos Anos Oitenta*. Dis. Mestrado, DEPE-UNICAMP, São Paulo (SP).

PERIÓDICOS, JORNAIS, E OUTROS

BALANÇO ANUAL, 1988-1992, Gazeta Mercantil, São Paulo (SP).

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Anuários Estatísticos do Crédito Rural, 1986-92, Brasília, (DF).

_____. Boletim Mensal. Vários números. Brasília (DF).

_____. Estatísticas Básicas do Mercado Financeiro e de Capitais, 1990-92, Brasília (DF).

_____. Relatórios Anuais, 1985-92, Brasília (DF).

_____. Relatório de Crédito Rural e Agroindustrial, 1990-92, Brasília (DF).

BANCO DO BRASIL S.A., Demonstrativos Contábeis, 1978-1992, Brasília (DF).

_____. Relatórios Anuais, 1985-1992, Brasília (DF).

_____. Mensários Estatísticos, 1985-92, Brasília (DF).

_____. (1993), Seminário Caminhos para o BB, Caderno DIRIN, Brasília (DF).

BANCO DO BRASIL, BANCO CENTRAL E MINISTÉRIO DA FAZENDA (1984), *"Relações Institucionais entre o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Banco do Brasil"*, Relatório Final do GT-3, referente ao voto CMN 283, de 21.08.84, Brasília (DF).

BANCO DO BRASIL E MINISTÉRIO DA FAZENDA (1995), *Pendências Entre o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional*. Relatórios Finais dos GT's, constituídos pela Portaria MF 150, de 26.04.1995. Brasília (DF).

BRASESCO (Banco Brasileiro de Descontos S.A.), Demonstrativos Contábeis, 1985-1992, São Paulo (SP).

CONGRESSO NACIONAL (1991), Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Reforma Administrativa do Banco do Brasil, Brasília (DF).

_____. (1993), Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre as Causas do Endividamento Agrícola, Brasília (DF).

_____. (1988), Constituição Federal do Brasil, Brasília (DF).

FOLHA DE SÃO PAULO. Várias edições. São Paulo (SP).

GAZETA MERCANTIL. Várias edições. São Paulo (SP).

ITAÚ (Banco Itaú S.A.), Demonstrativos Contábeis, 1985-92, São Paulo (SP).

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (1992). *Relatório de Inspeção Extraordinária. Diretoria da Área Internacional do Banco do Brasil S.A.* Voto do Relator Ministro Homero Santos. Brasília (DF).